FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.341 | TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2023 | R$ 6,00

Rubens Cavallari/Folhapress

RETORNO ÀS AULAS EM COLÉGIO ALVO DE ATAQUE EM SÃO PAULO É MARCADO POR ABRAÇOS E EMOÇÃO

Estudantes voltam à Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, onde aluno de 13 anos matou uma professora e feriu cinco pessoas; a instituição ficou fechada por duas semanas Cotidiano B2

Lula marca cem dias de mandato com crítica a pessimistas

Presidente elogia Haddad, cobra ministros por entregas e diz que país se refaz após 'tentativa de golpe' bolsonarista

Açodado por cobranças de uma marca visível para este terceiro governo e por críticas a entraves em projetos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) marcou seu centésimo dia de mandato, ontem, com um desagravo ao ministro Fernando Haddad (Fazenda), pedidos de ação e medidas a seu gabinete e rechaço ao pessimismo durante reunião ministerial.

"Olha, se a gente for governar pensando nisso, é melhor desistir", afirmou Lula, após reproduzir apontamentos sobre a economia e citar o mercado financeiro e entidades internacionais, em evento com seus 37 ministros, os três líderes do governo no Congresso e a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, que não tem cargo oficial no Planalto.

O presidente tem cobrado o primeiro escalão por entregas diante de embates entre assessores e reciclagem de programas antigos.

No discurso de ontem, Lula agradeceu a compreensão pelo momento histórico que o país vive e chamou de tentativa de golpe os ataques de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) em 8 de janeiro. Mercado A14 e Política A5

Joel P. da Fonseca

Cem dias sem Congresso

Algo aproxima este governo do anterior em seus primeiros cem dias: a dificuldade da relação com o Congresso. Ao contrário de Bolsonaro, Lula se dispôs a negociar apoio, cedeu espaço, mas até agora não tem votos. Política A9

MÔNICA BERGAMO

Cultura muda Lei Rouanet, e cachê sobe até R$ 25 mil

Ministério da Cultura vai desfazer mudanças feitas por Jair Bolsonaro (PL) na Lei Rouanet, incluindo valores de cachê a artistas. Na gestão anterior, o limite havia sido abaixado a R$ 3.000 para artistas solo; agora, irá até R$ 25 mil. Ilustrada C2

ambiente B3
Bandeira ambiental chega aos cem dias de gestão Lula sob risco de contradições

ciência B5
Início de governo traz avanços, mas cenário científico ainda preocupa

ilustrada C1
Centenário do rádio no Brasil mostra como o meio moldou a identidade nacional

comida C8
Chef-churrasqueiro do Barbacoa vira embaixador informal da carne brasileira

EDITORIAIS A2

Outros 1.365

A respeito dos primeiros cem dias do governo Lula.

Tela em branco

Sobre avaliação de Tarcísio, segundo o Datafolha.

Rubens Cavallari/Folhapress

TARCÍSIO PLANEJA ESPLANADA AO LADO DA CRACOLÂNDIA NO CENTRO

Parque Princesa Isabel (topo), terminal de ônibus (centro) e palácio Campos Elíseos (abaixo); região deve abrigar sede do governo paulista em novo plano, que prevê demolições B1

Com pauta social, presidente engaja menos que Bolsonaro

Nos cem dias iniciais de gestão, Lula (PT) destacou pautas sociais no Twitter —cerca de 42% de seus posts, ante 17% dos de Bolsonaro (PL) sobre o tema no período em 2019. Ex-presidente teve média de 33,2 mil curtidas; o petista, 16,6 mil. A8

Lula tem mais tuítes com menos curtidas

Lewandowski deixa na gaveta ações sensíveis ao governo

Indicado há 17 anos por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro Ricardo Lewandowski se despede hoje do Supremo e deixa na gaveta casos sensíveis ao governo, como o que analisa travas para nomeações de políticos em estatais. Outro processo que será passado a seu sucessor é o que trata de acusações de um advogado contra Sergio Moro (União Brasil-PR). Política A4

Petista não faz leitura adequada da Nicarágua, diz ex-guerrilheira

Em visita ao Brasil, Mónica Baltodano, 68, perseguida pela ditadura de Daniel Ortega, busca expor situação de seu país ao governo Lula (PT). "Ficar em silêncio diante de um regime tão brutal é uma vergonha", afirma à **Folha**. A11

Dalai pede que garoto chupe sua língua e se desculpa

Líder espiritual tibetano pediu desculpas após vídeo em que aparentemente beija menino na boca, mostra-lhe a língua e pergunta se quer chupá-la. A12

China simula bloqueio aéreo a Taiwan com munição real

Mundo A12

ISSN 1414-5723
9 771414 572032 34341

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Outros 1.365

Terceiro governo Lula completa cem dias com normalidade institucional e olhos no retrovisor

Numa democracia, governos podem ser bons ou ruins —em geral carregam aspectos positivos e também negativos— e têm legitimidade para perseguir a agenda referendada nas urnas. Só não deveriam deixar de obedecer aos protocolos e aos rituais constitucionais.

Ressalte-se, a propósito, o retorno à regularidade institucional no marco dos cem dias desta administração de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Cessaram as investidas do chefe de Estado contra outros Poderes e os flertes com a caserna, comuns na quadra anterior.

A relação do Executivo com o Congresso Nacional retomou as maneiras amadurecidas que se exigem das duas instâncias consagradas pelo escrutínio popular. O exercício da Presidência recuperou o mínimo da impessoalidade condizente com a ideia de República.

Já no terreno da gestão, o terceiro mandato do petista procura reatar, não sem ruídos, a conexão com as melhores práticas na educação, na saúde, na seguridade, na política ambiental e nos direitos humanos. Há mais profissionalismo nas polícias Federal e Rodoviária.

Os pontos críticos, por seu turno, derivam quase todos de uma visão ultrapassada do mundo e do Brasil. O Lula de 2023 ainda não compreendeu a evolução das últimas duas décadas, não aprendeu com os erros do próprio partido nem tampouco com o resultado da eleição.

A demanda por mais liberdade econômica e por um Estado eficiente, voltado para suas tarefas sociais precípuas, perpassa segmentos populares volumosos da sociedade brasileira. Reduziu-se a tolerância com o corporativismo e o dirigismo ainda incrustados no PT.

Não por coincidência, nos últimos anos foram aprovadas leis para dotar as estatais de padrões de governança, acelerar a universalização do saneamento, reduzir subsídios no crédito, resguardar a atuação técnica do Banco Central e modernizar as relações de trabalho.

Insurgir-se contra essa maré de reformas, como com frequência fazem o presidente e seus auxiliares, prejudica o desenvolvimento do país e, além disso, frustra um contingente de cidadãos capaz de determinar maiorias eleitorais. É uma péssima estratégia política.

Anacronismos se mantêm na política externa. Tornou-se mais custoso afagar autocratas amigos e, ao mesmo tempo, sustentar retórica antiautoritária no Brasil.

A esquerda sul-americana é capaz de atualizar-se, como demonstra o Chile. Basta que reconheça onde estão as suas virtudes —nas políticas de inclusão— e os seus fracassos —na ideia de que o Estado dirige a economia e na de que algumas ditaduras são toleráveis.

Lula ainda tem outros 1.365 dias de mandato. Há tempo suficiente para reorientar o governo.

Tela em branco

Datafolha mostra baixa reprovação a Tarcísio, que se sai melhor quando se afasta do bolsonarismo

Eleito governador de São Paulo sem passar por escrutínio anterior das urnas, Tarcísio de Freitas (Republicanos) inicia sua gestão com baixo índice de reprovação para tempos de polarização política. É o que aponta a pesquisa Datafolha realizada perto dos primeiros cem dias de mandato.

Somente 11% dos paulistas aptos a votar consideram sua gestão ruim ou péssima —o que é digno de nota, dado que seu adversário no segundo turno da disputa ao Bandeirantes, Fernando Haddad (PT), teve 44,7% dos votos válidos.

Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura lançado na política por Jair Bolsonaro (PL), marca 39% de avaliação regular e 44% de aprovação. Resta ao atual governador, de todo modo, o desafio de conferir identidade ao quadro ainda em branco de sua administração.

As expectativas dos entrevistados são mais nebulosas —64% acham que ele não cumprirá a maioria de suas promessas, e 8%, que não cumprirá nenhuma delas.

Tarcísio apresentou um bom cartão de visitas na reação rápida, e integrada à de seu rival Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à tragédia provocada pelas chuvas no litoral.

Também compreendeu a herança recebida, um estado com contas orçamentárias saneadas após quase três décadas de continuidade administrativa sob o PSDB.

Assim, buscou acelerar a finalização do Rodoanel e abraçou uma agenda de privatizações ambiciosa. Aqui, terá dificuldades com seu principal plano, a venda da estatal de saneamento Sabesp, que tem a oposição de 53% dos paulistas.

Há que superar ainda o atraso na qualidade da educação, deficiência das gestões tucanas, e os problemas na reforma do ensino médio.

Tarcísio enfrentou adversidades com a inexperiência, como na condução atabalhoada de uma greve de metroviários, e escorregou ao sugerir que o autismo tinha cura.

Saiu-se melhor sempre que buscou afastar-se do núcleo ideológico do ex-presidente —ao manter as câmeras corporais na PM, por exemplo. Já disse não ser "bolsonarista raiz" e tem um experiente articulador como bússola política.

Seu secretário de Governo, Gilberto Kassab (PSD), busca distância do radicalismo de Bolsonaro, o que já se reflete na ida do Republicanos para um bloco liderado por PSD e MDB na Câmara.

A meta é tornar Tarcísio presidenciável. Se terá sucesso, é insondável, mas o plano por óbvio depende de uma gestão bem avaliada.

Lula e a Crimeia

Hélio Schwartsman

A formação política de Lula deu-se nos sindicatos. Em negociações laborais, o "não dá para querer tudo" pode fazer sentido. Mas Lula erra ao extrapolar a lógica sindical para a geopolítica e insinuar que a Ucrânia precisa ceder território para encerrar a guerra com a Rússia. O conflito entre os dois países não se dá em torno de uma pauta em que ambas as partes exibem uma lista legítima de reivindicações, para a qual existe um ponto médio alcançável. Ao usar força militar para conquistar território, a Rússia violou a proibição às chamadas guerras de agressão, o que torna sua posição ilegítima.

E Lula erra no geral e no específico. Mesmo que os ucranianos desistissem da Crimeia, como sugeriu o presidente brasileiro, não apaziguariam Putin. A menos que o autocrata russo esteja disposto a oficializar seu fiasco militar, precisa sair da guerra com mais território do que tinha antes de entrar, o que significa abocanhar também um bom pedaço do Donbass.

Estou entre os que acham que a Otan cometeu muitos erros desde a extinção da URSS. Penso que a organização deveria ter tentado integrar a Rússia, não isolá-la. Tampouco vejo a Crimeia como essencialmente ucraniana. De 700 a.C. para cá, a península foi controlada, entre outros, por cimérios, búlgaros, gregos, citas, romanos, godos, hunos, cazares, bizantinos, venezianos, genoveses, kipchaks, otomanos, tártaros, mongóis, russos, alemães e ucranianos. Nos últimos dois séculos, a população que ali vive consolidou-se como majoritariamente russa.

O problema é que, nos anos 1990, após a confusão que se seguiu à dissolução da URSS, ficou acertado entre Moscou, Kiev e os locais que a Crimeia integraria a Ucrânia, um entendimento que não pode ser alterado "manu militari".

Lula e o PT passaram a campanha falando em pacto civilizacional. Bem, no plano internacional, um de seus aspectos mais fundamentais é o veto às guerras de conquista.

helio@uol.com.br

Folga na direção

Dora Kramer

Nada contra o "roadshow" internacional do presidente Luiz Inácio da Silva nem aos conselhos que dá ao mundo sobre como solucionar a guerra no Leste Europeu e nos palpites a respeito das relações entre países, notadamente ditaduras. Benfazejo o empenho em tirar o Brasil da condição de pária em que nos colocou o antecessor.

Bem-vinda também a revisão de atos nefastos, de decisões retrógradas, de comportamentos inaceitáveis e socialmente insensíveis. Fala-se em alívio civilizatório; de fato, uma vantagem. O desafogo, porém, traz o risco do repouso. E, pelo que temos visto nestes três meses e pouco, a trégua não se dá no conforto de um berço esplêndido.

Longe disso estamos. Falta foco nos problemas a serem enfrentados com urgência, sobram confusões, desacertos e retrocessos. Minorias são importantes, mas não menos o é a maioria. O presidente fala em olhar para frente, pede paciência. Mas o tempo de estio seria normal se ele fosse aprendiz no ofício. Em matéria de chegança, Luiz Inácio é catedrático. Comandou duas vezes os fatídicos 100 dias e outras duas foi espectador engajado de seu partido.

Tanto que fez campanha referido nas experiências anteriores. Daí a cobrança mais intensa e frágil à justificativa de que está "só no começo". Desmontar algo era preciso, mas destruir tudo em áreas essenciais ao bem-estar da população beira a irresponsabilidade.

Demolição do marco do saneamento, anulação da Lei das Estatais, volta das invasões de terras produtivas, gambiarra no orçamento secreto, sinal de repetição de velhos erros na política de preços dos combustíveis, contestação da ação autônoma do Banco Central e, pior, cancelamento de privatizações por apetite de poder e controle.

Tivéssemos ido por esse caminho, o Brasil ainda estaria nas garras da telefonia estatal, para citar só o caso mais emblemático, com farta distribuição de cargos nas teles para a infelicidade geral da nação.

O vampiro continua mordendo

Alvaro Costa e Silva

Nos anos 1950, alguns privilegiados recebiam pelo correio um artefato com a melhor literatura feita no Brasil. Nela se misturavam notícia de jornal, frase no ar, bula de remédio, pequeno anúncio, clássicos da língua, bilhete de suicida, confidência de amigo, fantasma no sótão, bala azedinha, corruíra e o pior dos xingamentos: "barata de fogão leprosa com caspa na sobrancelha". Espião, o escritor parecia viver com o ouvido colado atrás da porta dos vizinhos para reproduzir em diálogos os desastres do amor.

Eram folhetos de cordel, em tiragem pequena e papel barato e, no entanto, ali estava um tesouro: domínio da técnica do conto curto, maestria no manejo da frase, equilíbrio entre o trágico, o lírico e o grotesco. Como notou Antonio Callado, narrativas que mordem o leitor. Relatos com o poder e a sede de um vampiro em busca de polaquinhas nas ruas geladas de Curitiba.

A cada nova entrega, os sortudos iam a um canto escondido para curtir a onda literária. Saciados, orgulhavam-se de pertencer ao clube dos primeiros leitores de Dalton Trevisan. Com eleitos ainda mais privilegiados, havia troca de cartas e impressões. A Otto Lara Resende o autor exigia: "Seja cruel, Otto, seja cruel".

Chega nesta semana às livrarias "Antologia Pessoal", edição em capa dura com 448 páginas. O impacto é o mesmo dos cordéis enviados aos amigos do passado. Reúne 94 histórias selecionadas e retrabalhadas. De "Novelas Nada Exemplares" (1959) a "Beijo na Nuca (2014), Dalton publicou mais de 50 livros.

Na apresentação, Augusto Massi faz referência ao comportamento esquivo do escritor (que não gosta de ser fotografado nem de dar entrevista). Mas pergunta: "Não seria a hora de sublinhar sua dedicação integral à literatura?". Aos 97 anos e tendo na bagagem cerca de 700 relatos, ele continua fiel à ideia de jamais pôr ponto final em um conto. Basta reler para escrever de novo.

Lute como uma crente

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de "Povo de Deus" e criador do Observatório Evangélico

"O evangelho no qual fui criada me colocou como apêndice do pastor Anderson", disse a pastora Flordelis na primeira entrevista desde que foi presa. "Esse evangelho dava a ele permissão para controlar a minha vida, me violentar e me agredir permanentemente. Esse evangelho não me serve mais. Peço às mulheres da igreja que saiam dessa vida o quanto antes para não pararem aqui na cadeia como eu."

Na semana passada, enquanto essa entrevista circulava, o mundo gospel discutia denúncias de que o Apóstolo Rina, da Bola de Neve Church, abusa física, financeira e emocionalmente da mulher, a pastora Denise.

É difícil debater machismo e violência contra a mulher em igrejas evangélicas. A conversão fortalece a mulher popular por "domesticar" o homem, tirá-lo do bar, reduzir incentivos para que ele tenha relacionamentos paralelos e por abrir oportunidades para ela atuar fora do ambiente doméstico.

E como o protestantismo é uma colcha de retalhos, com muitas tradições, existem igrejas como a do Evangelho Quadrangular, em que mulheres são protagonistas.

Mas livros como "O Grito de Eva", da jornalista Marília César, apresentam o outro lado dessa história: evangélicas ensinadas a apenas orar pela transformação do marido violento e a não denunciá-lo por se sentirem culpadas por desobedecer o "cabeça" da família.

No contexto da polarização política, igrejas estão retrocedendo nesse tema. Exemplo: quando a psicopedagoga Francine Walsh disse, num evento presbiteriano compartilhado online, que, "se a gente somente escuta as vozes masculinas, a gente cria uma igreja aleijada", choveram ataques. Um dizia: "É por isso que não dão microfone na mão das mulheres... falam o que sentem sem base bíblica e sem lógica nenhuma". Os comentários foram apagados.

Essa é uma batalha difícil também porque, nos últimos anos, as redes de desinformação bolsonaristas bombardearam evangélicos com vídeos de eventos como a Marcha das Vadias, provocando fiéis a associarem o feminismo apenas à defesa de pautas que lhes são sensíveis, como aborto e educação sexual nas escolas. E a esquecer bandeiras que aproximam feministas e crentes, como a luta contra a violência doméstica e pela paridade salarial.

Mas há esforços para desfazer esse equívoco. Em live recente da Rede Cristã de Advocacia Popular, uma participante lembrou que pastores que mandam a mulher orar pelo marido que a violenta podem ser denunciados por omissão de socorro. E citou fala da também evangélica Regina Célia Barbosa, cofundadora do Instituto Maria da Penha, parafraseando a Bíblia: "Você dá a Deus o que é de Deus: a oração. E dá ao homem o que é do homem: a denúncia."

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Um caminho para reduzir a violência nas escolas

Faltam elementos no currículo para alunos gerenciarem emoções e pressões

Joana Monteiro, Rafael Aquino e Natalia Ribeiro
Doutora em economia, é professora da FGV/Ebape e coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública da FGV
Doutor em bioquímica, é coordenador-executivo do Programa Na Moral
Doutora em psicologia, é psicóloga responsável pelo desenho do Programa Na Moral

Nas últimas semanas, assistimos a casos de violência extrema dentro de escolas. Em São Paulo, um aluno de 13 anos matou uma professora e feriu outras cinco pessoas, enquanto em Blumenau (SC) um homem de 25 anos invadiu uma creche, matou quatro crianças e feriu outras quatro. Ouvimos após os eventos o receituário comum apresentado para lidar com problemas de violência no Brasil: colocar policiais, desta vez nas escolas, para controlar os efeitos do comportamento violento e impedir a aproximação de potenciais criminosos. Essa é a lógica intrínseca ao nosso modelo de segurança pública: não se busca afetar as causas estruturais do problema, mas estar pronto para reagir rápido quando ele é iminente.

O que pode ser feito para efetivamente reduzir a violência nas escolas? A primeira coisa é entender a estrutura do problema. Enquanto Blumenau lembra os ataques em massa às escolas norte-americanas, o evento de São Paulo teve como autor um homem com histórico de problemas comportamentais e registros prévios de ameaça. Embora o adolescente possa também estar influenciado pelo extremismo promovido pelas redes sociais, seu comportamento não é tão raro no ambiente escolar. Segundo dados do PeNSE (2021), 39% dos alunos já relataram sofrer agressão verbal, 14% física e 11% já deixaram de ir à escola por insegurança no período de 30 dias anteriores à pesquisa. Alunos de 13 a 17 anos mencionaram, ainda, o envolvimento com lutas físicas (11%), uso de armas brancas (5%) e armas de fogo (3%).

Esses problemas aparecem sobretudo no 2º ciclo do ensino fundamental, fase em que os jovens passam por um profundo processo de transformação de hábitos e comportamentos. Nessa etapa, as estruturas cerebrais responsáveis pelo controle de impulsos estão em amadurecimento; logo, o comportamento tende a ser emitido de forma rápida e impensada. E o que fazer quando a família não consegue identificar distúrbios e prover atenção? A escola é o local onde os problemas aparecem e deve ser vista como base para os programas de prevenção à violência.

Hoje não temos elementos no currículo escolar voltados para ajudar os alunos a gerenciar emoções, a se comunicar de forma assertiva e a resistir à pressão dos pares. Contudo, existem experiências internacionais testadas com métodos rigorosos de avaliação que demonstraram serem capazes de reduzir o comportamento impulsivo e violento e prevenir o envolvimento com atos infracionais. Esses programas são compostos por oficinas com base em técnicas de Terapia Cognitivo Comportamental (TCC).

> [...]
> A proposta é fornecer instrumentos que auxiliam na redução de comportamentos automáticos e impulsivos, interrompendo padrões de condutas violentas. (...) Os alunos são incentivados a refletir sobre seus comportamentos, transformando tomadas de decisão rápidas e impulsivas em reflexões mais lentas e conscientes

Inspirado por essas evidências, o Centro de Ciência Aplicada à Segurança da FGV —em parceria com o Naapa (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem), da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania— desenhou e implementou o Programa Na Moral. O programa consiste numa série de oficinas lúdicas com base em TCC voltadas para alunos de 13 a 15 anos focada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Em 2022, a primeira etapa do projeto foi implementada em 7 escolas e, neste ano, pretende-se expandir para até 40 unidades e submeter uma avaliação de impacto para testar sua efetividade.

A proposta é fornecer instrumentos que auxiliam na redução de comportamentos automáticos e impulsivos, interrompendo padrões de condutas violentas. Ao longo do programa, eles são incentivados a refletir sobre seus comportamentos, transformando tomadas de decisão rápidas e impulsivas em reflexões mais lentas e conscientes. Com isso, espera-se reduzir o comportamento violento e melhorar o desempenho escolar.

O tipo de violência que essa abordagem busca resolver é apenas uma das inúmeras manifestações de violência que estamos submetidos na nossa sociedade. O problema de ataques em massa é mais raro e requer outra abordagem. Como na medicina, precisamos saber diagnosticar as diferentes doenças, usar evidências científicas para desenhar soluções e testá-las para de fato comprovar se funcionam. O caminho é usar a ciência. A alternativa é contabilizar tragédias.

Superação da pobreza só virá com ação direta dos municípios

Critérios que apoiem cidades a pensar estrategicamente são imprescindíveis

Laura Machado
Professora do Insper

O Brasil assumiu diversos compromissos para superar a pobreza — entre eles estão o art. 3º da Constituição "Constituem objetivos fundamentais: erradicar a pobreza [...]" e o 1º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU: "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares".

O percentual de pessoas em situação de extrema pobreza no país subiu de 4,9% em 2014 para 9,5% em 2021, de acordo com a Pnad contínua. São 20 milhões de pessoas em alta vulnerabilidade, um duro retrato do nosso descompromisso.

De acordo com o pacto federativo, a política de desenvolvimento social e combate à pobreza do Suas (Sistema Único de Assistência Social) é implementada pelos municípios, e é papel dos estados e da União garantir o apoio técnico e financeiro aos executores. Dentro desse arranjo de papéis, todas as ferramentas são bem-vindas, e critérios racionais que apoiem a pensar estrategicamente no cofinanciamento das ações municipais são imprescindíveis.

A título de exemplo, apesar de termos o Cadastro Único, importante instrumento de referência sobre a população em vulnerabilidade e de garantia de direitos sociais, os critérios de repasse de recursos para os municípios não são necessariamente vinculados ao número de famílias cadastradas. Podemos ter municípios com maior número de famílias cadastradas que recebem menos apoio.

Na certeza de que queremos fazer bom uso dos recursos públicos, os estados e a União poderiam fazer a partilha sob uma racionalidade técnica, considerando os instrumentos que já estão disponíveis. Não são claros os benefícios de não termos critérios estabelecidos ou que já não mais representam a realidade da população.

> [...]
> Não são claros os benefícios de não termos critérios estabelecidos ou que já não mais representam a realidade da população. Há estados onde os valores repassados em 2022 não eram equânimes e apresentam uma discrepância intermunicipal que varia de R$ 1,27 até R$ 197,50 por pessoa inscrita no Cadastro Único

Existem estados onde os valores repassados em 2022 não eram equânimes e apresentam uma discrepância intermunicipal que varia de R$ 1,27 até R$ 197,50 por pessoa inscrita no Cadastro Único.

O fortalecimento do financiamento aos territórios mais vulneráveis deveria se dar a partir de três referências: 1 - a demanda de cada município, dimensionada considerando o Cadastro Único; 2 - a capacidade de arrecadação de cada município, que define a capacidade de ofertar os serviços sociais localmente; e 3 - capacidades organizacionais dos municípios, medidas pelo IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada Municipal), e o grau de priorização do gasto com assistência no nível municipal.

O alívio da pobreza, principal papel do Bolsa Família, pode ser concedido via transferência bancária vinda do governo federal. A superação da pobreza depende do alívio e, em conjunto, de orientação e apoio às famílias para caminharem para sua autonomia. Para isso, precisamos de proximidade com a população e de municípios com o Suas fortalecido e atuante. O pacto federativo deu a clareza de papéis; um dos passos que deveríamos dar é o de ter um cofinanciamento que apoie mais quem mais precisa e que dê potência ao Suas, incentivando o país a caminhar na direção de aliviar e também superar a pobreza.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O presidente Lula e a primeira-dama Janja em cerimônia dos oficiais generais recém-promovidos, no Palácio do Planalto Gabriela Biló /Folhapress

100 dias

"Lula 3 completa 100 dias sob cobrança para acelerar ações e crítica por falta de marca" (Política, 9/4). Boa notícia: temos governo. Má notícia: é um governo mais ou menos. Está até melhor do que eu esperava. E ter governo depois de quatro anos de desgraça é uma melhora.
Fabio Benitez Correa (São Paulo, SP)

*

Nenhuma linha sobre o estado desastroso que estava o governo no dia 1º de janeiro. A marca desse governo é ser um governo.
Bruna Eskinazi (São Paulo, SP)

*

Não é possível reconstruir tamanha destruição feita pelo governo anterior em cem dias, mas o rumo das políticas está dado. Tampouco é necessário inventar política pública nova tendo tido experiências tão bem-sucedidas no passado. É necessário retomar o que foi descontinuado para avançar na direção de propostas novas. Mas é preciso nomear pessoas comprometidas com o projeto do governo logo para as funções ainda ocupadas por integrantes do governo anterior.
Lusmarina Campos Garcia (Rio de Janeiro, RJ)

Aprovação

"Datafolha: Tarcísio é aprovado por 44% e reprovado por 11% após 3 meses em SP" (Política, 9/4). É por essas que eu não vejo a hora de dar o fora desse pedacinho de ódio e amargura chamado São Paulo.
Heigor Martins (São Paulo, SP)

*

Sou paulista e digo: quem elege o governador é o interior reacionário, preconceituoso e hipócrita. Nenhuma surpresa na avaliação positiva.
Marli Miranda Vieira (São Paulo, SP)

*

Nunca fui consultado, mas se fosse daria um ótimo.
Roberto de Freitas (Brasília, DF)

*

Tarcísio é com certeza uma luz de esperança para o futuro desse país, sua aprovação é um sinal de que nem tudo está perdido.
Paulo Rivali Andrade (Ituiutaba, MG)

Estado e país

"Apoio à privatização é maior em SP do que no Brasil, diz Datafolha" (Mercado, 9/4). Nenhuma novidade. Um estado que escolheu para governador um desconhecido bolsonarista tem que ter esse tipo de opinião. Depois vão se arrepender de privatizar um bem importantíssimo como a água.
Marco Antonio Farias Coutinho (João Pessoa, PB)

*

Enquanto no chamado primeiro mundo as populações propugnam pela reestatização de serviços de água e esgoto, telefonia, transportes, saúde e educação, no Brasil somos induzidos ao movimento contrário. Pensamos sempre 50 anos atrás.
Emanoel Tavares Costa (São Paulo, SP)

*

A grande questão em privatizar empresas essenciais como a Sabesp é que se tornam um monopólio e como tal não têm concorrência. A concorrência é o que torna a iniciativa privada eficiente. Sem concorrência, procura-se somente o lucro.
Guilherme Zambrana Toledo (São Bernardo do Campo, SP)

Fama de mau

Eu gosto do Xandão. Além de guardinha da nossa democracia, ele é engraçado ("Moraes adota rotina de piadas com 'fama de mau', futebol, fake news e alvos bolsonaristas", Política, 9/4).
Camila Martins (Itajaí, SC)

*

Ministros do STF, aliás, todos os juízes, deveriam mirar a conduta de dois ministros: Rosa Weber, Celso de Mello ou o saudoso Teori. Discretos, cabedal jurídico ímpar, falar nos autos. Condutas que engrandecem a magistratura e, consequentemente, o Poder Judiciário. Aparecer? Piadinhas? Fama de bom ou de mau? Se nada tem a dizer em palestra, nem diga! Qual a relevância para a Justiça? Ministro deve ter postura e se manifestar no seio dos autos.
Neli de Faria (São Paulo, SP)

Ferrugem

"Com obra atrasada em dez anos, MIS do Rio enferruja antes de ser inaugurado" (Ilustrada, 9/4). Diz o popular ditado: "pau que nasce torto morre torto". O pecado original e estranho foi transferir e transformar o MIS do tradicional e histórico centro cultural da cidade em um projeto faraônico e politiqueiro para turista, de passagem, observar.
Antonio Francisco da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Colunistas

"Os inteligentinhos venceram" (Luiz Felipe Pondé, 9/4). Fico imaginando a motivação para escrever mais um artigo que prangueja contra um tipo indefinido e conclui que a academia (o mundo da ciência) é um caso perdido. A única hipótese é o rancor. Será que tem outra?
Lilian Vargas (Jandira, SP)

*

Cirúrgico esse texto! Muito obrigado. É preocupante ver tantas pessoas instruídas caindo nessa armadilha e dificultando evoluirmos em temas tão relevantes.
Diego Rezende (São Paulo, SP)

*

"A língua do presidente" (Lygia Maria, 9/4). Há muito que Lula sofre de megalomania acoplada à incontinência verborrágica. Conhecimento zero, mas quer passar por profundo conhecedor da história.
Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

*

Quem fala muito dá bom dia a cavalo! Entende de pouco e quer dar opinião sobre tudo. Há aí vaidade e senilidade. Seu antecessor dispensa comentários, foi um zero à esquerda. São os governantes que temos. Que os eleitores reflitam melhor nas próximas eleições.
Alan Moacir Ferraz (São Sebastião, SP)

*

Mesmo com mesóclises o Temer falou e fala barbaridades.
Márcia Meireles (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MERCADO (10.ABR., PÁG. A13 E A14) A pesquisa citada nas reportagens "Apoio à privatização é maior em São Paulo que no Brasil" e "Maioria dos paulistas é contra privatizar Sabesp, segundo Datafolha" foi realizada em 65 municípios, não em 64.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

No divã

Os profissionais da rede estadual de ensino querem em sua maioria a contratação de psicólogos pelo governo, para evitar novos atentados como o que matou uma professora em 27 de março. É o que indica balanço parcial da devolução de questionários enviados pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) por e-mail aos trabalhadores, pedindo sugestões. Segundo Renato Feder, secretário de Educação, o governo já recebeu mais de 20 mil respostas e fechará o balanço até sexta (14).

PÓDIO O questionário apresenta diferentes opções aos profissionais, ajudando assim o governo a criar um ranking e definir quais problemas vai enfrentar primeiro e com qual intensidade, diz Feder. Também foram mencionados o uso de segurança privada desarmada e o reforço de conteúdo relacionado à saúde mental nas disciplinas.

PASSOS... Integrantes da Procuradoria-Geral da República afirmam que o caso das brasileiras Kátyna Baía e Jeanne Paolini, presas em Frankfurt (Alemanha) sob a falsa acusação de transportar drogas na bagagem, poderia já ter sido solucionado não fosse o atraso do país em integrar-se à agência de justiça criminal da União Europeia (Eurojust).

...LENTOS O convite ao Brasil foi feito em março de 2021. Com isso, procedimentos criminais do país seriam aceitos pelos europeus. Uma das dificuldades para a liberação das mulheres é a morosidade na aceitação pelos alemães das conclusões da PF de que são inocentes. Para o convite ser plenamente aceito, no entanto, é preciso haver a aprovação do Itamaraty e do Congresso.

ESFERA DE INFLUÊNCIA O Brasil é um dos impulsionadores do retorno de um fórum internacional que está adormecido há uma década, do qual sempre foi protagonista. Em 17 e 18 de abril, a Zopacas (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) se reúne em Cabo Verde, no primeiro encontro ministerial desde 2013. Brasil, Argentina, Uruguai e 21 nações africanas fazem parte. A organização lida com ameaças como pirataria e pesca ilegal.

PALCO A reativação da Zopacas, criada em 1986, é parte da estratégia do governo Lula de ocupar espaços internacionais. Outras iniciativas incluem a recomposição da Unasul e da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), além da tentativa de mediar um acordo entre Rússia e Ucrânia.

FOTO O retorno de Lula da viagem à China e aos Emirados Árabes deve ocorrer algumas horas antes da visita ao Brasil do chanceler russo, Serguei Lavrov, na segunda (17). Auxiliares apostam que o presidente fará um esforço para encontrar o enviado de Vladimir Putin.

MAPA... O PT colocou como um de seus objetivos estratégicos para o ano fazer o acompanhamento permanente das redes sociais da extrema direita no Brasil e no mundo. O tema será abordado em um seminário nacional de comunicação que o partido fará nas próximas quinta (13) e sexta-feiras (14) em Brasília.

...DA MINA Especialistas no monitoramento destes grupos, os pesquisadores Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira falarão no seminário. No ano passado, ambos fizeram um mapeamento das redes de direita em diversos países e acabaram prestando serviços para a campanha de Lula. O PT analisa contratá-los agora para uma espécie de consultoria.

LIÇÃO DE CASA Em reunião de seu diretório nacional nesta segunda (10), o PT decidiu adiar a implementação de uma alteração feita em seu estatuto em 2011 que estabelecia um limite na quantidade sucessiva de mandatos de seus parlamentares. A ideia original era incentivar a renovação na política. Mas a avaliação atual dos dirigentes é a de que o partido não se preparou para a implantação da regra.

FOLHA... Às vésperas do ano eleitoral, o prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), quer acelerar os concursos para agente fiscal, procurador do município, auditor tributário, analistas de política pública e contábil. A expectativa é contratar 500 servidores ainda em 2023.

...DE PAGAMENTO Na quinta (6), a prefeitura publicou no Diário Oficial a autorização para a aplicação de exame no qual oferecerá 150 vagas na SP Regula. Em nota, a autarquia informa que o edital está previsto para ser publicado em julho, e a previsão é de que as provas sejam aplicadas em meados de outubro.

TETO O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) está desenvolvendo um projeto de longo prazo de revitalização de prédios localizados em centros históricos, com foco voltado à habitação. Segundo Leandro Grass, presidente da autarquia, o programa está sendo validado pela Casa Civil e deve ser lançado até o final do mês. A ideia é ter um investimento de mais de R$ 1 bilhão para os próximos anos.

com Guilherme Seto e Carlos Petrocilo

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Lewandowski deixa ações sensíveis para o governo sem garantir sucessor

Principal cotado para assumir vaga é Cristiano Zanin, advogado de Lula; ministro prefere que ex-assessor seja indicado para o STF

Constança Rezende

BRASÍLIA Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para compor o STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Ricardo Lewandowski deixa a corte nesta terça-feira (11) após 17 anos no cargo. Em sua gaveta ficam ações sensíveis para o governo.

Entre elas, casos que interessam diretamente à Presidência, como o que analisa travas para nomeações de políticos em empresas estatais. Ao todo, são 245 processos de sua relatoria que irão para o seu sucessor.

O mais cotado para suceder o ministro é o advogado Cristiano Zanin, que atuou na defesa de Lula nos processos da Operação Lava Jato.

De modo geral, os processos de relatoria de um ministro que se aposenta vão para o seu sucessor. Mas, se alguém alegar urgência durante o processo de substituição, a ação pode ser redistribuída pela presidência do STF a outro ministro.

Não há prazo estabelecido na legislação para que a substituição ocorra.

A vaga de Lewandowski na Segunda Turma do Supremo também deve seguir rito semelhante, exceto se algum ministro de outra turma pedir remanejamento, o que não foi feito até o momento. O critério usado para esta solicitação é o de antiguidade.

Com a saída antecipada em um mês do ministro, o STF ficará com dez magistrados. Não há uma regra fixa de como a corte decide em casos de empate durante sessões de julgamento. Em pedidos de habeas corpus, vale o resultado mais favorável para o réu.

Um dos processos que o ministro deixará trata das vedações a políticos no comando de empresas públicas. Em março deste ano, Lewandowski concedeu uma liminar para derrubar a quarentena de 36 meses imposta a dirigentes de partidos ou pessoas que tenham atuado em campanhas eleitorais para que pudessem ocupar esses cargos.

A regra foi imposta pela Lei das Estatais, aprovada pelo Congresso em 2016 na esteira dos escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e outras empresas públicas investigadas pela Lava Jato. Um pedido de vista do ministro André Mendonça interrompeu a análise do caso.

Outro processo que deve ser passado para o sucessor trata das acusações feitas pelo advogado Rodrigo Tacla Duran contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-juiz da Lava Jato.

No fim de março, Lewandowski enviou o material para análise do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Caberá ao procurador-geral decidir se o suposto crime de extorsão denunciado pelo advogado deve ser investigado. Tacla Duran afirma ter provas de que pagou US$ 613 mil a advogados ligados à hoje deputada federal Rosângela Moro (União Brasil-SP), mulher de Sergio Moro.

Tacla Duran trabalhou de 2011 a 2016 para a Odebrecht e tem sido apontado pelo Ministério Público Federal como o operador financeiro de esquemas da empresa. Desde então, vem fazendo uma série de acusações.

O ministro também foi relator de um procedimento que trata da legalidade da delação da empreiteira Odebrecht e dos dados hackeados de autoridades da Lava Jato.

A saída de Lewandowski afetará ainda a análise de processos no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), já que a vaga do ministro nesse tribunal será preenchida por Kassio Nunes Marques —indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele poderá votar no TSE, por exemplo, no processo mais avançado que pode resultar na inelegibilidade de Bolsonaro. A ação aborda encontro promovido por Bolsonaro no Palácio do Alvorada com embaixadores em julho do ano passado, quando o então mandatário fez ataques sem provas ao sistema eleitoral.

Ao comunicar a antecipação de sua aposentadoria, no último dia 30, Lewandowski disse que não teve conversas recentes com Lula para tratar da uma possível nomeação de seu ex-assessor Manoel Carlos de Almeida Neto, nome preferido por ele ao STF.

Ele também disse que a escolha é uma decisão exclusiva do presidente e que não ousaria fazer alguma sugestão nesse sentido. Porém, defendeu que o seu sucessor seja alguém que suporte pressões e que preze pelas garantias individuais dos investigados.

Além disso, explicou que a sua saída antecipada se devia a compromissos acadêmicos e profissionais que lhe aguardavam. Ele não recebeu convites oficiais do governo para assumir cargos.

Especula-se que ele possa ocupar uma vaga no conselho jurídico na CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Assessores próximos afirmam que o ministro planeja agora investir na carreira de advocacia parecerista. A atividade se baseia em emitir pareceres jurídicos quando convocado. Documentos do tipo assinados por renomados juristas costumam trazer mais prestígio às ações.

Ele tem manifestado vontade de se mudar para Brasília para esse fim —o ministro usa a ponte aérea entre a capital e São Paulo.

Quando anunciou sua aposentadoria, o ministro ressaltou orgulhar-se de se pautar pela visão garantista, posição que prestigia os direitos fundamentais do cidadão.

Apesar do discurso, o defensor público da União que atua no STF Gustavo de Almeida Ribeiro publicou um estudo na internet em que analisou os pedidos de habeas corpus feitos pelos ministros da corte e concluiu que Lewandowski era um dos mais rigorosos.

Em um recorte de quatro meses em pedidos de habeas corpus feitos pela DPU (Defensoria Pública da União) à Segunda Turma do tribunal, o ministro apareceu em penúltimo lugar entre os que mais decidiram pró-réu entre fevereiro e maio de 2021 e em último lugar no mesmo período de 2022.

Entre seus momentos mais lembrados da passagem de Lewandowski pelo STF está a presidência do julgamento do impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Senado, em 2016.

Ele negou pedidos para tentar barrar o processo, mas acatou a solicitação da defesa da petista de votar separadamente a perda de mandato e a inabilitação para exercer funções públicas por oito anos. O recurso permitiu que Dilma não fosse declarada inabilitada para cargos públicos.

Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal, participa de sua última sessão plenária no tribunal Fellipe Sampaio - 30.mar.23/Divulgação STF

+ PROCESSOS QUE LEWANDOWSKI DEIXA NA GAVETA

- Vedações a políticos para assumir o comando de empresas públicas
- Operação Spoofing, que investigou hackeamento de autoridades da Lava Jato
- Acusações feitas pelo advogado Tacla Duran contra Sergio Moro e Deltan Dallagnol

Senadores defendem que presidente adie indicação ao STF

Julia Chaib e Catia Seabra

BRASÍLIA Senadores passaram a defender que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adie a escolha do substituto de Ricardo Lewandowski ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas a tese enfrenta resistência tanto de uma ala da própria corte como de uma parte do governo.

Segundo relataram ministros de Lula, parlamentares ponderam em conversas que fazer um pacote de indicações em outubro —quando Rosa Weber deve se aposentar e abrir uma segunda vaga— pode facilitar a aprovação dos nomes no Congresso.

A ideia defendida por congressistas é que o mandatário indique de uma vez nomes para as duas vagas que serão abertas no Supremo Tribunal Federal, além da chefia da Procuradoria-Geral da República e de outras três vagas ao Superior Tribunal de Justiça.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

O presidente da República terá direito a indicar ao menos dois nomes para o tribunal. A primeira cadeira ficou vaga com a aposentadoria de Lewandowski.

Os ministros do Supremo são obrigados a se aposentar aos 75 anos de idade. Rosa completará 75 anos em 2 de outubro, quando a segunda vaga na corte será aberta.

Uma terceira indicação ainda pode surgir se o ministro Luís Roberto Barroso antecipar a aposentadoria, como já foi aventado pelo próprio em conversas de bastidor. Isso ocorreria em 2025, após Barroso presidir o tribunal.

Ao fazer um combo, o presidente garantiria a aprovação dos nomes no Senado e arrefeceria pressões para que ele escolha um perfil específico para a segunda vaga do STF.

Lula tem recebido pedidos para que selecione uma mulher, de preferência negra, para a vaga que será aberta com a aposentadoria de Rosa. Parlamentares ainda preferem nomes considerados palatáveis à classe política.

A ideia de um pacote de indicações é defendida por parlamentares, inclusive o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de acordo com integrantes do governo. O próprio senador entrou nas apostas para uma vaga.

Lula não deu nenhuma indicação de que seguirá os conselhos. Mais que isso, ministros próximos do presidente, inclusive da área jurídica, rechaçam a ideia, assim como integrantes do STF. O ministro Gilmar Mendes, por exemplo, não é simpático a esse plano.

A avaliação membros do governo é que adiar a decisão sobre a vaga no Supremo pode deixá-lo refém de interesses de políticos, que usariam esse tempo para intensificar a pressão pela escolha de um nome da preferência deles.

Além disso, não haveria garantia de que, daqui a seis meses, o ambiente político esteja mais favorável ao governo.

Contra a proposta, aliados do presidente afirmam ainda que o adiamento poderia ser recebido por ministros do STF como uma descortesia. Integrantes do Supremo apontam que a demora em indicar o escolhido pode atrapalhar julgamentos.

A justificativa usada por integrantes do Congresso para defender que Lula adie a decisão é que o favorito ao posto, o advogado Cristiano Zanin, pode enfrentar dificuldades para ter seu nome aprovado pelo Senado.

Isso porque há uma bancada aliada de Jair Bolsonaro (PL) e lavajatista no Senado, que deve se opor à designação do advogado pessoal de Lula.

O placar da eleição de Pacheco é usado como um elemento para sustentar que a vida do governo no Senado não está tão fácil. Ele foi eleito por 49 a 32 contra o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN).

Para a indicação de Lula ser aprovada, são necessários 41 votos dos 81 senadores. Antes, o escolhido ao STF deve ser submetido a sabatina e aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo aliados, o presidente ainda não demonstrou ter tomado a decisão final sobre quem irá indicar ao STF, embora apostem na indicação de seu advogado.

Os dois principais cotados atualmente são Zanin e Manoel Carlos de Almeida. Lula não dá sinais claros sobre sua opção, mas pergunta a aliados a respeito do perfil de ambos, indicando que eles estão no páreo.

Pessoas próximas ao presidente avaliam que ele não deixará o seu advogado pessoal na mão. Só há dúvidas se Zanin seria o indicado já para a vaga de Lewandowski ou de Rosa.

Interlocutores do presidente que apoiam o nome de Manoel Carlos argumentam que ele tem um perfil à esquerda para a tomada de decisões.

Lula diz que 8 de janeiro foi tentativa de golpe fascista

Presidente evita citar Bolsonaro em balanço dos 100 dias do seu governo

Marianna Holanda e Nathalia Garcia

BRASÍLIA Durante seu discurso de mais de uma hora em reunião de balanço dos cem dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta segunda-feira (10), que os atos de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) contra o resultado das eleições em 8 de janeiro foram tentativa de golpe.

Por outro lado, ele evitou citar diretamente o nome de seu antecessor e afirmou que seu governo está criando uma nova fase no país.

Lula disse agradecer a compreensão das pessoas pelo momento histórico que o país vive. "Sobretudo depois da tentativa de golpe dia 8 de janeiro, quando a sociedade brasileira viu, depois de muito tempo, as instituições brasileiras se juntarem para defender a democracia", disse o mandatário.

Na ocasião, apoiadores bolsonaristas que não aceitavam o resultado eleitoral invadiram e depredaram a sede dos três Poderes. Como consequência, quem estava acampado em frente ao quartel-general do Exército pedindo golpe foi preso, inquéritos foram instaurados e os chefes dos três Poderes fizeram atos simbólicos em defesa da democracia.

O chefe do Executivo disse que foi uma "tentativa de golpe, feita com a maior desfaçatez, por um grupo de reacionários, fascistas, um grupo de extrema direita, que não queria deixar o poder, que não queria acatar o resultado eleitoral".

Apesar de rememorar o episódio, que diz ter marcado o início do seu mandato, Lula não citou o seu antecessor, seguindo conselhos de seus aliados. Ele disse que, quando assumiu o governo em 2003, não fez evento de cem dias porque não foi preciso, e elogiou a transição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que "tinha sobretudo uma marca de civilidade".

"Digo sempre que, se juntar todos os presidentes desde a proclamação [da República] até essas eleições, a soma de todas as candidaturas juntas não gastou o que esse cidadão gastou na perspectiva de perpetuar o fascismo neste país", afirmou Lula.

As referências aos ataques às sedes dos Poderes e ao antecessor abriram o discurso do mandatário aos seus 37 ministros e líderes do governo no Congresso. Lula disse ainda que "estamos criando uma fase nova na história do país" e demonstrou otimismo.

Em seu discurso aos ministros, que foi aberto à imprensa, o chefe do Executivo também afirmou que passará a cobrar cartão de vacina no Palácio do Planalto. Segundo ele, se a pessoa não quiser se proteger, ao menos terá de fazê-lo pelos outros.

Lula disse que precisará fazer um teste de Covid-19 antes de embarcar nesta terça (11) para a China, outro quando chegar ao país e mais um quando for encontrar o presidente Xi Jinping. E, segundo disse, isso está certo.

> Digo sempre que, se juntar todos os presidentes desde a proclamação [da República] até essas eleições, a soma de todas as candidaturas juntas não gastou o que esse cidadão gastou na perspectiva de perpetuar o fascismo neste país
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**
> presidente da República, citando sem nomear o ex-presidente Jair Bolsonaro

"Nós ainda temos muita gente que não gosta de democracia impregnada aqui", disse, sem deixar claro se se referia ao Palácio do Planalto ou ao Brasil. "Vou tomar decisão de exigir, só vai trabalhar e só vai entrar [no Palácio do Planalto] quem tiver cartão de vacina."

O terceiro mandato de Lula na Presidência completa cem dias sob críticas de aliados, que reclamam de entraves para deslanchar projetos e da falta de uma nova marca ao novo mandato do petista. O próprio mandatário tem cobrado integrantes do primeiro escalão por entregas nas últimas reuniões, como mostrou a **Folha**.

Até então, apontam ministros e parlamentares alinhados ao Planalto, o governo reciclou programas antigos e foi palco de embates entre expoentes da equipe ministerial, que se desentenderam publicamente sobre o lançamento de propostas do governo.

Auxiliares do presidente afirmam que o slogan do governo é "União e Reconstrução", o que justifica o relançamento de iniciativas de gestões anteriores, como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, retomado no lugar do Auxílio Brasil, e que eles voltaram turbinados.

Leia mais em Mercado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião ministerial que marcou os 100 dias de governo, no Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

Presidente planeja fazer lives, mas Palácio do Planalto nega se espelhar em Bolsonaro

Renato Machado e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve começar a fazer lives na internet para divulgar ações do governo e transmitir mensagens para a população, seguindo modelo adotado por seu antecessor Jair Bolsonaro (PL).

A hipótese de Lula realizar transmissões na internet foi confirmada nesta segunda (10) pelo ministro da Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência), Paulo Pimenta. O ministro afirmou que os detalhes serão definidos após o retorno do mandatário da viagem oficial à China.

O governo, no entanto, busca descolar a iniciativa totalmente do formato que se tornou popular com Bolsonaro. Pimenta, inclusive, disse que usou o termo "live" de uma maneira genérica.

"Nós vamos conversar quando ele voltar da China, para discutir o formato, a frequência, o dia, o horário e a forma como vai ser", disse Pimenta, falando a jornalistas.

"Ele [Lula] gosta da ideia de, em determinados momentos, ele se dirigir diretamente à população", completou.

Pimenta ainda acrescentou que Lula já adotou formas de dialogar diretamente com a população em seus dois primeiros mandatos. Completou que não se trata de um rompimento do diálogo com a imprensa.

Ao falar sobre o plano de fazer as lives, o ministro havia dito ao site Brasil 247 que a "mídia comercial" não era "aliada" e que por isso o presidente começaria a realizar essas transmissões.

Em sua primeira passagem pela Presidência, Lula tinha um programa de rádio semanal produzido pela estatal EBC, chamado Café com o Presidente. O programa tinha um formato de entrevista e ia ao ar também na rádio Nacional.

"Nesses 90 dias, a gente teve muitas coletivas, muitas entrevistas, o presidente falou em muitos atos e eventos, então não teve falta de contato com a imprensa", afirmou Pimenta a jornalistas.

Na sequência, novamente, ele buscou diferenciar a proposta do atual governo das lives de Bolsonaro.

"Muitas vezes esses modelos de lives tradicionais, como muitas lideranças fazem, é a única forma, eles só falam assim. Não costumam falar com a imprensa. Não é o caso do Lula. O Lula vai continuar falando com a imprensa, vai continuar fazendo as coletivas" afirmou Pimenta.

> Não é para substituir o papel da [entrevista] coletiva e nem o papel da imprensa. O presidente pode querer conversar sobre determinado assunto, determinada pessoa pode querer aprofundar o tema, um ministro pode falar sobre isso
>
> **Paulo Pimenta**
> ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência

"E, eventualmente, para tratar algum tema que está a fim de falar, alguma coisa mais específica, a gente vai conversar e ele pode fazer. Não é para substituir o papel da [entrevista] coletiva e nem o papel da imprensa. O presidente pode querer conversar sobre determinado assunto, determinada pessoa pode querer aprofundar o tema, um ministro pode falar sobre isso", completou.

O ex-presidente Bolsonaro costumava realizar semanalmente, nas noites de quinta-feira, a sua transmissão ao vivo na internet, que era gravada na biblioteca do Palácio do Alvorada.

Geralmente na presença de algum de seus ministros, sem questionamentos de jornalistas, o ex-mandatário se sentia à vontade para atacar a imprensa e adversários e para defender teses negacionistas e antidemocráticas, como atacar as urnas eletrônicas e defender o uso da hidroxicloroquina para tratar a Covid-19.

Lula é aprovado por 33% e reprovado por 30% em São Paulo, diz Datafolha

Patamar de ótimo ou bom é inferior à média nacional, mas cenário mostra divisão semelhante

Joelmir Tavares

são paulo O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem avaliação positiva (ótimo/bom) no estado de São Paulo inferior à média nacional, indica pesquisa Datafolha. O governo é aprovado por 33% e reprovado por 30% dos paulistas, percentuais que, no conjunto do Brasil, são de 38% e de 29%, respectivamente.

A gestão do petista é considerada regular por 34% dos entrevistados em São Paulo, contra 30% do índice nacional. Não souberam opinar, em ambos os levantamentos, 3%.

O quadro evidencia obstáculos para o mandatário no maior colégio eleitoral do país, que irradia decisões de impacto político e econômico e onde o antipetismo tem historicamente força significativa. No segundo turno da eleição de outubro, no estado, Lula ficou atrás de Jair Bolsonaro (PL), por 55% a 45%.

Para concluir que em São Paulo, proporcionalmente, menos pessoas respondem que o governo federal é ótimo ou bom, o Datafolha ouviu pessoalmente no estado 1.806 pessoas, com 16 anos ou mais, em 65 municípios. A pesquisa nacional fez 2.028 entrevistas em 126 cidades espalhadas por todo o Brasil. A margem de erro de ambas é de 2 pontos percentuais.

Sob a ótica política, o recorte estadual não difere muito do retrato geral: a divisão de opiniões permanece como reflexo de um processo eleitoral polarizado, do qual Lula saiu vencedor com a margem de votos mais apertada desde a redemocratização, apenas 1,8 ponto percentual à frente do rival.

Resistem tendências vistas nas urnas, como o maior apoio ao líder do PT na região metropolitana da capital e a predileção do interior por Bolsonaro —mesma divisão geográfica ocorrida na votação e na aprovação do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), aliado do ex-presidente.

A área metropolitana, que deu mais votos a Lula no segundo turno, abriga 37% de opiniões ótimo/bom, 33% de regular e 26% de ruim/péssimo, percentuais que no conjunto dos demais municípios são de 29%, 35% e 32%, respectivamente.

Entre os paulistas que votaram no petista em outubro, a avaliação é mais positiva não só do que a média do estado, mas também do que a nacional. O governo é visto como ótimo/bom por 68%, regular por 27% e ruim/péssimo por 3% da parcela que teclou 13 na urna.

Já entre paulistas que optaram por Bolsonaro, as taxas são de 8%, 33% e 56%, respectivamente. No conjunto do estado, 56% afirmam que Lula fez pelo país menos do que esperavam (a taxa nacional é de 51%), e 11% dizem que ele realizou mais do que era previsto (no país, são 18%). Para 28%, ele ficou dentro das expectativas (25% nacionalmente).

Lula priorizou nos cem primeiros dias de governo o retorno de programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Patinou, porém, na esfera econômica, com a população ainda sentindo os efeitos da inflação e o mercado relatando um cenário instável.

Ele se fez presente no estado com o envolvimento no socorro às vítimas do temporal que deixou 65 mortos no litoral norte, em fevereiro. Atuou em conjunto com Tarcísio e apregoou a colaboração republicana entre governantes mesmo que tenham ideologias e partidos diferentes.

Apesar dos discursos em prol da colaboração (o governador já disse que os dois são sócios e que o estado depende do país para ir bem, e vice-versa), seus eleitores mantêm desconfianças mútuas.

Entre os que votaram em Tarcísio no segundo turno, quase metade (48%) acha o governo Lula ruim/péssimo. Outros 33% o veem como regular. E 15% consideram o mandato ótimo/bom, opinião de expressivos 65% dos que escolheram Fernando Haddad (PT) no pleito local.

Outro capítulo da pesquisa reforça o ceticismo ampliado dos paulistas com o presidente. Para 54%, Lula cumprirá parte das promessas de campanha, mas não a maioria delas (nacionalmente, 50% pensam assim).

Outros 23% dizem que o petista honrará a maior parte dos compromissos assumidos (no país, são 28%).

A taxa dos que acham que ele não cumprirá nada é de 22% em São Paulo e de 21% na média do Brasil.

Também é inferior ao patamar nacional o percentual de moradores do estado que acreditam que daqui para frente Lula fará um governo ótimo ou bom.

O grupo de otimistas em São Paulo corresponde a 42%, abaixo dos 50% do quadro geral. Os que acham que o governo será regular são 31% (SP) e 27% (Brasil).

Já o prognóstico de que a gestão do petista será ruim ou péssima é feito por 26% no estado, enquanto na média brasileira a resposta foi dada por 21%.

O Datafolha também pesquisou a opinião dos paulistas sobre o governador Tarcísio de Freitas após três meses: sua gestão foi considerada ótima ou boa por 44%, regular por 39% e ruim ou péssima por 11%.

Para 45%, Tarcísio fez pelo estado de São Paulo menos do que eles esperavam. Outros 37% acham que ele realizou exatamente o que era previsto; para 12%, ele fez mais do que o esperado.

Avaliação do governo Lula após três meses de mandato

33% em SP avaliam o governo Lula como bom ou ótimo; 30% consideram ruim ou péssimo
Em %

54% acham que presidente vai cumprir parte das promessas, mas não a maioria
Em %

42% dos entrevistados em SP acreditam que Lula fará um governo ótimo ou bom
Em %

Em São Paulo, 56% dizem que presidente fez menos ao Brasil do que o esperado
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 1.806 pessoas de 16 anos ou mais em 65 municípios do estado de São Paulo entre os dias 3 e 5.abr; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Daniela Carneiro pede sua desfiliação da União Brasil

Victoria Azevedo e Mateus Vargas

brasília A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, pediu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sua desfiliação da União Brasil.

Ela é um dos três nomes indicados pelo partido para o primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A entrega das pastas do Turismo, Comunicações, além da Integração e do Desenvolvimento Regional, porém, não foi suficiente para atrair integralmente a legenda, que se declara independente, para a base do petista.

O processo foi apresentado no último dia 6 e está sob relatoria do ministro Ricardo Lewandowski. Também pedem desfiliação da legenda, no mesmo processo, os deputados Chiquinho Brazão, Dani Cunha, Juninho do Pneu, Ricardo David e Marcos Soares, todos do Rio de Janeiro.

A ministra se tornou foco de crise no governo logo nos primeiros dias do mandato quando a **Folha** mostrou vínculos políticos dela com milicianos no Rio de Janeiro. Daniela, por exemplo, recebia apoio político do ex-vereador Marcio Pagniez, conhecido como Marcinho Bombeiro, preso preventivamente.

Na ação em tramitação na Justiça Eleitoral, os parlamentares afirmam que o presidente da sigla, Luciano Bivar, chegou a bloquear as senhas de acesso ao sistema usado para realização de convenções municipais. "Tal conduta não passa de sorrateira manobra política, para centralizar o poder partidário em si e seus asseclas."

Afirmam ainda que Bivar usa "expedientes autoritários" similares em outros estados para manter o controle político da legenda.

Os parlamentares ainda declararam ao tribunal que Bivar e seu vice, Antonio Rueda, vêm nomeando aliados para cargos dentro do partido e do governo.

"A grave discriminação política-pessoal decorre da tentativa de afastar os deputados do convívio partidário, mediante promessa de expulsão em decorrência de seu posicionamento, especialmente considerando os insultos e ameaças perpetradas pelo Vice-Presidente contra os requerentes, por apenas defenderem uma condução pautada na democracia intrapartidária."

No mesmo processo, eles afirmam que o partido assumiu, mas ainda não quitou dívidas de campanha de seus candidatos.

Procurado, Bivar disse à **Folha** que tomou conhecimento do pedido feito ao TSE.

"Eles entraram no TSE com esse pedido. O partido vai se manifestar dentro dos autos. Isso aconteceu no governo Bolsonaro e o partido respondeu de acordo com o regime de fidelidade partidária", disse o presidente da União.

A ministra e os deputados pedem para o TSE declarar que há justa causa para a desfiliação partidária, sem que eles recebam punições como a perda dos mandatos na Câmara.

Eles pedem ainda que o tempo de TV e o fundo partidário sejam transferidos aos novos partidos dos parlamentares.

O processo também inclui uma carta do marido de Daniela e prefeito de Belford Roxo (RJ), Waguinho, informando que irá se desfiliar da União Brasil. No caso dele, não há necessidade de pedir à Justiça para deixar a sigla.

No documento endereçado aos parlamentares e anexado ao processo, Waguinho diz que se desfilia em "respeito e solidariedade" a eles, "atualmente vítimas de um lamentável e inaceitável ambiente de assédio e constrangimentos pessoais."

O pedido de desfiliação apresentado ao TSE foi revelado pelo jornal O Globo e confirmado pela **Folha**.

"Permitir a manutenção desses recursos com o partido transgressor, significa, além de premiar essa atuação antidemocrática, capacitar esses dirigentes com ainda mais poder para seguirem com a nefasta prática de gestão, em manifesta oposição ao princípio da razoabilidade, além de afrontosa ao sistema representativo", diz a ação.

Daniela Carneiro tem negado ter cometido qualquer irregularidade em relação ao vínculo com milicianos. Disse em janeiro que "apoio político não significa que ela compactue com qualquer apoiador que porventura tenha cometido algum ato ilícito". Também afirmou que compete à Justiça "julgar quem comete possíveis crimes".

Lula, em entrevista dada em março, minimizou a situação da ministra e disse que ela seria demitida se ficasse demonstrado que o elo fosse além de fotografias com os milicianos.

Daniela Carneiro, então filiada ao partido União Brasil, discursa durante a solenidade de sua posse como ministra do Turismo, em Brasília Ministério do Turismo - 02.jan.23

PF vai ouvir 80 militares sobre ataques golpistas

brasília A Polícia Federal vai ouvir o depoimento de cerca de 80 militares sobre os atos de vandalismo do dia 8 de janeiro.

As oitivas vão ocorrer no inquérito aberto pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar omissão de autoridades no episódio. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes.

Em fevereiro, Moraes fixou competência do STF para processar e julgar crimes praticados nos ataques golpistas, independentemente de os investigados serem civis ou militares.

Em 8 de janeiro, centenas de bolsonaristas radicalizados que estavam concentrados em frente ao quartel-general do Exército em Brasília percorreram a Esplanada dos Ministérios e invadiram as sedes dos três Poderes.

Eles entraram e depredaram os edifícios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF.

Moraes liderou a reação jurídica aos ataques. Uma de suas primeiras medidas, tomada horas depois das invasões, foi o afastamento temporário do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), do cargo.

A PM-DF, que faz a segurança da Esplanada, é subordinada ao governo distrital.

Ibaneis só retornou ao comando do Governo do DF em 15 de março, também por determinação de Moraes.

Mais de 1.400 prisões foram feitas por causa dos ataques. Até o início de abril, 313 permaneciam detidas.

Fabio Serapião

O presidente Lula fala sobre os primeiros cem dias de seu governo Gabriela Biló/Folhapress

Lula destaca temas sociais, e engaja menos que Bolsonaro nas redes

Análise dos dois perfis no Twitter considera primeiro trimestre dos governos em mais de 1.500 publicações

DELTAFOLHA

Cristiano Martins e Diana Yukari

SÃO PAULO Pautas sociais, como direitos humanos, saúde e combate à fome, ganharam destaque na comunicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos cem primeiros dias de seu terceiro governo, completados nesta segunda-feira (10).

Cerca de 42% das publicações do perfil do presidente no Twitter desde a posse tratam desse grupo temático, contra 17% das postagens do antecessor no mesmo período —Jair Bolsonaro (PL) assumiu o cargo em janeiro de 2019.

Mesmo com o esforço da equipe de Lula para tornar a comunicação petista mais dinâmica, Bolsonaro ficou bem à frente no engajamento no período. Lula publicou mais, mas o ex-presidente angariou mais curtidas e interações com público na rede social.

A estratégia digital de Bolsonaro também foi amparada em suas lives semanais, transmitidas sempre às quintas-feiras no YouTube. A equipe de Lula ensaiou uma estreia do presidente em podcast, mas ainda não fechou uma "agenda digital" com o público. Deve começar a fazer transmissões ao vivo, tal qual o antecessor.

O DeltaFolha analisou o comportamento de ambos no Twitter porque a rede social é a única cuja plataforma para programadores permite a extração automatizada de dados. Além disso, ela é a ferramenta mais usada para medir o debate público, já que as publicações atingem pessoas além dos seguidores.

Com uma conta criada quatro anos antes (2010), Bolsonaro tem 11,2 milhões de seguidores, e Lula (2014), 7,5 milhões. As mensagens de Bolsonaro nos cem primeiros dias de governo têm em média 33,2 mil curtidas e 4.198 retuítes. O perfil de Lula registra 16,6 mil e 1.603, respectivamente.

A reportagem analisou 1.570 publicações que Lula e Bolsonaro somam na reta inicial dos respectivos mandatos — foram desconsiderados os retuítes e as respostas diretas aos seguidores.

As mensagens foram categorizadas de acordo com palavras-chave ligadas à atuação específica de cada ministério do governo, de forma automatizada, com auxílio do modelo de inteligência artificial do ChatGPT. Depois, esses tópicos foram agrupados pela reportagem em quatro grandes temas (política, economia, sociedade e meio ambiente).

Os cem primeiros dias são considerados decisivos para um novo governo. É quando o governante tenta aproveitar os maiores índices de popularidade após a eleição para estabelecer acordos e definir diretrizes.

Além das pautas sociais, o petista teve uma comunicação voltada a tópicos relacionados a direitos humanos e igualdade racial ou de gênero (15%), pobreza e assistência social (8%), educação e saúde (6% cada).

Bolsonaro, por sua vez, escreveu mais sobre infraestrutura e transportes (8%), segurança (7%) e economia (6%).

Em seu perfil, Lula reconheceu a prioridade a temas sociais e, em um segundo momento, à pauta econômica com foco na classe média.

"Quando completarmos os 100 dias, teremos voltado com todas as políticas públicas que criamos e que deram certo nesse país", disse em 20 de março. "A partir daí, vamos mostrar outras coisas, sobretudo para melhorar o poder aquisitivo da classe média", acrescentou.

Ambos usaram a rede para destacar medidas do próprio governo ou comentar temas da política, além das relações exteriores —os dois se reuniram com outros chefes de Estado e fizeram viagens internacionais no período (Bolsonaro fez quatro e Lula, três), tendo registrado muito dessas agendas na plataforma.

Bolsonaro explorou muito mais a interação direta com seguidores do que Lula –9,3% de suas publicações eram saudações diárias sem muita pompa, agradecimentos, emojis e convocações para eventos e transmissões ao vivo. O perfil de Lula só fez isso em 1,7% das postagens.

Apesar de ter publicado menos, a página de Jair Bolsonaro tem quase o triplo de menções a outras pessoas e hashtags na comparação com a de Lula. O ex-presidente fez 591 posts no período, ante 979 do atual.

A média de Lula é puxada para cima por alguns tuítes que viralizaram, mas o perfil de Bolsonaro apresenta maior constância de popularidade.

Além de engajar mais, Bolsonaro atacou a imprensa e os adversários com mais frequência, seguindo a cartilha digital do ex-presidente americano Donald Trump.

A análise mostra que 7,9% das publicações de Bolsonaro foram sobre ataques à imprensa, ideologia e polarização partidária ou mídia, ante 2,6% de Lula na soma desses mesmos temas.

O atual presidente tem uma presença mais institucional na rede. Algumas mensagens são acompanhadas da hashtag #EquipeLula, indicando que a postagem foi realizada por assessores. A estratégia de redes sociais de Bolsonaro era comandada pelo seu filho Carlos Bolsonaro, vereador do Rio pelo Republicanos.

Um dos usos frequentes –e que ajuda a explicar o peso dos temas sociais no perfil do petista– é a publicação dos discursos oficiais, muitas vezes na íntegra. Isso aconteceu na posse, no Dia Internacional da Mulher e no relançamento do Bolsa Família, por exemplo.

> "Quando completarmos os 100 dias, teremos voltado com todas as políticas públicas que criamos e que deram certo nesse país
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> presidente da República, em post de 20 de março no Twitter

Temáticas de Lula e Bolsonaro destoam no Twitter nos cem primeiros dias de governo

% de tuítes por tema

	Sociedade	Política institucional e partidária	Economia e trabalho	Meio ambiente e sustentabilidade	Outro/indeterminado
@LulaOficial	42	38	14	6	0
@jairbolsonaro	17	45	28	7	3

Linha do tempo das publicações dos presidentes

Sociedade
Política institucional e partidária
Meio ambiente e sustentabilidade
Economia, desenvolvimento e trabalho
Outro/indeterminado

@LulaOficial ← nº de tuítes | @jairbolsonaro nº de tuítes →
100 50 0 | 0 50 100
dias: 1, 10, 20, 30, 40, 50 dias, 60, 70, 80, 90, 100 dias

Dia da posse teve mais publicações graças a transcrições de discursos postados na íntegra

Proporcionalmente, Bolsonaro falou o dobro sobre economia do que Lula nos primeiros 15 dias de governo

Engajamento na rede social e interação com seguidores

@LulaOficial 1º.jan.
Feliz ano novo! 🇧🇷
72,5K Retuítes 549,2K Likes

Economia

@jairbolsonaro 11.jan.
🇧🇷👍 Dólar cai pela 4ª semana e real é a moeda que mais se valoriza no mundo
9.895 Retuítes 64,4K Likes

O tuíte mais popular de Lula tem 4 vezes mais curtidas que o mais popular de Bolsonaro (132,8 mil)

Relações exteriores

@LulaOficial 30.jan.
O Brasil não tem interesse em passar munições para que sejam utilizadas na guerra entre Ucrânia e Rússia. O Brasil é um país de paz. Nesse momento, precisamos encontrar quem quer a paz, palavra que até agora foi muito pouco utilizada.
2.998 Retuítes 28,5K Likes

Engajamento na rede social e interação com seguidores

@jairbolsonaro 24.jan.
Grande dia! 👍
16,5K Retuítes 73,3K Likes

Em 24.jan, Bolsonaro tuitou após Jean Wyllys anunciar que não tomaria posse de seu novo mandato (ele nega relação com o fato). Foi o terceiro tuíte mais compartilhado de Bolsonaro

Lula priorizou mensagens mais institucionais

Até o 50º dia, Lula e Bolsonaro tuitaram mais sobre política institucional e partidária. Dentro desse tema, mensagens de Lula falavam mais de **governo e instituições**

Governo e instituições
Relações exteriores
Política institucional e partidária

Engajamento na rede social e interação com seguidores
Política institucional e partidária

Bolsonaro, por sua vez, teve mais mensagens classificadas dentro do tópico **engajamento na rede social e interação com seguidores**

Infraestrutura e Transporte

@jairbolsonaro 15.mar.
Foi realizado hoje, 15/03, o leilão de 12 aeroportos das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Valor inicial proposto era de R$ 218,7 milhões. Conseguimos arrecadar R$ 2,37 BILHÕES, valor 10 vezes maior, que será pago à vista. É o Brasil voltando a crescer! Grande vitória! 🇧🇷
7.506 Retuítes 58,7K Likes

Igualdade de gênero

@LulaOficial 8.mar.
Neste ano, o 8 de março marca a volta e fortalecimento de políticas para combate à violência contra mulheres e promoção de direitos. Estamos apresentando hoje mais de 20 ações pensadas por 19 ministérios, Banco do Brasil, CAIXA e BNDES. O governo federal respeita as mulheres.
1.613 Retuítes 13,8K Likes

Em março, perfil de Bolsonaro teve concentração de tuítes sobre infraestrutura e transportes, principalmente com anúncios de concessões e leilões

Na reta final dos 100 dias, Lula deu ainda mais destaque para temas sociais

Justiça e segurança

@jairbolsonaro 2.abr.
Uma parceria entre a @policiafederal do Brasil e a Polícia do Paraguai apreendeu mais de mil toneladas de maconha. A ação também destruiu plantações da droga que produziriam uma quantidade avaliada em US$ 33 milhões de dólares. Parabéns pelo trabalho! Via @planalto
4.170 Retuítes 33K Likes

Desastres e assistência humanitária

@LulaOficial 9.abr.
Eu já morei em bairros que enchia d'água. Eu sei o que as pessoas afetadas pela enchente passam. Perdem geladeira, fogão, colchão. Temos que cuidar das pessoas atingidas. A união entre governo federal, estadual e municipal é obrigatória.
649 Retuítes 4.318 Likes

No tema meio ambiente, 53% dos tuítes de Lula foram sobre desastres naturais, especialmente as chuvas em São Sebastião (SP), Araraquara (SP) e Maranhão

No tema sociedade, o tópico mais destacado de Bolsonaro foi justiça e segurança (40%)

Metodologia: As mensagens foram categorizadas a partir de palavras-chave ligadas à atuação específica de cada ministério do governo, de forma automatizada, com auxílio do modelo de inteligência artificial do ChatGPT. Depois, esses tópicos foram agrupados pela reportagem nos quatro grandes temas. Dados até 13h de 10.abr. Fonte: API oficial do Twitter, OpenAI.

100 dias, sem Congresso

A política está mudando com ou sem o governo Lula

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP.

Nesses primeiros cem dias, no lado positivo, podemos citar a reafirmação da democracia em face do golpismo, as medidas emergenciais de auxílio aos yanomamis, a retomada de políticas sociais, a recolocação do Brasil nas relações internacionais, a desmilitarização do governo, o anúncio do novo marco fiscal.

No lado negativo, brigas desnecessárias de Lula com o Banco Central e, principalmente, a tentativa de enfraquecer a Lei das Estatais e de travar qualquer processo de privatização.

Mas façamos um paralelo: aos cem dias do governo Bolsonaro, o presidente já havia trocado dois ministros (um deles, o da Educação), declarara que nazismo é de esquerda, determinara a comemoração do golpe de 1964 e causara celeuma nas redes sociais ao falar de "golden shower". Hoje, discutimos a credibilidade da política econômica. É um avanço cultural.

Há, no entanto, algo que aproxima os dois governos: a dificuldade da relação com o Congresso.

Bolsonaro chegou ao poder com a promessa de não negociar com o Congresso. O povo na rua pressionaria os parlamentares a votar com o governo. Apesar do grande número de apoiadores quinzenalmente nas ruas em 2019, a estratégia fracassou. O Congresso se fortaleceu, votando, por exemplo, as emendas impositivas e travando pautas do governo.

Quando a maré da opinião pública virou com mais força contra o governo, na pandemia, Bolsonaro teve que se lançar no colo do Congresso, comprando sua própria sobrevivência com cargos e os bilhões de reais do orçamento secreto.

Já Lula chegou mais do que disposto a negociar apoio, mas mesmo assim enfrenta dificuldades enormes. Cedeu espaço, mas até agora não tem votos.

Em entrevista para a **Folha** *cerca de 20 dias atrás, o deputado Elmar Nascimento, da União Brasil, descreveu de forma muito precisa a nova relação: não é porque cedeu cargos que o governo garante os votos da bancada do partido. Esses serão negociados pauta a pauta, e o partido não se comportará como um bloco coeso sempre. "Depende da pauta. Tem pauta que vai ter todos os votos. Tem pauta que não vai ter nenhum."*

Essa postura modera os piores excessos do governo. Serviu para matar o projeto do voto impresso em 2021. E deve agora limitar os piores retrocessos na investida do governo contra o marco do saneamento. Isso vale para muitas pautas, mas não para todas: em tudo aquilo que possa beneficiar os parlamentares com mais verbas e acesso a cargos, o próprio Congresso dificilmente será uma barreira eficaz.

Os próprios deputados hoje têm menos espaço para votar de acordo com sua opinião pessoal ou seu interesse partidário, pois correm mais risco de desagradar a base de eleitores. A razão disso é que os eleitores hoje estão mais próximos da política e acompanham as votações de seus parlamentares.

Um sintoma particularmente nefasto disso são os parlamentares que vivem de fazer vídeos para suas redes sociais, inclusive usando o Congresso de palco privilegiado para suas palhaçadas. O escrutínio quase obsessivo de gastos em viagens e penduricalhos também é parte desse novo interesse popular.

Por outro lado, um perfil fundamental da política democrática, o deputado que sabe conversar com todos, negociar e compor com seus adversários quando necessário, esse tende a ter mais dificuldade com o público. Sentar-se para negociar com alguém do lado oposto é visto como uma traição à pureza dos valores de seu lado do espectro.

São desafios de uma política que se torna mais democrática. E a reação do governo pode ser apostar ainda mais fundo na compra de apoio ou reinventar o diálogo com os eleitores de forma a quebrar a polarização que arrisca nos paralisar.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

O ex-comandante de Operações da PM-DF, Jorge Eduardo Naime (à esq.), e o deputado Chico Vigilante (PT) em depoimento na CPI dos Atos Antidemocráticos Rinaldo Morelli/Câmara Legislativa do DF

CPI do 8/1 tem relator da PM e forças que favorecem Ibaneis

Depoimentos miram Exército, e deputados do DF levantam diferentes teses

Cézar Feitoza e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Aberta para investigar a invasão às sedes dos três Poderes, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Atos Antidemocráticos na Câmara Legislativa do Distrito Federal tem um policial militar na relatoria, um petista histórico na presidência e esforços da base para livrar o governador Ibaneis Rocha (MDB).

Com pouco mais de um mês de investigações, deputados distritais se apoiam em diferentes teses para explicar o que ocorreu em 8 de janeiro —e muitos se dividem entre jogar a culpa no Exército e no governo federal ou pinçar responsáveis no governo local, como o ex-secretário e ex-ministro Anderson Torres, que está preso.

Ex-líder do governo Ibaneis e PM da reserva, o deputado distrital Hermeto (MDB), relator da CPI, não esconde a preocupação com a imagem da corporação.

Já o nome do governador —afastado pela Justiça por mais de dois meses— mal aparece nas sessões, e o relator admite que a CPI não pensa em convidá-lo para prestar sua versão dos fatos.

"Todo mundo achou que eu ia puxar sardinha para a PM. Eu só vou dizer a verdade: eles [policiais que estavam na Esplanada] não têm culpa, foram levados ao matadouro. O erro claro foi de quem planejou aquilo ali", diz Hermeto.

Ele afirma que será imparcial no relatório e promete questionar no documento o "baixo efetivo" da PM do DF e a necessidade de novos concursos.

Como Ibaneis, Hermeto diz que o episódio foi resultado de um apagão generalizado, não só do Governo do DF. Ele também tem batido na tecla de que os policiais estavam exaustos —sobretudo por causa da tensão entre a derrota de Jair Bolsonaro (PL) e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Eu confessei, nesta semana, que não estou nem dormindo direito. Fico preocupado com esse relatório. Muito preocupado em fazer justiça. Porque o que estamos vendo aqui, com os depoimentos anteriores, é que todo mundo está jogando a culpa na Polícia Militar", disse o relator durante sessão de março.

Hermeto deixou a PM como subtenente para tentar a política. Começou como administrador regional (cargo semelhante ao de prefeito no DF, mas sem eleição) até se tornar deputado distrital pela primeira vez em 2018, após duas derrotas.

O movimento se deu num período em que praças da PM tentavam espaço no Legislativo para quebrar a hegemonia que os oficiais de alta patente detinham no Distrito Federal.

Nesse cenário, ele se tornou adversário político do coronel Jorge Naime, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do DF e ex-comandante de operações da PM local.

Naime era um dos responsáveis pela segurança do Distrito Federal em 8 de janeiro, mas estava de férias. Por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), ele está preso por suposta negligência.

Em seu depoimento à CPI, Naime levou uma comitiva de policiais a tiracolo e sentou à principal mesa do plenário da Câmara Legislativa usando farda. Logo no início, enviou recados a Hermeto e, sem citar o nome do relator, sugeriu que a "interferência política" estava prejudicando a Polícia Militar.

Ao justificar sua folga, o coronel preso disse ainda que estava com os filhos no dia, e que o relator da CPI deveria saber "bem o que é uma ex-esposa, quando não se acerta na vida" —referência clara, segundo deputados, à acusação que a ex-esposa de Hermeto fez contra ele em 2019 por suposta agressão.

"Eu sei muito bem", respondeu o relator a Naime após a provocação.

Hermeto disse à **Folha** que foi acusado de muitas coisas que não cometeu e que acabou inocentado em tudo.

O deputado também afirmou que não interfere politicamente na PM, mas dá dicas ao governador Ibaneis Rocha.

"Quando ele fala de interferência política, eu digo como sugestão [política]. Eu fiquei 30 anos na polícia, é claro que o governo vai perguntar alguma coisa para mim em relação à Polícia Militar. É normal. Eu não quis polemizar naquele dia porque o cara estava preso, revoltado", afirma.

Diante do jogo de forças na Câmara Legislativa que fez com que a CPI tivesse cinco dos sete membros aliados ao governo Ibaneis, a oposição precisou brigar para emplacar na presidência o deputado distrital Chico Vigilante (PT), um dos principais nomes do PT no Distrito Federal.

Foi Vigilante quem, em nome do governo Lula, tentou convencer Ibaneis a não levar de volta para a Secretaria de Segurança Pública do DF o ex-ministro de Bolsonaro Anderson Torres.

Integrante da CPI, o deputado distrital Fábio Félix (PSOL) afirma que é preciso entender se houve uma conspiração entre autoridades dos governos federal e distrital para dar um golpe de Estado —com braços dentro do Exército e das forças de segurança do DF.

O parlamentar diz que a maioria dos membros da CPI quer punição para os culpados, inclusive no âmbito do Distrito Federal. Félix defende a apuração ampla dos fatos e diz que o governador deve ser investigado, mas rebate a acusação de colegas bolsonaristas contra o governo Lula.

"O máximo que o governo federal pode ter cometido é omissão. A responsabilidade da segurança pública é do DF, basicamente. Para mim, essa tentativa de jogar para o governo federal é uma narrativa para escamotear a realidade e aliviar para os bolsonaristas", diz.

"É óbvio que um governo empossado não ia tentar dar um golpe. A gente sabe quem estimulou. Não dá para tentar jogar para o governo federal, com oito dias sentado na cadeira. Isso é discurso para criar uma cortina de fumaça na investigação."

Com as disputas políticas dentro da PM e a tentativa do relator de preservar a categoria, os depoimentos têm apontado a artilharia contra o Exército, que cancelou operações para desmontar o acampamento e posicionou tanques de guerra contra policiais para evitar a prisão dos vândalos na noite do dia 8.

Nos próximos dias, a comissão pretende ouvir comerciantes que teriam financiado a estrutura em frente ao quartel-general, além do ex-comandante militar do Planalto, general Gustavo Dutra, e do general Augusto Heleno, chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) no governo Bolsonaro e aliado do ex-presidente.

"É muito importante chegar nos financiadores. Não teria acontecido o que aconteceu em Brasília se não tivesse alguém financiando com alimentos, carro de som, trios elétricos que foram contratados. Dinheiro que foi distribuído lá", afirma Chico Vigilante.

"Esse golpe foi planejado. E tem integrantes do alto comando da Polícia Militar do Distrito Federal envolvidos. A base não estava envolvida porque a base segue ordens. Como naquele dia só tinha 200 policiais na rua?", questiona o petista.

Receita barra saída de auditor que atuou no caso das joias

Órgão tornou exoneração sem efeito e citou entre motivos investigação na Controladoria-Geral da União

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal barrou a exoneração do ex-secretário Julio Cesar Vieira Gomes, que chefiou o órgão no fim do governo de Jair Bolsonaro (PL) e atuou no caso das joias sauditas apreendidas no aeroporto de Guarulhos.

O secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, assinou e enviou para publicação no Diário Oficial da União uma portaria para deixar sem efeito medida anterior que tornava vago o cargo de auditor ocupado por Gomes.

Barreirinhas afirma na sua decisão que tomou a medida por cautela, considerando investigação preliminar sumária em curso na CGU (Controladoria-Geral da União) que poderá ser apreciada pela Corregedoria da Receita. Segundo ele, a decisão observa as peculiaridades do caso e a supremacia do interesse público.

A portaria que declarava vago o cargo de Gomes, "em virtude de exoneração a pedido", foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (10). Ele estava lotado na Superintendência Regional da Receita no Rio de Janeiro.

Um servidor não pode ser exonerado a pedido quando é alvo de processo administrativo disciplinar. Ao pedir a saída, ele deve inclusive apresentar certidão comprovando que não se enquadra nessa situação.

A previsão está na lei 8.112, sobre o regime jurídico dos servidores da União. Seu artigo 172 estabelece que quem "responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada". A lei determina que, ocorrida a exoneração, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Segundo representantes dos servidores, o caso chama atenção porque há uma diferença entre a apuração preliminar (citada na decisão) e a abertura do processo administrativo —uma etapa posterior. Entre uma e outra, decorre um certo tempo, e, neste momento, Gomes não estaria impedido de ser exonerado a pedido.

Um dos efeitos imediatos para Gomes é que, impedido de ser exonerado, ele poderia ter restrições para advogar (conforme a lei 8.906, que dispõe sobre o estatuto da advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). Ele é doutor e mestre em direito pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e especialista em direito tributário.

Procurada, a Receita não se manifestou até a conclusão desta edição. A reportagem também procurou Gomes, que não foi localizado.

O ex-secretário é suspeito de pressionar fiscais para liberarem as joias apreendidas no Aeroporto Internacional de Guarulhos, e nega a tentativa de interferência. Ele conversou com o então presidente Bolsonaro sobre a liberação dos artigos presenteados pela Arábia Saudita.

A investigação preliminar sumária (chamada de IPS) de que ele é alvo foi aberta neste ano pela CGU. Seu objetivo é coletar informações sobre a autoria e a materialidade da suposta irregularidade na administração pública para subsidiar a decisão das autoridades sobre a necessidade de um processo acusatório.

O procedimento tem caráter informal e pode ser instaurado após um simples despacho da autoridade competente, sem a publicação em boletim interno ou no Diário Oficial, e os trabalhos devem ser concluídos em até seis meses.

As etapas da IPS se dividem em exame inicial de informações e provas, coleta de evidências e, por fim, manifestação conclusiva indicando a necessidade de instauração do processo acusatório, de celebração de acordo ou de arquivamento.

Trabalhadores sem-terra invadem superintendência do Incra em AL Mykesio Max/Divulgação MST

MST invade Incra em Alagoas e cobra demissão de primo de Arthur Lira

João Pedro Pitombo

SALVADOR Um grupo de cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra invadiram a sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no centro de Maceió, na manhã desta segunda (10).

Os manifestantes cobram a exoneração do superintendente local do órgão, César Lira. Ele é primo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP).

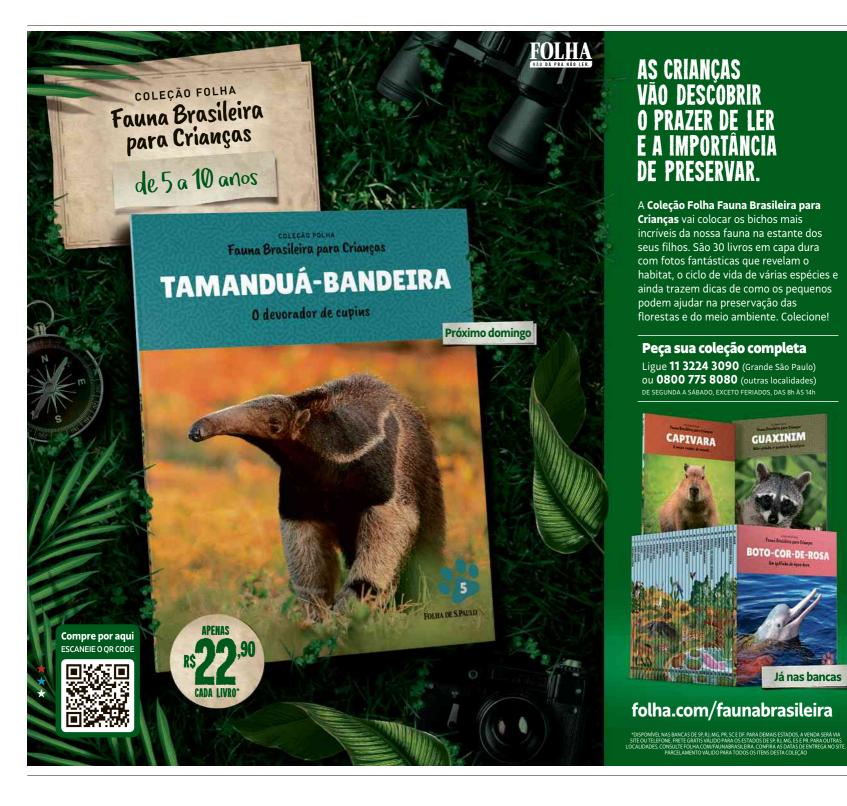
César Lira foi nomeado em 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB) por indicação do deputado federal Marx Beltrão (PP-AL). Permaneceu no cargo durante o governo Jair Bolsonaro (PL) com apadrinhamento de Lira e continua no posto no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao todo, participam da ocupação sete entidades de luta pela terra, incluindo o MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra), a Frente Nacional de Luta e a Comissão Pastoral da Terra.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que todas as nomeações para as superintendências regionais do Incra e escritórios estaduais do ministério estão sendo tratadas na Casa Civil e na Secretaria de Relações Institucionais.

As organizações à frente da ocupação afirmaram em nota que, desde janeiro, cobram a exoneração de César Lira, classificado como 'bolsonarista raiz'. Foram enviados ofícios ao deputado federal Paulão (PT-AL) e ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira.

Os manifestantes defendem a nomeação do servidor público José Ubiratan Resende de Santana como superintendente do Incra em Alagoas.

Em janeiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário indicou que exoneraria superintendentes regionais indicados por Bolsonaro, atendendo a uma demanda apresentada por movimentos populares do campo.

mundo

Ex-guerrilheira vem ao Brasil pedir que esquerda não apoie ditador da Nicarágua

Para Mónica Baltodano, Lula não faz leitura adequada do regime de Ortega e precisa de posição clara

ENTREVISTA MÓNICA BALDOTANO

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Em janeiro de 1980, a ex-guerrilheira nicaraguense Mónica Baltodano esteve no Brasil a convite de Frei Betto, conheceu Luiz Inácio Lula da Silva e o convidou para celebrar em seu país o primeiro aniversário da Revolução Sandinista, que derrubara a ditadura de Anastasio Somoza.

Meses depois, ela recebeia em Manágua o então líder sindicalista brasileiro, que foi apresentado a integrantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e ao socialista cubano Fidel Castro.

Nesta semana, Baltodano volta ao Brasil com um objetivo bem diferente: convencer setores da esquerda e do governo Lula de que o atual regime sandinista, capitaneado por seu ex-aliado Daniel Ortega, é uma ditadura tão violenta ou até pior que a de Somoza.

Baltodano foi uma das três mulheres nomeadas comandantes da revolução em 1979 e ocupou cargos de peso no Executivo e no Congresso. Agora, ela é parte do numeroso grupo de companheiros de Ortega que o abandonaram após se decepcionarem com seus movimentos autoritários. Assim como outros opositores, foi perseguida: em fevereiro, teve a nacionalidade cassada, e os bens, confiscados.

A ativista falou à Folha por telefone, da Costa Rica, onde vive exilada desde 2021, dias antes de sua viagem a convite do Movimento Esquerda Socialista, uma ala do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), e de um comitê de nicaraguenses e brasileiros contrários a Ortega.

Ela chegou no domingo (9) a São Paulo e também visitará Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Não encontrará Lula, que estará na China, mas sua agenda prevê conversas com parlamentares e líderes políticos, inclusive petistas, além de palestras em universidades.

*

A sra. já encontrou Lula desde que se tornou opositora de Ortega? Sim. Em 2000, em um Foro de São Paulo realizado na Nicarágua, conversei com ele e expressei minha rejeição à guinada de Ortega [líder sandinista, ele havia assinado um pacto com um partido rival para favorecer sua eleição]. Nessa ocasião, Lula não esteve de acordo com minha crítica.

Qual é o objetivo da sua atual visita? Quero contar por que mudei de lado e trazer informações amplas sobre o que está acontecendo na Nicarágua, que encorajem a abandonar posições ambíguas.

Uma relação pessoal de Lula com Ortega ou do PT com o sandinismo pode explicar a falta de uma crítica enfática? É inadmissível que uma relação pessoal seja fundamento para uma política de Estado. Além disso, eles nunca foram amigos íntimos. Quando Lula estava preso, não houve demonstração de solidariedade por parte de Ortega. Lula não está fazendo uma leitura adequada do que está acontecendo na Nicarágua. Não teve a compreensão de outros presidentes latino-americanos, como Gabriel Boric [do Chile] e Gustavo Petro [da Colômbia], de que ficar em silêncio diante de um regime tão brutal é uma vergonha.

Que efeitos uma declaração mais contundente de Lula poderia ter? Daniel Ortega tem se mostrado indisposto ao diálogo ou à busca de uma solução pacífica, mas um governo como o de Lula, se o condenar ou conclamar a mudar de conduta, pode influenciar dessa atitude fechada para uma saída do conflito. Nenhum ditador deve receber o apoio de uma força política ou de um governo que se qualifique como democrático. A esquerda deve se opor claramente a violações brutais de direitos humanos, mesmo que o presidente [em questão, alvo das críticas] se descreva como de esquerda.

A sra. considera que o regime de Ortega não é de esquerda? Não é mais a Frente Sandinista, é uma "frente orteguista". Ele não representa a luta dos povos, suas políticas são o contrário disso. É um governo patriarcal, extrativista, que tem discurso anti-imperialista, mas que, até a sublevação de 2018, tinha excelentes relações com os EUA.

Lula propôs ao Conselho de Direitos Humanos da ONU um diálogo construtivo com Ortega. Acha possível? Vemos isso de forma positiva, mas tem que haver uma rejeição ao que Ortega está fazendo.

A sra. diria que a maioria dos ex-companheiros de Ortega se voltou contra ele? Ninguém do gabinete dos anos 1980 respalda Ortega hoje. Ele conta com o apoio de um setor fanatizado que o trata como um deus. Tem um caráter messiânico, controla todos os poderes por meio de mecanismos mafiosos, chantagem, pressões.

Foi duro para a sra. mudar de lado? Foi e continua sendo duro constatar que os sonhos pelos quais tantos jovens deram a vida nos anos 1960 e 1970 foram traídos. Lutamos para que houvesse democracia, liberdade, justiça, direitos das mulheres, dos indígenas. Tudo isso foi colocado de lado em função de um projeto ditatorial com traços stalinistas e fascistas. É uma ditadura cruel.

A sra. conviveu de perto com Ortega. O que mudou? Ele centrou sua vida na obsessão do poder pelo próprio poder. A conversão dele e de todo seu entorno em capitalistas, e os acordos com o grande capital, tudo isso acabou os distorcendo.

Mónica Baltodano, 68
Militante da FSLN desde os 18 anos, foi uma das três mulheres comandantes da guerrilha que derrubou a ditadura Somoza em 1979. Foi vice-ministra e ministra, deputada pela FSLN e, na oposição, pelo Movimento pelo Resgate do Sandinismo. Cientista social, escreveu a obra de quatro volumes "Memorias de la Lucha Sandinista". Vive exilada na Costa Rica e está entre os mais de 300 ativistas que perderam a nacionalidade e os bens por ordem de Daniel Ortega.

A sra. foi presa e torturada na ditadura de Somoza e é perseguida pelo regime de Ortega. Vê semelhanças entre as duas ditaduras? Sim. E devo dizer que este ditador está enfrentando um povo desarmado. Somoza foi um genocida, mas enfrentava uma luta armada, e ainda assim a repressão agora é pior. Ortega fez muito mais presos políticos, e as condições de suas prisões são piores do que nunca. Ele expatriou 317 nicaraguenses, tirou a pensão dos aposentados, tudo isso sem nenhum processo judicial.

De que maneira a expatriação afetou sua vida? A quantidade de dificuldades que ele criou para nós é incomensurável. É como se não existíssemos: fomos apagados do registro populacional, nossos sobrenomes foram retirados de nossos filhos, eles ordenaram que os bancos fechassem nossas contas, se apropriaram de nossas casas. Eu sobrevivia do aluguel da minha casa na Nicarágua e da aposentadoria. Agora tenho renda zero, e o custo de vida na Costa Rica é alto.

O governo brasileiro se dispôs a oferecer refúgio aos perseguidos por Ortega. O Brasil é visto como uma possibilidade para os nicaraguenses? Alguns países ofereceram a nacionalidade, mas não criaram um mecanismo especial, não avisaram embaixadas. Isso dificulta que os expatriados considerem migrar, pois correm o risco de ficar anos esperando pela documentação. Temos avaliado opções, mas não podemos nos mover até que esteja claro como vai funcionar.

Premiê recua, e chefe da Defesa de Israel crítico a reforma fica no ministério

SÃO PAULO O premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, voltou atrás e anunciou nesta segunda-feira (10) que manterá no cargo o ministro da Defesa, Yoav Gallant, outrora demitido, alegando que a medida se justifica devido à crise de segurança que vive o país.

No mês passado, Gallant pediu a interrupção da controversa reforma judicial que tem levado milhares de israelenses às ruas em protestos. Pouco depois, foi demitido por Bibi, como o primeiro-ministro é conhecido. Mas Gallant não chegou a deixar, de fato, seu posto na pasta da Defesa.

"Decidi deixar nossas diferenças para trás", afirmou Netanyahu durante entrevista coletiva. O líder da coalizão mais à direita a governar Israel na história do país disse ainda que os dois trabalharam juntos nas últimas duas semanas.

Quando anunciou a demissão, Bibi enfrentou críticas da oposição e de parceiros internacionais, além de novas manifestações nas ruas. Israelenses descontentes com a medida bloquearam a principal rodovia da capital Tel Aviv e foram à casa dele, em Jerusalém.

No mesmo dia, Asaf Zamir, cônsul-geral de Israel em Nova York, renunciou ao cargo dizendo que era seu dever garantir que o país continuasse sendo um farol da democracia.

Especialistas afirmam que a reforma judicial de Bibi é um instrumento para minar a independência do Judiciário e corroer a democracia. Após semanas de manifestações, o governo adiou o trâmite da reforma.

O próprio ministro Yoav Gallant alertava sobre os riscos à segurança nacional, uma vez que, em oposição à controversa reforma, reservistas do Exército ameaçaram cruzar os braços.

Netanyahu aproveitou a entrevista nesta segunda-feira para colocar a onda de ataques que se intensifica no país na conta do governo anterior e dos protestos massivos. Segundo o jornal Times of Israel, ele afirmou que o contexto de violência não é novidade e que os ataques terroristas aumentaram sob a gestão que o antecedeu, sem apresentar informações para embasar essa alegação.

"Repeliremos essas ameaças e derrotaremos nossos inimigos. Já fizemos isso no passado e faremos de novo", seguiu. "Vamos restabelecer a dissuasão e consertar os danos que herdamos."

Ele também culpou o líder da oposição, o ex-premiê Yair Lapid —que costuma alertar para um colapso nacional caso o premiê siga em frente com a reforma.

"Quando você declara que o Estado de Israel está entrando em colapso, como você acha que nossos inimigos interpretam isso?", questionou ele. "Eles acreditam que podem nos enfrentar, com o terror combinado do Líbano, da Síria e de Gaza", afirmou Bibi.

O premiê enfrenta um cenário eleitoral pouco favorável. No último domingo (9), uma pesquisa de opinião do Canal 13 News de Israel mostrou que o partido Likud, de Netanyahu, perderia mais de um terço de suas cadeiras se uma eleição fosse realizada agora e que o premiê não conseguiria obter a maioria dos votos com seus parceiros de coalizão de ultradireita.

Com Reuters

ENCAPUZADOS ATACAM POLÍCIA NA IRLANDA DO NORTE EM DIA QUE CELEBRA ACORDO DE PAZ

Paul Faith/AFP

Um grupo de pessoas mascaradas e encapuzadas atacou policiais com coquetéis molotov em Londonderry, na Irlanda do Norte, durante protesto contra o Acordo de Belfast, que encerrou décadas de guerra civil e completou 25 anos nesta segunda (10). A polícia informou que nenhum agente ficou ferido, mas relatou danos patrimoniais —ao menos uma viatura policial foi atingida pelas chamas no bairro de Creggan, de maioria católica e nacionalista. O episódio de violência aconteceu na véspera da visita do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. O democrata tem origens irlandesas e fez parte do grupo de senadores que pressionou para que Washington se esforçasse diplomaticamente para pôr fim ao conflito. Nesta semana, o americano cumprirá agendas em Belfast e Dublin.

Com Reuters

Telão em restaurante em Pequim transmite imagens de exercício militar chinês próximo a Taiwan Tingshu Wang/Reuters

China simula 'cerco total' a Taiwan com munição real

Novos atritos com Washington em último dia de exercícios preocupam vizinhos

TAIPÉ | AFP E REUTERS A China simulou um bloqueio aéreo a Taiwan com munição real nesta segunda (10), terceiro e último dia do ensaio de um cerco à ilha em represália à visita da presidente Tsai Ing-wen aos EUA na última semana.

Os exercícios geraram não apenas novos atritos com Washington, que desafiou Pequim ao enviar um navio de guerra para um trecho do Mar do Sul da China reivindicado pelos chineses, como preocupou países próximos, que temem que a disputa se espraie também pela região.

A simulação teve início no último sábado (8), três dias após Tsai se reunir com o presidente da Câmara dos EUA, Kevin McCarthy, em Los Angeles. O republicano foi o político mais importante a se encontrar com um líder taiwanês em solo americano desde que a Casa Branca restabeleceu relações com Pequim, em 1979.

O encontro foi considerado uma provocação pelo regime comunista de Xi Jinping, que considera Taipé uma província rebelde e parte inalienável de seu território.

Repetindo a mesma estratégia de agosto passado, quando uma visita da então presidente da Câmara americana Nancy Pelosi a Taipé desencadeou uma crise entre China e EUA, a ditadura comunista realizou uma série de treinamentos —definidos pelo porta-voz do Exército chinês, Shi Yin, como "advertência severa contra o conluio entre separatistas e forças externas".

Nesta segunda-feira, Wang Wenbin, representante da chancelaria chinesa, reforçou o recado ao advertir que "a independência de Taiwan e a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan são mutuamente excludentes".

Mesmo que não tenha alcançado a dimensão dos exercícios realizados após a visita de Pelosi, durante os quais mísseis balísticos lançados por Pequim chegaram a sobrevoar a ilha, a simulação de bloqueio desta segunda-feira representou uma grande demonstração de força.

A Defesa de Taiwan afirmou ter identificado ao menos 91 aeronaves militares e 12 navios chineses ao redor de seu território até as 18h (7h em Brasília). Entre os equipamentos estavam bombardeiros H-6 com capacidade nuclear e caças J-15 que voaram a partir do porta-aviões Shandong.

Tsai condenou os exercícios, para ela um exemplo do "expansionismo autoritário" chinês, e disse que Taipé "seguirá trabalhando com EUA e outros países para defender a liberdade e a democracia".

A União Europeia (UE) também criticou os ensaios e afirmou que qualquer uso de força por parte de Xi para mudar o status da ilha teria implicações globais. Apesar de só 13 países reconhecerem Taiwan oficialmente —para a China, reconhecer a ilha como um Estado independente significa cortar laços com Pequim—, o território capitalista goza de apoio não oficial de uma série de países, inclusive europeus.

O Japão, em reunião com autoridades chinesas, foi outro a urgir pela paz no Estreito de Taiwan. As operações militares conduzidas a partir do porta-aviões Shandong no dia anterior ocorreram perto de uma de suas ilhas, Okinawa, lar de uma grande base militar dos Estados Unidos.

Já Washington foi além da retórica e enviou o destróier USS Milius para uma área de disputa no Mar do Sul da China, um dos maiores pontos de tensão entre o gigante asiático e seus vizinhos no Pacífico Ocidental.

A embarcação, que pode disparar mísseis de cruzeiro e de defesa antiaérea, circulou perto das ilhas Spratly, arquipélago a 1.300 quilômetros de Taiwan reivindicado não só por Taipé e Pequim como por Filipinas, Vietnã, Malásia e Brunei. A China chamou a ação americana de ilegal.

Para além de Taiwan, o regime de Xi ainda ficou em evidência na mídia ocidental por outro motivo.

Os advogados e ativistas de direitos humanos Xu Zhiyong, 50, e Ding Jiaxi, 55, foram condenados a 14 e 12 anos de prisão, respectivamente. Ambos eram figuras proeminentes de um movimento crítico à falta de transparência do Partido Comunista e defensor das liberdades civis previstas na Constituição chinesa.

Eles estão detidos há mais de três anos acusados de "subversão estatal" —Xu foi preso em fevereiro de 2020, e Ding, em dezembro de 2019. O veredicto anunciado agora é resultado de um julgamento a portas fechadas iniciado em junho passado na província de Shandong, no nordeste.

Não se sabe por quais crimes eles foram condenados, mas Peng Jian, advogado de Ding, afirmou que seu cliente foi proibido de ter qualquer tipo de comunicação com o mundo exterior por seis meses, período em que, de acordo com o defensor, ele foi torturado por autoridades em busca de uma confissão.

A chancelaria chinesa afirmou não ter conhecimento de nenhum dos casos.

Macron fala em Europa 'vassala' e gera controvérsia

SÃO PAULO Uma entrevista em que o presidente da França, Emmanuel Macron, defende que a Europa seja mais independente dos EUA e da China gerou controvérsia devido a trechos que teriam sido suprimidos.

De acordo com o site americano Politico, o Palácio do Eliseu, a sede do governo francês, censurou partes da entrevista em que Macron falou de forma mais franca sobre o tema —e sobre a ilha de Taiwan em específico.

Em um aviso no final da entrevista, concedida a bordo de um voo entre Pequim e Guangzhou na última sexta-feira (7), o site afirma que, "como é comum na França e em muitos outros países europeus, o gabinete do presidente francês [...] insistiu em checar e revisar todas as falas dele" como pré-requisito para a concessão da entrevista.

"Isso viola os princípios e as políticas editoriais do Politico, mas concordamos com os termos para falar diretamente com o presidente", continua o texto.

Na entrevista, publicada no domingo (9) tanto no Politico quanto no jornal francês Les Echos, Macron destrincha sua proposta de uma "autonomia estratégica" da Europa. As falas mais enfáticas de Macron se referem a essa ideia no contexto da crescente disputa entre Washington e Pequim.

O líder francês diz que a Europa corre o risco de se tornar uma "vassala" caso as tensões entre as superpotências se intensifiquem.

Em outra declaração, afirma que a pior opção para o continente seria acreditar que é preciso tomar partido na disputa por Taiwan e defende que ele não siga nem "o ritmo americano" nem a "reação exagerada chinesa".

Em outro trecho —publicado apenas pelo Les Echos—, reforça que não deseja se inserir em uma lógica de blocos. "Autonomia estratégica significa supor que temos visões similares às dos EUA, mas seja em relação à Ucrânia, à China ou às sanções, temos uma estratégia europeia", afirmou.

Com Reuters

Dalai-lama se retrata por pedir que garoto chupe sua língua

NOVA DÉLI | AFP E REUTERS O dalai-lama, líder espiritual tibetano, ofereceu desculpas a uma criança nesta segunda-feira (10) depois de pedir-lhe para chupar sua língua algumas semanas atrás numa audiência na Índia. O vídeo viralizou nas redes sociais.

"Sua Santidade deseja se desculpar ao menino e à sua família, assim como a seus muitos amigos ao redor do mundo, por qualquer dor que suas palavras possam ter causado", postou sua conta oficial no Twitter sobre o caso.

"Está circulando um vídeo que mostra uma reunião em que um menino perguntou a Sua Santidade o dalai-lama se ele poderia lhe dar um abraço", diz o comunicado na conta do líder, que tem mais de 19 milhões de seguidores.

"Sua Santidade costuma brincar com pessoas que conhece de maneira inocente, mesmo em público e diante das câmeras. Ele lamenta esse incidente", segue o texto.

Dalai-lama mostra a língua para criança em audiência na Índia Reprodução

Em um vídeo que se tornou viral, o dalai-lama, 87, aparentemente beija o menino na boca e também pergunta a ele: "Você pode chupar minha língua?". Ele então mostra a língua, arrancando risadas dos presentes no evento.

O vídeo foi gravado em 28 de fevereiro, durante audiência em McLeod Ganj, em Dharamsala, no norte da Índia, onde o líder vive exilado. Alguns internautas chamaram a atitude de "nojenta" e "absolutamente doentia".

Em 2019, ele teve de se desculpar por ter dito que, se uma mulher fosse lhe suceder, teria de ser "atraente". Os comentários, em entrevista à emissora britânica BBC, causaram polêmica e provocaram um outro pedido de desculpas: "Sua Santidade genuinamente não quis ofender".

Representante do movimento pela autonomia do Tibete, o dalai-lama fugiu para a Índia em 1959 após um levante fracassado contra o domínio chinês na região.

Ele trabalhou por décadas para conseguir apoio global para a autonomia linguística e cultural em sua pátria e é considerado por Pequim um separatista perigoso.

> Sua Santidade costuma brincar com pessoas que conhece de maneira inocente
>
> **Dalai-lama**
> em sua conta oficial no Twitter

O Tibete havia conquistado autonomia em 1912, em meio ao turbulento período do fim do império Qing e da proclamação da República na China, até ser retomado novamente em 1951.

Em julho de 2021, o atual líder do regime chinês, Xi Jinping, desembarcou no Tibete, na primeira visita de um chefe de Estado do país em 31 anos, para reafirmar a autoridade sobre a região.

Conhecida como "topo do mundo" pelas altitudes extremas, a região abriga a nascente dos principais rios da Ásia e seus afluentes mais importantes, como Indo, Ganges, Brahmaputra, Irrawaddy, Salween e Mekong.

Segundo pesquisadores, eles abastecem 46% da população na China, na Índia e no Sudeste Asiático. O discurso oficial se fia no progresso tibetano nas últimas sete décadas.

A presença internacional de que o dalai-lama desfrutava quando recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1989 diminuiu —em parte devido à sua idade avançada, mas também em razão da crescente influência econômica e política da China. O debate sobre a independência da região está adormecido pelo menos desde 2008, quando ativistas aproveitaram as Olimpíadas de Pequim para organizar protestos em massa.

Entidades do Brasil repudiam prisão de repórter na Rússia

SÃO PAULO Associações brasileiras de imprensa divulgaram nota em repúdio à prisão de um repórter do jornal americano Wall Street Journal na Rússia sob a acusação de espionagem para os Estados Unidos.

Evan Gerchkovitch, 31, cidadão americano de origem russa, foi acusado pelo serviço de segurança interno russo de colher informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar. Não foram apresentadas provas das alegações, e o WSJ as nega.

A nota é assinada por Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Repórteres Sem Fronteiras e Instituto Vladimir Herzog.

As organizações afirmam que a prisão do repórter, anunciada no último dia 30, mostra como o governo de Vladimir Putin tem se consolidado um adversário da liberdade de imprensa.

"A prisão não tem lastro em fatos", diz trecho da nota. "Repudiamos o ataque de Putin à liberdade de imprensa e nos juntamos às vozes que pedem a libertação imediata de Evan Gerchkovitch, sem a imposição de condições por parte do governo russo."

MEI representa 10% dos contribuintes da Previdência, mas só 1% da receita

Pesquisadores alertam para risco que expansão de regime traz ao financiamento de aposentadorias

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Os MEIs (microempreendedores individuais) já representam 10% dos contribuintes da Previdência Social no país, mas apenas 1% da arrecadação do regime geral, num indicativo de que a ampliação do regime tributário simplificado acabou fragilizando a base de arrecadação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A conclusão é apresentada pelos pesquisadores Rogério Nagamine Costanzi, ex-subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, e Mário Magalhães, cientista social e assessor do Departamento do RGPS no Ministério da Previdência Social, em artigo publicado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

O dado é considerado preocupante, sobretudo em um contexto de déficit na Previdência. O rombo do INSS chegou a R$ 261,3 bilhões em 2022, o equivalente a 2,7% do PIB. Quanto maior é esse desequilíbrio, maior é o esforço que o governo precisa fazer para arrecadar outros tributos e gastar menos com as demais políticas para conseguir manter as contas em trajetória saudável.

Neste ano, por exemplo, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) prevê um déficit de R$ 107,6 bilhões, mas o rombo na Previdência é estimado em R$ 261,4 bilhões —com tendência de alta, por causa do novo reajuste do salário mínimo.

Além da erosão das receitas da Previdência Social, a expansão acelerada do MEI não levou a maiores índices de formalização. Segundo os autores, houve uma migração de pessoas que já eram contribuintes da Previdência em outras modalidades, como trabalhador com carteira assinada ou contribuinte individual sem subsídio (que paga alíquota de 11% ou 20%, dependendo da modalidade).

Os pesquisadores defendem mudanças no regime para barrar a expansão acelerada desse tipo de segurado, promover "correção de rumos" e minimizar prejuízos "normalmente negligenciados pelos interesses eleitorais de curto prazo".

O MEI foi criado em 2008 sob a bandeira de tirar empreendedores da informalidade. O principal atrativo do modelo é o acesso a benefícios como aposentadoria e auxílio-doença mediante o recolhimento unificado de tributos federais, estaduais e municipais, com alíquotas subsidiadas.

A parcela da Previdência, por exemplo, corresponde a 5% do salário mínimo (hoje em R$ 1.302), o equivalente a R$ 65,10 mensais. A cobrança é menor do que a incidente sobre trabalhadores com carteira assinada, que pagam entre 7,5% e 14%, sem contar a contribuição do empregador, de 20% sobre o valor do salário. O desconto para os trabalhadores é feito por meio de um cálculo progressivo, conforme as faixas salariais.

Diante das facilidades, o regime do MEI tem atraído um número cada vez maior de inscritos. No fim de 2022, eram 14,8 milhões de microempreendedores, embora nem todos mantenham suas contribuições em dia.

O Congresso também facilitou as condições para que mais trabalhadores pudessem se enquadrar na categoria, elevando o limite de faturamento anual dos originais R$ 36 mil para R$ 81 mil no fim de 2021 —um ganho de 125%, mais que a inflação do período (112,15%).

Já há projetos em tramitação no Congresso para ampliar ainda mais esse limite, com valores entre R$ 130 mil e R$ 145 mil —com impactos sobre a receita tributária do governo.

Os pesquisadores mostram que, entre 2011 e 2021, o número médio mensal de contribuintes do INSS teve um aumento de 13,4%, mas o principal ganho veio dos MEIs, cuja expansão foi de expressivos 764,2% no mesmo período. Eles saíram de uma média de 581 mil contribuintes mensais em 2011 para 5 milhões ao final do período.

Enquanto isso, houve queda em modalidades como empregado doméstico com carteira (-13,3%) e contribuinte individual com plano completo, sem subsídio (-3,7%). A média de contribuintes entre trabalhadores com carteira assinada, público que reúne o maior número absoluto de segurados do INSS, subiu no período, mas em ritmo mais tímido: 6,2%.

"A mudança muito expressiva na composição dos contribuintes individuais também reforça os indícios de que parte relevante do MEI não necessariamente pode ser considerada como redução da informalidade", diz o artigo.

"Uma parcela relevante pode ser atribuída à migração das categorias de contribuintes que não gozam de subsídios, o que fragiliza o financiamento do RGPS, reduz a proteção social trabalhista, amplia os desequilíbrios atuariais do RGPS e não traz ganho estrutural ou relevante em termos de cobertura previdenciária."

Outro indício de que o MEI não impulsionou a formalização é o fato de que a cobertura previdenciária medida pelo IBGE pouco se alterou nos últimos anos. No fim de 2022, a Pnad Contínua indicava que 64,7% dos trabalhadores contribuíam para a Previdência, patamar até inferior aos 66% observados no fim de 2015.

Em outro estudo, Nagamine havia detectado que 56% dos MEIs inscritos entre 2009 e 2014 já haviam realizado alguma contribuição à Previdência Social em momento anterior ao seu ingresso no regime simplificado, percentual que sinaliza a migração expressiva de trabalhadores.

Como resultado, o MEI vem crescendo em participação no número total de segurados da Previdência. Em 2011, os microempreendedores eram 1,2% da média mensal de contribuintes do INSS. Em 2021, a proporção subiu a 9,3%.

Quando considerada a quantidade de segurados que fizeram ao menos uma contribuição no ano, os MEIs representavam 1,6% do total do RGPS em 2011 e 10,6% uma década depois.

"Esse forte incremento da participação do MEI no total de contribuintes do RGPS já vem provocando efeitos deletérios na arrecadação do referido regime. Em 2021, por exemplo, a receita decorrente do MEI representou apenas 0,98% da receita do RGPS", diz o estudo.

Em 2022, essa proporção não mudou de forma significativa. A arrecadação com os microempreendedores ficou em 1,05% do total recolhido pelo INSS.

A preocupação dos pesquisadores existe porque, no futuro, ao preencherem os requisitos mínimos de aposentadoria, os microempreendedores terão direito a um benefício no valor de um salário mínimo —ainda que seu esforço contributivo tenha sido menor que o dos demais trabalhadores.

"Tudo indica que esse processo de migração vem afetando negativamente, e em proporção não desprezível, o equilíbrio financeiro do RGPS, considerando que a alíquota do MEI é extremamente subsidiada do ponto de vista atuarial, com suas despesas superando em muito suas receitas."

A arrecadação líquida do RGPS como proporção do PIB era 5,16% em 2007 e chegou ao pico de 5,84% do PIB entre 2014 e 2015, quando passou a cair continuamente. Em 2021, ficou em 5,19% do PIB, retomando o patamar de 14 anos antes.

A expansão do MEI

MÉDIA MENSAL DE CONTRIBUINTES (2011)
Todas as modalidades
47.725.150

MEI
581.349 (1,2% do total)

MÉDIA MENSAL DE CONTRIBUINTES (2021)
Todas as modalidades
54.120.377

MEI
5.023.918 (9,3% do total)

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO RGPS (2021)
Total
R$ 462,2 bilhões

MEI
R$ 4,5 bilhões (0,98% em relação ao total)

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO RGPS (2022)
Total
R$ 535,7 bilhões

MEI
R$ 5,6 bilhões (1,05% em relação ao total)

Caso Pedro Guimarães faz um ano com novos desdobramentos

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Quase um ano após as denúncias contra Pedro Guimarães, o caso ainda tem desdobramentos na esfera criminal e trabalhista e é cercado de sigilo por investigadores, advogados e o próprio banco.

Guimarães, presidente da Caixa sob Jair Bolsonaro (PL), é réu por assédio sexual e importunação sexual e terá de responder pelos casos também na Justiça do Trabalho. De acordo com informações obtidas pela **Folha**, o ex-executivo também é réu por assédio sexual e moral na ação movida pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

O ex-presidente da Caixa recusou um TAC (termo de ajuste de conduta) para encerrar o caso, mas ainda não respondeu à proposta de acordo no âmbito trabalhista. Uma audiência de conciliação estava marcada para esta terça-feira (11), mas foi suspensa.

Já a Caixa entrou em acordo com o MPT e escapou da indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 305 milhões —conseguindo baixar o valor para R$ 10 milhões. A expectativa é que a Justiça homologue o documento —já assinado— nos próximos dias.

Funcionárias da Caixa protestam contra Pedro Guimarães; ex-presidente nega denúncias de assédio Ueslei Marcelino - 29.jun.22/Reuters

De acordo com dados do acordo aos quais a **Folha** teve acesso, a Caixa se comprometeu a receber e encaminhar as denúncias dos funcionários em até 30 dias e concluir as investigações internas em até seis meses —prazos que há até pouco tempo não existiam.

Além disso, o banco concordou em facilitar o recebimento de denúncias. Antes, segundo relatos, empregados não conseguiam formalizar a queixa em alguns casos, sobretudo quando queriam se manter em sigilo.

Com o acordo, a expectativa é que a empresa já inicie investigações internas sobre novos casos mesmo com o menor número de informações possível, como um relato do episódio e o nome dos supostos envolvidos, sem empecilhos formais.

Outro ponto do acordo prevê a realização de pesquisas de clima organizacional. A avaliação é que as informações levantadas podem indicar ao banco que determinado setor, por exemplo, demonstra ter problemas.

Com o compromisso da Caixa com uma "efetiva política de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual, ao assédio moral e à discriminação", o MPT aceitou reduzir o valor da indenização.

O órgão também queria a condenação dos ex-integrantes do conselho, mas o pedido foi negado pela Justiça. Um dos alvos era a atual presidente do banco, Maria Rita Serrano, que à época era representante dos funcionários.

Apesar do acordo com o MPT, a Caixa ainda enfrenta outros processos da época de Guimarães. No mês passado, a empresa pública foi condenada a pagar R$ 3,5 milhões pelo episódio de 2021 em que o ex-presidente coagiu funcionários a fazer flexões.

Para a juíza, o pedido de Guimarães foi embaraçoso, vexatório e humilhante e não pode ser visto "como comportamento normal e aceitável, especialmente quando considerado o contexto de subordinação em que se desenvolvem as relações de trabalho".

O processo foi movido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, e ainda cabe recurso. Procurada pela reportagem, a Caixa disse apenas que não comenta ações em curso e não informou se irá recorrer.

A Fenag (Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa Econômica Federal) também processa a Caixa por uma série de denúncias de assédio moral e sexual. A ação foi movida em 2020, muito antes de o escândalo vir à tona.

O presidente da Fenag, Pedro Sérgio dos Santos Barbosa, afirma que uma audiência está prevista para o mês que vem. A federação processou o banco em nome de 31 associações de gerentes e gestores de todo o país, mas a Justiça limitou o caso a Brasília.

"A gente entrou [com a ação] para que se mudasse o comportamento. Isso não pode acontecer novamente. Então tem que ter algum instrumento que não permita que assediadores voltem à gestão da Caixa. Tem que ter algum instrumento de proteção", diz.

Além da preocupação com a exposição das vítimas, pessoas envolvidas nos processos contra Guimarães relatam que as informações têm sido tratadas de forma extremamente reservada para não dar munição à defesa do ex-executivo.

A advogada que defende as mulheres que denunciaram Guimarães por assédio sexual, Soraia Mendes, foi procurada pela reportagem, mas não quis se manifestar.

Já os advogados José Luis Oliveira Lima e Ana Carolina Piovesana, que defendem o ex-presidente no âmbito criminal, afirmam em nota que ele não praticou nenhum crime.

"Pedro Guimarães sempre declarou ser inocente das acusações apresentadas. Pedro recusou a realização de qualquer acordo uma vez que não praticou nenhum crime. Pedro tem quase 30 anos de atividade profissional com comportamento irretocável."

Com os dois principais processos sob sigilo, funcionários da Caixa desconhecem os termos do acordo negociado pelo banco com o MPT, mas defendem que a empresa pública cobre de Guimarães os valores a serem pagos —e que a Justiça também o obrigue a tirar dinheiro do próprio bolso.

O presidente da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), Sergio Takemoto, afirma que qualquer prejuízo financeiro para a Caixa é também um prejuízo para toda a sociedade.

"A responsabilidade pelo pagamento deve ser de quem causou isso. A Caixa tem que cobrar os responsáveis por essa pena."

A Caixa afirma que fortaleceu a governança do banco para apurar denúncias, proteger denunciantes e empregados, além da própria instituição. O banco disse que, além das medidas judiciais, reforçou e implementou ações de combate às práticas de assédio sexual e moral.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Andaime

A previsão de crescimento da indústria da construção para este ano, que a CBIC (confederação do setor) divulga nesta terça-feira (11), vai mostrar um prognóstico difícil, segundo José Carlos Martins, presidente da entidade. Ele diz que, no ritmo projetado, só em 2032 a construção vai conseguir retomar o pico de suas atividades, registrado entre 2013 e 2014. De acordo com Martins, atualmente, o desempenho do setor está 17% inferior ao patamar observado há uma década.

TIJOLO COM TIJOLO Segundo Martins, a situação é agravada pelos juros. "Um dos problemas é que está acabando o dinheiro da poupança. A expectativa futura de financiamento do crédito imobiliário é muito ruim. E com o juro alto, a atividade econômica sempre tende a ser reduzida. Mesmo que não piore, vamos precisar esperar 2032 para sermos o que já fomos", diz o presidente da CBIC.

CADEIRA O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) indicou o nome do ex-ministro Celso Pansera para a presidência da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento). O nome de Pansera, que assumiu no mês passado o comando da Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa), também deve ter o apoio de outros bancos públicos para a indicação.

PARCELA Com mais de 30 associados, entre bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento, bancos cooperativos e agências de fomento, a ABDE representa quase 45% do crédito no país. Assim como o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, Pansera foi ministro da Ciência e Tecnologia durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

VOTO A eleição para o posto, com a diretoria a ser definida pela chapa, deve acontecer no próximo mês, quando se encerra o mandato da atual presidente da ABDE, Jeanette Lontra, do Badesul.

PORTEIRO O preço médio do metro quadrado residencial alugado na capital paulista cresceu 2% em março na comparação com o mês anterior, chegando a R$ 44,69, conforme o monitoramento do QuintoAndar. Foi o maior valor registrado na série histórica do levantamento, que teve início em 2019.

VIZINHO Em março, o bairro mais caro foi Vila Olímpia, com o valor médio de R$ 74 por metro quadrado, seguido por Pinheiros (R$ 64,2), Vila Nova Conceição (R$ 61,5), Brooklin (R$ 61,2) e Santo Amaro (R$ 59,9). Ainda segundo a pesquisa, o preço médio por metro quadrado do aluguel de apartamentos com um único quarto chegou a R$ 57,09.

TORNEIRA Após conseguir no TCE-SP (Tribunal de Contas) a suspensão do início do processo de privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), o deputado estadual Emídio de Souza (PT) enviou um novo ofício ao órgão nesta segunda (10). Agora ele questiona o processo de privatização da Sabesp.

ENCANAMENTO Nesta segunda (10), o governador Tarcísio de Freitas autorizou a contratação do IFC (International Finance Corporation), órgão vinculado ao Banco Mundial, para iniciar os estudos de privatização da Sabesp. O processo será feito sem licitação.

BUEIRO No ofício ao TCE-SP, Emídio contesta a medida de Tarcísio e afirma que também seria necessária autorização legislativa para a venda de um ativo do estado. "A escolha da IFC deve ser avaliada porquanto a instituição é conhecida por defender políticas de privatização, o que pode indicar conflito de interesses", diz o deputado.

FUMAÇA A participação do cigarro ilegal no total consumido por fumantes no país caiu de 48% em 2021 para 41% no ano passado, de acordo com o FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria). Do total, 33% foram contrabandeados, principalmente do Paraguai, e 8% foram produzidos no Brasil.

BITUCA As perdas estimadas ficam em torno de R$ 8,3 bilhões de evasão fiscal, diz o FNCP, que atribui a queda de participação do mercado ilegal ao encarecimento do cigarro pirata por fatores ligados à alta do dólar e à pandemia.

SAQUE Congregações religiosas dos Estados Unidos pressionam o Citigroup para rever sua política de financiamento a projetos com impacto sobre comunidades indígenas. O grupo pediu à companhia que apresente a seus acionistas um relatório sobre o tema.

PASSADO Elas afirmam que o Citigroup tem um histórico de financiamento de empresas que violam direitos indígenas. O banco diz que analisa seus clientes para identificar se as operações podem representar riscos para comunidades indígenas.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,77

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

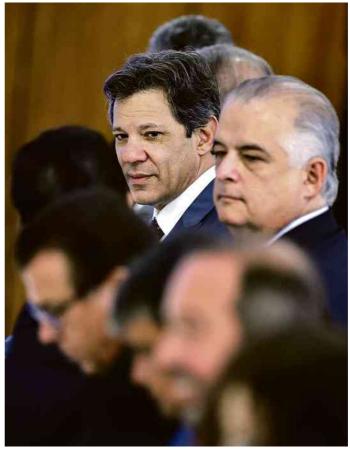
Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Fernando Haddad (Fazenda) na cerimônia dos cem dias Ueslei Marcelino/Reuters

Lula diz que é 'melhor desistir' se for focar pessimistas e faz desagravo a Haddad

Presidente enfrenta críticas sobre entraves para deslanchar projetos e falta de nova marca ao terceiro mandato

Marianna Holanda, Nathalia Garcia e Catia Seabra

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta segunda-feira (10) que, se for governar pensando em pessimistas, é melhor desistir. Ele também aproveitou seu discurso, na reunião de balanço dos cem dias de governo no Planalto, para fazer desagravo ao ministro Fernando Haddad (Fazenda) e cobrar medidas de titulares, de forma direta ou não.

"Ninguém acredita no governo que acorda todo dia [e diz]: 'Ah o PIB não vai crescer, ah porque a economia não está muito boa, ah porque o FMI disse tal coisa, ah porque o Banco Mundial disse tal coisa, ah porque o mercado financeiro disse tal coisa'. Olha, se a gente for governar pensando nisso, é melhor desistir.É importante que essa gente fale para a gente fazer diferente do que eles querem que a gente faça", disse Lula.

O discurso do presidente abre a reunião com os 37 ministros e três líderes do governo no Congresso. A primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, também participou da reunião, apesar de ainda não ter cargo oficial no Planalto.

Lula 3 completa cem dias sob críticas de aliados, que reclamam de entraves para deslanchar projetos e da falta de uma nova marca ao novo mandato do petista. O próprio mandatário tem cobrado integrantes do primeiro escalão por entregas nas últimas reuniões, como mostrou a **Folha**.

Até então, apontam ministros e parlamentares alinhados ao Planalto, o governo reciclou programas antigos e foi palco de embates entre expoentes da equipe ministerial, que se desentenderam publicamente sobre o lançamento de propostas do governo.

Nesta segunda, o mandatário elogiou o projeto do novo marco fiscal apresentado por Haddad e criticado por correligionários—como o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), em entrevista à **Folha**.

"Haddad, de vez em quando eu sei que você ouve algumas críticas, tenho que elogiar você e a equipe que trabalharam porque certamente, em se tratando de economia, em se tratando de política tributária, a gente nunca vai ter 100% de solidariedade", disse o presidente.

"Eu, essa semana, vi um artigo muito ruim contra você, eu pensei em responder. Meu conciliador, o [Alexandre] Padilha, achou que não valia a pena, melhor ficar quieto, porque a compreensão da sociedade sobre o que foi feito vale mais do que uma crítica de uma pessoa", completou.

O arcabouço está sob mira de parte do PT. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, fez ressalvas sobre a proposta durante reunião do Diretório Nacional, em que afirmou que o desenho ameaça inibir o crescimento econômico do país e reforçou que ainda não teve acesso aos detalhes do projeto.

Ela ainda informou que economistas alinhados ao PT, muitos dos quais têm criticado o projeto, serão chamados a debater a proposta. Gleisi disse ainda que o próprio Haddad será convidado a falar.

Mas o mandatário fez questão de reforçar crítica à taxa básica de juros, fixada hoje em 13,75% ao ano pelo Banco Central. "Continuo achando que estão brincando com o país, brincando sobretudo com o povo pobre e com os empresários que querem investir. Só não vê quem não quer."

Nesses cem dias de governo, um dos principais embates de Lula foi com o BC e o seu dirigente, Roberto Campos Neto, por causa da taxa de juros.

Se, por um lado, Lula saiu em defesa do seu ministro, por outro, cobrou-o publicamente. "Vamos desenrolar, pelo amor de Deus", disse, em referência ao Desenrola.

O programa, a que ele se refere e pede que o titular da Fazenda tire do papel, é promessa de campanha e uma das principais apostas de Lula.

O plano terá um fundo garantidor de R$ 10 bilhões para ajudar a renegociar dívidas contraídas por 37 milhões de brasileiros. Mas dificuldades técnicas no desenvolvimento do sistema atrasaram o lançamento da iniciativa.

O titular da Fazenda não foi o único cobrado. Ao ministro da Previdência, Carlos Lupi, com quem o Planalto teve ruídos neste começo de governo, Lula disse ver notícias na imprensa sobre filas da Previdência Social.

"Não sei o que está acontecendo na Previdência, mas queria te dizer que um dia nós acabamos com a fila, um dia o trabalhador não precisava apresentar documento para requerer aposentadoria, era a previdência que mandava documento para essa pessoa. (...) Um dia em que uma perícia médica demorava 9 meses para ser marcada, nós reduzimos para 105 dias. Já fomos capazes de fazer isso e significa que vamos voltar a fazer isso", disse o presidente.

O mandatário mencionou ainda casos de pessoas encontradas em situação de trabalho escravo ou análogo à escravidão. "Uma coisa tem que ser dita, não temos que ser respeitosos com essa gente. A lei tem que ser dura, não é possível, no século 21, a gente saber que esse país ainda tem trabalho escravo", disse.

As cobranças de Lula a seus ministros não são de hoje. Nas últimas reuniões, ele vem pedindo novos anúncios, novas medidas.

Em relação à falta de uma nova marca, auxiliares do presidente afirmam que o slogan do governo é "União e Reconstrução", o que justifica o relançamento de iniciativas de gestões anteriores, como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, retomado no lugar do Auxílio Brasil, e que eles voltaram turbinados.

Nota em alusão à data divulgada pela Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência) destaca investimentos em educação e saúde, respeito aos direitos humanos e políticas ambientais, além do combate ao golpismo, tudo sob o slogan de "O Brasil voltou".

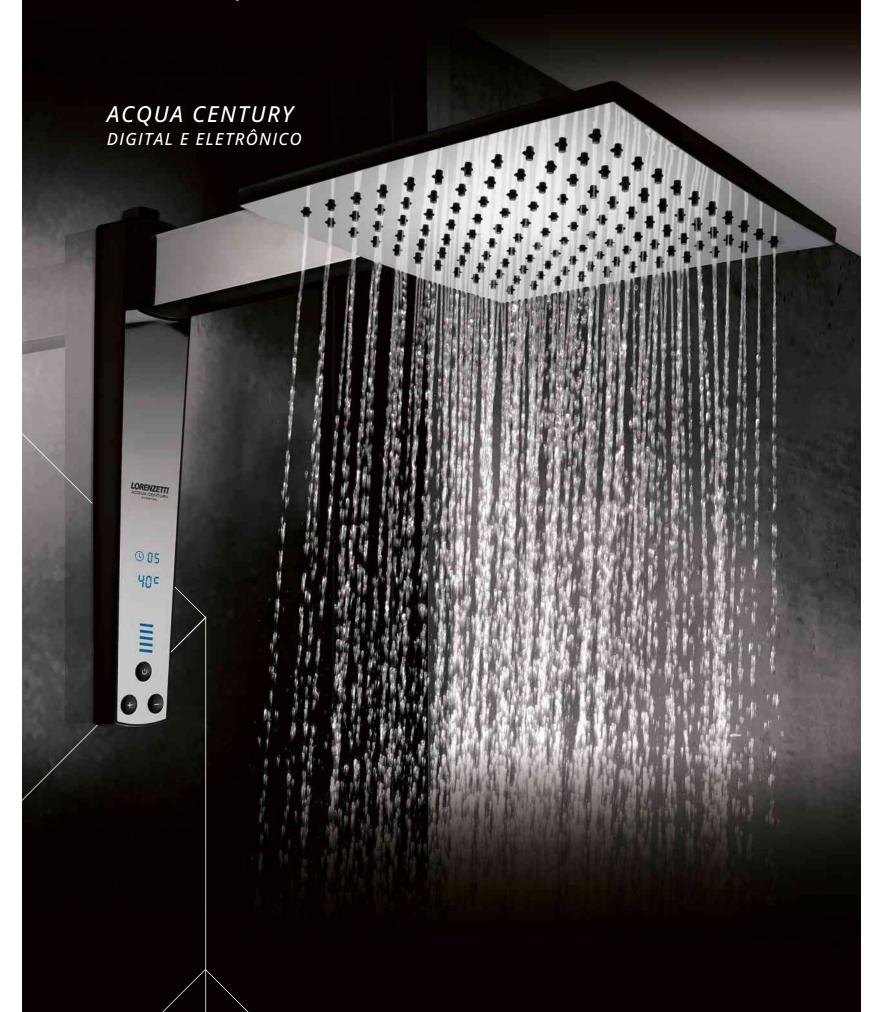
"Em cem dias, um novo Brasil. Capaz de fazer frente a tentativas golpistas e de voltar a ter esperança. Preparado para enfrentar a insegurança alimentar que aflige 33 milhões de brasileiros e obstinado a deixar mais uma vez o Mapa da Fome. (...) Em pouco mais de três meses, o Brasil voltou", diz o texto.

Dentre as medidas, há a disponibilização de R$ 600 milhões para auxiliar estados e municípios a reduzirem filas de cirurgias. No âmbito do Mais Médicos, foram criadas 15 mil vagas.

Em habitação, desde o início do ano, foram entregues 5.693 moradias. De acordo com a Secom, a meta do governo é contratar 2 milhões de moradias até o fim do mandato. Também destacaram o projeto que instituiu a Lei de Igualdade Salarial e Remuneratória entre Mulheres e Homens.

O slogan da campanha lançado pelo governo também coincide com uma frase usada em 2018 pelo governo Michel Temer (MDB).

A frase "O Brasil voltou" foi usada por Temer quando ele completou dois anos na Presidência. Temer era vice de Dilma Rousseff (PT) e chegou ao cargo após o impeachment dela, processo que petistas chamam de golpe. Inicialmente, o slogan de Temer era "O Brasil voltou, 20 anos em 2", mas a ambiguidade de que causava quando a frase era lida fez com que esse complemento fosse retirado.

Leia mais nas págs. A5 e A16

+

GOVERNO ENVIA NOVO MARCO FISCAL ATÉ O FIM DA SEMANA, AFIRMA RANDOLFE

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que a nova regra fiscal será encaminhada ao Congresso até o fim da semana. Mais cedo, Fernando Haddad afirmou que a proposta será encaminhada com o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), que precisa ser enviado ao Legislativo até o dia 15 e traz as metas fiscais e as prioridades para o próximo exercício. Como no ato do envio do PLDO o arcabouço ainda não estará aprovado, o governo terá de prever no texto as regras atuais —ou seja, o modelo teto de gastos. Mas, de acordo com pessoas envolvidas na elaboração da regra, deve haver um mecanismo que permita a transição para o novo modelo.

Novo PAC terá 6 eixos, como transporte e inclusão digital

Anúncio de medida que vai reestruturar regras para as PPPs é adiado

Nathalia Garcia, Marianna Holanda e Catia Seabra

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta segunda-feira (10), marco dos cem dias do governo, que o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) terá seis eixos estruturais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética.

De acordo com o chefe do Executivo, o governo federal recebeu dos governadores uma lista de obras prioritárias, e os ministérios estão identificando outros investimentos estruturantes.

"Retomamos a capacidade de planejamento de longo prazo, esse planejamento será traduzido em um grande programa que traz de volta o papel do setor público como indutor dos investimentos estratégicos em infraestrutura. Com muito diálogo federativo, vamos retomar as obras paradas e acelerar as que estão em ritmo lento, além de selecionar novos investimentos estratégicos para todo o país", afirmou Lula, durante reunião ministerial no Palácio do Planalto.

"Até o início de maio anunciaremos a lista definitiva de empreendimentos e mecanismos que farão com que eles saiam rapidamente do papel, gerem os milhões de empregos que todos nós sonhamos que vai acontecer nesse país", acrescentou o presidente.

Antes de a modelagem ter sido fechada, o ministro Rui Costa (Casa Civil) adiantou que a reedição do programa funcionará por meio de PPPs (Parcerias Público-Privada) e concessões.

O anúncio da medida que vai reestruturar as regras para as PPPs constava na agenda do ministro Fernando Haddad (Fazenda) nesta segunda, às 14h, mas foi adiado. A divulgação ocorrerá após a viagem presidencial à China.

"Vamos aproveitar a experiência que já tivemos no PAC e programas de concessão para aprimorar esses mecanismos tornando-os ainda mais eficientes. Articularmos ainda com mais eficiência os investimentos públicos e privados e o financiamento dos bancos oficiais em uma mesma direção: a do desenvolvimento com inclusão social e sensibilidade ambiental", disse Lula.

Segundo o presidente, a transição energética será acelerada, e a Petrobras financiará pesquisa para novos combustíveis renováveis. "Vamos lançar editais para contratação de energia solar e eólica que, somados, representarão capacidade de geração equivalente à de nossas maiores usinas hidrelétricas", disse.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na reunião ministerial de cem dias de governo Gabriela Biló/Folhapress

Quanto aos outros eixos, Lula afirmou que o governo levará internet de alta velocidade para as escolas, vai acelerar a construção de ferrovias e investirá na melhoria das condições de habitação de pessoas que moram em favelas, palafitas e outros locais em condições precárias, entre outras prioridades.

"No transporte, as ferrovias, as rodovias, hidrovias e portos voltarão a ser pensadas de modo estruturante. Reduzirão o custo do escoamento de nossa produção agrícola e incentivarão o florescimento de uma nova base industrial, mais tecnológica e mais limpa", ressaltou.

A nova versão do programa de investimentos em infraestrutura ainda não tem um nome oficial. Em reunião em março, o presidente cobrou criatividade de seus ministros ao ouvir de Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) a sugestão de que o futuro programa de obras fosse batizado de "novo PAC".

"O PAC foi muito importante, criou muita coisa, mas, se a gente pudesse criar um novo nome, seria importante. [Para] Mostrar que a gente está inovando", disse ele naquele encontro.

Na mesma ocasião, Lula afirmou que "dinheiro bom é dinheiro transformado em obra" e que os ministros Haddad e Simone Tebet (Planejamento) iriam arrumar dinheiro para realizar os investimentos.

Nesta segunda, o chefe do Executivo reforçou o pedido. "Dinheiro bom não é dinheiro guardado em cofre, dinheiro bom é dinheiro gerando obra, gerando desenvolvimento, gerando emprego. É isso que é um dinheiro importante para o país", afirmou.

A primeira versão do programa foi lançada em 2007 e se tornou vitrine do segundo mandato de Lula. O PAC é defendido por petistas como impulsionador do crescimento econômico por meio do investimento em grandes obras de infraestrutura.

O programa ajudou Dilma Rousseff (PT), então ministra chefe da Casa Civil, a se eleger presidente em 2010, depois de ter sido apresentada como "mãe" do pacote.

Mas o PAC também conviveu com problemas como atrasos, falta de conclusão das obras, elevação dos preços durante a execução, abandono por parte das construtoras e aceleração de gastos públicos.

+ Os seis eixos estruturais do novo PAC

1. Transportes
2. Infraestrutura social
3. Inclusão digital e conectividade
4. Infraestrutura urbana
5. Água para todos
6. Transição energética

Vaivém das Commodities

O colunista Mauro Zafalon está em férias

Acordo encerra disputa entre Paraná e Itaú que ameaçava privatização da Copel

Igor Gielow

RIO DE JANEIRO O governo do Paraná e o banco Itaú selaram um acordo no STF (Supremo Tribunal Federal) para encerrar uma das maiores cobranças judiciais de dívida da história brasileira, removendo também um empecilho para a privatização da Copel, a empresa de energia do estado do Sul.

Após mediação do ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou na semana passada, a dívida de R$ 4,5 bilhões terá um desconto de 62%. O R$ 1,7 bilhão restante terá de ser liquidado em dois anos, evitando envolver precatórios, o que poderia acabar ultrapassando os R$ 7 bilhões com juros, segundo as contas do Paraná.

A confusão começou em 1998, quando o governo paranaense deu como garantia em um empréstimo feito no Banestado, o banco estadual local, ações da estatal energética.

Em 2000, o banco foi vendido para o Itaú Unibanco, em um negócio à época de R$ 1,6 bilhão (R$ 6,6 bilhões hoje, em valores corrigidos).

Como o governo paranaense parou de pagar a dívida em 2002, o Itaú foi à Justiça para ficar com as ações da Copel usadas como garantia.

Como são ativos reais, evitariam o uso de precatórios, dívidas reconhecidas por governos que são objeto constante de negociações, calotes e alongamento de pagamento.

O governo recorreu, e a Justiça do estado lhe deu ganho de causa, argumentando que as ações da Copel não poderiam ser adquiridas pelo banco sem que houvesse um processo de privatização ou abertura de capital da energética. O Itaú foi ao Superior Tribunal de Justiça, que viu questões constitucionais envolvidas, e, agora, o caso foi resolvido no Supremo.

Com tudo isso, o acerto feito nesta segunda-feira (10) parece encerrar de vez a questão e retira o fantasma de que a questão das ações em disputa pudesse atrapalhar o processo de privatização da energética. Ele foi proposto à Assembleia Legislativa pelo governador Ratinho Junior (PSD) no ano passado e aprovado.

A expectativa é que o leilão ocorra até outubro e seja um dos maiores do ano na B3, embora ainda deva enfrentar questionamentos judiciais por parte de sindicatos do setor.

Ratinho Jr. comemorou a decisão do Supremo. "O Paraná vai acabar com um passivo de mais de 20 anos que poderia comprometer os cofres públicos pelos próximos dez anos", afirmou ele. Segundo o governador, o desconto obtido na negociação "demonstra responsabilidade com as contas públicas".

O Itaú ainda não se pronunciou. Em análise final do caso, Lewandowski afirma que houve "concessões recíprocas" e que "o parcelamento negociado permitirá à administração pública planejar-se com antecedência e previsibilidade".

Tanto a Copel quanto o Banestado estiveram no coração de escândalos famosos nos anos 1990. Doleiros movimentavam contas especiais do banco no exterior, numa prévia do que se veria nas investigações da Operação Lava Jato sobre lavagem de dinheiro —com protagonismo do mesmo Sergio Moro, então juiz e hoje senador pelo União Brasil do Paraná. Já a energética, que teve a privatização postergada desde aquela época, era alvo de fraudes.

ab concessões

Rodovias das Colinas S.A. | CNPJ nº 03.025.305/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Concessionária Rodovias das Colinas S.A.: A Rodovias das Colinas S.A. está sediada na Rodovia Marechal Rondon, km 112, Marginal Oeste, sem número, Bairro Jardim Oliveira, Itu, no estado de São Paulo. Constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Sociedade tem como objetivo a exploração do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação, entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, totalizando 307 km de extensão, incluindo as obras de melhorias e ampliações, além de sua operação e manutenção. Em 25 de abril de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM. **AB Concessões S.A.:** A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%). **1. Destaques do ano de 2022:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2022 teve um aumento de 17,8% em relação ao ano de 2021, o valor foi de R$ 733.187 mil. A receita líquida[1] no ano de 2022 foi de R$ 678.514 mil (+17,8%). O tráfego da Companhia em 2022 foi de 61.806 mil de eixos equivalentes[2], volume 6,9% acima do tráfego registrado no ano de 2021. O EBITDA ajustado[3] da Companhia foi de R$ 558.621 mil no ano de 2022 (+32,6%). **2. Desempenho Operacional:** O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 9,0% em 2022. O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 62,2% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 60,5% do seu tráfego representado por eixos pesados. Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 59,5% do seu tráfego total. Em 2022, a tarifa média[4] por eixo equivalente da Companhia foi de R$ 11,86, o que representa um crescimento de 10,2% em relação ao ano de 2021.

3. esempenho Econômico-Financeiro

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Receita Operacional Líquida	679.943	100,0%	582.462	100,0%	97.481	16,7%
Custo dos Serviços Prestados	(213.459)	-31,4%	(183.261)	-31,5%	(30.198)	16,5%
Lucro Bruto	466.484	68,6%	399.201	68,5%	67.283	16,9%
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(45.079)	-6,6%	(79.203)	-13,6%	34.124	-43,1%
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	(2.514)	-0,4%	(2.070)	-0,4%	(444)	21,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	18.800	2,8%	9.157	1,6%	9.643	105,3%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	437.691	64,4%	327.085	56,2%	110.606	33,8%
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	366.526	53,9%	133.592	22,9%	232.934	174,4%
Despesas financeiras	(363.185)	-53,4%	(165.147)	-28,4%	(198.038)	119,9%
	3.341	0,5%	(31.555)	-5,4%	34.896	-110,6%
Lucro Operacional e antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	441.032	64,9%	295.530	50,7%	145.502	49,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	(173.946)	-25,6%	(124.024)	-21,3%	(49.922)	40,3%
Diferidos	12.257	1,8%	14.468	2,5%	(2.211)	-15,3%
Lucro Líquido do Exercício	279.343	41,1%	185.974	31,9%	93.369	50,2%
Lucro por Ação Básico e Diluído - R$	3,76		2,51		1,26	50,2%

Receita Líquida: A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	733.187	98,5%	622.229	97,7%	110.958	17,8%
Outras receitas	9.588	1,3%	8.206	1,3%	1.382	16,8%
Receita de serviços de construção (*)	1.429	0,2%	6.560	1,0%	(5.131)	-78,2%
Receita bruta	744.204	100,0%	636.995	100,0%	107.209	16,8%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(37.086)	-5,0%	(31.455)	-4,9%	(5.631)	17,9%
PIS	(4.839)	-0,7%	(4.110)	-0,6%	(729)	17,7%
COFINS	(22.336)	-3,0%	(18.968)	-3,0%	(3.368)	17,8%
Receita líquida	679.943	91,4%	582.462	91,4%	97.481	16,7%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	678.514	91,2%	575.902	90,4%	102.612	17,8%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R$ 575.902 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 678.514 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação resultou principalmente da combinação de três fatores: i) em 17 de [illegible] **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** [illegible]

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(42.463)	17,5%	(19.038)	7,5%	(23.425)	123,0%
Amortização de intangível	(78.467)	32,4%	(75.099)	29,4%	(3.368)	4,5%
Custos com a exploração da concessão (custo variável outorga)	(13.277)	5,5%	(11.289)	4,4%	(1.988)	17,6%
Custos com prestadores de serviços	(50.941)	21,0%	(44.308)	17,4%	(6.633)	15,0%
Gastos com funcionários	(31.701)	13,1%	(29.400)	11,5%	(2.301)	7,8%
Gastos com materiais e equipamentos	(24.169)	10,0%	(15.126)	5,9%	(9.043)	59,8%
Custos com construção	(1.429)	0,6%	(6.560)	2,6%	5.131	-78,2%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(12.575)	5,2%	(54.671)	21,4%	42.096	-77,0%
Outras despesas	(4.116)	1,7%	(4.968)	1,9%	852	-17,1%
Reembolso de Seguros	598	-0,2%	(2.004)	0,8%	2.602	-129,8%
Provisão para perdas de crédito esperada	(2.514)	1,0%	(2.071)	0,8%	(443)	21,4%
Ganhos em processos judiciais	17.115	-7,1%	–	0,0%		
Outras receitas	1.687	-0,7%	9.157	-3,6%	(7.470)	-81,6%
	(242.252)	100,0%	(255.377)	100,0%	13.125	-5,1%
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(213.459)	88,1%	(183.261)	71,8%	(30.198)	16,5%
Gerais e administrativas	(45.079)	18,6%	(79.203)	31,0%	34.124	-43,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	(2.514)	1,0%	(2.070)	0,8%	(444)	21,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	18.800	-7,8%	9.157	-3,6%	9.643	105,3%
Total	(242.252)	100,0%	(255.377)	100,0%	13.125	-5,1%

[1] Exclui as Receitas de Construção
[2] Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.
[3] O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).
[4] A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

Custos Inerentes à Operação	2022	AV%	2021	AV%	Var %
Funcionários	(31.701)	16,0%	(29.400)	12,8%	7,8%
Materiais e equipamentos	(24.169)	12,2%	(15.126)	6,6%	59,8%
Ônus variável da concessão	(13.277)	6,7%	(11.289)	4,9%	17,6%
Prestadores de serviços	(50.941)	25,7%	(44.308)	19,3%	15,0%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(12.575)	6,3%	(54.671)	23,8%	-77,0%
Reembolso de Seguros	598	-0,3%	(2.004)	0,9%	-129,8%
Provisão para perdas de crédito esperada	(2.514)	1,3%	(2.071)	0,9%	21,4%
Outras despesas	(4.116)	2,1%	(4.968)	2,2%	-17,1%
Ganhos em processos judiciais	17.115	-8,6%	–	0,0%	0,0%
Outras receitas	1.687	-0,9%	9.157	-4,0%	-81,6%
Sub Total	(119.893)	60,4%	(154.680)	67,3%	-22,5%
Depreciação e amortização	(78.467)	39,6%	(75.099)	32,7%	4,5%
Sub Total	(198.360)	100,0%	(229.779)	100,0%	-13,7%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2022	AV%	2021	AV%	Var %
Conserva especial	(16.297)	37,1%	(19.177)	74,9%	-15,0%
Constituição da provisão para manutenção	(42.463)	96,7%	(19.038)	74,4%	123,0%
Utilização da provisão para manutenção	16.297	-37,1%	19.177	-74,9%	-15,0%
Despesas com construção	(1.429)	3,3%	(6.560)	25,6%	-78,2%
Sub Total	(43.892)	100,0%	(25.598)	100,0%	71,5%
Total Custos e Despesas Operacionais	(242.252)		(255.377)		-5,1%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: - Materiais e equipamentos: i) maior utilização de material em função das demandas da concessionária. - Prestadores de serviços: i) reajustes de preço com prestadores de serviços conforme definido em contrato. - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos. - Reembolso de seguros: i) os reembolsos são expectativas conforme os tipos de sinistros ocorridos, ressaltando que os reembolsos não são somente referentes aos sinistros ocorridos em 2022, mas também de sinistros anos anteriores. - Outras receitas: i) demandas conforme a necessidade, referente ao contrato de receitas acessórias pelo uso da faixa de domínio, TAP - Tarifa Adicional de Pedágio e AET - Autorização Especial de Trânsito.

EBITDA Ajustado

	2022	2021	V.H.
Receita líquida	679.943	582.462	16,7%
Receita de construção	(1.429)	(6.560)	-78,2%
Receita Líquida (ex. receita de construção)	678.514	575.902	17,8%
Custos operacionais	(242.252)	(255.377)	-5,1%
Custos de construção	1.429	6.560	-78,2%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	(240.823)	(248.817)	-3,2%
EBIT	437.691	327.085	33,8%
Depreciação e amortização	78.467	75.099	4,5%
EBITDA	516.158	402.184	28,3%
Provisão manutenção	42.463	19.038	0,0%
EBITDA Ajustado	558.621	421.222	32,6%
Margem EBITDA Ajustada	82,3%	73,1%	12,6%

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R$ 558.621 mil em 2022 (+32,6%). **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R$ 327.085 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 437.691 mil no exercício [illegible]

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	2022	2021
4ª emissão:					
3ª série (*)	25.500	IPCA a 100% + 5,70% a.a.	abr/23	163.523	300.407
5ª emissão:	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	out/23	88.816	125.491
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	jun/25	412.564	412.005
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	jun/24	105.291	105.149
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	dez/26	402.674	402.143
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	dez/23	100.647	100.513
Saldo				1.273.515	1.445.708
Caixa				(328.818)	(344.420)
Dívida Líquida				944.697	1.101.288

(*) Estas operações estão sendo mensuradas aos valores justos por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo.

No ano de 2022, a Companhia realizou o pagamento de juros e principal (debêntures) no valor total de R$ 62.072 mil.
Derivativos: As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, e foram firmadas com várias contrapartes. A Companhia contratou "swap" para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,66% em média ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do "hedge"), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R$ 1.468 mil e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value") 31/12/2022	Valor justo ("fair value") 31/12/2021	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	60.310	114.087	-53.777
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	94.846	179.419	-84.573
Total				382.043	155.156	293.506	-138.350
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	33.569	67.354	-33.785
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	52.767	105.848	-53.081
Total				382.043	86.336	173.202	-86.866
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar					68.820	120.304	-51.484
Instrumentos derivativos, líquidos							-51.484
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							-1.468
Recebimento de instrumento financeiro							64.202
Efeito acumulado no período							11.250

Offset Swap: Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa). **4. Governança Corporativa:** Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia: **Conselho de Administração:** - O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições. - Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia; - Com regimento referente a periodicidade de reuniões; - Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio. **Auditoria e Demonstrações Financeiras:** - Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras; - Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Transparência e Gestão:** - Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados; - Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes; - Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia. **5. Responsabilidade Socioambiental:** Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária. Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária [illegible] colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde. **6. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **7. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	328.818	344.420
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	5	48.580	47.661
Impostos a recuperar		3.967	2.021
Instrumentos financeiros derivativos	21	68.820	66.292
Outros ativos		8.577	5.568
Total dos ativos circulantes		**458.762**	**465.962**
Não Circulantes			
Debêntures com partes relacionadas	6	1.029.727	901.578
Mútuo com partes relacionadas	6	262.906	231.119
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	5	69.352	69.251
Depósitos e bloqueios judiciais	13	191.060	126.119
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	95.064	82.807
Instrumentos financeiros derivativos	21	–	54.011
Outros ativos		4.914	4.316
Total do realizável a longo prazo		**1.653.023**	**1.469.201**
Direito de Uso		1.527	1.945
Intangível	7	452.671	518.478
Total dos ativos não circulantes		**2.107.221**	**1.989.624**
Total dos Ativos		**2.565.983**	**2.455.586**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes			
Debêntures	8	408.339	196.808
Passivo de Arrendamento		1.224	356
Fornecedores	9	18.657	20.985
Débitos com partes relacionadas	6	2.728	2.410
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10	45.945	30.131
Obrigações fiscais	10	10.082	7.163
Credor pela concessão	11	1.464	1.630
Provisão para manutenção	12	24.438	14.695
Obrigações sociais e trabalhistas		4.804	4.489
Dividendos a pagar	6	168.859	111.948
Outras contas a pagar		4.787	6.081
Instrumentos financeiros derivativos	21	60.820	50.160
Total dos passivos circulantes		**752.147**	**446.856**
Não Circulantes			
Debêntures	8	859.272	1.239.385
Passivo de Arrendamento		304	1.716
Provisão para manutenção	12	19.139	7.291
Obrigações fiscais	10	42.900	33.758
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	112.418	110.047
Instrumentos financeiros derivativos	21	–	46.237
Total dos passivos não circulantes		**1.034.033**	**1.438.434**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		226.145	226.145
Reservas de capital		85.981	85.981
Reservas de lucros		467.677	258.170
Total do patrimônio líquido		**779.803**	**570.296**
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		**2.565.983**	**2.455.586**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		226.145	85.981	45.229	323.460	–	680.815
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	185.974	185.974
Dividendos distribuídos (R$2,02 por ação)		–	–	–	(150.000)	–	(150.000)
Dividendos distribuídos (R$1,35 por ação)		–	–	–	(100.000)	–	(100.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(46.494)	(46.494)
Transferência para lucros retidos		–	–	–	139.481	(139.481)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		226.145	85.981	45.229	212.941	–	570.296
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	279.343	279.343
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(69.836)	(69.836)
Transferência para lucros retidos		–	–	–	209.507	(209.507)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		226.145	85.981	45.229	422.448	–	779.803

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do período por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota Explicativa	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Operacional Líquida	16	679.943	582.462
Custo dos Serviços Prestados	17	(213.459)	(183.261)
Lucro Bruto		**466.484**	**399.201**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(45.079)	(79.203)
Provisão para Perda de Crédito Esperada - Contas a Receber	5	(2.514)	(2.070)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	18.800	9.157
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**437.691**	**327.085**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	366.526	133.592
Despesas financeiras	18	(363.185)	(165.147)
		3.341	**(31.555)**
Lucro Operacional e antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**441.032**	**295.530**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	14	(173.946)	(124.024)
Diferidos	14	12.257	14.468
Lucro Líquido do Exercício		**279.343**	**185.974**
Lucro por Ação Básico e Diluído - R$	19	**3,76**	**2,51**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	279.343	185.974
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	**279.343**	**185.974**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		279.343	185.974
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(12.257)	(14.468)
Amortização do intangível	7 e 17	78.467	75.099
Baixa do intangível	7	9	132
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	18	186.181	127.444
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	6 e 18	(159.936)	(63.380)
Provisão para manutenção	12	37.888	19.039
Provisão para perdas de créditos esperada	5 e 17	2.514	2.071
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13 e 17	12.575	54.671
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	21	141	(21.847)
		424.925	**364.735**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas		(3.216)	(2.866)
Impostos a Recuperar. Outros ativos e direito de uso		(6.270)	3.573
Depósitos e bloqueios judiciais		(64.941)	12.925
Fornecedores e débitos com partes relacionadas		6.796	2.266
Obrigações fiscais		186.008	126.056
Obrigações sociais e trabalhistas		315	(40)
Provisão para manutenção - utilização	12	(16.297)	(19.177)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	13	(10.204)	(12.777)
Apropriação da outorga variável		(166)	381
Outras contas a pagar		(1.838)	1.379
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(158.133)	(127.786)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**356.979**	**348.669**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de intangível	7 e 20	(20.658)	(7.411)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(20.658)**	**(7.411)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos	20	(12.925)	(188.626)
Debêntures:			
Captações		–	(249)
Pagamento de principal	8	(183.117)	(208.015)
Pagamento de juros	8	(173.113)	(91.332)
Liquidação de instrumentos financeiros	21	17.232	24.420
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(351.923)**	**(463.802)**
Redução de Caixa E Equivalentes de Caixa		**(15.602)**	**(122.544)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		344.420	466.963
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		**328.818**	**344.419**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

Receitas	Nota explicativa	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 30/12/2021
Receita de arrecadação com pedágio	16	733.187	622.229
Receita de construção	16	1.429	6.560
Outras receitas		28.397	17.364
Provisão para perdas de crédito esperada	5	(2.514)	(2.071)
		760.499	**644.082**
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados por terceiros		78.383	58.350
Credor pela concessão		13.277	11.289
Custo dos serviços de construção	17	1.429	6.560
Materiais, energia, serviços de terceiros		33.656	26.487
Outros		12.378	16.704
		139.123	**119.390**
Valor Adicionado Bruto		**621.376**	**524.692**
Amortização	17	78.467	75.099
Valor Adicionado Líquido Produzido		**542.909**	**449.593**
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	18	375.667	137.283
		375.667	**137.283**
Valor Adicionado Total a Distribuir		**918.576**	**586.876**
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		27.133	55.038
Benefícios		7.241	6.829
FGTS		1.587	1.457
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		202.956	140.926
Estaduais		79	70
Municipais		37.091	31.459
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		182.898	122.480
Outros		180.248	42.643
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros retidos		279.343	185.974
		918.576	**586.876**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), sediada em Itu, Estado de São Paulo, constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Companhia tem como objeto social a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, por meio de Contrato de Concessão. Em 25 de abril de 2013, a Companhia obteve registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada direta da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo"). O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, a prestação de serviços de apoio aos serviços não delegados e de serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. As cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas. Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reconhecido pelo TAM nº 18/06, sem alteração do valor do ônus fixo (vide Nota 11), nem do prazo de pagamento original, passando o prazo da concessão para 340 meses com término em 02 de julho de 2028. Em complemento ao desequilíbrio econômico, reconhecido no TAM nº 18/06, a Companhia formalizou a compensação, nas parcelas mensais do ônus fixo, das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020. De acordo com o contrato de concessão original, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 25/11, de 1º de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual, do Poder Concedente, para verificação da existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas deste TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013, entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do Contrato de Concessão. Contudo, conforme determinação do Governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessas medidas está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (i) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido. Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,51%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, o que evidencia a unilateralidade da medida, e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP, para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece que, a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual. Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT nº 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução. Em 1º de julho de 2019, através do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019 do Contrato de Concessão nº 012/CR/2000, foi autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual desequilíbrio causado pela implantação do Projeto Piloto Ponto a Ponto. O reequilíbrio econômico-financeiro, será feito por intermédio de desconto integral, no valor relativo às parcelas do Ônus Variável, nos termos da Cláusula 24 do Contrato de Concessão. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 27, de 03 de junho de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 115 dias, a partir de 03 de julho de 2028. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 26 de outubro de 2028. Durante o período de prorrogação será devido ao Poder Concedente o valor referente à outorga variável sobre as receitas de pedágio apuradas no período. Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 8,06% baseados na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, a vigorar a partir de 1º de julho de 2021. Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo. A ARTESP junto com o Governo e as Concessionárias, estudará formas de promover soluções contratuais e financeiras, a serem implementadas de imediato, a fim de mitigar qualquer desequilíbrio. Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), no âmbito do Processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição será mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022. Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar: • Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação foi registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de outorga da concessão", classificada no ativo intangível. • Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: <u>Obras concluídas</u>: *Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon;* • Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiaí/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato. *Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santomauro:* • Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras), km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquilho/Tatuí). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê). • Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho). • Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquilho, realizado conforme solicitação no km 92. *SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco:* • Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva. • Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota). *SPI 102/300 - Anel Viário Itu:* • Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais. *SP075 - Rodovia Santos Dumont, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado:* • Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança. • Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9. A Companhia estima o montante de R$ 43.577 em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. <u>Capital circulante negativo</u>: Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante supera o ativo circulante pelo montante de R$ 293.385, decorrente, principalmente, da proximidade da amortização da 4ª emissão de debêntures e de aumento do serviço da dívida, pagamento de fornecedores em virtude dos investimentos e manutenção feitos nas rodovias. No exercício, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que seus compromissos fossem honrados e nenhum *covenant* financeiro fosse quebrado. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. A Companhia apresenta geração sólida de fluxos de caixa e entende que honrará com todos os compromissos assumidos, não se fazendo necessário aporte da controladora. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** <u>Declaração de conformidade</u>: As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 30 de março de 2023. <u>Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação</u>: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. <u>Uso de estimativa e julgamento</u>: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: a) *Contabilização do Contrato de Concessão:* Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível:* A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:* A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. d) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão:* A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: **2.1. Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **<u>Reconhecimento inicial e mensuração:</u>** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretratável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **<u>Redução do valor recuperável de ativos financeiros:</u>** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultem de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2. Instrumentos de hedge:** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data. **2.3. Ativo intangível:** Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão: A [illegible]

continua→

→★ continuação

incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.8. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.9. Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na [illegible]

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	8.334	3.933
Aplicações financeiras (a)	320.484	340.487
Total	328.818	344.420

[illegible]

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico e outros (a)	48.396	45.002
ARTESP - ressarcimento (c)	3.249	3.249
Receitas acessórias	5.807	5.769
Provisão para perdas de crédito esperada (d)	(8.872)	(6.359)
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.352	69.251
Total	117.932	116.912
Circulante	48.580	47.661
Não circulante	69.352	69.251

[illegible]

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	(6.359)	(4.288)
Adições à provisão no exercício	(2.514)	(2.071)
No final do exercício	(8.873)	(6.359)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	48.387	42.664
Vencidos:		
Até 30 dias	243	291
De 31 a 90 dias	491	385
Acima de 90 dias (a)	78.224	79.931
	127.346	123.271

[illegible] **6. Partes relacionadas:** [illegible]

Saldos patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	1.029.727	901.578
AB Concessões S.A. - mútuo a receber (b)	262.906	231.119
	1.292.633	1.132.697
Passivo circulante		
Serviços compartilhados - controladora:		
AB Concessões S.A. (d)	1.422	921
Contas a Pagar partes relacionadas:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	671	854
Fornecedores - outras partes relacionadas:		
Monte Verde da Lins Empresa Imobiliária Ltda. (g)	39	39
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	596	596
	2.728	2.410
Dividendos a pagar - controladora:		
AB Concessões S.A. (f)	168.859	111.948
Transações	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos serviços prestados: Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(16.586)	(10.245)
Despesas administrativas		
Controladora direta:		
AB Concessões S.A. (d)	(13.065)	(11.033)
Receitas financeiras		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a) e (b)	159.936	63.380

[illegible]

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.565	1.475
Encargos	419	430
Outros benefícios	133	115
	2.117	2.020

7. Intangível: A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.209.047	32.782	3.302	1.245.131
Adições	9.898	–	–	9.898
Baixas	(631)	–	–	(631)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.218.314	32.782	3.302	1.254.398
Adições	11.504	–	30	11.534
Baixas	(450)	–	–	(450)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.229.368	32.782	3.332	1.265.482

Amortização acumulada	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(634.554)	(24.679)	(3.076)	(662.309)
Amortização	(73.010)	(993)	(107)	(74.110)
Baixas	499	–	–	499
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(707.065)	(25.672)	(3.183)	(735.920)
Amortização	(76.234)	(1.033)	(65)	(77.332)
Baixas	441	–	–	441
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(782.858)	(26.705)	(3.248)	(812.811)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA RODOVIAS DAS COLINAS S.A. (Em milhares de reais)

Intangível líquido	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	511.249	7.110	119	518.478
Saldos em 31 de dezembro de 2022	446.510	6.077	84	452.671
Taxa média (a.a.)	6,26%	3,15%	1,97%	

[illegible] **8. Debêntures:**

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/22	31/12/21
4ª emissão:					
3ª série (a)	25.500	IPCA a 100% + 5,70% a.a.	Abril/23	163.523	300.407
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/23	88.816	125.491
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/25	412.564	412.005
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/24	105.291	105.149
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/26	402.674	402.143
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/27	100.647	100.513
				1.273.515	1.445.708
Custo de transação				(5.904)	(9.515)
Saldo líquido				1.267.611	1.436.193
Circulante				408.339	196.808
Não circulante				859.272	1.239.385

[illegible]

Ano do vencimento	Valor
2024	390.649
2025	338.333
2026	133.333
(-) Custo de transação	(3.043)
	859.272

[illegible]

9. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
De serviço de construção	13.378	14.318
De serviços operacionais	5.279	6.667
	18.657	20.985

10. Obrigações fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	45.945	30.131
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	5.517	3.552
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.052	3.220
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	51	52
PIS E COFINS s/ receitas financeiras (a)	42.900	33.758
Outros	462	339
	98.927	71.052
Circulante	56.027	37.294
Não circulante	42.900	33.758

[illegible] **11. Credor pela concessão:** [illegible]

	31/12/2022	31/12/2021
Parcela variável	1.464	1.630
Total	1.464	1.630

[illegible] **12. Provisão para manutenção:** [illegible]

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	21.986	22.124
Constituição da Provisão	46.726	22.980
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(10.413)	(3.941)
Utilização	(16.297)	(19.177)
Ajuste a valor presente	1.575	–
Saldo final	43.577	21.986
Circulante	24.438	14.695
Não circulante	19.139	7.291

O consumo da provisão é estimado para acontecer conforme abaixo:

	31/12/2022
2023	24.438
2024	3.847
2025	3.570
2026	11.722
	43.577

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outras: [illegible]

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Cíveis (a)	20.023	5.568	(2.628)	(5.544)	535	16.954
Trabalhistas (b)	76.549	7.241	(6.572)	(725)	8.668	85.161
Tributárias (d)	1.024	–	(825)	–	12	211
Outros processos (c)	12.451	126	(515)	(2.935)	965	10.092
Total	110.047	12.935	(10.540)	(10.204)	10.180	112.418

	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2021
Cíveis (a)	16.828	5.738	(3.739)	(1.911)	1.107	20.023
Trabalhistas (b)	38.440	46.885	(3.581)	(10.219)	5.024	76.549
Tributárias (d)	929	–	–	–	95	1.024
Outros processos (c)	[illegible]	12.451	(9.509)	(647)	–	12.451
Total	68.153	65.074	(16.829)	(12.777)	6.426	110.047

[illegible] **14. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** [illegible]

Crédito de imposto — [illegible]

Débito de imposto Diferença temporária	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2021
Outros ativos (v)	4.794	(598)	4.196
Encargos financeiros antecipados (iii)	5.903	3.612	9.515
Instrumentos financeiros derivativos	(319)	17.374	17.055
Diferenças de taxa de amortização (iv)	94.298	17.146	111.444
Atualização de depósitos judiciais sobre o Ágio	5.743	(5.743)	–
Base de cálculo	110.419	31.791	142.210
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	37.542	10.809	48.351
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	95.064	12.257	82.807

(i) O montante líquido de R$ 69.193 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 81.725 em 31 de dezembro de 2021) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 e está sendo amortizado pelo prazo remanescente de concessão. (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, pago por sua antiga controladora, que posteriormente foi incorporada pela Companhia (incorporação reversa) em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R$ 85.216, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até junho de 2028. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pela Companhia até 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R$ 55.516, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, bem como, pedido de declaração do direito de amortizar a parcela ainda não amortizada. (iii) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF retidos na liberação das debêntures, conforme Nota 8. (iv) Correspondem à diferença temporária entre a amortização para fins fiscais, e amortização contábil, pela curva de tráfego. (v) Referem-se aos casos onde a companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na Nota 13. a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	–	63.090
2023	69.520	12.915
2024	14.270	–
Acima de 2024	48.816	55.153
	132.606	131.158

b) Reconciliação dos impostos: O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	441.032	295.530
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(149.951)	(100.480)
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(11.742)	(9.011)
Outras diferenças permanentes	4	(65)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(161.689)	(109.556)
Correntes	(173.946)	(124.024)
Diferidos	12.257	14.468
	(161.689)	(109.556)
Alíquota efetiva dos impostos	36,66%	37,07%

15. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R$ 226.145 e está representado por 74.220.000 ações ordinárias sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A. Reserva de capital: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo e, nesta transação, a Companhia registrou Reserva de capital de R$ 85.981 como contrapartida dos saldos incorporados (vide nota explicativa 14.(ii)). Lucros Retidos e distribuição de dividendos: A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social. O lucro remanescente, ao fim de cada exercício social, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros Retidos" conforme proposta da administração, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária. Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro está assim demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício (base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios)	279.343	185.974
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	69.836	46.494
Dividendos propostos	69.836	46.494

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 150.000, tendo como base o saldo da rubrica "Lucros Retidos". Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 100.000, tendo como base o saldo da rubrica "Lucros Retidos". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos dividendos no total de R$ 12.925, (R$ 188.626 em 31 de dezembro de 2021), oriundos parte do saldo patrimonial de dividendos a pagar (nota explicativa nº 06) e parte do saldo de lucros retidos. **16. Receita operacional líquida:** A receita é composta conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio	733.187	622.229
Outras receitas - receitas acessórias	9.588	8.206
Receita de serviços de construção (a)	1.429	6.560
Receita bruta	744.204	636.995
Impostos sobre as receitas:		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(37.086)	(31.455)
PIS	(4.839)	(4.110)
COFINS	(22.336)	(18.968)
Receita líquida	679.943	582.462

(a) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.

17. Custos e despesas por natureza	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação de rodovias	(42.463)	(19.038)
Amortização de intangível (a)	(78.467)	(75.099)
Custos com a exploração da concessão (custo variável de outorga)	(13.277)	(11.289)
Gastos com prestadores de serviços	(50.941)	(44.308)
Gastos com funcionários	(31.701)	(29.400)
Gastos com materiais e equipamentos	(24.169)	(15.126)
Custos com construção	(1.429)	(6.560)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(12.575)	(54.671)
Outras despesas	(4.116)	(4.968)
Reembolso de seguros	598	(2.004)
Provisão para perdas de crédito esperada	(2.514)	(2.071)
Ganhos em processos judiciais	17.115	–
Outras receitas	1.687	9.157
	(242.252)	(255.377)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(213.459)	(183.261)
Despesas gerais e administrativas	(45.079)	(79.203)
Provisão para perda esperada - contas a receber	(2.514)	(2.070)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.800	9.157
Total	(242.252)	(255.377)

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R$ 1.135 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 989 em 31 de dezembro de 2021.

18. Receitas e despesas financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	27.519	12.321
Juros com partes relacionadas (nota 6)	159.936	63.380
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	34.976	40.423
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	138.350	17.467
Outras receitas financeiras	5.745	1
	366.526	133.592
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção	(1.575)	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(186.181)	(127.444)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	(23.725)	–
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos (a)	(149.742)	(36.043)
Comissões bancárias e outras	(940)	(1.060)
Outras despesas financeiras	(1.022)	(600)
	(363.185)	(165.147)
Resultado financeiro	3.341	(31.555)

(a) vide nota explicativa nº 21. **19. Lucro por ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício (em R$)	279.342.968	185.973.897
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro por ação	74.220.000	74.220.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)	3,76	2,51

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos. **20. Demonstração dos fluxos de caixa:** a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Informações suplementares	31/12/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas	–	99.144
Contas a Receber Poder Concedente	13.444	10.908
Outorga Variável	(13.444)	(10.908)
Impostos a Recuperar - IRRF	–	(8.648)
Fornecedores	(9.124)	2.487
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(9.124)**	**92.983**
Aquisição de intangível	9.124	(2.487)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**9.124**	**(2.487)**
Dividendos distribuídos - compensação	–	(90.497)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	–	**(90.497)**

b) Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures e Mutuo com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Debêntures	Total
Saldo Inicial	1.132.697	(111.948)	23.906	(1.436.193)	(391.538)
Variação dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamento de dividendos	–	12.925	–	–	12.925
Debêntures:	–	–	–	–	–
Pagamento de principal	–	–	–	183.117	183.117
Pagamento de juros	–	–	–	173.113	173.113
Liquidação de instrumentos financeiros	–	–	(17.232)	–	(17.232)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	–	12.925	(17.232)	356.230	351.923
	–	–	–	–	–
Outras variações	–	–	–	–	–
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	–	–	–	(186.181)	(186.181)
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	159.937	–	–	–	159.937
Resultado com operação de hedge/swap	–	–	(141)	–	(141)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)	–	–	1.468	(1.468)	–
Total das outras variações	159.937	–	1.327	(187.649)	(26.385)
Saldo Final	1.292.634	(99.023)	8.001	(1.267.612)	(66.000)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro. **21. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. Valor justo dos instrumentos financeiros: a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado:* Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo).", devido ao que segue: (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. (ii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano, conforme apresentado na Nota 6, e incorporam os juros a receber até a data do balanço. (iii) Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 11. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures e as debentures ativas e mútuos com partes relacionadas aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo
Debêntures passivas (a)	1.104.562	1.144.379	1.137.515	1.198.147

(a) Saldo das parcelas não protegidas líquidos do custo de transação. Não inclui a 4ª emissão que já é mensurada ao valor justo, conforme mencionado na Nota 8.

	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo
Debêntures e Mutuo com partes relacionadas	1.292.633	1.315.321	1.132.697	1.162.358

Valor dos instrumentos financeiros: a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado:* A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	328.818	344.420
Contas a receber de clientes	48.580	47.661
Contas a receber e mútuo com partes relacionadas circulante e não circulante	262.906	231.119
Contas a receber do Poder Concedente	69.352	69.251
Debêntures com partes relacionadas	1.029.727	901.578
Passivo		
Fornecedores	18.657	20.985
Débitos com partes relacionadas	2.728	2.410
Debêntures - 5ª emissão, 9ª emissão e 10ª emissão	1.109.993	1.145.301
Credor pela concessão	1.464	1.630
Dividendos a pagar	168.859	111.948

b) *Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:* Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações contábeis (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). *Instrumentos financeiros derivativos:* As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures referentes a 4ª emissão que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 8, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados "*offset swaps*", com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge), e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia contratou "*swap*" para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do "*hedge*"), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa). A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("*fair value*") 31/12/22	Valor justo ("*fair value*") 31/12/21	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	36.693	76.690	(39.997)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	57.643	120.419	(62.776)
Total				257.265	94.336	197.109	(102.773)
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	60.310	114.087	53.777
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	94.846	179.419	84.573
Total				257.265	155.156	293.506	138.350
Instrumentos derivativos, líquido (Circulante)					60.820	(50.160)	
Instrumentos derivativos, líquido (Não Circulante)					–	(46.237)	
Instrumentos derivativos, líquido							35.577
Pagamento de instrumento financeiro							**(46.970)**
Efeito acumulado exercício							(11.393)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa. Durante o exercício, os contratos de "*swap*" designados e efetivos como "*hedge*" de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R$ 1.468 e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de "*swap*" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("*fair value*") 31/12/22	Valor justo ("*fair value*") 31/12/21	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	60.310	114.087	(53.777)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	94.846	179.419	(84.572)
Total				257.265	155.156	293.506	(138.349)
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	33.569	67.354	33.785
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	52.767	105.848	53.081
Total				257.265	86.336	173.202	86.866
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar (Circulante)					68.820	66.292	
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar (Não Circulante)					–	54.011	
Instrumentos derivativos, líquidos							(51.483)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							(1.468)
Recebimento de instrumento financeiro							64.202
Efeito acumulado no exercício							11.251

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de mercado; - Risco de crédito; - Risco de liquidez. a) Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Exposição a riscos e de taxas de juros:* A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures e mútuos a receber de partes relacionadas, e debêntures a pagar em reais. Exceto com relação à 3ª série da 4ª Emissão, onde existem instrumentos de derivativo que amenizam o efeito do IPCA. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2022. • Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022. • Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022. Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	–	13,42%	16,78%	20,13%
Variação do IPCA (a)	–	5,62%	7,03%	8,43%
Empréstimos - indexador:				
Debêntures - CDI	(1.109.993)	(172.960)	(205.551)	(241.790)
Debêntures - IPCA - pós "swap"	(155.203)	(18.066)	(28.754)	(34.039)
Aplicações financeiras, debêntures ativas e mútuo - indexador:				
CDB, operações compromissadas - CDI	320.478	42.284	52.843	63.397
Debêntures ativas - CDI	1.029.727	157.399	192.515	227.630
Mútuo - CDI	262.906	39.060	48.899	58.767
Exposição líquida	347.915	47.717	59.952	73.965
Aumento nas receitas/(despesas) financeiras em relação ao cenário base	–	–	12.235	14.013
"Swap" versus debêntures: (b)				
Derivativos (risco de queda do IPCA)	–	352	876	1.739
Debêntures (risco de aumento do IPCA)	–	(352)	(876)	(1.739)

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2023. (b) Consideram o efeito da variação do CDI para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor, sobre as debêntures (Nota 7) emitidas originalmente em IPCA (3ª séries), após o efeito do "swap" que efetivou a troca do indexador de IPCA para CDI. *Exposição a riscos cambiais:* Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) *Risco de crédito:* Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	328.818	344.420
Contas a receber de clientes e do poder concedente	117.932	116.912
Debêntures e mútuo com partes relacionadas	1.292.633	1.132.697
Instrumentos financeiros derivativos	8.000	23.906

c) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado na nota explicativa no. 6, tem sido compensados com as debêntures a receber de partes relacionadas. As debêntures passivas, da 4ª emissão, conforme mencionado na Nota 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na Nota 6. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período:

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (*)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber	–	–	48.580	–	**48.580**	69.352	–	–	**69.352**
Partes relacionadas	1.292.633	(1.477)	–	234.096	**234.096**	1.057.059	–		**1.057.059**
Swap (líquido)	68.820	(3.126)	–	65.694	**65.694**	–	–	–	**–**
Total	**1.379.385**	**(4.603)**	**48.580**	**299.790**	**348.370**	**1.126.411**	**–**	**–**	**1.126.411**
Passivos									
Debentures - Principal (**)	1.250.048	(980)	–	386.753	**386.753**	595.648	266.667	–	**862.315**
Debentures - Juros	15.147	342.334	–	167.662	**167.662**	147.170	42.649	–	**189.819**
Swap (líquido)	60.820	(118.501)	–	(57.681)	**(57.681)**	–	–	–	**–**
Credor pela concessão	1.464	–	1.464	–	**1.464**	–	–	–	**–**
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	21.385	–	6.816	14.569	**21.385**	–	–	–	**–**
Dividendos a pagar	168.859	–	–	–	**–**	168.859	–	–	**168.859**
Total	**1.517.723**	**222.853**	**8.280**	**511.303**	**519.583**	**911.677**	**309.316**	**–**	**1.220.993**

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2022 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 4ª e 5ª emissões das debêntures. As amortizações de principal da 3ª série tiveram atualização monetária pelo IPCA, conforme escritura. **22. Gestão de Risco de Capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. Índice de endividamento: O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	1.273.515	1.445.708
Caixa e equivalentes de caixa	(328.818)	(344.420)
Dívida líquida	944.697	1.101.288
Patrimônio líquido	779.803	570.296
Índice de endividamento líquido	1,21	1,93

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 08. Índice de endividamento: A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,21 em 31 de dezembro de 2022 (1,93 em 31 de dezembro de 2021), como resultado da 4ª, 5ª, 9ª, e 10ª emissões de debêntures públicas (Nota 8). Os recursos da 4ª emissão foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazo, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas por sua controladora com o objetivo de financiar investimentos em outra concessionária de rodovias (nota 5). Os recursos da 5ª, 9ª e 10ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia. **23. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. **24. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	**33.578**	Outubro/2023
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	**71.350**	Outubro/2023
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	**92.852**	Outubro/2023
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	**578.105**	Setembro/2023

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **25. Evento Subsequente:** A Administração da Companhia analisou a decisão do STF, que em 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário, sendo que tal decisão não impacta o cenário jurídico-tributário da Companhia.

DIRETORIA

José Renato Ricciardi - Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki - Diretor Financeiro e de RI

CONTADOR

Alexandre Lauriano de Menezes - CRC: ES 015214/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[illegible] procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo; - reconciliar o relatório interno sobre a posição dos processos em andamento da Companhia com o registro contábil, verificando se todas as causas com probabilidade de perda provável foram adequadamente reconhecidas por montantes suficientes; - avaliar se as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados sobre os principais processos da Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos de provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e outros processos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

continua→★

★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria da demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na s demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora - CRC 1SP252905/O-2

Crescimento global será baixo nos próximos anos, diz FMI

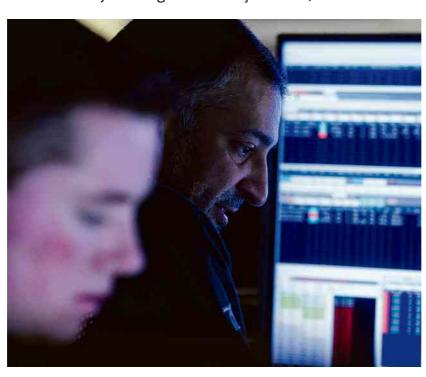
Alta inflação e taxas elevadas de juros seguram avanço do PIB, afirma Fundo

Thiago Amâncio

WASHINGTON Mesmo com a resiliência do mercado consumidor e a reabertura econômica da China, o crescimento global deve não só continuar em patamares baixos como assim permanecer nos próximos cinco anos, disse nesta segunda (10) a diretora-geral do FMI (Fundo Monetário Internacional), Kristalina Georgieva.

A instituição prevê que o crescimento global fique abaixo de 3% nos próximos cinco anos, disse a economista na abertura da semana de reuniões da entidade com o Banco Mundial, que reúne autoridades econômicas do mundo todo em Washington. Segundo Georgieva, isso se dá pela alta inflação global, que faz bancos centrais continuarem a aumentar as taxas de juros.

"Vimos uma rápida transição de baixas taxas de juros e liquidez abundante para altas taxas de juros e liquidez muito menor, o que expôs vulnerabilidades do setor financeiro que tornaram a tarefa de formuladores de políticas ainda mais difíceis", disse ela.

O presidente do Banco Mundial, David Malpass, exemplificou o problema com a falência do Silicon Valley Bank, em março. O banco tinha mais da metade de seus ativos investidos em títulos do governo de longo prazo comprados comprados em um período de juros muito baixos, que caíram de preço com o aumento das taxas.

"Taxas artificialmente baixas de juros e a alocação de capital que foi feita com elas levaram o mundo todo a tomar decisões baseadas na ideia de que haveria taxas de juros a 0% por um longo período de tempo, e fizeram más alocações de capital. Voltar aos níveis produtivos é muito difícil. Elevar as taxas de juros a níveis mais normais significa perdas para bancos", disse.

Malpass fez a ressalva, porém, de que manter os juros baixos não resolverá o problema porque enfraquece o dólar e aumenta a inflação, "e isso atinge mais os pobres."

Ele defendeu que, mais do que tentar reduzir a demanda com a alta dos juros para controlar a inflação, é preciso pensar em soluções de longo prazo aumentando a oferta, o que significa, no curto prazo, financiar pequenos e médios negócios.

Estudo divulgado nesta segunda por economistas do FMI, porém, apontou que o aumento nas taxas reais de juros tende a ser temporário. "Quando a inflação voltar ao controle, é provável que os bancos centrais das economias avançadas afrouxem a política monetária e tragam as taxas de juros reais de volta aos níveis pré-pandêmicos", escrevem os economistas Jean-Marc Natal e Philip Barrett.

Quão próximo dos níveis pré-pandêmicos vai depender do níveis da dívida e déficit públicos dos países. "Em grandes mercados emergentes, as projeções conservadoras das tendências futuras demográficas e de produtividade sugerem uma convergência gradual para as taxas de juros reais das economias avançadas."

Malpass afirmou na abertura do evento nesta segunda que os países em desenvolvimento estão fora do fluxo de capitais e vivem uma fase de descapitalização. Uma das preocupações é com a alta de preços de alimentos e fertilizantes, afirmou, que leva produtores em países pobres a terem mais dificuldade de plantar.

Países como a China têm estoques substanciais de trigo, mas a maioria das nações esgotaram suas reservas, o que provoca choque na cadeia global de suprimentos alimentares.

Malpass e Georgieva destacaram o problema da fragmentação do comércio global baseado em blocos geopolíticos, com uma desglobalização que pode custar até 7% do PIB global ao longo dos anos, segundo o FMI.

"A economia integrada que gerou um tremendo ímpeto de crescimento e prosperidade nas últimas três décadas está sendo negativamente impactada", afirmou Georgieva.

BOLSAS SOBEM NA VOLTA DO FERIADO
Operadores na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones avançou 0,3%; no Brasil, perspectivas de melhora na economia da China favoreceram ações da Vale e da Petrobras, e o Ibovespa fechou em alta de 1,01%, enquanto o dólar subiu 0,13%, para R$ 5,07 Brendan McDermid/Reuters

Anfavea vê trimestre ruim, com 8 paradas na produção

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O primeiro trimestre terminou com alta de 8% na produção de veículos leves e pesados. Apesar do crescimento ante o mesmo período de 2022, a Anfavea (associação das montadoras), não gostou do resultado. "Nesses três primeiros meses tivemos oito paralisações de fábrica e dois cancelamentos de turno, algo semelhante às paradas verificadas no início de 2022", disse, em nota, o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite.

"A diferença é que no ano passado o motivo era somente a falta de componentes, enquanto agora já há outros fatores provocando férias coletivas, como o resfriamento da demanda."

Foram fabricadas 536 mil unidades entre janeiro e março, número que inclui carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

Leite afirmou ainda que, no setor de vendas, o mês de março foi um pouco melhor devido às compras realizadas por locadoras. Esse segmento foi responsável por 28% dos emplacamentos.

Foram emplacadas 471,6 mil unidades no trimestre.

"Essas empresas ainda têm uma considerável demanda reprimida, mas isso não vai sustentar nossos volumes por tanto tempo caso não haja uma reação mais forte no varejo, o que depende de melhorias nas condições de financiamento, entre outras medidas para reaquecer o mercado", afirmou Leite.

Além dos pedidos por melhorias na oferta de crédito, a Anfavea negocia o retorno dos populares. A entidade chegou a avançar nessas negociações, mas optou por deixar que cada associada escolha o caminho a seguir.

Leite também mencionou o Chile para falar sobre o uso do FGTS na compra de carro.

"O Chile liberou o fundo de previdência como parte de pagamento para a compra de veículos zero. Se houvesse a possibilidade de parte do FGTS ser utilizado para a compra de carro novo, para a renovação da frota, haveria um efeito muito importante", disse o presidente da Anfavea. Ele citou como exemplo a liberação de 25% do fundo para esse fim no Brasil, mas disse que não há definição sobre o tema.

Produção de veículos leves e pesados entre janeiro de 2021 e março de 2023

Em mil unidades

Fonte: Anfavea

José Kalil S.A. Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 60.937.653/0001-23

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, o ano de 2022 foi de recuperação dos valores de aluguel, resultando num lucro líquido superior em 43,48% em relação ao ano de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2022	2021
Circulante	**28.769.178**	**26.967.875**
Caixa e equivalentes de caixa	**24.297.325**	**22.302.371**
Caixa e bancos	2.088	9.781
Aplicações financeiras	24.295.237	22.292.590
Títulos e valores mobiliários	**1.703.388**	**1.928.952**
Créditos	**2.768.465**	**2.736.552**
Aluguéis a receber	1.521.969	1.306.474
Promitentes compradores de imóveis	787.903	787.903
Imóveis a comercializar	343.324	343.324
Outros créditos	115.269	298.851
Não circulante	**7.367.570**	**7.143.364**
Realizável a longo prazo	**103.169**	**75.969**
Depósitos judiciais.Ações judiciais	103.169	75.969
Imobilizado	**7.264.401**	**7.067.395**
Total do ativo	**36.136.748**	**34.111.239**

Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante	**3.792.592**	**4.294.410**
Contas a pagar	53.111	73.361
Impostos e contribuições a recolher	79.565	65.586
Impostos a recolher parcelados	492.458	507.660
IRPJ e CSLL	395.353	345.725
Dividendos a pagar	2.471.597	3.044.940
Obrigações trabalhistas	300.508	257.138
Não circulante	**2.559.453**	**2.822.733**
Resultado diferido	1.205.736	1.186.562
Impostos a recolher parcelados	1.353.717	1.636.171
Patrimônio líquido	**29.784.703**	**26.994.096**
Capital social	10.000.000	10.000.000
Reserva de lucros	8.784.280	8.784.280
Lucros acumulados	9.942.823	6.926.652
Ajuste de avaliação patrimonial	1.057.600	1.283.164
Total do passivo e patriminônio líquido	**36.136.748**	**34.111.239**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reserva de lucros				
Eventos	**Capital social**	**Legal**	**De investimentos**	**Lucros acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total**
Saldos em 31/12/2020	**10.000.000**	**2.000.000**	**6.784.280**	**4.364.884**	**2.525.553**	**25.674.717**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.926.652	-	6.926.652
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.364.884)	-	(4.364.884)
Ajuste de instrumentos financeiros	-	-	-	-	(1.242.389)	(1.242.389)
Saldos em 31/12/2021	**10.000.000**	**2.000.000**	**6.784.280**	**6.926.652**	**1.283.164**	**26.994.096**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.942.823	-	9.942.823
Distribuição de dividendos	-	-	-	(6.926.652)	-	(6.926.652)
Ajuste de instrumentos financeiros	-	-	-	-	(225.564)	(225.564)
Saldos em 31/12/2022	**10.000.000**	**2.000.000**	**6.784.280**	**9.942.823**	**1.057.600**	**29.784.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2022	2021
Receita líquida operacional	**13.943.810**	**11.154.405**
Custo de venda das unidades	-	(43.500)
Lucro bruto operacional	**13.943.810**	**11.110.905**
(Despesas) receitas operacionais	**(4.179.789)**	**(3.983.514)**
Salários e encargos sociais	(2.533.620)	(2.152.890)
Despesas administrativas	(1.432.360)	(1.369.884)
Despesas tributárias	(292.650)	(685.737)
Outras (despesas) receitas operacionais	78.841	224.997
Lucro operacional antes do resultado Financeiro e tributos sobre o lucro	**9.764.021**	**7.127.391**
Resultado financeiro	**2.497.009**	**1.637.232**
Despesas financeiras	(122.133)	(183.245)
Receitas financeiras	2.619.142	1.820.477
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**12.261.030**	**8.764.623**
Tributos sobre o lucro	**(2.318.207)**	**(1.837.971)**
CSLL	(619.996)	(494.796)
IRPJ	(1.698.211)	(1.343.175)
Lucro líquido do exercício	**9.942.823**	**6.926.652**
Quantidade de ações	12.000.000	12.000.000
Lucro líquido por ação do capital social em R$ 1,00	0,83	0,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**9.942.823**	**6.926.652**
Ajuste de instrumentos financeiros	(225.564)	(1.242.389)
Resultado abrangente do exercício total	**9.717.259**	**5.684.263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**9.942.823**	**6.926.652**
Ajuste para conciliar o lucro líquido do exercício		
Depreciação	438.895	420.060
Lucro líquido do exercício ajutado	**10.381.718**	**7.346.712**
(Aumento) diminuição nos ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	**4.712**	**64.571**
Aluguéis a receber	215.496	280.259
Outros ativos circulantes	(183.582)	(296.194)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	(27.202)	80.506
Aumento (diminuição) nos passivos circulantes e exigíveis a longo prazo	**(1.527.385)**	**(7.626.457)**
Contas a pagar	(20.250)	28.765
Impostos e contribuições a recolher	13.979	(1.116.618)
Provisão p/ irpj e csll	49.628	(120.825)
Obrigações trabalhistas	43.370	131.610
Outros débitos	(297.656)	58.791
Dividendos a pagar	(1.335.630)	(6.522.672)
Resultado diferido	19.174	(85.508)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**8.859.045**	**(215.174)**
Das atividades de investimento		
Imobilizado	635.902	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividade de investimento	**635.902**	**-**
Das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(7.499.993)	(5.581.549)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(7.499.993)**	**(5.581.549)**
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**1.994.954**	**(5.796.723)**
Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	22.302.371	28.099.094
No final do exercício	24.297.325	22.302.371
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**1.994.954**	**(5.796.723)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto social a administração de bens móveis e imóveis próprios; a participação em empreendimentos imobiliários; a compra e venda de bens próprios, podendo, ainda, participar de outras Empresas. **2- Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2022 estão sendo apresentadas em R$ (Reais) que é a moeda funcional na Companhia. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância as determinações das instruções da Secretaria da Receita Federal nº 79 e 84 de 1979. A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. **a) Apuração do resultado:** As demais receitas, custos e despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. As receitas de comercialização de imóveis são reconhecidas a medida de seu recebimento, os custos decorrentes de sua incorporação e construção são reconhecidos quando da venda dos imóveis. **b) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** Os ativos realizáveis em prazos inferiores a 360 dias são classificados como circulantes. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Os fluxos de caixa dos investimentos são demonstrados pelos valores líquidos. E são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos em longo prazo. As aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito (temporário) são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado (valor inicial acrescido sistematicamente dos juros e outros rendimentos cabíveis), neste caso ajustado ao valor provável de realização, se este for menor. **d) Imóveis a comercializar:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos contratos representativos desses créditos, acrescidos das atualizações monetárias, quando aplicáveis. **e) Estoques imobiliários:** Os estoques imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. Os imóveis em construção correspondem aos custos de construção incorridos das unidades ainda não comercializados. **f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995. **g) Não circulante:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. **h) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os passivos exigíveis em prazo inferiores a 360 dias são classificados como circulantes. As provisões para IRPJ e CSLL são constituídas com base no lucro presumido. As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 10/02/2023.

DIRETORIA

João Carlos Piccelli – Diretor Presidente
Maurício de Andrade Ramos Filho – Diretor
Luis Gustavo de Souza e Oliveira -
Contador – CRC 2.SP-024294/0-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **José Kalil S.A. Participações e Empreendimentos.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da José Kalil S.A. Participações e Empreendimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da José Kalil S.A. Participações e Empreendimentos em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia adotou procedimento de diferir a receita de vendas de imóveis a prazo, de acordo com os procedimentos determinados pela legislação fiscal, os quais diferem das orientações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Dessa forma, em função desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a mais e o patrimônio líquido está apresentado a menos em R$ 1.205.736 (Em 2021 – R$ 1.186.562), sem considerar os efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22/02/2023

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 5.528/0-2

João Paulo Antonio Pompeo Conti
Contador
CRC 1SP 057.611/O-0

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 12/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para futura e provável aquisição de tubos de concreto, destinados à capitação e escoamento de águas pluviais das vias públicas do Município de Sandovalina, conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 24/04/2023 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 10 de abril de 2023. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IARAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2023 – PROCESSO N° 041/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de Uniformes Escolares, para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 02/05/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 13H30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site da Bolsa de Licitações do Brasil: www.bll.org.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES,** localizado na Praça Monção nº 683 – Bairro Centro – CEP 18.775-021 – Iaras – SP – Telefone (0XX14) 3764-9400 – E-mail: licitacaoiaras@hotmail.com.

IARAS, 10 DE ABRIL DE 2023.
MARCOS JOSÉ ROSA - PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 016/2.022 - PROCESSO Nº 457/2022

Extrato da Ata da Segunda Sessão Pública da Concorrência nº 016/2022. O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, por unanimidade de seus membros decidiram **CLASSIFICAR** os LOTES 01, 02, 03 E 04 para a empresa: **CONPAV SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, restando o Lote 05 DESERTO.

Fernandópolis-SP., 10 de ABRIL de 2.023.
- ELISEU DA SILVA PEREIRA NE -
Agente de Contratação

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DEPREÇOS Nº 233/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202207463/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº532101530552023OC00438 - PARA AQUISIÇÃO DE: ENDOPROTESE PARA TRATAMENTO DE ANEURISMA DE AORTA TORÁCICA.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 26/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **13/04/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acessoao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 035/2023. **OBJETO:** Aquisição de material de carpintaria para Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 24/04/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 10 de Abril de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116 - Centro - Tel. (14) 3572-8229 - Ramal 8218
CEP 16.600-000 - Pirajuí/SP - CNPJ: 44.555.027/0001-16 - e-mail: compraspirajui@gmail.com

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2023 – PROCESSO N° 038/2023
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Pneus para os veículos da Frota Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. **DATA DA REALIZAÇÃO: 25/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga nº 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 10 DE ABRIL DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2023 PROCESSO N° 036/2023

Objeto: ANULAR, de ofício, a licitação, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de um veículo tipo utilitário pick-up para o Centro de Referência da Assistência Social "Armando Pagotto", conforme Convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Assistência Social - Emenda n° 202041270007. Motivo: Cadastrato do modo de disputa, no portal BLL, divergente do informado no edital do Pregão Eletrônico n° 005/2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 10 de abril de 2023. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2023 PROCESSO N° 058/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo tipo utilitário pick-up para o Centro de Referência da Assistência Social "Armando Pagotto", conforme Convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Assistência Social - Emenda n° 202041270007. Abertura dia: 24 de abril de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 11 de abril de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 10 de abril de 2023. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 52.742/2022. PPnº18/2023. Às 09:30horas do dia 27/04/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para fabricação de mobiliário odontológico sob medida, com montagem e instalação.

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Magno Sauter - Secretário Municipal de Saúde.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

CLÁUDIO HENRIQUE DO VALE VIEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.645.903-53
DIOGO MENDES DE SOUSA BEZERRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.770.551-40
JONATAS MONTEIRO ORTEGA, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.609.308-88

DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **CV INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo III (GTSP3) - Processo nº 194137

São Paulo, 06 de abril de 2023
CV INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

"TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2023 - PROCESSO Nº 027/2023.

ONDE SE LÊ:
-Item 8.4 "b" balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira do proponente;
Item 8.4 "c" Demonstrativo de Resultados (DRE) e balancete do proponente com defasagem máxima de 90 dias;
- Item 9.1. ANEXO II- MODELO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

LEIA-SE:
-Item 8.4 "b" balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira do proponente, para empresas constituídas que possuem balanço patrimonial do último exercício;
Item 8.4 "c" Demonstrativo de Resultados (DRE) e balancete do proponente com defasagem máxima de 90 dias, para empresas recém constituídas;
- Item 9.1. ANEXO III- MODELO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

FICA INCLUÍDO O ITEM 13.3 E 13.3.1 AO EDITAL:
13.3. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 em seu artigo 40, Inciso II, alterações atualizadas pelas Leis nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, demais leis aplicáveis o prazo para o(s) licitante(s) vencedor (es) assinarem o(s) contrato(s) será (ão) de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Município de Fernandópolis. O presente prazo poderá ser prorrogado a critério de Administração.
13.3.1. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual no prazo especificado no item 13.3 do Edital, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa às sanções lançadas acima, bem como as penalidades dos artigos 81 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93

FICA INCLUÍDA AO ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL:
4.7. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 em seu artigo 40, Inciso II, alterações atualizadas pelas Leis nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, demais leis aplicáveis o prazo para o(s) licitante(s) vencedor (es) assinarem o(s) contrato(s) será (ão) de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Município de Fernandópolis. O presente prazo poderá ser prorrogado a critério de Administração.
4.7.1. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual no prazo especificado no item 13.3 do Edital, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa às sanções lançadas acima, bem como as penalidades dos artigos 81 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.
Fica mantida a data de abertura da licitação no dia 03 (três) de maio de 2023, de acordo com art.21, § 4º, Lei Federal 8.666/93, às 09:00 horas, na Sala de Licitações do Município de Fernandópolis, localizado no Paço Municipal, sito à Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, na cidade de Fernandópolis-SP.

Fernandópolis-SP, 10 de abril de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2022 – Processo nº 17.025/2022

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE VOZ DIGITAL, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO. **Resultado da abertura dos envelopes nº 02 – "PROPOSTA":** 1. INTER TELECOM COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIP. DE COMUNICAÇÃO LTDA. – VENCEDORA. **Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso da fase de "proposta".** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540-000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

SAAEB SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –

Extrato de Termo de Ratificação
Despacho do Presidente
Processo 03/2023 Edital 03/2023 Concorrência 01/2023

Impugnação do Edital 03/2023 apresentado por Construnova Construtora LTDA. Diante das razões de fato e de direito expostas julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de Impugnação.

Bebedouro/SP, 10 de Abril de 2023.
Gilmar Aparecido Feltrim - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023 - Processo nº 3256/2023

Objeto: fornecimento de insumos para o café da manhã dos funcionários da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **26/04/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.

Hamilton César de Paula Roza - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023 - PREGÃO ELETRONICO – Nº 01/2023. A Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul torna público aos interessados a realização do PREGÃO na forma ELETRONICA sob nº 01/2023, do tipo menor preço por item. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e estruturas temporárias e empresa para prestação de serviço de segurança privada e brigadistas para a realização da 27ª Festa do Peão "Resgatando Tradições" em Murutinga do Sul, que será realizada nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023. INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 11/04/2023, às 09:00 horas. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 20/04/2023, às 09:00 horas. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/04/2023, às 09:10 horas. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 20/04/2023, às 10:00 horas. LOCAL: https://bllcompras.com - "Acesso Identificado". FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Rua Orlando Molina, n° 267 – Bairro Botafogo, Murutinga do Sul – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08:00h. às 11:00h. e das 13:00h as 16:00h, ou pelo telefone (18) 3788-9126, ou ainda, através do e-mail licitacao@murutingadosul.sp.gov.br. Murutinga do Sul, 10 de abril de 2023 – Cristiano Eleuterio Soares da Silva – prefeito municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2022 – Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de vidrarias, para Laboratórios de Alimentos e Meio Ambiente da área de Metrologia da Diretoria Industrial do SENAI/PE. **Data de abertura: 20/04/2023 – 09h – Pregoeira: Cássia Coutinho.**

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: **www.pe.senai.br** ou pelo telefone 81 3412-8532 / 8314 / (81) 98816-0974, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 11 de abril de 2023.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Araraquara e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 01 de agosto: 1 - Categoria Cobrança e Recuperação de Crédito: realizar-se-á no dia 15 de maio de 2023, às 17h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Contabilidade e Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas: realizar-se-á no dia 16 de maio de 2023, às 17h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 3 - Categoria Sociedades de Advogados: realizar-se-á no dia 17 de maio de 2023, às 17h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 4 - Categorias Administradores de Consórcios: realizar-se-á no dia 18 de maio de 2023, às 17h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 5 - Categoria Locadoras de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem: realizar-se-á no dia 19 de maio de 2023, às 17h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Avenida Feijó, nº 967, bairro Centro, na cidade de Araraquara/SP, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de agosto de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2023, ficando autorizado o presidente da entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, revertida em favor da entidade sindical, como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com os sindicatos da categoria ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, para cidades e regiões onde não existam sindicatos organizados ou sob intervenção da Federação, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. Araraquara, 11 de abril de 2023. Italo José Rampani - Presidente.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

4ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023
Audiência Pública de SAÚDE sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher convida o público interessado para participar da audiência pública para debater a seguinte matéria:

PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º - **Tema: UBS e Hospitais**

Data: 12/04/2023 – (quarta-feira)
Horário: 11h00
Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita – 8º Andar – Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – SP; e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **saude@saopaulo.sp.leg.br**

CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c.119, § 39M	Nº da pauta **MI23A0433SJ**	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Taliene Jesus da Costa , **Autor** v. **Carlita Maria De Jesus** , **Réu "Pai/Mãe Um"** Se aplicável: , **Réu "Pai/Mãe Dois"**		Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex

Para o Réu acima mencionado:

Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M. Informações sobre a audiência:

Pedido
Data: **06/06/2023**
Hora: **09:00**
Local: **www.Zoomgov.com/my/jbarbar**
Chamada de audiência virtual em: 1 646 828 7666
ID de reunião: 160 4273 7636

Você foi citado e requisitado por este meio a se apresentar a:

Bel. Lance Matthew Kropp

cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, caso haja, à petição inicial que lhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após esta intimação, exclusiva do dia de notificação. Você também é obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex,** seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

PROCESSO Nº 07854/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NA RUA BENJAMIN DA SILVEIRA BALDY, TRECHO QUE LIGA A RODOVIA SP79 AO CENTRO ESPORTIVO, BAIRRO PAULAS E MENDES, PIEDADE/SP, PLANO DE AÇÃO N.º 09032021-010302, TRANSFERENCIA ESPECIAL. Modalidade: TOMADA DE PREÇOS. Tipo de licitação: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. Sessão no dia 28/04/2023, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121 e 118. Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

RETIFICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023. A Prefeitura do Município de Itápolis informa a RETIFICAÇÃO do edital da licitação em epígrafe que tem como objeto CONSTRUÇÃO DO MIRANTE CÔNEGO EDNYR E REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO ALCIDES COGO. ENCERRAMENTO: 3 de MAIO de 2023 às 09 horas na sala de licitações da Prefeitura do Município de Itápolis, sito à Avenida Florêncio Terra, 399, Centro. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.itapolis.sp.gov.br. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA SERRA /SP

Aviso de Abertura de Chamada Pública nº 002/2023 – Processo nº 0325/2023 – Edital nº 0033/2023 - Objeto: Aquisição de hortifrutis, através da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural, Cooperativas ou Associações Representativas, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Entrega dos envelopes de documentos, proposta e do credenciamento: Dia 03 de maio de 2023, às 09:00 horas, no Setor de Licitações, situado no Paço Municipal. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site www.santamariadaserra.sp.gov.br. Informações pelo e-mail licitacao2@santamariadaserra.sp.gov.br ou no Setor de Compras e Licitação, nos dias e horários de expediente. Santa Maria da Serra, 10 de abril de 2023. Josias Zani Neto – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA PREÇOS Nº 007/2023 – PROCESSO Nº 114/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE REFORMA DOS PRÉDIOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, LOCALIZADO NA RUA ANTONIO BENTO RODRIGUES, Nº, CENTRO, EM ANGATUBA/SP, COM FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MAQUINÁRIOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO. Menor Preço Global. Encerramento: 27 de abril de 2023, às 09:00 horas. LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 10 de abril de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2023 - Processo nº 4.770/23

Objeto: implantação de ata de registro de preços para futura aquisição de concreto betuminoso usinado a quente, em atendimento à Secretaria de Obras, desta prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de apoio fazem saber que, acha-se aberta nesta Prefeitura a licitação retrocitada, na publicação do dia 01/04/2023, **ONDE SE LÊ:** sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **10h00m** do dia **14/04/2023, LEIA-SE,** sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **10h00m** do dia **17/04/2023,** mantendo-se inalteradas as demais condições do edital, sito a Rua Elton Silva, nº 1.000 - Parque JMC - Jandira - SP. O edital encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço (setor de licitações) no quadro de Editais e também para aquisição na íntegra, mediante o pagamento da taxa de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou ainda, gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br., aba licitações. Informações email licitacoes@jandira.sp.gov.br.

Valter Pucharelli - Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023-PROCESSO Nº 041/2023

Objeto: A presente licitação é do tipo Tomada de Preços, por empreitada Global, que destina-se a **Contratação de empresa especializada para a execução de obras de Construção de Praça Pública no Espaço Cultural do Tropeiro, localizado à Rua José Marchesi, S/Nº - Residencial Itaporanga, no Município de Laranjal Paulista/SP, do Convênio nº 053/2022, celebrado com o Governo do estado de São Paulo, Secretaria de Turismo e Viagens, incluindo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, serviços e correlatos e em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias-** Encerramento e Abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02), deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 27.04.2023**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos, bem como obter maiores informações, à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista - SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.83.31 ou 0xx15.3283.83.38 e do site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações). Laranjal Paulista, 10 de Abril de 2.2023- Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate de vetores e pragas urbanas, englobando sanitização, desratização, desinsetização, descupinização em áreas internas e externas de múltiplas dependências da Prefeitura Municipal de Cajamar - P.A. 235/2023.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço por Lote.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 25/04/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 31 de março de 2023
Regis Luiz Mila de Souza - Secretaria Municipal de Educação

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE – CPChq - UGE 180.168

ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO PR -168/0025/23
PROCESSO: 20230375884

Encontram-se aberto no Comando de Policiamento de Choque, situado na Rua Dr. Jorge Miranda, 789 – Luz – São Paulo/SP, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de serviços de limpeza predial da Sede do TERCEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE "BATALHÃO HUMAITÁ".
OFERTA DE COMPRA nº **180168000012023OC00206**
Início do recebimento das propostas: **dia 11 de abril de 2023**.
Abertura da Sessão Pública: **dia 25 de abril de 2023**, às **09 h 30 min**.
As informações estarão disponíveis no sítio **http://www.e-negociospublicos.com.br**, **www.pregão.sp.gov.br** e **www.bec.sp.gov.br**. - Outras informações: Seção Finanças do Comando de Policiamento de Choque – CPChq/PMESP. Fone (11) 3311-6445 ramal 1181/1182. - Jose Augusto Coutinho - Coronel PM – Dirigente UGE 180168

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3061/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3062/0223-CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 14/04/2023 até 15/05/2023, no primeiro leilão, e de 26/05/2023 até 30/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeira Sra. HELIANA MARIA OLIVEIRA MELO FERREIRA, Rodovia BR 262, KM 375, s/n, Fazenda Roda D' Água, CEP 35675-000, Juatuba/MG, Fones (31) 3360-8106, (31) 3360-8107 e (31) 3360-8190 e atendimento de segunda a sexta das 8:30h às 17:30h, site: www.palaciodosleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 16/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 31/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.palaciodosleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2023012000067 – Serviços de manutenção nas instalações hidráulicas das piscinas da Unidade Pinheiros. Abertura: 25/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000077 – Fornecimento futuro e eventual de ovos pasteurizados para Diversas Unidades. Abertura: 25/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000092 – Fornecimento futuro e eventual de batatas congeladas para Diversas Unidades. Abertura: 04/05/2023 às 10h30.

PE 2023012000109 – Locação de equipamentos de audiovisual em atendimento à Unidade Avenida Paulista. Abertura: 19/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000112 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Pinheiros. Abertura: 27/04/2023 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

abconcessões

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

CNPJ nº 02.509.186.0001/34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão. Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM. **AB Concessões S.A.:** AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico. A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%). **1. Destaques do ano de 2022:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2022 foi de R$ 745.236 mil, 23,4% acima do observado em 2021 (R$ 603.836 mil). A receita líquida em 2022 foi de R$ 699.007 mil (+23,6%). O tráfego da Companhia em 2022 foi de 49.007 mil de "veículos equivalentes", ante 43.629 mil em 2021 (+12,3%). O EBITDA ajustado* em 2022 foi de R$ 493.559 mil, contra R$ 371.142 mil em 2021 (+33,0%). **2. Desempenho Operacional:** O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no quarto trimestre de 2022 foi de 5,6% em relação ao 4T21. No comparativo anual, o aumento foi de 13,9%. O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,8% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos. A tarifa média* por eixo equivalente da Companhia foi de R$ 15,21, o que representa um crescimento de 9,9% em relação à média do ano de 2021. **3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Receita Operacional Líquida	701.559	100,0%	569.220	100,0%	132.339	23,2%
Custo dos Serviços Prestados	(173.431)	-24,7%	(200.586)	-35,2%	27.155	-13,5%
Lucro Bruto	528.128	75,3%	368.634	64,8%	159.494	43,3%
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(54.868)	-7,8%	(63.858)	-11,2%	8.990	-14,1%
Provisão para perda esperada - Contas a receber	530	0,1%	(1.268)	-0,2%	1.798	-141,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.327	0,6%	2.667	0,5%	1.660	62,2%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	478.117	68,2%	306.175	53,8%	171.942	56,2%
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	40.880	5,8%	20.131	3,5%	20.749	103,1%
Despesas financeiras	(2.175)	-0,3%	(1.031)	-0,2%	(1.144)	111,0%
	38.705	5,5%	19.100	3,4%	19.605	102,6%
Lucro Operacional e antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	516.822	73,7%	325.275	57,1%	191.547	58,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	(176.280)	-25,1%	(112.743)	-19,8%	(63.537)	56,4%
Diferidos	449	0,1%	1.969	0,3%	(1.520)	-77,2%
Lucro Líquido do Exercício	340.991	48,6%	214.501	37,7%	126.490	59,0%
Lucro por Ação Básico e Diluído - R$	559,00		351,64		207,36	59,0%

Receita Líquida: A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	745.236	97,1%	603.836	97,0%	141.400	23,4%
Outras receitas	19.372	2,5%	14.850	2,4%	4.522	30,5%
Receita de serviços de construção (*)	2.552	0,3%	3.827	0,6%	(1.275)	-33,3%
Receita bruta	767.160	100,0%	622.513	100,0%	144.647	23,2%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(37.728)	-4,9%	(30.697)	-4,9%	(7.031)	22,9%
PIS	(4.964)	-0,6%	(4.024)	-0,6%	(940)	23,4%
COFINS	(22.909)	-3,0%	(18.572)	-3,0%	(4.337)	23,4%
Receita líquida	701.559	91,5%	569.220	91,4%	132.339	23,2%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	699.007	91,1%	565.393	90,8%	133.614	23,6%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R$ 565.393 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R$ 699.007 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação resultou principalmente pelo tráfego de 49.007 mil veículos equivalentes no ano de 2022, volume 12,3% acima do tráfego registrado no ano de 2021 (43.629 mil de eixos equivalentes). Em 2022, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia aumentou 23,4% em relação ao ano de 2021, resultando em R$ 745.236 mil.

* Exclui as Receitas de Construção

** Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para analisar do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

* A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas: Os custos dos serviços prestados passaram de R$ 200.586 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 173.431 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 63.858 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 54.868 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	2022	AV%	2021	AV%	Var R$	Var %
Serviços de terceiros - Cons., manut. e oper. das rodovias	(69.234)	31,0%	(49.090)	18,7%	(20.144)	41,0%
Amortização do intangível	(95)	0,0%	(64.967)	24,7%	64.872	-99,9%
Custos com a exploração da concessão (custo variável outorga)	(22.910)	10,3%	(13.899)	5,3%	(9.011)	64,8%
Gastos com prestadores de serviços	(45.936)	20,6%	(41.921)	15,9%	(4.015)	9,6%
Gastos com funcionários	(28.688)	12,8%	(24.200)	9,2%	(4.488)	18,5%
Gastos com materiais e equipamentos	(21.876)	9,8%	(14.314)	5,4%	(7.562)	52,8%
Gastos com construção	(2.552)	1,1%	(3.827)	1,5%	1.275	-33,3%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(35.931)	16,1%	(49.013)	18,6%	13.082	-26,7%
Reembolso de seguros	5.054	-2,3%	2.909	-1,1%	2.145	73,7%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,2%	(1.268)	0,5%	1.798	-141,8%
Outras receitas	4.328	-1,9%	2.667	-1,0%	1.661	62,3%
Outras despesas	(6.131)	2,7%	(6.122)	2,3%	(9)	0,1%
Total	(223.461)	100,0%	(263.045)	100,0%	39.604	-15,1%
Classificados como:						
Custo dos serviços prestados	(173.431)	77,6%	(200.586)	76,3%	27.155	-13,5%
Gerais e administrativas	(54.868)	24,6%	(63.858)	24,3%	8.990	-14,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,2%	(1.268)	0,5%	1.798	-141,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.328	-1,9%	2.667	-1,0%	1.661	62,3%
Total	(223.461)	100,0%	(263.045)	100,0%	39.604	-15,1%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

Custos Inerentes à Operação	2022	AV%	2021	AV%	Var %
Funcionários	(28.688)	18,9%	(24.200)	11,5%	18,5%
Materiais e equipamentos	(21.876)	14,4%	(14.314)	6,8%	52,8%
Ônus variável da concessão	(22.910)	15,1%	(13.899)	6,6%	64,8%
Prestadores de serviços	(45.936)	30,3%	(41.921)	20,0%	9,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(35.931)	23,7%	(49.013)	23,3%	-26,7%
Reembolso de Seguros	5.054	-3,3%	2.909	-1,4%	73,7%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,3%	(1.268)	0,6%	-141,8%
Outras despesas	(6.131)	4,0%	(6.122)	2,9%	0,1%
Outras receitas	4.328	-2,9%	2.667	-1,3%	62,3%
Subtotal	(151.560)	99,9%	(145.161)	69,1%	4,4%
Depreciação e amortização	(95)	0,1%	(64.967)	30,9%	-99,9%
Subtotal	(151.655)	100,0%	(210.128)	100,0%	-27,8%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	**2022**	**AV%**	**2021**	**AV%**	**Var %**
Conserva especial	(69.234)	96,4%	(49.090)	92,8%	41,0%
Constituição da provisão para manutenção	–	0,0%	–	0,0%	0,0%
Despesas com construção	(2.552)	3,6%	(3.827)	7,2%	-33,3%
Sub Total	(71.786)	100,0%	(52.917)	100,0%	35,7%
Total Custos e Despesas Operacionais	(223.441)		(263.045)		-15,1%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: - Funcionários: reajuste de salários, benefícios (vale alimentação e vale refeição) e encargos sociais. - Materiais e equipamentos: reajustes nos insumos para manutenção e conservação da malha rodoviária, aquisição de materiais para sinalização para todas as bases operacionais, manutenção de veículos e aumento do preço de combustíveis e lubrificantes. - Ônus variável da concessão: [illegible]

EBITDA Ajustado	2022	2021	V.H.
Receita Líquida	701.559	569.220	23,2%
Custos de construção	-2.552	-3.827	-33,3%
Receita Líquida (ex. receita de construção)	699.007	565.393	23,6%
Custos operacionais	-223.441	-263.045	-15,1%
Custos de construção	2.552	3.827	-33,3%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	-220.889	-259.218	-14,8%
EBIT	478.118	306.175	56,2%
Depreciação e amortização	95	64.967	-99,9%
EBITDA	478.213	371.142	28,8%
Provisão manutenção	15.346	–	100,0%
EBITDA ajustado	493.559	371.142	33,0%
Margem EBITDA ajustada	70,6%	65,6%	7,6%

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R$ 493.559 mil em 2022 (+33,0%). **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R$ 306.175 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 478.117 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro da Companhia em 2022 foi de R$ 38.705 mil. **Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R$ 325.275 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 516.822 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (+58,9%). **Imposto de Renda e Contribuição Social:** [illegible] **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do Exercício passou de R$ 214.501 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 340.991 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (+59,0%). **Investimentos:** [illegible] **4. Governança Corporativa:** [illegible] **5. Responsabilidade Socioambiental:** [illegible] **6. Auditores Independentes:** [illegible] **7. Declaração da Diretoria:** [illegible]

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	215.531	50.808
Contas a receber de clientes e do poder concedente	5	46.730	41.268
Tributos e encargos a recuperar	6	5.272	10.503
Debêntures com partes relacionadas	7	107.712	174.783
Outros ativos		9.283	7.373
Total dos ativos circulantes		384.528	284.735
Não Circulantes			
Outros ativos		13.929	9.201
Tributos e encargos a recuperar	6	70.373	70.373
Depósitos e bloqueios judiciais	14	188.430	127.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	58.487	58.038
Total do realizável a longo prazo		331.219	265.170
Total dos Ativos		715.747	549.905

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes			
Fornecedores	10	18.744	14.603
Débitos com partes relacionadas	7	2.351	1.754
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	64.449	40.851
Obrigações fiscais	12	10.584	6.936
Credor pela concessão	11	2.406	1.772
Provisão para manutenção	13	37.339	10.938
Obrigações sociais e trabalhistas		4.614	4.005
Dividendos a pagar	7	189.869	1
Outras contas a pagar		8.148	2.908
Total dos Passivos Circulantes		318.704	83.768
Não Circulantes			
Obrigações fiscais		–	19.669
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	147.265	140.208
Total dos Passivos Não Circulantes		147.265	159.877
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	71.000	71.000
Reservas de capital	15	97.835	97.835
Reservas de lucros	15	80.943	137.425
Total do Patrimônio Líquido		249.778	306.260
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		715.747	549.905

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros: Reserva Legal	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		71.000	97.835	14.200	204.309	–	387.344
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	214.501	214.501
Dividendos distribuídos (R$ 163,93 por ação)	15	–	–	–	(100.000)	–	(100.000)
Dividendos distribuídos (R$ 54,60 por ação)		–	–	–	(33.309)	–	(33.309)
Dividendos distribuídos (R$ 116,39 por ação)		–	–	–	(71.000)	–	(71.000)
Dividendos distribuídos antecipadamente (R$ 149,63 por ação)		–	–	–	–	(91.276)	(91.276)
Transferência para lucros retidos		–	–	–	123.225	(123.225)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		71.000	97.835	14.200	123.225	–	306.260
Lucro líquido do Exercício		–	–	–		340.991	340.991
Dividendos distribuídos (R$ 85,61 por ação)	15	–	–	–	(52.225)	–	(52.225)
Dividendos distribuídos (R$ 116,39 por ação)	15	–	–	–	(71.000)		(71.000)
Dividendos distribuídos antecipadamente (R$ 127,14 por ação)	15	–	–	–	–	(77.554)	(77.554)
Dividendos distribuídos antecipadamente (R$ 322,45 por ação)	15	–	–	–	–	(196.694)	(196.694)
Transferência para lucros retidos		–	–	–	66.743	(66.743)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		71.000	97.835	14.200	66.743	–	249.778

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita Operacional Líquida	16	701.559	569.220
Custo dos Serviços Prestados	17	(173.431)	(200.586)
Lucro Bruto		528.128	368.634
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(54.868)	(63.858)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada do contas a receber	17	530	(1.268)
Outras receitas operacionais	17	4.325	2.667
Total		(50.013)	(62.459)
Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		478.115	306.175
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	40.882	20.131
Despesas financeiras	18	(2.175)	(1.031)
Total		38.707	19.100
Resultado Antes dos Impostos		516.822	325.275
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	8	(176.280)	(112.743)
Diferidos	8	449	1.969
Lucro Líquido do Exercício		340.991	214.501
Lucro Básico e Diluído por Ação - R$	19	559,00	351,64

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	340.991	214.501
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total	340.991	214.501

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		340.991	214.501
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(449)	(1.969)
Amortização do intangível	9 e 17	95	64.967
Baixa do intangível	9	–	67
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	18	–	274
Juros sobre debêntures ativas com partes relacionadas	7 e 18	(19.779)	(16.275)
Provisão para manutenção	13	41.747	10.938
Provisão para perda de crédito esperada	5 e 17	(530)	1.268
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14 e 17	35.931	49.013
		398.006	322.784
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e do poder concedente		(4.932)	(8.871)
Partes relacionadas		8.825	30.079
Outros ativos e impostos a recuperar		(1.407)	(79.082)
Depósitos e bloqueios judiciais		(60.872)	6.715
Fornecedores e partes relacionadas		4.141	1.144
Obrigações sociais e trabalhistas		609	269
Obrigações fiscais		160.259	150.432
Provisão para manutenção - Utilização	13	(15.346)	–
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - Pagamento	14	(28.874)	(17.609)
Apropriação da outorga variável		634	992
Outras contas a pagar		5.240	(378)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		466.283	406.475
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(172.482)	(133.879)
Fluxo de caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		293.801	272.596
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de intangível	9	(95)	(9.924)
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento		(95)	(9.924)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos		(128.983)	(222.390)
Debêntures:			
Pagamento de principal		–	(48.774)
Pagamento de juros		–	(280)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento		(128.983)	(271.444)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		164.723	(8.772)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		50.808	59.580
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		215.531	50.808

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Receita de arrecadação com pedágio	16	745.236	603.836
Receita de construção	16	2.552	3.827
Outras receitas		23.700	17.586
Provisão para perdas de crédito esperada	17	530	(1.268)
		772.018	623.981
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados por terceiros		96.206	80.534
Credor pela concessão		22.910	13.899
Custo dos serviços de construção	17	2.552	3.827
Materiais, energia e serviços de terceiros		66.022	43.239
		187.690	141.499
Valor Adicionado Bruto		584.328	482.482
Amortização	17	95	64.967
Valor Adicionado Líquido Produzido		584.233	417.515
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	18	42.473	21.112
		42.473	21.112
Valor Adicionado Total a Distribuir		626.706	438.627
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		30.381	48.183
Benefícios		5.391	4.798
FGTS		1.379	1.243
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		210.057	138.189
Estaduais		87	71
Municipais		37.731	30.700
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		3	194
Outras		685	748
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros retidos		66.744	123.225
Distribuição de Dividendos		274.248	91.276
		626.706	438.627

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez, uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo"). A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 18 de julho de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 21 de janeiro de 2022. Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023. Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste. Em 01 de dezembro de 2022 o Governo do Estado de São Paulo homologou a licitação do lote Noroeste Paulista referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que contempla o sistema rodoviário administrado pela Companhia, em leilão na sede da B3, em São Paulo. Após a homologação, o grupo vencedor foi convocado em 13 de dezembro de 2022, via publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para adotar os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão. A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Caso, não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão. Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado (esta redução ficou vigente até assinatura do TAM 24); e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido. Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual. Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT nº 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução. Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 8,06%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2021. Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo. Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), no âmbito do Processo ARTESP-PRC 2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição será mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022. Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação no DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste das tarifas de pedágio em 10,72% baseados na evolução do IGP-M entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar: • Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível; • Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%, conforme originalmente previsto no contrato de concessão. A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão. A Companhia estima o montante de R$ 37.339 em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do prazo original do contrato, para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. **2. Base de apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 31 de março de 2023. Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: *a) Contabilização do Contrato de Concessão:* Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. *b) Momento de reconhecimento do ativo intangível:* A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. *c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:* A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. *d) Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão:* A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: **2.1. Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou, ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretratável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2. Ativo intangível:** Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão: A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso. Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso. **2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **2.4. Imposto de renda e contribuição social-correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 8. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro provável em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.5. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 14 Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7. Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.8. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 2.552 (R$ 3.827 em 31 de dezembro de 2021), e custo de construção nos mesmos valores. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. **2.9. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição. **2.10. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. **2.11. Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** A DVA foi preparada a partir das Demonstrações financeiras que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Novas normas:** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis: - Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); - Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020; - Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); - Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15). **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:** - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23); - IFRS 17 Contratos de Seguro; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	6.900	4.752
Aplicações financeiras (a)	208.631	46.056
Total	215.531	50.808

(a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 97,22% em 31 de dezembro de 2022 (97,59% em 31 de dezembro de 2021), da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber de clientes e do poder concedente	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	46.656	41.381
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Contas a receber - Receitas acessórias	1.977	2.321
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.859)	(6.390)
Total	46.730	41.268
Circulante	46.730	41.268

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. Vide nota 21, seção "riscos de mercado" item a). (b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio, previstos no contrato de concessão, integralmente provisionados. Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Início do exercício	(6.390)	(5.122)
Adições a provisão no exercício	(1.514)	(1.305)
Reversões no exercício	2.045	37
Em 31 de dezembro de 2022	(5.859)	(6.390)

O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	45.763	39.581
Vencidos:		
Até 30 dias	997	343
De 31 a 90 dias	364	681
Acima de 91 dias	5.466	7.053
	52.589	47.658

6. Tributos e encargos a recuperar	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572
IRPJ/CSLL - pgto a maior	4.501	10.144
IRRF - Aplicações Financeiras	629	218
Outros Tributos	142	141
Tributos e encargos a recuperar	75.645	80.876
Circulante	5.272	10.503
Não Circulante	70.373	70.373
Tributos e encargos a recuperar	75.645	80.876

(a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do depósito judicial do benefício fiscal sobre o ágio amortizado pela Companhia entre 2018 e 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal benefício fiscal sobre o ágio, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do referido benefício fiscal - registrado como tributo a recuperar- pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021. O benefício fiscal foi calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R$ 97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação

continua→★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A. (Em milhares de reais)

DIRETORIA

José Renato Ricciardi - Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki - Diretor Financeiro e de RI

CONTADOR

Alexandre Lauriano de Menezes - CRC: ES 015214/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Nem todos os gastos com educação são dedutíveis na declaração do Imposto de Renda

IR 2023

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Os gastos com educação estão entre os que permitem dedução na declaração do Imposto de Renda 2023. Isso significa que quem declara essas despesas recebe restituição maior ou paga menos imposto à Receita Federal.

Porém nem todos os gastos são dedutíveis, e há ainda limite anual de R$ 3.561,50 por pessoa para declará-los. Segundo as regras da Receita, é possível deduzir gasto do titular ou de seus dependentes.

Dentre as despesas que são aceitas pela Receita estão gastos com escolas de ensino infantil, fundamental, médio e superior, incluindo creche, ensino técnico e pós-graduação no Brasil ou no exterior. Material escolar, livros e cursos de idiomas, de esportes e preparatórios para vestibulares e concursos não podem ser deduzidos.

O uso de equipamentos para ensino a distância também não permite dedução, assim como despesas com moradia e transporte no Brasil ou no exterior. "Cursos de aperfeiçoamento de uma semana, que não dão diploma ou uma titulação, também não são dedutíveis", diz o advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados.

"A declaração do dependente só pode ser feita por uma pessoa. O erro mais comum é os dois pais declararem o filho como dependente. Se isso acontecer, a Receita vai colocar a declaração na malha fina", diz Lisse.

A dedução só poderá ser feita no modelo completo da declaração, ou seja, com deduções legais. Para quem já tinha declarado o dependente no ano anterior, a declaração pré-preenchida trará parte dos dados.

Também é possível importar informações do IR feito em 2022, caso esteja no mesmo computador.

Essas despesas devem ser declaradas na ficha "Pagamentos Efetuados". Para quem optou pela pré-preenchida, é necessário conferir todas as informações. Os consultores recomendam ainda alterar a descrição para detalhar a despesa. Para isso, selecione o item e clique em editar. Depois, escreva as informações no campo Descrição. Faça as alterações e clique em OK. Informe se a despesa é do titular ou do dependente.

Veja o passo a passo para declarar

- Abra o programa do Imposto de Renda
- Vá em Pagamentos Efetuados
- Clique em Novo e selecione o código da despesa: 01 (Despesas com instrução no Brasil) ou 02 (Despesas com instrução no exterior)
- Selecione se o gasto é do titular, dependente ou alimentando
- Se tiver mais de um dependente ou alimentando, cada uma delas será declarada em uma nova ficha, clicando em Novo
- Preencha o nome e o CNPJ do estabelecimento que recebeu o valor
- Coloque o valor pago e clique em OK
- Repita o processo para cada gasto e para cada dependente ou alimentando

Sabesp é autorizada a elevar contas de água em 9,6%

SÃO PAULO | REUTERS A companhia de água e saneamento do Estado de São Paulo, Sabesp, informou no final da noite de quinta-feira (6) que a agência reguladora paulista Arsesp autorizou a companhia a elevar suas tarifas em 9,56% em relação aos valores cobrados atualmente.

O processo de ajuste, entre outros fatores, considerou inflação pelo IPCA de 5,6% em 12 meses até fevereiro, um resultado de revisão tarifária extraordinária de 5,55% e um "ajuste compensatório" relacionado a 2021 a ser descontado de 1,4%, informou a Sabesp em fato relevante.

As novas tarifas da companhia passam a valer a partir de 10 de maio.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023 – Processo nº 371/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO PORUNGAL. **Resultado da abertura dos envelopes nº 01 – "HABILITAÇÃO":** 1. CONEGERO ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO EIRELI. – INABILITADA; 2. FAZEG PROJETO E CONSTRUÇÕES LTDA – HABILITADA. **Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso da fase de "habilitação".** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540-000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023 – PROCESSO Nº 51/2023 – TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: aquisição de um veículo usado tipo furgão de carga, para renovação da Frota Municipal, a ser utilizado na Diretoria da Educação, mais especificamente na Cozinha Piloto, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 26/4/2023 (quarta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: **www.urupes.sp.gov.br**. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 10 de abril de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - *Prefeito* -**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

O Prefeito Municipal de Cardoso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, na Secretaria de Administração e Finanças / Departamento de Secretaria e Licitações, da Prefeitura Municipal de Cardoso, o Processo Licitatório nº 031/2023 - Modalidade: Tomada de Preços nº 002/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA TEMÁTICA COM JARDIM SENSORIAL NO COMPLEXO TURÍSTICO "LEANDRO TRINDADE DA SILVEIRA", NO MUNICÍPIO DE CARDOSO/SP** - DATA DE REALIZAÇÃO: **26/04/2023**, ÀS 09H00. Os interessados poderão participar desta licitação, desde que previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura Municipal, e atender as exigências contidas no edital. O Edital completo encontra-se à disposição de todos os interessados através do site: www.cardoso.sp.gov.br. Informações pelo telefone: (17) 3466-3900 e e-mail cpl@cardoso.sp.gov.br.

Cardoso, 10 de abril de 2023.
Jair Cesar Nattes - *Prefeito Municipal*

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 211/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para Infraestrutura Urbana – Pavimentação Asfáltica em CBUQ, Guias e Sarjetas do bairro Maquete - Reginopolis/SP, conforme anexos.** A Prefeitura Municipal de Reginópolis/SP, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preços, de acordo com o que determina à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Leis Complementares nº 123/06 e 147/14 e complementadas pelas clausulas e condições estipuladas no Edital completo. A entrega dos envelopes será até às **09h45** do dia **28/04/2023**, no Departamento Municipal de Licitação e Contratos, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, sito a Prefeitura Municipal, localizada na Rua Abrahão Ramos, n° 327 – Centro, Reginópolis/SP. EDITAL NA ÍNTEGRA: estará à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Município: www.reginopolis.sp.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal diretamente no Departamento Municipal de Licitação e Contratos. Informações pelo telefone (14) 3589-9200 nos horários das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 em dias de expediente.

Reginopolis/SP, 10 de abril de 2023.
Cassio Martins Ferro - Chefe de Gabinete

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230102

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230102, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1022023, até o dia 25/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230239

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230239 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2392023, até o dia 25/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230380

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230380 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3802023, até o dia 25/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2023

O Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a Assembleia Geral Ordinária de 2023 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas a serem disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site **www.sintegre.ons.org.br** e encaminhadas aos associados através de e-mail até o dia 11 de abril de 2023. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade.

Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de abril de 2023, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação, em ambiente virtual, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

1. Aprovação do Relatório da Administração (Relatório Anual ONS 2022) e das Demonstrações Financeiras 2022, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
2. Aprovação do Relatório Anual 2022 referente à asseguração dos dados de entrada do PMO e da apuração da geração do CNOS;
3. Aprovação da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de maio de 2023 a abril de 2024;
4. Contribuição dos Associados para o período janeiro a dezembro 2023;
5. Referendo das substituições de Conselheiros após AGO 2022 - mandato 2022/2024.

Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes especiais para participar da assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, impreterivelmente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023.

Rodrigo Limp Nascimento
Presidente do Conselho de Administração do ONS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO
Estado de São Paulo

TOMADA DE PREÇOS 02/2023

O Município de Saltinho/SP, com Paço Municipal à Avenida 07 de setembro, 1733, Centro, Saltinho/SP, telefone (19) 3439-7800, e-mail licitacoes@saltinho.sp.gov.br, torna público, para conhecimento de interessados, que se acha aberta a Tomada de Preços 02/2023, que objetiva a contratação de empresa de engenharia com personalidade jurídica devidamente constituída, para executar obras e serviços de reforma do "Cemitério da Saudade" (Lei Municipal 141/96, de 26/11/1996), localizado na Avenida 07 de setembro, Jardim Palmares, compreendendo a construção de carneiras (túmulos) verticais, ossário, calçadas e sanitários de ambos os gêneros, com acessibilidade, por empreitada e preço global, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Consultas e download do edital completo e dos respectivos anexos devem ser feitas no endereço eletrônico www.saltinho.sp.gov.br. Será necessário cadastramento prévio. Os envelopes com a documentação de habilitação e a proposta financeira deverão ser protocolizados até às 8:50 horas do dia 03/05/2023 sendo que a abertura dos mesmos será neste mesmo dia às 9:00 horas (horário de Brasília/DF). Saltinho/SP, 10/04/2023.

Hélio Franzol Bernardino
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO
Estado de São Paulo

TOMADA DE PREÇOS 04/2023

O Município de Saltinho/SP, com Paço Municipal à Avenida 07 de setembro, 1733, Centro, Saltinho/SP, telefone (19) 3439-7800, e-mail licitacoes@saltinho.sp.gov.br, torna público, para conhecimento de interessados, que se acha aberta a Tomada de Preços 04/2023, que objetiva a contratação de empresa de engenharia com personalidade jurídica devidamente constituída, para executar obras e serviços de recapeamento asfáltico e sinalização viária na Rua Célia Rodrigues Cardinalli/Jardim Torrezan (2.540,20 m²) e na Rua Ferrucio Bertazzoni/Bairro Nossa Senhora Aparecida II (1.156,00 m²), por empreitada e preço global, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Consultas e download do edital completo e dos respectivos anexos devem ser feitas no endereço eletrônico www.saltinho.sp.gov.br. Será necessário cadastramento prévio. Os envelopes com a documentação de habilitação e a proposta financeira deverão ser protocolizados até às 8:50 horas do dia 05/05/2023 sendo que a abertura dos mesmos será neste mesmo dia às 9:00 horas (horário de Brasília/DF). Saltinho/SP, 10/04/2023.

Hélio Franzol Bernardino
Prefeito Municipal

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC
AVISO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO DTIC nº PR-183/0010/23, do tipo menor preço, PROCESSO Cód. Único nº 2023016396-2, objetivando a aquisição de Backbone de dados por meio de links de rádio micro-ondas entre São Paulo/Capital e Campinas/SP, tudo em conformidade com o Projeto Básico constante do Anexo I do edital. A sessão pública da licitação será realizada às **09h10 do dia 27/04/23**, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, sem custo, nos sites: www.imprensaoficial.com.br, opção: negócios públicos e pelo site www.bec.sp.gov.br, e-mail: dticslic@policiamilitar.sp.gov.br; Telefone: (11) 3327-7612. O referido Pregão Eletrônico nº DTIC nº PR-183/0010/23, refere-se a seguinte Oferta de Compras 180183000012023OC00075.

MUNICÍPIO DE SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 (REABERTURA)

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço – regime empreitada global, objetivando a Contratação de empresa especializada para Reforma e Construção de Canteiros Centrais no Município de Sagres/SP, em conformidade com o Termo de Convênio nº 103531/2022, com encerramento em 28/04/2023 às 09h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: 18-35581112, no mural da prefeitura e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br.

Sagres-SP, 10/04/2023 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO ATÉ DATA POSTERIOR - CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL No 20220005

A Secretaria da Casa Civil torna público o adiamento até data posterior da Concorrência Pública Nacional No 20220005 de interesse da Secretaria do Turismo, cujo objeto a contratação de serviços de consultoria para supervisão da execução das obras constantes do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. MOTIVO: Para ajustes no Edital. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

Departamento de Sucessões e Tribunal de Família
Citação por edital

Divisão de Essex — NÚMERO DA PAUTA: ES23A0123SJ

Debora Alves De Jesus em favor de David De Jesus Ferreira
v.
Carlos Santos Ferreira

A petição inicial de dependência registrada em **15 de março de 2023** foi apresentada a este Tribunal pela autora **Debora Alves De Jesus em favor de David De Jesus Ferreira** contra o réu acima mencionado, **Carlos Santos Ferreira** buscando um Juízo de Dependência com determinação relativa ao Estatuto Especial de Imigrante Juvenil, conforme G. L. c. 119, §39M. O referido réu não pode ser encontrado dentro da Commonwealth e seu paradeiro atual é desconhecido; portanto, a notificação pessoal para o referido réu não é praticável. O referido réu não apareceu voluntariamente nesta ação.

O Réu é obrigado a notificar o advogado do autor: **Bel. Daniel A Rojas, localizado em 235 Marginal Street, Chelsea, MA 02150,** de sua resposta, se houver, à petição, no prazo de 7 dias após a notificação desta citação, excluindo o dia da notificação. O Réu também é obrigado a apresentar uma resposta junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no Tribunal de Sucessões e Família de Essex, seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

ORDEM DE NOTIFICAÇÃO

Fica ORDENADO que uma cópia desta citação seja:

Entregue, com uma cópia da petição inicial, ou através da publicação de uma cópia da citação em um Jornal de Circulação Geral em **Boa Vista de Santana, Ponto dos Volantes, MG, Brasil CEP,** uma publicação que circule na área geográfica onde é sabido que o réu se mudou pela última vez, pelo menos Sete (7) dias antes da data da audiência.

Esta questão será agendada para Audiência Administrativa em **11 de maio de 2023.**

Em testemunho, Francas Giordano, Primeiro Juiz do referido Tribunal, aos **30 de março de 2023.**

[Assinatura] **Oficial da Vara de Sucessões**

[Selo]

Intimação do Tribunal de Sucessões e Varas de Família
por Publicação

Divisão de Essex — NÚMERO DO PROCESSO: ES23A0115SJ

Jamile Dias Caetano
v.
Gilcineia Dias De Paula Rodriques

Queixa por Dependência apresentada em **08 de março de 2023,** apresentada a este Juízo pela autora **Jamile Dias Caetano** contra a ré acima mencionada, **Gilcineia Dias De Paula Rodriques,** pleiteando Julgamento por Dependência com determinação relativa à condição especial de menor imigrante, nos termos da G.L. c. 119, §39M. A referida ré não pode ser encontrada dentro da Comunidade e seu paradeiro atual é desconhecido; a notificação pessoal à referida ré, portanto, não é praticável. A referida ré não compareceu voluntariamente nesta ação.

A ré é obrigada a notificar o advogado da autora: **Daniel A Rojas, Esq. localizado em Georges Cote Law, 235 Marginal St, Chelsea, MA 02150,** com sua resposta, se houver, à reclamação, no prazo de 7 dias após a citação desta convocação, excluindo o dia da citação. A referida ré também deve apresentar uma resposta no escritório do Registro deste Tribunal no Tribunal de Sucessões e Família de Suffolk, ou antes da citação da autora ou advogado da autora, se representada por advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então.

ORDEM DE AVISO

ORDENA-SE que uma cópia desta intimação seja:

Notificada, com cópia da denúncia, ou pela publicação de cópia da citação em Jornal de Circulação Geral em **Resplendor, MG, Brasil, CEP,** em uma publicação que circula na área geográfica onde a ré é conhecida por ter se mudado pela última vez, com pelo menos S (7) dias antes da data da audiência...

Esta matéria será agendada para Audiência Administrativa em **13 de abril de 2023.**

Testemunha, Frances Giordano, Primeira Juíza do referido Tribunal, neste **dia 28 de março de 2023.**

[ASSINATURA] Registro de Sucessões

Edital de Convocação 2023 - Pelo presente edital de Convocação, o **SINDIREFEIÇÕES/Cotia - Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas e Merenda Escolar de Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra e Taboão da Serra**, de acordo com o estatuto social da entidade, convoca todos os trabalhadores da categoria de refeições coletivas, cozinhas industriais, restaurantes industriais, merenda escolar, na base territorial sindical nos municípios de Cotia/SP, Embu das Artes/SP, Embu Guaçu/SP, Itapecerica da Serra/SP e Taboão da Serra SP, representadas, filiados ou não, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dia 14 de abril de 2023 às 10:00 horas, na sede Provisória do SNDIREFEIÇÕES/Cotia, na Rua Lavradio, nº 603, Barra Funda, na cidade de São Paulo/SP**, ou de forma itinerante, tendo em vista o pelo número de municípios abrangidos na base territorial do SINDIREFEIÇÕES/Cotia, em primeira convocação com quórum legal, conforme estatuto social da entidade, **ou às 11:00 horas,** em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, **SINDERC** - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Junho/2023; **b)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, **SINDIMERENDA** - Sindicato das Empresas Fornecedoras de Alimentação Escolar, Merenda Escolar e Assemelhados do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Agosto/2023; **c)** autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria; **d)** Discussão e aprovação do percentual do desconto da **COTA SOCIAL NEGOCIAL**, contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal; **e)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **f)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título do benefício de odonto-dependente, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **g)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **g)** Notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos das categorias econômicas, dos percentuais e valores a serem descontados em folha de pagamento e repassados à esta entidade sindical das seguintes contribuições: COTA SOCIAL NEGOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA e PLR, bem como valores a título de custeio do benefício de odonto-dependente; **h)** Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de PLR, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); **i)** autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. São Paulo/SP, 10 de abril de 2023. **Elísio Golberto - Presidente.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2023 PROCESSO Nº. 040/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA NA EMEB PROF. LOIDE PORTOLANI. Considerando que não houve apresentação de propostas para a licitação supramencionada, conforme ata de abertura datada de 04/04/2023, a Comissão Permanente de licitação desta Prefeitura declarou a licitação como DESERTA. Contudo, no uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 atualizadas pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98, considero RATIFICADA como LICITAÇÃO DESERTA. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 075/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO, ALOCADOS EM DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. ENCERRAMENTO: 25/04/2023 ÀS 09:00 HORAS. ABERTURA: 25/04/2023 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 575 - Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 10 de abril de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 09/2023.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de enfermagem e técnico de enfermagem. Abertura: 24/04/2023 às 09h00.
Edital/Anexo: www.boraceia.sp.gov.br.

Tomada de Preços 01/2023.

Objeto: Ampliação de salas de aula e sanitários na EMEF Prof.ª Salete Maróstiga. Abertura: 26/04/2023 às 09h00.
Edital/Anexo: www.boraceia.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cardoso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, na Secretaria de Administração e Finanças / Departamento de Secretaria e Licitações, da Prefeitura Municipal de Cardoso, o Processo Licitatório nº 030/2023 - Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PARQUE DA CRIANÇA COM PLAYGROUND E TIROLEZA NA AVENIDA PROCURADOR MAHAMED ALI JAMAL, JARIM DO LAGO – COMPLEXO TURÍSTICO "LEANDRO TRINDADE DA SILVEIRA" (PRAINHA), MUNICÍPIO DE CARDOSO/SP** - DATA DE REALIZAÇÃO: **27/04/2023**, ÀS 09H00. Os interessados poderão participar desta licitação, desde que previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura Municipal, e atender as exigências contidas no edital. O Edital completo encontra-se à disposição de todos os interessados através do site: www.cardoso.sp.gov.br. Informações pelo telefone: (17) 3466-3900 e e-mail cpl@cardoso.sp.gov.br.

Cardoso, 10 de abril de 2023.
Jair Cesar Nattes - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230448

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230448 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Gases Medicinais, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4482023, até o dia 25/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230337

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230337 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3372023, até o dia 25/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes convida o público interessado para participar da Audiência Pública semipresencial com o objetivo de debater o seguinte projeto:

PL 127/2023 - Autor: Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Data: 12/04/2023
Horário: 13h00
Local: Auditório Virtual e Sala Tiradentes (8º andar) da Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no YouTube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet [**www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia**] ou encaminhe sua manifestação por escrito [**www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**]. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **educ@saopaulo.sp.leg.br**

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Comissão de Administração Pública convida o público interessado para participar de **Audiência Pública Semipresencial** para debater as seguintes matérias:
Projetos em 2ª Audiência Pública:
1) PL 305/2021 - Ver. RODRIGO GOULART (PSD), Ver. MILTON LEITE (UNIÃO), Ver. PAULO FRANGE (PTB), Ver. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - Institui o Programa SPUni – Faculdade Para Todos, voltado para a inclusão socioeducativa associada à política de compensação fiscal.
2) PL 491/2022 - Ver. GILSON BARRETO (PSDB), Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO), Ver. RODRIGO GOULART (PSD), Ver. DR. NUNES PEIXEIRO (MDB), Ver. ELY TERUEL (PODE) - Estabelece diretrizes para a implantação da Unidade Básica de Saúde do Animal - UBSA na cidade de São Paulo e dá outras providências.
3) PL 623/2022 - Ver. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - Dispõe sobre a vermifugação dos animais na campanha de vacinação da raiva e dá outras providências.
4) PL 683/2022 - Ver. ISAC FELIX (PL) - Dá nova redação ao inciso I do art. 2º da Lei nº 16.953, de 12 de julho de 2018, que Institui o Programa Especial de Quitação de Precatórios e estabelece as condições para a sua execução, por meio de compensação, nos termos do art. 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
Projetos em 1ª Audiência Pública:
5) PL 207/2022 - Ver. ARSELINO TATTO (PT), Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - Institui o Programa de Atendimento aos familiares de surdos e dá outras providências
6) PL 569/2022 - Ver. ELY TERUEL (PODE), Ver. JORGE WILSON FILHO (REPUBLICANOS) - Autoriza o Município de São Paulo a promover a ampliação da cobertura vacinal gratuita para cães e gatos na cidade de São Paulo, incluindo as vacinas polivalentes V10 para cães e V5 para gatos.
7) PL 589/2022 - Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) - Estabelece procedimentos para coibir a violação da liberdade de cátedra no ambiente escolar e assegura a proteção do professor frente a casos de violência contra o mesmo, no exercício da sua atividade profissional.

Data: **12/04/2023**
Horário: **13h30**
Local: Auditório Virtual / Plenário 1º de Maio (1º andar)
Endereço: Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, na seção Auditórios Online no endereço **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube: **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeoconferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **adm@saopaulo.sp.leg.br**

O que esperar do encontro entre Lula e Xi

Em 2002, 5% de nossas exportações foram para China; em 2022, foram 26%

Cecilia Machado
Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

A visita do presidente Lula à China, nesta semana, marca uma importante reorientação da política externa do Brasil em relação ao país asiático, em contraste com as tensões políticas que ditaram a diplomacia dos anos anteriores.

Na esfera econômica, o encontro entre Lula e Xi promete aprofundar ainda mais as oportunidades de negócios entre os dois países, como na ampliação do fluxo de comércio, na integração financeira e em colaborações na agenda de sustentabilidade.

Em relação ao comércio, a China se tornou, ao longo das últimas duas décadas, o principal destino de nossas exportações, ao passar de pouco mais de 5%, em 2002, para 26%, em 2022, superando inclusive os Estados Unidos, que detêm 11% do volume exportado pelo Brasil. Esses sólidos fluxos de comércio —que incluem soja, minério de ferro e carne entre os principais produtos exportados— são fundamentais para a indústria alimentícia e para o setor de construção e infraestrutura chinesa.

A perspectiva de ampliação do fluxo de comércio nos próximos anos depende do crescimento da economia chinesa, mas está sendo favorecida pelos efeitos da reabertura na retomada dos serviços e na expansão do consumo interno.

Essa forte relação comercial com a China tem implicações relevantes para o crescimento da economia brasileira, não só pela métrica do PIB como pela métrica de renda, através de variações nos termos de troca (isto é, dos preços relativos nas nossas exportações e importações).

Entre 2006 e 2011, nossa renda real cresceu acima do PIB real por seis anos seguidos, em razão do crescimento da China e do superciclo das commodities. Em 2023, apesar do aperto monetário e da desaceleração da atividade, a economia deve ser puxada pelo setor agropecuário, com crescimento expressivo da safra de soja e efeitos sobre a renda amplificados pelos preços internacionais, sustentados, principalmente, pela demanda chinesa.

Para além do comércio, oportunidades rentáveis de investimentos estão colocando o país em posição privilegiada para aportes chineses. Entre 2005 e 2022, o Brasil se consolidou na quarta posição entre os países que recebem investimentos que vêm da China, atrás apenas de Estados Unidos, Austrália e Reino Unido (China Global Investment Tracker), acumulando US$ 66,1 bilhões de investimentos, com destaque para os setores de energia e eletricidade, tecnologia da informação e indústria de óleo e gás.

Apesar da crescente importância das relações comercial e financeira entre os dois países, as transações realizadas em real e yuan (a moeda chinesa) não chegaram a US$ 1 bilhão em 2021, ficando atrás de divisas como o peso mexicano, o dólar canadense e a libra esterlina, cujos países têm uma relação muito menos forte com o Brasil.

A consolidação de uma infraestrutura financeira que facilite transações bilaterais denominadas na moeda chinesa, que reduza os custos de transações e que permita a contratação de derivativos de proteção cambial é essencial para a expansão do volume de negócios entre Brasil e China.

A China vem se esforçando na internacionalização do yuan, estimulando o uso da moeda local nas transações comerciais e financeiras com os demais países, como na criação do Cips (Cross-Border Interbank Payment System), em 2015. Esse é um sistema de liquidação de transações denominadas em yuan controlado pelo banco central da China (PboC), que já conta com a participação de mais de mil instituições financeiras em mais de cem países, aos quais agora o Brasil irá se somar.

Espera-se, por exemplo, que a simplificação das operações financeiras potencialize uma maior diversificação da pauta de comércio entre os dois países, expandindo o acesso ao mercado chinês e abrindo espaço para empresas brasileiras que ainda não exportam para a China.

A reaproximação entre os dois países também cria oportunidades de troca nas muitas agendas que a China e o Brasil compartilham, que vão desde estratégias para a transição para uma matriz energética mais limpa, a redução das emissões de carbono e o desenvolvimento de novas tecnologias até políticas direcionadas à erradicação da pobreza, à redução de desigualdades e a investimentos em capital humano.

Esse tem tudo para ser um encontro que potencializa ainda mais o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável tanto do Brasil quanto da China. Um encontro do qual todos podem sair ganhando.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

IPVA para jatinho e iate deve entrar na reforma

Constituição prevê imposto só para veículos terrestres; cobrança poderia levar a registro em outros países, diz advogado

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A nova proposta de reforma tributária que será elaborada pela Câmara dos Deputados deve prever também mudanças na tributação de propriedades, o que inclui a previsão de cobrança de IPVA sobre alguns veículos aquáticos e aéreos.

Também devem entrar no texto que será apresentado em maio regras sobre a progressividade do ITCMD (imposto estadual sobre herança e doação) e a obrigação para que os municípios atualizem a base de cálculo do IPTU ao menos uma vez a cada quatro anos.

Deputados do grupo de trabalho que trata da reforma entendem que as mudanças são uma forma de trazer mais apoio ao texto, por parte de governadores e prefeitos, além de tornar a proposta mais justa do ponto de vista da taxação dos mais ricos.

Em relação ao IPVA, a Constituição prevê que o tributo estadual seja cobrado dos proprietários de veículos automotores, sem especificar quais.

Ao analisar o texto constitucional em diversas oportunidades, o STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu que o imposto só alcança veículos terrestres. Por isso, barrou a tentativa de cobrança por alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas, nas últimas décadas.

Para o tribunal, o IPVA sucedeu a antiga TRU (Taxa Rodoviária Única), que historicamente excluía do pagamento as embarcações e as aeronaves. O objetivo da criação do imposto no lugar da taxa foi permitir a divisão do recurso entre estados e municípios, não ampliar a base de incidência do tributo, segundo o Supremo. O STF entende ainda que tributar veículos aéreos ou aquáticos não está na competência dos estados, pois o licenciamento desses veículos é feito pela União.

Para superar essas restrições, será necessário alterar o texto constitucional nesse ponto, o que será feito por meio da aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição).

Essa nova proposta deve mesclar o texto de outras duas que tramitam no Congresso desde 2019 (PEC 45 e PEC 110). A versão mais recente da 110, apresentada em 2021 pelo atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), e pelo ex-senador Roberto Rocha (PSDB-MA), prevê a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves.

A expectativa é que o governo federal também apoie a mudança. No segundo turno das eleições de 2022, o ministro Fernando Haddad (Fazenda), então candidato ao governo de São Paulo, comprometeu-se com a proposta do PDT de taxar também jatos, lanchas e helicópteros com o IPVA.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou em 2022 da elaboração de um conjunto de propostas econômicas que também sugeria a tributação desses dois tipos de veículos.

Estudo de 2020 do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da Receita Federal) estimou uma arrecadação adicional de R$ 4,7 bilhões por ano com a ampliação da base do tributo. Isso representaria um aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA.

Quase 90% desse valor se refere a embarcações, e os outros 10%, sobre aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

"A frota executiva brasileira é a maior do hemisfério Sul e a terceira do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos e do Canadá. É chocante que entregadores paguem impostos pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadrilhas de limusines aéreas não paguem nada. É o princípio da capacidade contributiva previsto na Constituição de 1988 aplicado ao contrário", afirma Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

Leonardo Gallotti Olinto, do escritório DCG Advogados, afirma que a tributação desses bens pode levar muitas pessoas a registrar aeronaves e embarcações em outros países, como forma de tentar escapar do IPVA.

"De fato há um desbalanço, mas há que tomar cuidado", afirma Olinto. "Se for comprado na Rússia, de bandeira russa, o Brasil terá competência para tributar? Será que isso não vai gerar uma fuga?"

A tributação desses veículos não deve ser irrestrita. Um projeto de lei complementar apresentado em 2021 pelo então deputado Severino Pessoa (MDB-AL), por exemplo, previa isenção para aeronave ou embarcação utilizada no transporte coletivo ou de cargas ou que não possuísse propulsão própria (como barcos a remo ou vela). Também não seria cobrado o imposto quando o veículo fosse utilizado na pesca artesanal ou pesquisa científica.

Uma proposta de 2013, do então deputado Vicente Cândido (PT-SP), também previa que não seriam tributados veículos aquáticos e aéreos de uso comercial destinados à pesca e ao transporte de passageiros e cargas. A PEC 283/2013 previa a tributação não só da propriedade mas também a posse de veículos, o que evitaria que bens registrados em nome de pessoas físicas ou empresas domiciliadas no exterior escapassem do imposto.

Reportagens da **Folha** mostraram que o mercado de iates e jatinhos vive um boom no Brasil, com fila de entrega para alguns modelos de luxo.

IPVA sobre aeronave e embarcação pode aumentar arrecadação

	Quantidade	Valor médio Em R$ milhões	Valor tributável Em R$ milhões	IPVA (4%) Em R$ milhões
Helicópteros	1.681	2,4	3.953,7	158
Jatos	641	13,2	8.455,4	338
Turboélices	827	3,5	2.898,6	116
Embarcação até 32 pés	131.544	0,1	16.608,1	664
Embarcação mais de 32 pés	36.456	2,3	85.307	3.412
	171.149 é o total de aeronaves e embarcações		**R$ 117,2 bi** é o total do valor tributável	**R$ 4,7 bi** é o total de IPVA

Fonte: Sindifisco Nacional, com dados de 2020

> É chocante que entregadores paguem impostos pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadrilhas de limusines aéreas não paguem nada
>
> **Isac Falcão**
> presidente do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da Receita Federal)

Julgamentos no Carf poderão ser adiados durante vigência de MP

SÃO PAULO Os contribuintes que pedirem a retirada de processos da pauta de julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Federais) terão suas demandas atendidas automaticamente, segundo portaria assinada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

A regra valerá durante a vigência da medida provisória 1.160, de 12 de janeiro deste ano, que trouxe de volta o voto de desempate no Carf por um representante da Fazenda.

De acordo com a portaria, os pedidos serão automaticamente deferidos pelo presidente da turma de julgamento e não serão incluídos na pauta enquanto a MP estiver em vigência.

A MP precisa ser votada pelo Congresso até o início de junho, quando perde a validade. O Congresso deve instalar nas próximas semanas as comissões mistas para analisar quatro medidas provisórias. Entre elas a que muda as regras do Carf.

Renata Emery, especialista em direito tributário da TozziniFreire Advogados, diz que a portaria é um reconhecimento do próprio Ministério da Fazenda de que estamos em um momento de insegurança jurídica, já que o critério de desempate está dado por uma medida que é provisória e que não tem sua aprovação garantida pelo Legislativo.

Por outro lado, criou-se uma situação de falta de isonomia em relação aos contribuintes que pediram que seus casos fossem retirados de pauta nos últimos meses, mas não foram atendidos. A tendência é que as empresas prejudicadas peçam ao Judiciário que paralise o processo de cobrança desses débitos enquanto persistir essa incerteza.

"Essa portaria nos dá um argumento importante para questionar os julgamentos que ocorreram antes da sua edição", diz Emery. "Há argumentos jurídicos para que esse contribuinte peça ao Judiciário que esse débito não seja cobrado enquanto não se definir o destino dessa MP." **EC**

Terminal Princesa Isabel na avenida Rio branco, centro de São Paulo, onde o governo paulista pretende construir sua sede administrativa Rubens Cavallari/Folhapress

Gestão Tarcísio estuda esplanada nos moldes de Brasília no centro de SP

Centro administrativo prevê demolições no entorno do parque Princesa Isabel, na região da cracolândia

Clayton Castelani e Tulio Kruse

SÃO PAULO A gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) planeja construir em Campos Elíseos, na região central da cidade de São Paulo, o novo centro administrativo do estado de SP. Com desapropriações, demolições e construções, a ideia é mudar o atual cenário da área, onde fica a cracolândia.

Do lado de dentro da porta de vidro do prédio na avenida Duque de Caxias, uma barra de ferro atravessada entre os puxadores serve de trava de segurança. "Colocamos isso aí no começo da pandemia e não tiramos mais", conta a secretária Adriana Lopes, 41, funcionária do curso supletivo que funciona trancafiado para evitar invasões de usuários de drogas.

Foi trancando a porta que as empresas que restaram no entorno do parque Princesa Isabel resistiram ao período em que a cracolândia se instalou ali. Hoje o chamado fluxo está a duas quadras, perto o suficiente para ainda gerar insegurança.

Até a antiga praça está parcialmente trancada. Recebeu grades ao ser transformada no parque que, em dias de semana, é mais desabitado do que as calçadas do entorno, onde os poucos frequentadores quase sempre são pessoas em situação de rua. Estacionamentos, hospedarias, galpões e bares esvaziados completam a paisagem.

A dois quarteirões do parque fica a sede da **Folha**. A região tem ainda o prédio da Porto Seguro, o Hospital da Mulher e a Sala São Paulo.

O choque urbanístico almejado pelo governo dependerá de um estudo de viabilidade que será encomendado à Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e que ficará pronto em seis meses. Se a ideia for considerada viável, cerca de R$ 500 milhões devem ser pagos em desapropriações de imóveis nas cercanias.

Muitas das edificações desapropriadas virão abaixo para dar lugar a 288 mil metros quadrados de escritórios de repartições públicas que abrigarão 24 mil funcionários.

Galerias, bulevares e passagens com lojas e restaurantes permitirão a livre circulação de pedestres sob os prédios numa área de 35 mil metros quadrados, retomando o conceito de quadra aberta cujo melhor exemplo paulistano é o Conjunto Nacional, na avenida Paulista.

A iniciativa privada será a responsável por erguer e, depois, administrar os mais de 320 mil metros quadrados de área construída. O estado pretende pagar pelas obras ao longo de três décadas, considerando no preço da licitação o potencial de ganho que o gestor privado terá com a exploração das áreas comerciais.

"Precisamos ter uma intervenção urbana e humana. Só urbana não resolve, só humana também não", diz o secretário de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos. O projeto retoma uma ideia aventada quando o próprio Afif foi vice-governador de São Paulo, de 2011 a 2014. "É uma ideia que a gente quer que vingue. O que estou colocando são premissas, que deverão ser confirmadas em um estudo aprofundado, que nunca foi feito", completou.

Se a ideia sair do papel, de tudo o que está construído na praça Princesa Isabel e no seu entorno, têm permanência garantida o Palácio dos Campos Elíseos, hoje sede do Museu das Favelas, e o gigante monumento equestre ao Duque de Caxias. O terminal de ônibus será transferido.

Em frente ao palacete, que deve servir de entrada para o prédio principal do governo —ainda não está definido se a residência do governador irá para o local—, haverá uma esplanada gramada de quase 400 metros de comprimento, ladeada pelas secretarias e outras sedes de órgãos estaduais, nos moldes da de Brasília.

"Dá para construir um tremendo 'triple-A' [prédio do mais alto padrão] estilo Faria Lima, fazendo como portal de entrada o Palácio dos Campos Elíseos. Mas não estou nem colocando essa discussão, depois dá para fazer", afirma Afif.

Há, no entanto, a expectativa de que sejam mantidas no local edificações em bom estado, cujo uso é pleno e atende a funções sociais consideradas importantes para a região. Não há intenção de, por exemplo, desapropriar prédios residenciais e uma igreja evangélica que existem no local.

Com a mudança para o centro administrativo dos Campos Elíseos, o estado pretende desocupar a maior parte dos seus 56 imóveis distribuídos em diversas regiões da cidade, muitos deles no centro histórico ou em bairros valiosos para o mercado imobiliário, como Consolação e Pinheiros.

Atualmente, a gestão estadual ocupa 807 mil metros quadrados de área construída, o que dá 34 metros para cada um dos seus funcionários. Desse total, 519 mil poderiam ser alienados ou destinados a outros usos públicos. A ideia é reduzir para 12 metros quadrados de área útil por servidor, diminuindo assim custos com manutenção, limpeza e gestão dos espaços.

Estimativas, que ainda precisam ser confirmadas pelo estudo de viabilidade, apontam para um ganho de R$ 744 milhões com a venda de prédios. Na visão da gestão Tarcísio de Freitas, a conta é animadora, pois representa um ganho superior aos gastos com desapropriações.

A reocupação de imóveis que hoje pertencem ao Estado é parte da estratégia de revitalização do centro da cidade de São Paulo. Há interesse em destinar prédios em locais como a rua Boa Vista e a avenida São João para habitação, hotelaria e entretenimento. A ideia é aumentar a circulação de pessoas após o horário comercial.

Despertar o interesse do mercado imobiliário e dos paulistanos pelas áreas mais degradadas do centro da capital paulista é um desafio que atravessa gestões. Diminuir ao máximo a distribuição e o consumo de drogas na região é essencial para que um plano urbanístico para essa região funcione.

Ampliar a estrutura para internações, inclusive as compulsórias, está nos planos do governo. Uma das possibilidades em estudo é construir clínicas de reabilitação em áreas da Fundação Florestal do Estado, onde usuários em tratamento poderiam trabalhar na produção de mudas destinadas a reflorestamento.

À frente da Primeira Igreja Batista de São Paulo instalada no parque há 17 anos, o pastor Paulo Eduardo Vieira, 59, diz que parte considerável dos frequentadores da cracolândia pode ser resgatada se houver infraestrutura suficiente para o acolhimento.

É com o projeto Cristolândia, coordenado pela igreja nos arredores, que o pastor afirma ter recuperado dezenas de usuários. Ele considera, porém, que parte dos usuários precisa receber o tratamento mesmo que seja a contragosto.

"Tem que ser humanizado, mas a internação compulsória é necessária para aquelas pessoas que não têm condições de decidir por si", diz.

Outro ponto sensível para a recuperação do centro é a oferta de moradias para a população pobre e de classe média.

A diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, Angélica Benatti Alvim, ressalta que a transferência da sede de governo não pode ser feita de forma isolada de ações sociais.

"É preciso fazer com que pessoas de classes sociais diferentes convivam na área central", afirma Benatti. "Se fizerem uma limpeza urbana ali, vão empurrar o problema para outro lugar."

Nesse sentido, as regras de zoneamento no entorno da Princesa Isabel fortalecem o projeto de reocupação.

A região está envolta por Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), onde há estímulos fiscais para que o mercado construa as chamadas HIS e HMP, que são as habitações de interesse social e de mercado popular.

Voltado ao público com renda familiar de até dez salários mínimos, esse tipo de imóvel, se oferecido no entorno do centro administrativo, atrairia até mesmo parte do funcionalismo público estadual. Mesclar grupos de diferentes classes de renda é também parte da estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico do entorno.

A maior parte da área de interesse social está no lado oposto da avenida Rio Branco, onde já há alguns conjuntos habitacionais construídos.

Para dar certo, o plano depende, ao menos em parte, de interlocução com a prefeitura. Obras realizadas nas Zeis precisam, obrigatoriamente, da aprovação do conselho gestor formado por moradores e representantes da prefeitura. Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando Chucre, a prefeitura e governo estadual têm se reunido semanalmente para discutir projetos para o centro de São Paulo.

"O município vê com ótimos olhos essa ideia de tirar o palácio e uma série de edifícios administrativos que estão espalhados para a cidade e trazer para o centro, no sentido de que ajude na requalificação", disse Chucre. "A grande preocupação nossa é trazer gente para o centro."

Há quase três décadas ouvindo promessas do poder público de solução para a cracolândia, o comerciante Raimundo Campelo, 51, demonstrou descrença quando soube do novo plano para tirar a cracolândia da porta da sua loja de instrumentos musicais que, atualmente, quase só vende pela internet.

"Sem internação [para os usuários], pode vir o governo para cá, pode até vir o papa, não vai adiantar nada", diz.

Como seria a esplanada

Plano para o centro administrativo estadual prevê concentrar secretarias ao redor do parque Princesa Isabel

1 Terminal Princesa Isabel seria desativado e substituído por jardim

2 Governo fala em retirar grades ao redor do parque, recém instaladas

3 Ainda não há definição de quais imóveis teriam de ser desapropriados

4 Batalhão da PM atrás do palácio pode ser desalojado

Como é hoje

56 imóveis abrigam escritórios do governo estadual

Área total 807.000 m²

Como ficaria

Escritórios concentrados ao redor da praça Princesa Isabel

288.000 m² para escritórios

35.000 m² para centros comerciais, restaurantes, estacionamentos, cinemas e outros serviços

Como é hoje

34 m² por funcionário

Como ficaria

12 m² por funcionário

Desapropriação no centro

Cerca de 150 lotes, em área de 60.000 m²

Custo	até R$ 472 milhões
Receita	R$ 744 milhões*

*Alienações

> É uma ideia que a gente quer que vingue. O que estou colocando são premissas, que deverão ser confirmadas em um estudo aprofundado, que nunca foi feito
>
> **Guilherme Afif Domingos**
> secretário de Projetos Estratégicos do estado de São Paulo

Alunos retornam à Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, após estudante matar professora Rubens Cavallari/Folhapress

Emoção marca volta às aulas em escola alvo de ataque em SP

Pais de alunos demonstram apreensão no retorno dos filhos ao local da tragédia

Isabella Menon

SÃO PAULO O retorno às aulas da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, nesta segunda-feira (10), foi marcada por abraços e emoção na porta do colégio. Alvo de ataque de um aluno de 13 anos que feriu cinco pessoas e matou a professora Elisabeth Tenreiro, 71, o colégio ficou duas semanas fechado. Agora, o retorno acontece apenas para 90 alunos. Na terça, a volta é para todos os estudantes.

Alunos, pais e professores se emocionaram ao chegar ao colégio. Alguns seguravam flores, enquanto outros se emocionaram e se abraçavam.

Um cartaz foi estendido na fachada do colégio escrito "queridos alunos, sejam bem-vindos". Os muros foram pintados de branco e devem ser coloridos durante as atividades que acontecem ao longo da semana.

> Preciso de tratamento, tempo em casa, absorver e entender que foi um caso isolado, que os alunos não são assim. Para mim, voltar foi difícil
>
> **Rita de Cássia**
> professora ferida

Mãe de um dos alunos que era da mesma sala do autor do ataque afirmou que deixar o filho na perua, nesta segunda-feira, foi difícil. Ela disse que, após o ataque, ficou preocupada com a segurança dos jovens. O filho, diz ela, também estava com medo, mas feliz por poder ver e abraçar as professoras.

Outra mãe de uma estudante disse que o retorno das aulas deixou seu coração acelerado. No dia do ataque, sua filha de 13 anos não estava na escola. Ela disse acreditar na escola e no apoio que vão dar. Como forma de demonstrar carinho, ela e a filha carregavam uma orquídea, uma carta escrita pela filha e um quadro escrito "fé, amor e gratidão".

Duas das professoras que foram agredidas durante o ataque do aluno estavam presentes na volta às aulas. Cada uma delas tem um sentimento diferente em relação à retomada.

Para a professora Ana Célia da Rosa, o retorno foi emocionante. Já Rita de Cássia Reis relata que foi difícil voltar. Com curativos nas mãos, Ana diz que ainda deve ficar afastada nesta semana por causa dos machucados, mas pretende voltar a lecionar na semana que vem. "Foi emocionante, meu coração disparou [de voltar]", diz ela, que perdeu o sono nesta noite e afirma que os alunos são muito carinhosos com elas.

Já Rita diz que tudo que passou foi traumático e que recebeu acolhimento dos alunos, mas ainda não pensa em voltar a dar aula. "Preciso de tratamento, tempo em casa, absorver e entender que foi um caso isolado, que os alunos não são assim. Para mim, voltar foi difícil. Nada de emoção."

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, foi estabelecido um plano de acolhimento com equipes multiprofissionais de saúde. Os estudantes também farão atividades pedagógicas diferentes, como oficinas de arte e grafitagem para a repaginação da unidade escolar.

A secretaria afirmou que também estão programadas rodas de conversas, oficinas de consciência corporal, jogos colaborativos, entre outras atividades que foram desenvolvidas pelas equipes da escola e outros parceiros.

A pasta disse que a escola contará com o reforço da Ronda Escolar e apoio constante do Gabinete Integrado de Segurança e do Programa Escola Mais Segura. Nesta segunda, duas viaturas da polícia estavam em frente à escola.

Dino acionará PF contra plataformas por ameaças a escolas

Raquel Lopes

BRASÍLIA O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), disse que pretende acionar a Polícia Federal e tomar outras providências contra plataformas que não ajudarem a combater ameaças contra escolas nas redes sociais.

A declaração foi dada depois de uma reunião nesta segunda (10) em Brasília com representantes de Twitter, Google, YouTube, Tiktok, Kwai e Meta (dona de Facebook e WhatsApp).

O ministro afirmou que vai enviar formalmente notificação para essas empresas caso elas não tomem providências sobre ameaças feitas em suas plataformas.

A pasta pediu às empresas que criem canais abertos e velozes de atendimento às polícias, que redobrem a atenção com os algoritmos de recomendação de conteúdo e que criem formas de controle para evitar upload de materiais que façam apologia de violência e ameaças contra escolas.

"Se não for atendido [o pedido] vamos tomar providências policiais e judiciais contra as plataformas. Nosso desejo é que as empresas nos ajudem, mas, se não atenderem, se colocarem numa posição além de cuidar dos perpetradores, temos que cuidar delas próprias. Espero que não seja necessário", disse.

"O que nós estamos fazendo é essa cobrança para que haja velocidade no cumprimento e atendimento das nossas solicitações quando identificamos perfis que são perpetradores, fazendo apologia de violência nas escolas. Nós pedimos também que fortaleçam o monitoramento", completou.

Segundo o ministro, a pasta identificou durante o fim de semana 511 perfis no Twitter que fazem apologia de violência e ameaças contra escolas.

A reunião faz parte das ações do Grupo de Trabalho Interministerial para políticas de prevenção e enfrentamento de violência nas escolas. O grupo é liderado pelo Ministério da Educação e foi instituído por meio de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada.

Autor de ataque a creche em Blumenau agiu sozinho, afirma polícia

Catarina Scortecci

CURITIBA O homem de 25 anos que matou quatro crianças na creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), na quarta-feira (5), agiu sozinho, segundo conclusão da Polícia Civil após perícia no celular dele.

A investigação está sendo realizada pela Divisão de Investigação Criminal de Blumenau, da Polícia Civil de Santa Catarina.

Em entrevista à **Folha** na quinta-feira (6), o delegado Ronnie Esteves afirmou que o homem alegou que estava sendo ameaçado por uma pessoa e que teria praticado os crimes para não ser executado, versão que a polícia chamou de fantasiosa.

O celular foi analisado pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática da Diretoria Estadual de Investigações Criminais.

O delegado-geral da Polícia Civil, Ulisses Gabriel, também diz que até agora não foi encontrado nenhum indício de que o ataque tem relação com algum jogo de internet.

Segundo a polícia, o homem que atacou a creche morava com a mãe em Blumenau e trabalhava como motoboy, fazendo entregas.

Ele tem quatro passagens na polícia: em 2016 (briga em casa noturna); em 2011 (por ter esfaqueado o padrasto); e outras duas em 2022 (por posse de cocaína e por ter esfaqueado o cão do padrasto).

Após matar as crianças, ele se entregou na guarda do 10º Batalhão de Polícia Militar, sendo preso e levado para o Presídio Regional de Blumenau. A reportagem tenta contato com a defesa dele.

As investigações ainda estão em curso, com depoimentos de pessoas e análise de materiais. O dono da Cantinho Bom Pastor, Aparecido Albertoni Vicente, disse à **Folha** que o espaço tem câmeras de segurança espalhadas na creche e que as filmagens já estão em posse da polícia.

De acordo com o delegado-geral, o investigado deverá ser indiciado por quatro crimes de homicídio qualificado por motivo fútil, emprego de meio cruel, sem possibilidade de defesa e contra menor de 14 anos, além de quatro crimes de tentativa de homicídio, com as mesmas qualificadoras, em relação às crianças que ficaram feridas.

A pena para o homicídio simples é de 6 a 20 anos de reclusão, além de multa. Com circunstâncias qualificadoras, a pena pode aumentar de 12 a 30 anos de reclusão.

A creche Bom Pastor divulgou um comunicado em uma rede social avisando que as atividades no espaço devem ser retomadas no dia 17.

A escola explica que está tomando medidas administrativas para organizar o retorno e acrescenta que haverá uma reunião com autoridades nesta terça-feira (11).

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), anunciou nesta segunda-feira (10) que pretende colocar uma pessoa armada em cada uma das 1.053 escolas estaduais. A ação é uma resposta ao ataque contra a creche Cantinho Bom Pastor em Blumenau (SC), que deixou quatro crianças mortas.

A medida seria colocada em prática dentro de 60 dias e, segundo ele, custaria em torno de R$ 70 milhões por ano. O anúncio foi feito durante um balanço dos 100 dias da sua gestão.

Mello afirmou que uma das ideias é chamar policiais já aposentados, "que têm experiência, credibilidade, conhecem o bairro e a escola".

Ele também mencionou a possibilidade de treinar professores, para que saibam usar gás de pimenta, por exemplo, se for necessário.

Segundo ele, nesta segunda-feira (10) já começou a ser feita uma ronda policial nas escolas para "dar sensação de segurança".

Aluno entra com faca em colégio

Um adolescente de 14 anos entrou mascarado no CEU (Centro Educacional Unificado) Perus, na zona norte de São Paulo, portando facas e um simulacro de arma de fogo, nesta segunda-feira (10). Segundo a Secretaria Municipal de Educação, o jovem é estudante da unidade. Ele foi abordado por professores do local. O grupo acionou a Guarda Civil Metropolitana, que se deslocou à unidade escolar e conduziu o aluno até o 33º Distrito Policial, em Pirituba, onde um boletim de ocorrência foi registrado. O jovem foi liberado para seu pai mediante termo de compromisso para se apresentar à Promotoria da Infância e Juventude. Após o ocorrido, a direção da escola convocou os pais do adolescente e o Conselho Tutelar para uma reunião. Gisleine Oliveira, 45, conselheira do CEU Perus e mãe de dois alunos, diz que toda a comunidade está em pânico. "Nós não sabemos o que fazer, se mandamos nossos filhos para a aula ou não. A secretaria de Educação mandou a diretora voltar com as aulas como se nada tivesse acontecido. Alunos e professores estão com o psicológico abalado", diz ela.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Criada em orfanato, retribuiu o carinho educando crianças

CARMÉLIA DA C. NUNES BERNARDES (1945 - 2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O bolo e a carne de panela da avó Carmélia sempre foram imbatíveis para os dois netos. A habilidade era motivo para a tradicional brincadeira de fazer ciúme dentro da família, diz um deles, Calebe Souza, 25. "Tudo bem gostoso, ninguém fazia igual. Até dizia: 'Vó, a senhora faz um almoço melhor que minha mãe'. Era aquela ciumeira."

Não era à toa. O alto nível na cozinha foi lapidado durante os 25 anos em que ela cuidou de crianças no antigo orfanato Lar das Flores, mantido pelo Exército da Salvação em Suzano (SP), na região da Grande São Paulo.

A tarefa de criar e educar foi uma forma de retribuição. Carmélia da Conceição Nunes Bernardes nasceu em Jacareí, no interior paulista, em 1945. Sem condições financeiras, os pais, agricultores, deixaram Carmélia, a mais velha de três filhos, aos cuidados do orfanato.

"Minha mãe ficou lá até completar a maioridade, quando virou funcionária, e conheceu meu pai no orfanato", diz a filha Marisa Nunes Bernardes de Sousa, 53.

Carmélia encontraria seu par, José Rodrigues Bernardes, hoje com 78 anos de idade, ainda na adolescência. Ele era filho de um dos casais de funcionários que tomavam conta de uma das casas do orfanato. Cada dupla de tio e tia, como eram chamados os tutores, geria 1 das 10 casas no local, onde moravam até 12 crianças.

Além de filantrópico, o Exército da Salvação também é uma organização religiosa. Assim, todas as crianças deveriam frequentar os cultos em um salão, onde ainda eram realizadas atividades musicais e de estudo.

Marisa e a irmã, Márcia Mendes, 55, cresceram no orfanato, assim como o pai, José, e chegaram a ajudar a mãe na rotina. "Nós dávamos aula de reforço dentro do orfanato aos 15 anos, foi nosso primeiro trabalho."

Para ela, numa época de educação rígida, só conseguia fazer o que a mãe fez quem era inspirado. "Só quem tinha o chamado, conhece a obra e se dispõe a fazer."

Mais de duas décadas depois de iniciar os trabalhos no orfanato, Carmélia trocou a árdua tarefa de educar crianças por atividades mais amenas na instituição, como cuidar das roupas, mas sempre com a mesma devoção que teve pelas filhas e a família.

Carmélia teve um acidente vascular cerebral, que debilitou sua saúde. Ela foi internada em fevereiro para tratar um derrame de líquido nos pulmões, e sofreu outros dois AVCs. Morreu em 27 de março, aos 77 anos. Deixa a irmã, Maria José Bernardes Santos, 74, o marido, as filhas e os netos Calebe e Lucas.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

cotidiano

Como a série 'The Last of Us' nos assombra

É duro ver para onde ruma a sociedade moderna

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Tenho várias reservas a séries com temas apocalípticos que atualmente infestam a indústria cinematográfica. Como toda indústria, seus produtos atendem a demandas do mercado que revelam e moldam nossos interesses. O prazer de ver o lugar onde se mora em ruínas, tão frequente nessas produções, demonstram nossa profunda ambivalência pelo que nós mesmos construímos. A depender das ficções que criamos, fica claro quem, na eterna disputa entre Thanatos e Eros, está ganhando.

Ao assistir "The Last of Us", tive a grata surpresa de descobrir que as cenas nas quais seres humanos infectados por fungos não são o centro da história. Sempre patéticos, pouco criativos e exagerados, esses personagens poderiam ser substituídos, sem grande perda para o enredo, por qualquer outro factoide que justificasse o desmantelamento da sociedade mundial.

Seja a falta de água, o aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais, "The Last of Us" é muito mais sobre o salve-se quem puder previsto para quando tudo começar a faltar para todos. Os cenários distópicos da série se passam em cidades hoje abastadas, mas não são diferentes de outros nos quais a penúria é uma realidade desde sempre.

Na série desapareceram os oásis de opulência e ostentação que ainda existem. Daí o calafrio de assistir a um desfecho bem plausível para a destrutividade da sociedade moderna. Não sobra nada para ninguém.

A cada episódio, os dois heróis, o mercenário bonitão (Pedro Pascal) e a adolescente órfã (Bella Ramsey), encontram as diferentes soluções que a humanidade dá para as situações nas quais a sobrevivência de cada um depende do equilíbrio de forças dentro do grupo, a solução militar, fanatico-religiosa, isolacionista, científica... Cada uma desastrosa a seu jeito, menos a comunitária, claro, que vale uma das boas piadas da série. Vale a pena encarar a escatologia para aproveitar um roteiro excepcional, que evita subestimar o espectador.

Mas o que mais chama a atenção em "The Last of Us" é a construção da personagem Ellie, super bem interpretada por Bella Ramsey. Ali se concentra uma das questões fundamentais da nossa sociedade, aquela que diz respeito às novas gerações.

Ellie tem 13 anos e nunca soube o que é infância. Capaz de roubar, destruir e matar como um adulto mercenário, ela nos remete às crianças-soldados que existem pelo mundo hoje. Lembremos que a infância, essa criação do século 18 que visava preparar as crianças para o mundo adulto burguês, nunca contemplou todas. Ela não é a única, muitos grupos respeitam as crianças sem que tenham para elas o mesmo projeto de infância ocidental, pois nem todo cuidado e proteção oferecidos a elas visam transformá-las em empreendedores ou CEOs. Crianças indígenas, por exemplo, têm um outro modelo de infância a lhes servir de proteção e orientação.

Ellie, que, como muitas de sua idade, testemunhou e participou do pior que o humano é capaz, não deixa de ser, no entanto, uma criança. Uma criança sem direito à infância, mas, ainda sim, inexperiente e emocionalmente frágil. É nesse contraste que a personagem se agiganta, revelando a necessidade de um adulto a lhe servir de fonte de identificação e confiança. Se queremos que Eros tenha alguma chance diante da epidemia de humanos acéfalos devoradores de gente que se intensifica com as redes sociais, é preciso repensar o que queremos transmitir para a próxima geração.

Certamente, adultos mercenários não são a melhor opção. Mais do que salvar a humanidade do efeito dos fungos devoradores de gente, há que se pensar como salvá-la de si mesma.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Drogaria São Paulo na avenida São João atacada por dependentes químicos na sexta (7) Leitor

Restaurante árabe em SP está entre as lojas atacadas por usuários de droga

Mariana Zylberkan e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Um restaurante de culinária árabe na avenida Rio Branco está entre os estabelecimentos atacados por usuários de drogas nas imediações da cracolândia, no centro de São Paulo na manhã do domingo de Páscoa (9). Na sexta (7), uma farmácia e um minimercado vizinhos também foram alvos de saques.

Há sete anos no Brasil, o comerciante libanês Mahmoud Nazzal conta que a porta de ferro da loja foi quebrada ao meio pelos dependentes químicos, que entraram em bando e roubaram quase todos os eletrodomésticos da cozinha: fritadeira, micro-ondas, estufa, chapa, além de toda comida e bebida que estavam estocados. "Só não levaram a geladeira e o freezer", diz. Uma televisão, duas bicicletas de entregadores e um computador também foram roubados.

Nazzal se mudou para o Brasil após insistência dos irmãos que já viviam em São Paulo e administravam o restaurante Rosa Delícias Árabes. "Em menos de 20 minutos, tivemos R$ 22 mil de prejuízo", diz.

O empresário relata perda recorrente de clientes há ao menos oito meses, quando a cracolândia se espalhou pelas ruas do centro após operação policial na praça Princesa Isabel. "Eu sobrevivi à pandemia, consegui manter o movimento, mas vou fechar por causa da cracolândia", diz o empresário que migrou o negócio para a praça das Artes, na avenida São João —os dois espaços ficam a pouco menos de um quilômetro de distância.

"Toda vez um cliente era roubado ou tinha o vidro do carro quebrado", conta sobre a decisão de ter investido quase R$ 300 mil na reforma do novo estabelecimento.

Reportagem da **Folha** mostrou que a chegada dos usuários de drogas às ruas de Santa Ifigênia e Campos Elíseos levou dezenas de comerciantes a fecharem as portas.

A Polícia Civil trabalha com a hipótese de que a "revolta" dos usuários tenha sido causada em razão das ações da zeladoria, intensificadas no início do mês, com equipes de limpeza removendo barracas e outros pertences dos usuários e de traficantes.

Este seria o motivo para os usuários de drogas terem ateado fogo a sacos de lixo e materiais recicláveis nas ruas do centro no domingo anterior (2).

ambiente

Bandeira ambiental de Lula 3 chega aos 100 dias sob ameaça de contradições

Governo está diante de decisões sobre petróleo na foz do Amazonas e licenciamento da BR-319, e vê o Congresso avançar com pautas criticadas

João Gabriel

BRASÍLIA Após trazer a pauta ambiental para o centro do debate durante as eleições e prometer priorizá-la em sua gestão, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega aos cem dias no poder sob risco de potenciais conflitos entre o setor e as áreas de infraestrutura e agronegócio.

Na visão de ambientalistas e servidores do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Povos Indígenas, ouvidos pela **Folha** sob condição de anonimato, há alguns pontos de especial atenção: a reconstrução da BR-319, a exploração de petróleo na foz do Amazonas e um Congresso Nacional com um forte viés antiambiental.

Até aqui, o governo Lula conseguiu destravar o Fundo Amazônia, reestruturou a pasta ambiental com Marina Silva e criou a indígena, comandada por Sonia Guajajara. A operação para expulsão do garimpo da Terra Indígena Yanomami é avaliada como bem-sucedida.

Revogou atos de Jair Bolsonaro (PL) e Ricardo Salles, liberou a cobrança de R$ 29 bilhões em multas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), reconstruiu planos de proteção ambiental e abriu quase R$ 500 milhões de crédito extraordinário para a proteção dos territórios.

Ao mesmo tempo, integrantes dos ministérios e da Polícia Federal admitem que a escassez de servidores tende a dificultar as ações de fiscalização e repressão ao crime ambiental. A falta de funcionários, inclusive, é uma queixa de diversas instâncias do setor desde o desmonte promovido pela gestão Bolsonaro.

Atualmente, o Ibama, por exemplo, tem vagos 2.616 dos seus quase 5.500 cargos de servidor; o ICMBio, tem 1.487 ocupados e 1.367 vagos; o ministério do Meio Ambiente vê vazios 219 de seus 522 postos.

Como mostrou a **Folha**, a falta de servidores se agravou no governo Bolsonaro. A Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígena), por exemplo, ficou com mais postos vazios que ocupados e chegou ao seu quadro mais enxuto desde 2008.

O resultado, dizem pessoas que atuam tanto em Brasília e pelo Brasil, é a dificuldade de serem aplicadas as políticas de proteção, fiscalização e recuperação ambiental, além do aumento da vulnerabilidade daqueles que atuam em áreas de maior violência e potencial de conflito.

O governo prepara um concurso público para atender a Funai e o Ibama já solicitou a contratação de mais 2.000 servidores para o órgão.

Também há a reclamação de demora para nomeação de cargos de confiança, dizem sob reserva quem atua nos ministérios, sendo a lentidão da Casa Civil apontada como culpada. No Ibama, por exemplo, apenas um dos cinco diretores já foi nomeado como titular.

A autoridade climática, que era prometida para março, ainda não foi criada. A proposta de estrutura está pronta e já foi enviada pelo Meio Ambiente para outras instâncias do Executivo —por enquanto, nada saiu do papel.

Tem alguns descontos que temos que dar [ao Lula]. O maior é com relação ao desmatamento, que continua alto e pode ser que a gente veja um número igual ao do ano passado ou ainda maior, mas porque existe de uma inércia que é demorada para corrigir

Marcio Astrini
secretário-executivo do Observatório do Clima

O Fundo Amazônia divide opiniões. Há aqueles que comemoram os mais de R$ 3 bilhões destravados e as conversas em andamento para novas doações. Já o aporte inicial de R$ 260 milhões dos Estados Unidos foi considerado pela diplomacia brasileira como uma decepção.

Também a demora para a demarcação de terras indígenas que já passaram por toda a fase de estudos e pelas etapas burocráticas, dependendo apenas da assinatura da Presidência, tem gerado reclamações de lideranças dos povos.

O recorde de desmatamento registrado nos primeiros meses do governo Lula, por sua vez, não é surpresa para integrantes do governo. Dentro do Ministério do Meio Ambiente e da própria Polícia Federal a expectativa é que a curva de destruição da floresta comece a diminuir apenas no fim do ano.

"Tem alguns descontos que temos que dar [ao Lula]. O maior é com relação ao desmatamento, que continua alto e pode ser que a gente veja um número igual ao do ano passado ou ainda maior, mas porque existe de uma inércia que é demorada para corrigir", afirma Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Para ele, o mérito dos cem primeiros dias do atual governo tem sido realizar um movimento duplo de resolver os problemas atuais e reverter o que foi feito no governo Bolsonaro, além de dar o que o especialista chama de protagonismo inédito para as questões ambientais na agenda internacional.

Ele vê, por outro lado, que falta atenção do governo a pautas antiambientais do Congresso, como emendas a uma medida provisória que desmontam a lei da Mata Atlântica e ampliam a anistia a desmatadores ou o "Pacote da Destruição", que são os projetos de lei que flexibilizam restrições para agrotóxico, licenciamento e grilagem. Há ainda uma tentativa de esvaziar o Ministério do Meio Ambiente.

Outro ponto lembrado por ele é a renovação da licença para funcionamento da usina de Belo Monte, estopim da crise que provocou a saída de Marina Silva do governo Lula em 2008.

Também está na lista de potenciais conflitos a construção de linhões de energia sobre terras indígenas, a Ferrogrão (projeto de ferrovia para levar a produção de grãos do Centro-Oeste até hidrovias da Amazônia) e a exploração de petróleo na foz do Amazonas —como mostrou a **Folha**, a Petrobras tenta a autorização para a perfuração mesmo sem estudos recomendados pelo Ibama.

Assim como o processo de licenciamento da foz do Amazonas, o andamento da construção da rodovia BR-319, que corta o coração da Amazônia, se acelerou sob o governo Bolsonaro.

Agora, a estrada é defendida por Renan Filho, atual ministro dos Transportes, mas questionada por Agostinho, que não descarta rever a licença concedida na gestão anterior.

equilíbrio

Fernando Gonsevski, 30, acompanhou a transição de gênero da parceira e considerou a experiência marcante Karime Xavier/Folhapress

Acompanhar transição de gênero de parceiro é desafiador e traz reflexões

Processo é marcado pela autodescoberta, mas pode ser solitário, além de ser diferente para cada casal

Gabriella Sales

SÃO PAULO Luiza Artacho, 31, se identifica como uma mulher lésbica. Seu relacionamento estável de seis anos, porém, é com um homem trans.

Ela diz se encaixar em uma categoria pouco conhecida, denominada "homoflexibilidade", que significa que sua atração se direciona a pessoas do mesmo gênero, mas com uma ocasional flexibilização. Nesse caso, o seu marido.

Quando começaram a namorar, seu parceiro ainda não havia feito a transição de gênero e viviam um relacionamento homossexual. Cerca de dois anos depois, quando o casal já morava junto, o marido começou a se descobrir transexual.

Apesar de querer demonstrar apoio, Luiza afirma que o processo foi desafiador. "Era como estar sendo empurrada de volta para o armário", diz. Em meio a esse conflito, pondera que nem todas suas atitudes eram as mais acolhedoras, e destaca que foi um processo de redescoberta para o casal.

Além das reflexões sobre a própria sexualidade, Luiza precisou lidar com sensações advindas de experiências anteriores negativas com homens. "A barba, por exemplo, me trazia muitos gatilhos, e costuma ser algo muito importante para homens trans."

Outro problema era a falta de oportunidade de compartilhar a experiência com outras pessoas. "Eu não conhecia ninguém que tivesse passado pela mesma situação", diz Luiza. "Era um privilégio presenciar esse processo ao lado dele, mas foi muito solitário."

A psicóloga Fe Maidel, especialista em gênero e sexualidade, confirma que o momento traz mudanças em diversos níveis para o casal. "O parceiro transiciona junto", aponta.

> Tentamos colocar as coisas em espaços pré-definidos, mas cada pessoa e cada sexualidade é única. Ninguém vai ter a mesma experiência que o outro
>
> **Fe Maidel**
> psicóloga especialista em gênero e sexualidade

A transição não representa apenas uma mudança de gênero, mas sim de identidade. "Estamos colocando em questionamento toda a nossa existência e papéis sociais", afirma Maidel. Por isso, é natural que o parceiro também precise refletir sobre si e o que essa nova posição representa em sua vida.

Segundo a especialista, o processo é diferente para cada casal e não é possível prever os resultados. "Tentamos colocar as coisas em espaços pré-definidos, mas cada pessoa e cada sexualidade é única. Ninguém vai ter a mesma experiência que o outro", diz.

Para a dançarina Yasmin Burzin, 29, questionar a própria orientação sexual não foi uma questão, já que se considerava bissexual. Acompanhar a descoberta de sua parceira enquanto uma pessoa não binária, porém, não foi fácil.

"Quando nos conhecemos, Laís Kai já estava nesse processo de questionamento e eu fui informada sobre, então sempre busquei utilizar linguagem sem marcação de gênero", conta.

A dançarina tinha clareza de que o gênero não influenciaria em sua atração pela pessoa, mas o processo ainda assim foi difícil. "Foram muitos meses de terapia e diariamente tínhamos conversas e pequenos ajustes."

Yasmin também relata que teve dificuldade de lidar com a transição porque, em certos momentos, sentia "uma reprodução de masculinidade machista". Para ela, a transição do parceiro foi exaustiva e complexa, mas também trouxe aprendizados.

"Vivemos numa sociedade muito binária, e eu não tinha noção do quanto esse local de fluidez realmente não é aceito. Tive que estudar muito, fui percebendo como eu também não tinha reflexão sobre algumas coisas", pondera.

Fernando Gonsevski, 30, considera que a experiência de acompanhar a transição de um parceiro é marcante. Há mais de dez anos, começou um relacionamento com uma pessoa que se descobriu trans enquanto estavam juntos.

Hoje, Fernando trabalha como orientador socioeducativo no Centro de Acolhida Especial Casarão Brasil para mulheres trans, e considera que acompanhar uma pessoa amada passando por isso trouxe mais sensibilidade.

"Terminamos por motivo de distância, mas continuamos amigos", relata. "Depois da transição dela, foi todo um trabalho para eu me conhecer mais, me reconhecer. Eu sou um homem gay, mas ali aprendi que eu gostava da pessoa. Não era do órgão dela, ou de como ela aparentava."

CFM proíbe médicos de prescrever esteroides anabolizantes para fins estéticos e esportivos

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O CFM (Conselho Federal de Medicina) proibiu a prescrição médica de terapias hormonais com esteroides androgênicos e anabolizantes (EAA) com fins estéticos, para ganho de massa muscular e/ou melhora do desempenho esportivo. A resolução consta do Diário Oficial da União desta terça-feira (11).

A justificativa é a inexistência de comprovação científica dos benefícios e da segurança dessas terapias. Segundo o CFM, não há estudos clínicos de boa qualidade que demonstrem a magnitude dos riscos associados a esses hormônios em níveis acima dos fisiológicos, tanto em homens quanto em mulheres.

A resolução também veta a realização de cursos, eventos e publicidade com o objetivo de estimular o uso ou fazer apologia de possíveis benefícios dessas terapias androgênicas com finalidades estéticas, de ganho de massa muscular ou de melhora na performance esportiva.

A **Folha** encontrou na internet vários anúncios com oferta de cursos e eventos online e presenciais destinados ao treinamento de médicos para a prescrição de hormônios esteroides anabolizantes. Os preços médios são de R$ 3.600.

Os esteroides anabolizantes são medicamentos originalmente prescritos a pacientes que não produzem hormônios adequadamente e precisam da reposição. Mas nos últimos anos têm sido usados, cada vez mais, por frequentadores de academias de musculação e luta ou com finalidade estética para ganho de massa muscular e perda de gordura em um período que o corpo sozinho não conseguiria.

A decisão do CFM ocorre após um pedido conjunto de sociedades médicas para que o tema fosse regulamentado. Assinam o documento as sociedades de endocrinologia e metabologia, de cardiologia, de urologia, de medicina do esporte, de dermatologia, de geriatria e gerontologia, além das federações de ginecologia e obstetrícia e de gastroenterologia.

Segundo o presidente do CFM, José Hiran Gallo, diante de um aumento exponencial da prescrição irregular desses produtos, o conselho ouviu vários especialistas no assunto, que foram unânimes em afirmar que os benefícios da sua utilização para esses fins estéticos e esportivos não superam os riscos. "Não existe dose mínima segura, como alguns usuários alegam. Por isso, estamos proibindo essa prática."

Ele cita inúmeros efeitos adversos, como problemas cardiovasculares, incluindo hipertrofia cardíaca, hipertensão arterial e infarto agudo do miocárdio, doenças hepáticas como hepatite medicamentosa e insuficiência hepática aguda, além de depressão, disfunção erétil, diminuição da libido, infertilidade, aumento da agressividade e dependência.

De acordo com um estudo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, aqueles que ingerem anabolizantes apresentam maior risco de formação de placas nas coronárias, que impedem o fluxo sanguíneo e o suprimento de oxigênio. Essas complicações levam à aterosclerose, que pode causar problemas como AVC e ataque cardíaco.

> Nos últimos anos, tem sido criada uma narrativa de normalidade e isso nos preocupa muito porque coloca em perigo especialmente uma população mais jovem, que não tem como avaliar os riscos aos quais está sendo submetida
>
> **Paulo Augusto Carvalho Miranda**
> presidente da SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia)

Segundo a pesquisa, 25% dos jovens, com média de 29 anos, que utilizam esse produto, apresentam essas placas em até três coronárias. Outro fator de risco é que o colesterol bom, ou HDL, além de estar presente em menor quantidade no organismo, tem sua funcionalidade prejudicada.

Gallo, do CFM, reforça que nada muda em relação às indicações dos hormônios anabolizantes já previstas na literatura médica, por exemplo, no tratamento de doenças como hipogonadismo, puberdade tardia, micropênis neonatal e caquexia. Podem também ser indicados na terapia hormonal cruzada em transgêneros e, a curto prazo, em mulheres com diagnóstico de desejo sexual hipoativo.

A proibição de cursos sobre a prescrição dos anabolizantes para fins estéticos e esportivo também foi um pedido das entidades médicas que, segundo elas, visam jovens médicos recém-formados. "Seduzidos por promessas de altos rendimentos, diferenciação e colocação rápida no mercado de trabalho, acabam por seguir esses caminhos, que se apresentam como fáceis atalhos", diz o texto das sociedades médicas.

Para as entidades, o abuso é propiciado por uma percepção de impunidade, devido à presença constante de porta-vozes desses eventos em diferentes mídias sociais.

"Nos últimos anos, tem sido criada uma narrativa de normalidade e isso nos preocupa muito porque coloca em perigo especialmente uma população mais jovem, que não tem como avaliar os riscos aos quais está sendo submetida", afirma Paulo Augusto Carvalho Miranda, presidente da SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia).

Segundo ele, as doses usadas com objetivo estético ou de melhorar o desempenho nos esportes costuma ser bem mais altas que as utilizadas clinicamente, e um há um discurso enganoso de minimizar os efeitos colaterais que pode pôr os usuários em risco.

O conselho também vetou a prescrição e divulgação de hormônios anunciados como "bioidênticos" em formulação "nano" ou com nomenclaturas de cunho comercial sem a devida comprovação científica de superioridade clínica para a finalidade prevista na resolução, assim como de moduladores seletivos do receptor androgênico (Sarms) para qualquer indicação.

Ciclo de Cinema exibe 'Êxtase', de Moara Passoni

SÃO PAULO O MIS, o Museu da Imagem e do Som, exibe gratuitamente o filme "Êxtase" (2020), dirigido por Moara Passoni, nesta terça-feira (11), às 19h, como parte do Ciclo de Cinema e Psicanálise. Com apoio da **Folha**, o evento é realizado em parceria com a SBPSP (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo) e, nesta edição, com a Descoloniza Filmes.

Inspirado em experiências vividas pela própria diretora e por outras mulheres que tiveram transtornos alimentares, o longa conta a história de Clara durante o período em que a jovem sofreu com anorexia, dos 7 aos 17 anos. Para lidar com sentimentos como vulnerabilidade e medo, a protagonista cria um mundo paralelo em que consegue controlar emoções e privar-se de comer, levando o corpo ao limite até que o delírio seja interrompido.

Com mediação da psicanalista Luciana Saddi, a edição conta com a participação de Moara e da psicanalista Marina Ramalho Miranda. O evento será no auditório do MIS (av. Europa, 158, zona oeste de SP), e os ingressos ficam disponíveis na bilheteria com uma hora de antecedência.

ciência

Governo Lula avança, mas cenário de pesquisa científica ainda preocupa

Promessas da gestão petista incluem ampliar e reajustar bolsas de pesquisa e restabelecer verbas

Ana Bottallo

SÃO PAULO Ao assumir a Presidência em janeiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou a intenção de retomar os investimentos na área da ciência e tecnologia.

Apesar de alguns avanços, o governo chega aos cem dias ainda com lacunas nessa área.

Ainda na campanha, Lula prometeu retomar os investimentos em ciência, com o descontingenciamento do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que havia sido bloqueado por meio de uma MP (medida provisória) do governo de Jair Bolsonaro (PL).

No último dia 30, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, enviou um projeto de lei para votação na Câmara dos Deputados solicitando a liberação de R$ 9,6 bilhões do fundo.

E, em fevereiro, os dois principais órgãos de fomento à pesquisa no país, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), anunciaram o reajuste das bolsas de pós-graduação.

O aumento, depois de nove anos sem reajuste, foi celebrado, mas não deve ser uma ação isolada, avaliam pesquisadores. Isso porque, após a conclusão da pós-graduação, políticas de fixação dos cientistas também são necessárias.

"Existe hoje a necessidade de fixar pesquisadores no Brasil e isso não pode ser temporário, [necessita de] novas vagas em instituições de pesquisa para que possam construir seus laboratórios e sua carreira", afirma a bióloga Thaís Guedes, pesquisadora associada do Instituto de Biologia da Unicamp.

Guedes é uma das autoras da carta publicada em fevereiro na revista científica Science que ressalta a importância de o país investir em jovens em início de carreira se quiser se colocar como uma potência econômica e científica mundial, especialmente em áreas como mudanças climáticas, saúde e biodiversidade.

A principal dificuldade relatada hoje pelos cientistas é a falta de estabilidade para desenvolver suas pesquisas. A situação, no entanto, diverge do marco dos cem primeiros dias de Bolsonaro, quando foi anunciado o corte de mais de 40% do orçamento da ciência.

"É claro que somos a favor do reajuste das bolsas, mas um auxílio de 1 a 2 anos não resolve", reflete Guedes.

Estudantes fazem protesto no centro do Rio contra cortes nos orçamentos de universidades federais Eduardo Anizelli - 7.dez.22/Folhapress

Embora o país tenha vivido anos áureos da pesquisa científica, nos últimos houve uma série de cortes e ataques à ciência nacional. Tal instabilidade ocasionou, desde meados de 2017, na chamada fuga de cérebros.

"Todos os avanços que foram criados no passado foram descontinuados nos últimos quatro anos, quando vivemos um período de negacionismo científico", afirma Luisa Diele-Viegas, professora da UFBA (Universidade Federal da Bahia), também autora da carta.

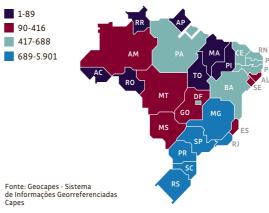
Houve ainda uma queda nas titulações de doutorado no país nos últimos anos: em 2019, o país atingiu a maior marca de doutores formados, com 24.422, caindo para 20.066, em 2020, primeiro ano da pandemia, e depois para 20.671 em 2021, segundo o portal Geocapes. Os dados de 2022 ainda não foram divulgados, mas é possível que a recuperação ainda demore a aparecer.

Para mudar esse cenário, é preciso que o país passe a olhar para a ciência como política de Estado, e não de governo, afirma Diele-Viegas. "Quando há a desvalorização das instituições que desenvolvem pesquisa e avanço do negacionismo científico, dificulta também a valorização do jovem pesquisador."

Em nota, a Capes, vinculada ao MEC (Ministério da Educação), disse que o governo pretende ampliar o número de bolsas de pós-graduação em 2023 de 84,3 mil para 89,6 mil (incluindo mestrado e doutorado) e dos chamados recursos de custeio aos programas, passando para R$ 225 milhões, um incremento de R$ 50 milhões ao que estava previsto no último ano.

O órgão afirmou também que reajustou as bolsas de pós-doutorado, passando de R$ 4.100 para R$ 5.200, e implementou dois programas para reduzir as desigualdades regionais no incentivo à pesquisa, um em parceria com as FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa) estaduais, com mais de 3.700 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, e outro para apoio ao desenvolvimento da região semiárida brasileira, com mais 236 bolsas, com investimento de até R$ 261 milhões.

Já o MCTI disse que a fixação de pesquisadores no país está "no centro das preocupações da atual gestão" e que "trabalha na implementação de ações voltadas para o fortalecimento de jovens doutores, criando condições para que desenvolvam atividades de pesquisa junto a grupos e redes no país, sobretudo, na busca de soluções para os desafios estratégicos".

A falta de vagas nas universidades é um dos principais problemas que atingem os jovens cientistas, mas há também uma falha na contratação de doutores nas empresas. Segundo dados do MCTI, até 2020 havia 59 mil pesquisadores contratados em empresas, ou 280 por milhão de habitantes, taxa seis vezes inferior à da Coreia do Sul e um décimo da dos EUA.

Para o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Vahan Agopyan, os cientistas deixam o país pela falta de condições de trabalho.

"Estamos entre os 15 principais produtores de conhecimento do mundo, mas temos uma enorme dificuldade em manter os nossos talentos no país. Há um descontentamento por parte da comunidade acadêmica com a falta de oportunidades", afirma.

Um dos casos com uma resolução insatisfeita é o do químico Gabriel Costa da Hora, atualmente pesquisador associado de pós-doutorado na Universidade de Utah, nos Estados Unidos. Doutor em química pela Universidade Federal do Pernambuco, Hora conseguiu em 2018 uma bolsa de pós-doutorado no exterior pela Capes, na Universidade da Califórnia em Davis.

Em 2019, procurou um retorno ao país com um novo auxílio, mas o momento já era de cortes na ciência, e seu projeto foi negado. Decidiu prolongar sua estadia no país americano com uma vaga na Universidade de Utah. Aí que começou o seu pesadelo.

Com a pandemia, sem saber quando seria possível regressar ao país, solicitou à Capes o adiamento do chamado período de interstício, quando os pesquisadores são obrigados a retornar ao país por um período de no mínimo dois anos para contribuir com a pesquisa nacional. Teve o pedido aceito, mas sem ônus à agência.

No último ano, por problemas familiares, não conseguiu retornar ao país, mas continuou a produtividade no exterior, com a publicação de cinco artigos, todos em coautoria com cientistas brasileiros.

A Capes entende que o pesquisador não cumpriu o período do interstício e, portanto, será obrigado a devolver o dinheiro da bolsa. Em março último, seu pai morreu, e ele não pôde vir ao Brasil para o velório com medo de ser impedido de regressar aos EUA –o seu visto vence em setembro, e ele precisa solicitar a renovação se quiser permanecer no país.

"Eles querem que eu volte para o desemprego. Aqui nos EUA eu tenho uma posição de pesquisador associado, que é um passo antes de ser professor. Colaborei sempre com pesquisadores brasileiros, produzi artigos de interesse nacional, mas por uma tecnicalidade, uma burocracia, não posso regressar ao meu país e nem continuar no laboratório onde estou pois a Capes se nega a dar meu processo como encerrado. É horrível se sentir assim", lamenta.

Titulações de doutorado no país nos últimos 5 anos

Distribuição por UF de títulos de doutor em 2021

Fonte: Geocapes - Sistema de Informações Georreferenciadas Capes

> É claro que somos a favor do reajuste das bolsas, mas um auxílio de 1 a 2 anos não resolve
>
> **Thaís Guedes**
> bióloga e pesquisadora associada do Instituto de Biologia da Unicamp

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Térreo para Locação, Região Central de Lauzane Paulista/SP)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo para locação, na região central de LAUZANE PAULISTA/SP, para abrigar a Agência de Correios AC ANDORINHA. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 179,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Conselheiro Moreira de Barros; Avenida Parada Pinto; Avenida Felipe Lobo; Avenida Lauzane Paulista; Avenida Adolfo Coelho; Rua Messias dos Reis Costa; Rua José Ferreira de Castro; Rua Pedro Osório Filho; Rua Franklin do Amaral; Avenida Lasar Segall; Avenida Direitos Humanos; Rua Idelfonso Fontoura; Avenida Imirim; Rua Particular Andorinha; Avenida Professor Oscar Augusto Guelli; Rua Profa. Anésia Sincorá; e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Cleuza Maria da Silva, e-mail cleuzamaria@correios.com.br, telefone (11) 4313 8185 ou com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568.

Multilog Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.526.977/0001-79 - NIRE 35300039521 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Abril de 2023

1. Data, Horário e Local: Em 05 de abril de 2023, às 10 horas, na sede social da **Multilog Brasil S.A.,** sociedade anônima, sem registro de sociedade aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (respectivamente, "Companhia" e "CVM"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 1440, 2º andar, CEP 06460-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme faculdade prevista no artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia: **(i)** a **Multilog S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, sem registro de sociedade aberta perante a CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.614.229/0001-03 ("Acionista Majoritária" e/ou "Avalista"); **(ii)** o Sr. Valério Gomes Neto, cidadão brasileiro, casado, empresário, RG 102803 SSP/SC, CPF 245.328.949-72, Rua Alves de Brito, nº 82 - Apto 701 - Centro - Florianópolis/SC ("Sr. Valério"); e **(iii)** o Sr. Eduardo Ramos Gomes, cidadão brasileiro, casado, empresário, RG 775657 SSP/SC, CPF 454.713.209-72, Rua Alves de Brito, nº 82 - Apto 1001 - Centro - Florianópolis/SC ("Sr. Eduardo", e, em conjunto da Avalista e do Sr. Valério, os "Acionistas"),conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Djalma Lucio Rodrigues Vilela e secretariados por Adriano Tadeu Macedo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização da emissão de notas promissórias comerciais, com garantia fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, no valor total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Emissão" e "Notas Promissórias", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, de acordo com a Resolução da CVM nº 163, de 13 de julho de 2022, conforme alterada e atualmente em vigor ("Resolução CVM 163"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente), bem como a celebração das Cártulas (conforme abaixo definido); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para **(a)** praticar todos e quaisquer atos necessários à realização da Emissão e à formalização das Cártulas, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, as deliberações abaixo, assim como seus eventuais aditamentos; e **(b)** contratar o coordenador líder e os prestadores de serviços da Oferta, incluindo, mas sem limitação, **(1)** Banco Liquidante (conforme abaixo definido); **(2)** Escriturador (conforme abaixo definido); e **(3)** agente fiduciário; e **(iii)** ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, relacionados à Emissão, bem como a prática de todos os atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos e/ou autarquias competentes, junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação das Notas Promissórias e às demais deliberações abaixo. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas detentores de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia tomaram as seguintes decisões, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i)** aprovar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão e da Oferta, nos termos das cártulas ("Cártulas"), sendo certo que, a Emissão e a Oferta terão as seguintes características: **(a) Número da Emissão.** As Notas Promissórias representam a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(c) Quantidade.** Serão emitidas 10 (dez) Notas Promissórias; **(d) Séries.** A Emissão será realizada em série única; **(e) Valor Nominal Unitário.** As Notas Promissórias terão o Valor Nominal Unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(f) Forma, Custodiante, Circulação, Comprovação de Titularidade das Notas Promissórias, Banco Mandatário e Escriturador.** As Notas Promissórias são emitidas sob a forma cartular e custodiadas perante o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Custodiante"), na qualidade de prestador de serviços de custódia da guarda física das Notas Promissórias. As Notas Promissórias circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade, do qual deverá constar a cláusula "*sem garantia*", conforme previsto no artigo 4º da Resolução CVM 163. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Promissórias se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cártulas das Notas Promissórias ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3. Para todos os fins de direito, a titularidade da Nota Promissória será comprovada pela cártula emitida fisicamente. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato de posição de ativos emitido pela B3 quando as Notas Promissórias estiverem depositadas eletronicamente na B3. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Promissórias se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cártulas das Notas Promissórias ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3. O Banco Mandatário será responsável por operacionalizar o pagamento e a liquidação desta Nota Promissória, bem como de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados a esta Nota Promissória. Adicionalmente, também foi contratado como prestador de serviços de banco mandatário o **Itaú Unibanco S.A.,** instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"), e de escriturador a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificada ("Escriturador"); **(g) Preço de Subscrição e Forma de Integralização.** A Nota Promissória será depositada para (a) distribuição no mercado primário e subscrita de acordo com os procedimentos da B3, exclusivamente por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 ("MDA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente de acordo com as normas da B3, e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3. A Nota Promissória será integralizada na Data de Emissão, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, exclusivamente por meio do MDA, de acordo com as normas e procedimentos da B3. Concomitantemente à liquidação, esta Nota Promissória será depositada em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da B3; e O preço de subscrição poderá ser acrescido de ágio ou deságio no ato da subscrição, a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que ofertado em igualdade de condições aos Investidores Profissionais, conforme acima definido. **(h) Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva subscrição e integralização a ser definida nas Cártulas ("Data de Emissão"); **(i) Prazo de Vigência e Liquidação das Notas Promissórias.** As Notas Promissórias terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão; **(j) Atualização Monetária e Remuneração.** O Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas "Taxa DI *over* extragrupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (http://www.b3.com.br/) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão (inclusive) até a Data de Vencimento ou a data de pagamento decorrente de eventual Resgate Antecipado Total ou vencimento antecipado das Notas Promissórias, o que ocorrer primeiro, considerando os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais - CETIP21", disponível para consulta na página da B3 na internet (http://www.b3.com.br); **(k) Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração.** O Valor Nominal Unitário e a Remuneração serão integralmente pagos pela Emissora na data de vencimento das Notas Promissórias, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Total ou de vencimento antecipado das Notas Promissórias, em decorrência de um Evento de Inadimplemento conforme definidos nas Cártulas, conforme o caso; **(l) Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Emissora poderá, unilateralmente e a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Promissórias ("Resgate Antecipado Facultativo"), sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares das Notas Promissórias, os quais deverão obrigatoriamente aceitar a realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos das Cártulas. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Promissórias objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, não sendo devidas, entretanto, quaisquer penalidades em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo. O Resgate Antecipado Facultativo das Notas Promissórias será operacionalizado de acordo com os termos na Nota Promissória; **(m) Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Notas Promissórias, incluindo, mas não se limitando, ao Valor Nominal Unitário e à Remuneração, serão efetuados, pela Emissora, em conformidade com os procedimentos adotados pela B3 quando as Notas Promissórias estiverem depositadas eletronicamente na B3, ou na sede da Emissora e/ou em conformidade com os procedimentos do Banco Mandatário, nos casos em que as Notas Promissórias não estiverem depositadas eletronicamente na B3 ("Local de Pagamento"). Farão jus ao recebimento de quaisquer valores decorrentes das Notas Promissórias, os Titulares de Notas Promissórias no encerramento do Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente anterior a respectiva data de pagamento; **(n) Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Avalista de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela Avalista ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(o) Vencimento Antecipado.** As obrigações decorrentes das Notas Promissórias serão consideradas ou poderão ser consideradas, conforme aplicável, antecipadamente vencidas na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cártulas. Caso o pagamento da totalidade das Notas Promissórias previsto nesta Cláusula seja realizado por meio da B3, a Emissora deverá comunicar a B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização. Não obstante, independentemente de qualquer pagamento, a B3 deverá ser comunicada imediatamente após o vencimento antecipado; **(p) Aval.** As Notas Promissórias contarão com o aval nos termos dos artigos 897 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 30 e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, prestado pela Avalista. O aval será prestado em caráter universal e compreende todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais ou acessórias previstas nas Cártulas, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, bem como, quando houver, sua remuneração, incluindo também a do Custodiante e do Banco Mandatário, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, gastos incorridos com a excussão de garantias, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas"). Assim, responderá a Avalista em caso de inadimplemento total ou parcial da Emissora, como devedora solidária e principal pagadora de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nas Notas Promissórias e que seja exigível nos termos das Cártulas. O aval entrará em vigor na Data de Emissão e será prestado em caráter irrevogável e irretratável, permanecendo vigente até que todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias sejam integralmente liquidadas, extinguindo-se imediata e automaticamente mediante seu integral cumprimento. ("Aval"); **(q) Destinação dos Recursos.** Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados para realização de investimentos e para reforço de capital de giro referente às atividades da Emissora; **(r) Demais Condições.** Todas as demais condições da Emissão que não foram expressamente elencadas na presente ata serão estabelecidas detalhadamente nas Cártulas; **(ii)** autorizar a Diretoria e os demais representantes da Companhia a negociar os termos e condições, celebrar o Contrato de Distribuição, bem como todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e/ou da Oferta e formalização das Cártulas pela Companhia, conforme aplicáveis, e contratar o coordenador líder e os prestadores de serviços da Oferta, incluindo, mas sem limitação, Banco Liquidante, Escriturador, o agente fiduciário, a assunção de todas as obrigações neles previstas e a celebração de quaisquer documentos a eles relacionados, bem como a outorgar procurações no âmbito de qualquer dos documentos necessários e/ou desejáveis à realização, constituição, celebração e cumprimento das obrigações no âmbito das Cártulas, as quais serão ser irrevogáveis e irretratáveis até o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento da totalidade das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia nas Cártulas, com prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos instrumentos, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no estatuto social da Companhia, podendo os membros da Diretoria e os demais representantes da Companhia negociar livremente seus termos e condições; e **(iii)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia, bem como a prática de todos os atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos e/ou autarquias competentes junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Sr. Djalma Lucio Rodrigues Vilela - Presidente; Sr. Adriano Tadeu Macedo - Secretário. Acionistas: Multilog S.A., Valério Gomes Neto e Eduardo Ramos Gomes. **Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 05 de abril de 2023. Djalma Lucio Rodrigues Vilela - **Presidente da Mesa;** Adriano Tadeu Macedo - **Secretário.**

Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino - Região de Jundiaí
EDITAL

Encontra-se aberto, na **DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE JUNDIAÍ, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023, Processo SEDUC-PRC-2023/11852, Oferta de Compra nº 080318000012023OC00014**, do tipo MENOR PREÇO, objetivando CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE. A realização da sessão pública será na data de 02/05/2023, às 09h00, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br

Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Ensino - Região de Jundiaí

EDITAL – Encontra-se aberto, na **DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE JUNDIAÍ, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, Processo SEDUC-PRC-2023/10856, Oferta de Compra nº 080318000012023OC00013,** do tipo MENOR PREÇO, objetivando CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MEDIANTE FRETAMENTO, EM CARÁTER EVENTUAL sob o regime de empreitada por preço unitário. A realização da sessão pública será na data de 25/04/2023, às 09h00, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços N.º 005/2023
Proc. Adm. Nº 230331013533600/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para apresentação técnica e gráfica de estudo técnico preliminar, projeto básico e executivo da obra do Colégio Municipal – HELENA CHAVES, localizado no bairro Jaguari – Santana de Parnaíba. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 11/04/2023, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx.
Data de Abertura: 28/04/2023, às 09h00min.
Santana de Parnaíba, 10 de abril de 2023.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços N.º 006/2023
Proc. Adm. Nº 230331013533200/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para apresentação técnica e gráfica de estudo técnico preliminar, projeto básico e executivo da obra na Unidade Básica de Saúde – Bairro do Cento e Vinte – Santana de Parnaíba – S.P. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 11/04/2023, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx.
Data de Abertura: 03/05/2023, às 09h00min.
Santana de Parnaíba, 10 de abril de 2023.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 095/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO ROÇAGEM A BATERIA"
Processo Administrativo: 16.736/2020
Data e Hora do Pregão: 03/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00150 (COTA PRINCIPAL)
855800801002023OC00151 (COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP)
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 10 de abril de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 062/2023
Processo Administrativo n.º 788/2023
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE NATUREZA CONTINUADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS – RAIO –X - NO PRONTO SOCORRO QUIETUDE POR MEIO DE SEUS PRÓPRIOS EQUIPAMENTOS"
Critério de Julgamento: Menor valor global
Tipo de Licitação: Ampla concorrência
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00110 Comunicado de Adiamento da Sessão Pública
Considerando a necessidade de análise do Edital supramencionado, comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Eletrônico supramencionado, designada para o dia 10/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), ficando adiada "sine die".
Informamos ainda que após análise, será agendada nova data. O Edital alterado poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado estará disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 05 de abril de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

O Sindicato dos Trabalhadores em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transporte de Passageiros Gestoras e Prestadoras de Serviços do ABC e Litoral Sul, convoca todos os trabalhadores nas Empresas públicas, privadas, de economia mista e autarquias para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no próximo dia **quatorze (14)** do mês de Abril do ano de 2023 às 10:00 horas em primeira convocação, com quórum de 50% em primeira chamada, e, em segunda chamada após uma hora, e, 15:00h em primeira convocação com quórum de 50%, e às 15:30h com qualquer número de participantes, na sede deste sindicato, na Rua Ruy Barbosa, 215 A - Jardim Olavo Bilac - Centro de São Bernardo, Estado de São Paulo, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia: **1)** Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicação para renovação, data-base Maio de 2023/2024 - **2)** Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas, instaurar dissídio coletivo, e declarar se necessário o caráter permanente da assembleia, independente de nova assembleia - **3)** Fixação dos valores e autorização para desconto da contribuição Confederativa de 2% do salário dos não sócios, que não se opuseram, não podendo ultrapassar R$ 40,00, e, a Negocial no valor de 6% do salário dividido em três (3) parcelas, 2% em Julho, 2% Outubro, 2% em Janeiro, do salário nominal dos não sócios que se opuseram, não ultrapassando o valor de R$ 40,00 (quarenta reais), para custeio da organização sindical, seu aparelhamento para futuras negociações, fiscalização do cumprimento das normas coletivas que forem estabelecidas em defesa dos interesses coletivos e individuais da campanha salarial - **4)** Fixação dos valores e autorização para desconto da contribuição Retributiva de 1% do salário nominal de toda categoria associados ou não, sendo repassado mensalmente a essa entidade. **Assegurando o direito de oposição da Contribuição Confederativa, pelo empregado, manifestado perante este Sindicato, até 10 dias antes do primeiro pagamento reajustado. Claudionor Aparecido Guerra - Diretor Presidente.**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Térreo na Região do Bairro Jaguaré em São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro Jaguaré em São Paulo/SP para locação, para abrigar a Agência de Correios AC CONTINENTAL CENTER. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 240,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Caetanópolis; Rua Barcelona; Avenida Presidente Altino; Avenida General Mac Arthur e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Cleber Moura, e-mail cmoura@correios.com.br telefone (11) 4313 8864 ou com Zenaide dos Santos, e-mail ZENASANTOS@correios.com.br, telefone (11) 4313 8196.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Térreo na Região do Carandiru, São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Carandiru, São Paulo/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC SHOPPING CENTER NORTE. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 215,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Conceição, Avenida Zaki Narchi, Avenida General Ataliba Leonel, Avenida Otto Baumgart, Avenida Luis Dumont Villares e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Zenaide dos Santos, e-mail ZENASANTOS@correios.com.br, telefone (11) 4313 8196.

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42

AVISO DE LICITAÇÃO

Procedimento de Licitação Presencial nº ASL/APP/9001/2023. Alienação de Imóvel urbano mediante venda constituído pelo edifício de escritórios e respectivo terreno, localizado à Rua Augusta, nº 1.626 (antigos nºs 1.626/1.630 e 1.636), Cerqueira César - São Paulo - SP. O edital que estabelece as condições de participação está disponível para download a partir desta data no sítio da EMAE: www.emae.com.br/Licitações/Alienação de Bens/Licitação Imóveis/Saiba Mais. A sessão pública para entrega dos envelopes, abertura das propostas e demais procedimentos conforme estabelecido no Edital serão dia 25/05/2023 às 10:00 hs, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar - Cidade Monções - São Paulo/SP. Informações com Sr. André Pacheco, telefone (11) 2763-6665 ou pelo e-mail andre.pacheco@emae.com.br e licitacoes@emae.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 054/2023
Proc. Adm. nº. 230127010777100/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de **LARVICIDA em PASTILHA,** para combate ao mosquito Aedes aegypti, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 11/04/23, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 24/04/2023, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 10 de abril de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – ASSPM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2023 - P

No uso das atribuições que me confere o Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos termos do Inciso III do artigo 16 do Estatuto Social da entidade, CONVOCO os (as) Senhores (as) Associados (as) da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária Presencial** a ser realizada às 11:00 horas do dia 26 de abril de 2023, em nosso Clube de Campo Caieiras, sito à Rua Osvaldo Panelli, s/nº – Bairro Santo Inês, Caieiras/SP, para em cumprimento a letra "a" do Inciso III c.c. as letras "a" e "b" do inciso II do artigo 16 do Estatuto Social, tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA:** I - Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia Anterior; II – Apreciação e Aprovação do Balanço Financeiro referente ao Exercicio de 2022; III – Outros Assuntos de interesse da entidade: a) nos termos do Artigo 65 §1º e 2º do Estatuto Social da entidade, bem como em complementação aos requisitos registrais e legais de praxe, ratificar a prorrogação de mandato da Diretoria Executiva, constante da ata da Assembleia Geral 02/2021, para abril de 2026; b) incluir no Estatuto Social da entidade, o atual endereço da sede da entidade; c) requerimento individualizado de anuência dos diretores eleitos devidamente qualificados, quanto a prorrogação de seus mandatos, sob pena de destituição; d) nos termos do inciso IV do Artigo 19 do Estatuto Social 2022, homologar a venda e cessão de bens imóveis deliberada pelo Conselho Superior.

São Paulo, 05 de abril de 2023.

MARIA ELIANA DA SILVA GALVÃO - SECRETÁRIA GERAL
ÍRIO TRINDADE DE JESUS - PRESIDENTE

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 094/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS EM POLIETILENO PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA REUSO OU ÁGUA POTÁVEL"
Processo Administrativo: 8.823/2022
Data e Hora do Pregão: 02/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00149
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 10 de abril de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública N.º 002/2023
Proc. Adm. Nº 230330013435300/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para **CONSTRUÇÃO DA BASE OPERACIONAL DE SEGURANÇA** do município de Santana de Parnaíba/SP, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 11/04/2023, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, "Licitações".
Data de Abertura: 12/05/2023, às 09h00min.
Santana de Parnaíba, 10 de abril de 2023.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3057/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3058/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 10/04/2023 até 10/05/2023, no primeiro leilão, e de 19/05/2023 até 25/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. ROGERIO LOPES FERREIRA, Rodovia BR 262, KM 375, s/n Fazenda Roda D'Agua - Juatuba/MG - CEP: 35.675-000, Fones (31)3360-8106; 3360-8107; 3360-8190 e atendimento de segunda a sexta das 8h30m às 17h30m, site: www.palaciodosleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 11/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 26/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.palaciodosleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

O Presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Mogi das Cruzes (SINDMOGI), CNPJ 05.473.602/0001-80, Sr. Álvaro Otávio Isaias Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, deixa público e convoca seus sindicalizados ou associados efetivos, da cidade de Mogi das Cruzes, nos termos dos artigos 6º, § 1º, alíneas "a)" e "b)" e 20 do Estatuto Social do SINDMOGI combinado com o artigo 24 e suas alíneas do Regulamento Eleitoral, a participarem da Assembleia Geral Eleitoral para eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, titulares e suplente, para o Triênio que inicia em 1º de junho de 2023, com término em 31 de maio de 2026, a ser realizada no dia 12 de maio de 2023, na sede do SINDMOGI, situada na Rua Princesa Isabel de Bragança nº 235 - 13º andar – sala 1311, Edifício Helbor Tower, Centro, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, com início às 9h00min e encerramento de coleta de votos às 16h00min (artigo 29, do Regulamento Eleitoral). Fica aberto o prazo de 10 (dez) dias corridos para o registro de chapas, que terá início a contar do primeiro dia útil seguinte da data da publicação do presente edital, nos termos dos Artigos 9º e seguintes do Regulamento Eleitoral. O requerimento para registro de chapas, deverá ser acompanhado de todos os documentos exigidos pelo artigo 10º do Regulamento Eleitoral do SINDMOGI, e endereçado ao Presidente do sindicato, podendo ser assinado por qualquer um dos candidatos componentes da chapa, dele devendo constar, apenas em relação aos candidatos à vaga no Conselho Fiscal, a indicação aos cargos efetivos e o de suplente, na forma prevista no artigo 14, do Regulamento Eleitoral. O requerimento para registro de chapas, acompanhado dos respectivos documentos poderá ser entregue na sede do sindicato ou encaminhado por meio eletrônico para o endereço sindmogidascruzes@sindmogidascruzes.org.br. O sindicato funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário das 10h00min às 16h00min, onde se encontrará pessoa habilitada para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento de correspondente recibo. No caso de remessa de documentos via correio eletrônico, a confirmação de recebimento se dará pela mesma forma. Encerrado o prazo para registro de chapas, no prazo de 72h (setenta e duas horas), a partir do primeiro dia útil a contar do encerramento do registro de chapas, será providenciada a publicação de Edital das chapas registradas, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias para impugnação de candidatos (artigo 16, alínea b, do Regulamento Eleitoral). Ademais, caso não seja obtido o quórum previsto no artigo 36 do Regulamento Eleitoral, a nova eleição, em segunda convocação, será realizada em 19 de maio de 2023, sendo válida com a presença de qualquer quantidade de associados com capacidade para votar, devendo dela ainda participar apenas as chapas já inscritas no início do processo eleitoral, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria de votos dos presentes. Havendo somente uma chapa inscrita, a eleição, em última convocação, poderá ocorrer duas horas após à primeira convocação, sendo eleita a chapa com qualquer número de votos, na forma do Artigo 36, §§ 1º e 2º, do Regulamento Eleitoral. Nos termos do § 4° do Artigo 36 do Regulamento Eleitoral, somente poderão participar da eleição, em segunda convocação, os eleitores que se encontravam em condições de exercitar o voto na primeira convocação, valendo, para tanto, a mesma procuração outorgada para a 1ª convocação, se tal previsão estiver expressa no respectivo instrumento. Em caso de empate entre duas chapas mais votadas, em qualquer das votações, realizar-se-á nova eleição entre somente essas chapas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme previsão do artigo 54 do Regulamento Eleitoral do sindicato. A sessão de apuração será instalada na sede do sindicato, logo após o encerramento da votação. Admite-se o voto por procuração. O prazo para interposição de recurso contra o resultado da eleição é de 15 (quinze) dias (artigo 60 do Regulamento Eleitoral) a contar da data da realização da apuração. Os prazos constantes do Regulamento Eleitoral e deste Edital serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, prorrogados para o primeiro dia útil, se o vencimento cair em sábados, domingos ou feriados. Fica esclarecido que a indicação dos membros que ocuparão os cargos de Delegados para o Conselho de Representantes da Federação (FEHOESP) será realizada posterior e oportunamente, quando da escolha do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme disposto nos artigos 44 e 32 do Estatuto Social do SINDMOGI, combinado com o artigo 55 do Regulamento Eleitoral. Demais informações e procedimentos estão previstos no próprio Regulamento Eleitoral e Estatuto Social do SINDMOGI, disponíveis na sede do sindicato. O presente edital será publicado em jornal de grande circulação e afixado na sede do sindicato. Mogi das Cruzes, 11 de abril de 2023. Álvaro Otávio Isaias Rodrigues. - Presidente.

esporte

ESPORTE AO VIVO | **16h Manchester City x Bayern** Champions, SBT/TNT/HBO MAX | **19h Botafogo-SP x Santos** Copa do Brasil, SPORTV/PREMIER | **21h30 São Paulo x Ituano** Copa do Brasil, SPORTV/PREMIERE

Plano de Abel para final teve risco assumido

Treinador ficou preocupado com apatia do Palmeiras no primeiro jogo, e resposta veio com o título do Paulista

Alex Sabino

Jogadores do Palmeiras comemoram o título de campeão do Paulista 2023, no Allianz Parque Ronny Santos/Folhapress

SÃO PAULO Alarmado com a derrota no primeiro jogo da final do Campeonato Paulista, Abel Ferreira traçou uma estratégia para a partida de volta. O plano passou por arriscar a estreia na Copa Libertadores, exigir mais do elenco, produzir um vídeo a ser mostrado aos jogadores e, claro, analisar de maneira obsessiva o que o Água Santa poderia fazer e qual seria a resposta.

O resultado foi a goleada do Palmeiras por 4 a 0 no último domingo (9), no Allianz Parque, e a conquista de mais um título paulista. Foi o terceiro do clube nos últimos quatro anos. É o período mais vencedor da equipe no Estadual desde os anos 1990, quando foi campeã em 1993, 1994, 1996, com derrota para o Corinthians na final de 1995.

"[Os atletas] não encararam [o Água Santa] como um adversário que poderia nos bater, e precisávamos de um banho de humildade. O treinador, também. Não somos invencíveis e hoje fomos muito melhores. Meus jogadores aprenderam essa lição", disse o técnico após o título e antes de ter a entrevista interrompida pelos atletas, que jogaram água gelada na cabeça do chefe.

Não foi o placar o que mais irritou Abel, embora sua personalidade compulsiva não engula resultados negativos. O problema foi a apatia mostrada pelo Palmeiras no revés por 2 a 1 na partida de ida. A formação de Diadema poderia ter vencido por uma diferença maior. No Allianz, o Palmeiras dominou as ações e teve chance para obter uma goleada mais elástica.

Em reunião com a presidente Leila Pereira depois da queda em Barueri, o português manifestou o interesse em levar para a Bolívia um time reserva. A proposta era, claro, poupar os titulares para os 90 minutos que decidiriam o troféu estadual. Estava implícito haver o risco de derrota na altitude de La Paz e de começar mal a Libertadores.

Leila apoiou a ideia e disse que, se houvesse alguma polêmica, ela assumiria 100% da responsabilidade pela derrota. O Palmeiras perdeu por 3 a 1, mas as cobranças de torcedores e conselheiros não chegaram. Isso serviu para estreitar a relação entre treinador e mandatária.

O trabalho com os titulares, a semana inteira, não se baseou nos erros cometidos no primeiro jogo da final. Segundo pessoas ligadas aos jogadores, Abel foi de propósito na jugular. Repetia que a atuação havia sido inaceitável do ponto de vista anímico e que aquilo não poderia se repetir. Um dos mais exigidos foi Gabriel Menino.

No jogo de volta, o meio-campista foi um dos melhores. Fez dois gols e participou de outro. Tornou-se uma ameaça ofensiva constante.

"Ele é um jogador extraordinário, com capacidade incrível, mas não pode ter moral. Tem de estar sempre com a faca aqui", explicou Abel, apontando com o dedo para o próprio pescoço.

Os que foram cobrados responderam. Quem recebeu palavras de incentivo, também. Endrick teve um de seus melhores desempenhos pela equipe profissional. Não apenas fez um gol mas correu o tempo inteiro, também a ajudar na marcação. Na etapa complementar, deu um carrinho forte em Thiaguinho, do Água Santa, quase na entrada da área de defesa, e recuperou a bola para iniciar um contra-ataque.

Para turbinar a motivação, Abel conversou com sua comissão técnica e, com ela, idealizou um vídeo exibido antes da saída da Academia de Futebol para o Allianz Parque.

A TV Palmeiras foi responsável por colocar em prática o projeto: familiares dos atletas foram levados ao centro de treinamento e, posicionados em locais estratégicos do complexo, filmados usando máscaras dos rostos dos próprios jogadores. Pais, irmãos, filhos e mulheres gravaram mensagens de incentivo e de amor.

Os integrantes do elenco levaram os parentes ao CT para o que seria a gravação de um vídeo para o clube, mas não sabiam do que se tratava. Quando as imagens foram mostradas, minutos antes da ida ao estádio, alguns choraram.

Título conquistado, plano executado com sucesso, o treinador disse que o Palmeiras era "o time do amor", como no canto da torcida.

O sucesso veio, mas com desgaste. Abel Ferreira confessou não saber até quando vai conseguir levar isso adiante porque constatou quanto o seu trabalho o consome.

"Fui fazer exames há três meses, e deu arritmia no coração. Nunca havia tido isso na vida", disse.

COM 0 A 0, BARCELONA AMPLIA LIDERANÇA NO ESPANHOL Partida entre o time catalão e o Girona, nesta segunda-feira (10), terminou com placar sem gols; com o resultado, o clube se aproxima do título nacional abrindo 13 pontos de vantagem sobre o vice-líder, o Real Madrid, derrotado no último sábado Pau Barrena/AFP

'VP, por isso Jesus não tinha sogra'

Quanto tempo dura um título no futebol? Para o Fluminense, a vida toda

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvidado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Qual o tempo de validade de um título no futebol? Se você, querido leitor ou querida leitora, pensou em um ano foi porque ponderou apenas no aspecto matemático da resposta. Neste fim de semana, troféus foram levantados em diferentes cantos do país, muitos deles com o dirigente querendo aparecer mais que o capitão (uma maldição brasileira). Mas cada um tem o seu próprio período antes de expirar.

O melhor exemplo vem de Minas. O Atlético Mineiro foi um dos poucos campeões a vencer as duas partidas da decisão. E, além da final do Carioquinha, foi o único que precisou enfrentar um time da Série A pela taça, o intrépido América-MG.

Então é só festa para Hulk e os outros vingadores, certo? Errado. A conversa pós-título do professor Eduardo Coudet era de quem estava com o cargo ameaçado. "Quero continuar aqui", repetia sorrindo.

O mesmo Coudet deu uma entrevista espinafrando a diretoria poucos dias atrás, depois da estreia com derrota na Libertadores, o que rendeu ao técnico um banho de cerveja de um copo arremessado da arquibancada — este escriba tem também um blog sobre cerveja e não compactua com o desperdício da bebida, mesmo na versão zero álcool.

A validade do título mineiro vai até o dia 18, data do segundo jogo no torneio sul-americano. Uma nova derrota e, provavelmente, bye bye Coudet. Antes disso tem ainda uma partida contra o Brasil de Pelotas, pela Copa do Brasil. Um empatezinho neste jogo vai azedar a cerveja.

Em São Paulo, usando a ideia do próprio míster Abel Ferreira, o Palmeiras evitou a vergonha diante do Água Santa e passou por cima do rival. Até Flaco López fez gol. E alguém no Real Madrid deve ter recebido o fax: "Nosso Endrick fez um gol em cada jogo da final, sem crise". E quanto tempo vale o título palmeirense? O tempo que Abel permanecer no clube.

No máximo, derrotas precoces em Libertadores ou Copa do Brasil podem gerar um murinho pichado contra a presidente Leila por falta de reforços. Mas, lembrando, a bronca da organizada com a mandatária é mais carnavalesca do que futebolística.

E no Rio, quanto tempo vale o título do Fluminense conquistado após vitória contra o Flamengo por 4 a 1? A vida toda.

Jovens torcedores do Flu vão lembrar daqui a 40 anos que o seu time colocou o rubro-negro na roda quando o rival tinha o elenco mais caro do continente. Vão lembrar que Marcelo, no melhor estilo Raí (versão final do Paulista de 1998), jogou apenas a decisão e fez gol. E vão lembrar do toque de bola da equipe de Fernando Diniz e de sua celebração com cambalhota. É o Ted Lasso do Fluminense.

Com mais de 60 mil pessoas neste domingo de Páscoa, o Maracanã continua com os torcedores mais criativos. Um deles, flamenguista, carregava o cartaz "VP, por isso que Jesus não tinha sogra". Vítor Pereira, o VP, ainda é o técnico do Flamengo enquanto esta coluna é escrita. Não sei se será até que ela esteja publicada na edição impressa desta terça (11).

Fato é que o míster — e a sogra? — não tem mais clima para continuar na Gávea. Mas, por uma questão simplesmente financeira, ele não pedirá demissão. Vai ficar até receber todos os seus direitos trabalhistas, com uns seis meses extras de plano de saúde (familiar).

Uma nova demissão vai obrigar o dirigente campeão de milhagem Marcos Braz a viajar à Europa de novo para conversar com Jorge Jesus, capengando no Fenerbahce, na Turquia (aparentemente ninguém tem Zoom ou WhatsApp).

Também é fato que não convém irritar a torcida do Corinthians como fez VP em sua saída do clube. A praga corintiana se provou poderosa.

No próximo fim de semana já tem Brasileiro. E ainda não dá para cravar os técnicos dos 20 clubes da Série A.

Fotógrafo de MG transforma em arte retratos de moradores da favela

Catarina Ferreira

SÃO PAULO Dançarinos, trabalhadores, crianças e adolescentes da comunidade Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, são modelos do fotógrafo Rafael Freire, 30. Seu projeto "Favela, a flor que se aglomera", se inspira no entorno para resgatar a autoestima das pessoas, em maioria negras, que moram, estudam e trabalham na região.

Para o artista, beleza e delicadeza são adjetivos que não são comumente ligados à periferia, aos seus moradores e às pessoas negras, em especial os meninos.

"Comecei a ter esse olhar para a população preta quando comecei a olhar para mim, valorizar minha aparência e minha inteligência. Isso veio depois de adulto mas poderia ter vindo antes. Quero mostrar a beleza com as minhas lentes e não as do racismo."

As flores estão presentes em quase todas as fotos de Rafael, que diz buscar "florir a favela e trazer elementos para mostrar que as pessoas são como sementes, podem ir longe".

O trabalho começou em 2015, quando Rafael era monitor de fotografia na Escola Municipal Senador Levindo Coelho. Na época, segundo ele, não era possível sair da escola com as crianças para fazer imagens novas, devido a um conflito entre facções.

"Comecei a fotografar a favela vazia e levar as imagens para eles." A tarefa dada aos alunos foi unir foto e palavra para criar uma poesia sobre o lugar onde moravam. A atividade acontecia no contraturno escolar com crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos.

Uma das crianças, no poema, disse sentir falta de flores na paisagem que via de sua janela. "Isso me incomodou demais, saí para procurar, e realmente não vi flores no morro."

Rafael comprou sementes e plantou em uma das encostas da comunidade. As flores nasceram. As pétalas brancas e amarelas começaram a ser usadas como adereços na pele negra e no cabelo crespo de quem ele retratava.

Dois anos depois, ele reuniu sua turma de 2015 e levou até a encosta para ver o quanto o local estava florido.

Além das fotografias, rodas de conversa sobre autoestima e negritude fazem parte do seu trabalho. Os encontros, que começaram na escola, tomaram praças e parques da região. As rodas de conversa deixaram de ser periódicas após a pandemia, agora são marcadas em um grupo de Whatsapp. Atualmente ele ensina fotografia para jovens da região em encontros gratuitos.

Seu trabalho, que já vinha sendo notado nas redes sociais por nomes como Lázaro Ramos e Babu Santana, foi exposto no no Memorial Vale, centro cultural da capital mineira, pela primeira vez em novembro de 2022.

Fotos Rafael Freire

1 Encontro fotográfico feito no Dia da Consciência Negra, em 2022 **2** Retrato de moradora da comunidade Aglomerado da Serra, na capital Mineira **3** Retrato que fez parte da exposição 'Favela a Flor que se aglomera', do fotógrafo Rafael Freire

GATICES

Silvia Haidar
folha.com/gatices

Brasileira adota gato sem pata que encontrou na Albânia

Foi na porta de um supermercado na Albânia que Vanessa Wagner encontrou João Augusto, o gato.

O felino idoso estava meio sujo e sozinho, sentado na entrada do local. Vanessa, gateira que é, aproximou-se e fez um carinho. O bichano deixou, ronronou. Então ela percebeu que ele não tinha parte de uma das patinhas.

"Na hora, pensei: meu Deus, preciso levar ele embora comigo", conta. Mas a adoção não foi imediata.

Era 7 de fevereiro e fazia apenas dois dias que ela estava no país. A influenciadora foi morar lá com o marido, o jogador Pedro Augusto, que foi transferido do Serra Macaense Futebol Clube, no Rio de Janeiro, para o time albanês Egnatia.

Pedro, que tinha ido com ela até o mercado, pediu para a esposa não agir por impulso e pensar bem. Afinal, eles haviam acabado de se mudar.

O casal voltou para casa, mas Vanessa não conseguia tirar o gato da cabeça.

No dia seguinte, ela voltou ao mercado e o bichano estava no mesmo lugar. A influenciadora perguntou para as pessoas que trabalham lá se ele tinha dono. Como disseram que não, ela levou o felino.

João Augusto, o gato encontrado por Vanessa em frente a supermercado na Albânia Instagram/@eujoaoogato

Vanessa levou João ao veterinário para tomar vacinas e vermífugo. O profissional não soube responder se ele nasceu sem parte da pata direita dianteira, ou se sofreu uma amputação. Apenas disse que ele estava bem de saúde.

"Nós moramos em Vlorë. Aqui na cidade as clínicas veterinárias são muito simples. Pretendo levar o João até Tirana, que é a capital do país, para fazer uma consulta num hospital veterinário que tenha mais recursos", diz.

Ao observar os dentes do gato, a influenciadora notou que ele é idoso. E, apesar de ter vivido bastante tempo nas ruas, já se adaptou à rotina da casa.

VOCÊ VIU?

Cobra invade avião e sobe pelo corpo do piloto no meio do voo. Imagine estar no meio de um voo e sentir que uma serpente desliza pelo seu corpo. Foi isso o que aconteceu com o piloto de uma aeronave numa viagem pela região da África do Sul, como registrou o jornal The New York Times. Segundo a publicação, Rudolf Erasmus, 30, percebeu algo frio em suas costas enquanto comandava o avião. Quando olhou para trás, deu de cara com uma espécie de naja no banco onde estava. Com ele, havia outros quatro amigos no voo. Porém, o comandante não quis assustar ninguém e apenas disse no microfone que havia um convidado inesperado dentro do local. Uma mordida dessa serpente pode levar à morte. "Tive um momento de silêncio atordoado, como um momento de descrença", disse ele. "É como se meu cérebro não registrasse o que estava acontecendo." Foi então que Erasmus decidiu fazer um pouso forçado num aeroporto próximo. "Foram definitivamente os 15 minutos mais longos da minha vida." Após o pouso, todos saíram em segurança e foi então que eles descobriram o que estava acontecendo. Um manipulador de cobras tentou pegar o bicho, mas misteriosamente ele não foi encontrado mesmo após dois dias de buscas. Erasmus decidiu voar de volta para à Cidade do Cabo na mesma aeronave, mas cobriu o máximo de buracos. "Eu não estava com vontade de ficar cara a cara com isso de novo", diz.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
11.abr.1923

Prédio sede da Convenção de Itu receberá novo museu

No dia 18 de abril será comemorado o cinquentenário da Convenção de Itu, reunião que representou o marco originário da campanha republicana e da fundação do Partido Republicano Paulista, e um museu será aberto justamente no sobrado onde o encontro foi realizado.

O prédio passou por adaptações para abrigar as relíquias republicanas. O governo de São Paulo encarregou o artista Oscar Pereira da Silva de pintar retratos de personagens históricos e também de fazer um quadro sobre a célebre convenção.

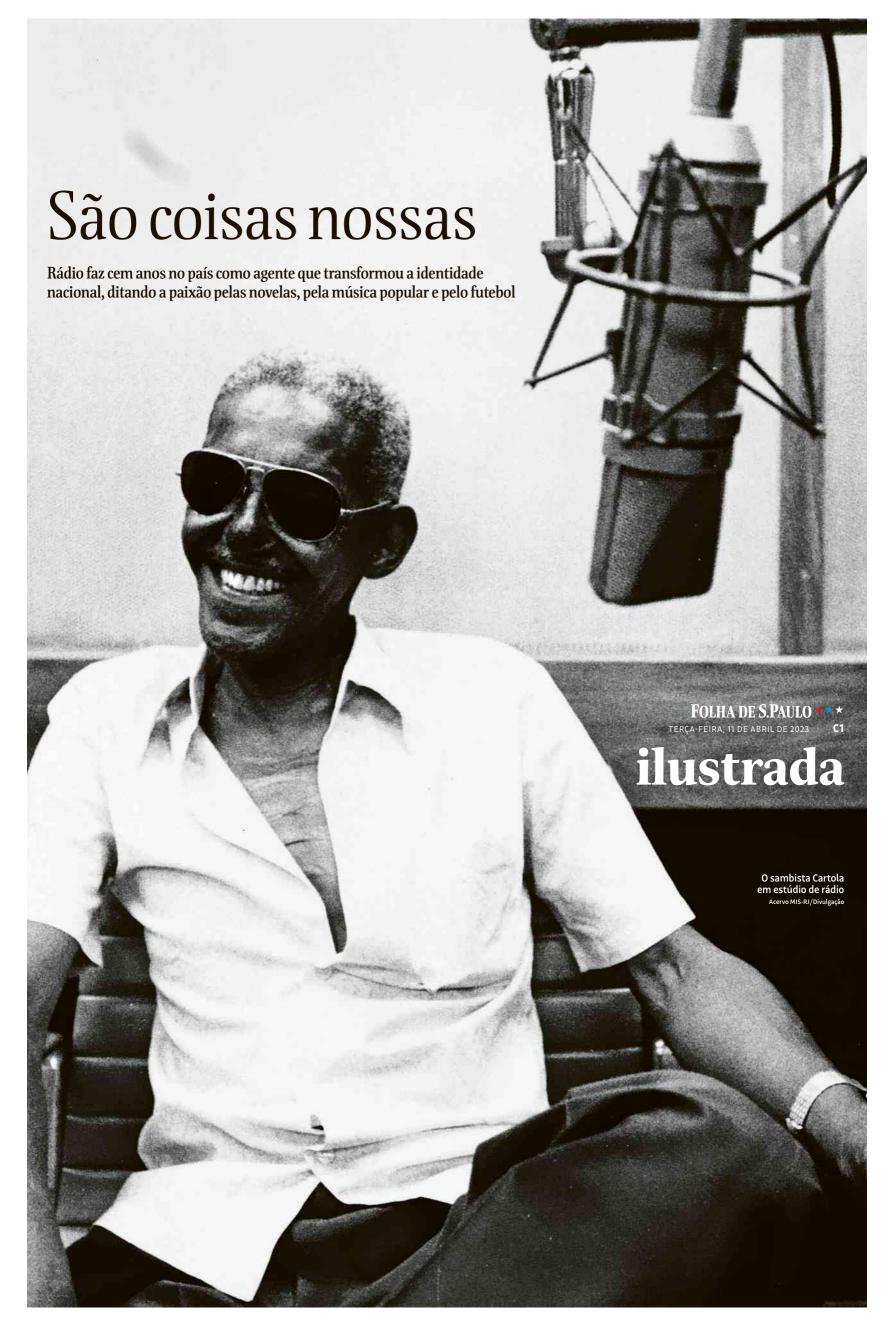
O diretor do Museu do Ipiranga, Afonso Taunay, foi o escolhido para organizar esse novo memorial na cidade de Itu (SP).

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

São coisas nossas

Rádio faz cem anos no país como agente que transformou a identidade nacional, ditando a paixão pelas novelas, pela música popular e pelo futebol

O sambista Cartola em estúdio de rádio
Acervo MIS-RJ/Divulgação

Leonardo Lichote

RIO DE JANEIRO Há cem anos, no dia 20 de abril de 1923, era fundada por Edgard Roquette-Pinto a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a primeira emissora brasileira. O sonho do fundador, de usar o veículo como ferramenta de educação, não se concretizou.

Porém, de alguma maneira, o rádio forneceu a educação sentimental e o repertório comum fundamentais para que se formassem características do que entendemos como identidade nacional. A dramaturgia, o humor, a paixão pelo futebol, a política, o jornalismo, a música popular do país —nada disso seria o mesmo sem a transmissão radiofônica. Nem nossa geografia.

"Com o rádio você consegue disputar a fronteira", afirma a historiadora Lia Calabre, autora do livro "A Era do Rádio", publicado pela editora Zahar. "No interior do Sul, se captava muito mais as rádios argentinas. Fazer a rádio chegar às fronteiras era a garantia delas. A ideia da Hora Nacional, que depois se tornaria A Voz do Brasil, surge nos anos 1930. Era a contrapartida principal do governo para ceder a concessão pública", afirma.

"É um programa menosprezado nas capitais, mas em muitas cidades era o único meio para se informar sobre os atos do Estado. O rádio foi muito importante na manutenção dessa integração nacional e na divulgação dos valores que compunham essa nacionalidade", diz a historiadora.

Calabre destaca a tradição oral brasileira como potencializadora desse efeito. "Era um dado muito presente nas culturas afrodescendentes e indígenas. Quando o rádio chega, temos um Brasil rural de um analfabetismo muito grande, de mais de 80% da população."

Nos primeiros anos do rádio no Brasil, intelectuais como Mário de Andrade e Roquette-Pinto olhavam com atenção para as experiências europeias de viés sobretudo educativo. O modelo americano, como era financiado por indústrias que produziam os transmissores, apostava na popularização do meio e consequente venda de mais aparelhos. Sua programação era, em oposição à Europa, mais comercial, ancorada nas agências de publicidade.

Continua na pág. C2

O SOM À MOSTRA
A história do rádio no país é alvo de duas exposições em cartaz no Museu da Imagem e do Som, uma retrospectiva desses últimos cem anos e outra sobre Padre Landell, pioneiro dos experimentos com a radiodifusão

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

VAMOS JUNTOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se tornou um dos maiores apoiadores do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em repetidos encontros com autoridades de Brasília, ele tem repetido que o comandante da economia tem "conversado muito, se mostrado aberto" e "razoável".

PILAR O parlamentar é peça fundamental para a aprovação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados. As propostas de Haddad para o controle das contas do governo foram apresentadas por ele na semana passada.

ESCUDO Lira elogia também o fato de Haddad estar "bancando posições" no governo que não são consensuais no PT—e que inclusive sofrem fortes críticas de setores do partido.

PONTE O presidente da Câmara tem conversado também com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, buscando ajudar no entendimento dele com Haddad.

PONTE 2 A ideia é que Campos não deixe Haddad "sozinho no meio da rua" justamente no momento em que tenta aprovar o arcabouço fiscal apresentado pelo governo.

RUÍDO As coisas nem sempre foram flores entre Lira e Haddad. No começo do governo, por exemplo, o presidente da Câmara reagiu às tentativas do ministro de negociar com empresários e a OAB mudanças nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), o tribunal administrativo que julga recursos de contribuintes contra autuações da Receita Federal. Ele achou que o parlamento estava sendo deixado de lado nas conversas, e reclamou.

DISSÍDIO A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que trabalha no PL (Partido Liberal) desde março, já terá aumento de salário. Ela, hoje, ganha R$ 39,2 mil por mês da legenda. A partir de abril, passará receber R$ 41.650,91.

IGUALDADE O ex-presidente Jair Bolsonaro, que ganha o mesmo que a mulher no PL, também será beneficiado com elevação equivalente.

HOLERITE O vencimento deste mês de cada um deles, já reajustado, será depositado em conta no quinto dia útil do mês de maio.

APOIO Além disso, o PL colocou cinco assessores à disposição de Michelle, que preside o PL Mulher, com um caixa de R$ 11 milhões.

OUTRO COFRE Bolsonaro não tem funcionários do PL trabalhando com ele, já que, como ex-presidente, tem assessores pagos pelos cofres da União.

PROMESSA O aumento nos vencimentos de Michelle e de Jair Bolsonaro ocorre porque o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, se comprometeu a pagar à ex-primeira-dama um salário idêntico ao de deputados federais e senadores, e o equivalente aos ganhos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a Bolsonaro. Os valores hoje são iguais.

TABLADO

Fotos Eny Miranda/Divulgação

O diretor do Sesc SP, Danilo Santos de Miranda, e a apresentadora Marília Gabriela **1** compareceram à estreia da peça "A Cerimônia do Adeus", realizada no Teatro Anchieta, do Sesc Consolação, em São Paulo, no sábado (8). Dirigido por Ulysses Cruz, o espetáculo tem a atriz Malu Galli **2** em seu elenco. A atriz Helena Ranaldi **3** prestigiou o evento

RETORNO O Ministério da Cultura (MinC) vai publicar nesta terça-feira (11) uma instrução normativa que desfaz algumas das mudanças que Jair Bolsonaro (PL) fez na Lei Rouanet, incluindo o cachê de artistas.

MONTANTE O governo do ex-presidente havia definido, por exemplo, um pagamento limite de R$ 3.000 por apresentação para artista solo—uma diminuição de mais de 93% no cachê que era permitido até então, de R$ 45 mil. Agora, esse valor será de até R$ 25 mil.

MONTANTE 2 A instrução normativa também estabelece cachê máximo de R$ 5.000 para músico de orquestra e R$ 25 mil para maestros. Na gestão Bolsonaro, esses valores eram de R$ 3.500 e R$ 15 mil, respectivamente. Além disso, define pagamento de até R$ 50 mil para grupos artísticos e bandas.

CONVERSA Pedidos de valores superiores poderão ocorrer, desde que aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Cnic.

MEMÓRIA O Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental) aprovou por unanimidade a abertura de processo de tombamento do Complexo do Ibirapuera.

MEMÓRIA 2 Enquanto o processo corre, nenhuma alteração pode ser feita no aparelho sem a anuência do conselho. O tombamento não impede a concessão do complexo à iniciativa privada, mas determina as mudanças e usos que poderão ser feitos no espaço.

MEMÓRIA 3 A concessão enfrenta resistência da sociedade civil. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) já disse que deseja desestatizar o complexo, mas preservando a função esportiva.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

À dir., Elizeth Cardoso, na rádio Mayrink Veiga, e Marta Rocha, à esq., em 1955 Acervo MIS-RJ/Divulgação

São coisas nossas

Continuação da pág. C1

"É o que acontece no Brasil entre os anos de 1930 e 1950, com agências de publicidade financiando e propondo programas", diz Lia Calabre. "É pelo rádio que chegam ao Brasil a Coca-Cola e o sabonete Gessy. Nesse caso, um interessante cruzamento de propaganda e utilidade pública, com estímulo de hábitos de higiene."

A consolidação do perfil de rádio brasileiro que conhecemos se deu a partir da legislação de 1932, no governo de Getúlio Vargas, quando se regulamenta a publicidade no meio. É o momento definitivo da rádio no Brasil para o jornalista e pesquisador Luiz Artur Ferraretto, autor do livro "Rádio: Teoria e Prática".

"Muitos tomam como marco uma demonstração da tecnologia feita em 7 de setembro de 1922, mas outras do tipo já haviam sido feitas. Antes da Rádio Sociedade, a Rádio Clube de Pernambuco já havia feito transmissões ponto-massa, ou seja de um lugar para várias pessoas", afirma.

O que não se contesta, porém, é a influência que a tecnologia exerceu sobre o país. As novelas, uma invenção cubana que já fazia sucesso na América Latina, estrearam aqui na década de 1940, desacreditadas—a primeira delas, "Em Busca da Felicidade", era transmitida de manhã, e não no horário nobre, à noite.

Já havia experiências como o radioteatro, mas não se apostava no sucesso de histórias seriadas. O roteiro de produções como "Em Busca da Felicidade" era adaptado do original cubano, mas ia além de uma simples tradução.

"A dramatização do restante da América Latina era um degrau acima do gosto brasileiro. Isso foi ajustado aqui, numa fórmula que deu muito certo e depois chegou à TV", afirma Calabre. "Dias Gomes e Janete Clair começaram no rádio e mais tarde acabaram ajudando a formatar as telenovelas. Uma parte significativa do que a nossa população conhece de dramaturgia é a dramaturgia televisiva."

Da mesma forma, o futebol traz o DNA do rádio em sua história. "No início dos anos 1930, o turfe era o esporte nacional", conta Ferraretto, o pesquisador. "O futebol cai no gosto popular por causa da rádio, colaborando para sua nacionalização a partir dos times do Rio e de São Paulo."

Na música, o veículo construiu ídolos como Carmen Miranda, as irmãs Linda e Dircinha Batista, Francisco Alves, Dorival Caymmi, Cauby Peixoto e Ângela Maria. Figuras como Almirante, que juntava o gosto pela pesquisa e o talento como comunicador, sedimentaram a história, chamando a atenção para nomes então vistos como da velha guarda.

"Na virada para os anos 1970, com o jogo pesado da indústria fonográfica, isso muda", afirma Calabre. "Nos anos 1930 e 1940, eram gravadas as músicas que davam certo no rádio, depois isso se inverte, com as gravadoras determinando o que ia tocar no rádio."

O uso político do rádio no governo Vargas foi intenso, sobretudo por meio de seu Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, criado em 1939. Antes, o rádio já havia sido usado como ferramenta de informação e contrainformação.

"Na Revolução Constitucionalista de 1932, as rádios paulistas falavam que o Rio estava perdendo, enquanto as emissoras cariocas diziam que as tropas do Rio entravam em São Paulo", conta Ferraretto, pontuando o que seria um uso político e tendencioso dessas concessões públicas.

A legislação e a fiscalização brasileiras, ressalta Calabre, sempre estiveram mais voltadas para regular aspectos técnicos do que se ater ao conteúdo do que é transmitido. Esse é um dos desafios que se apresenta para o futuro do veículo, afirma—pensar sua sobrevivência no mundo digital sem esquecer a responsabilidade de uma concessão pública.

"O digital traz uma agilidade do rádio. O Repórter Esso durava cinco minutos cravados. Conseguiu assim duas décadas de absoluto sucesso. A morte do rádio já foi anunciada diversas vezes, mas ele se reinventa, em formatos como o podcast", diz a historiadora.

Parte dessa história do rádio brasileiro, que começa nos anos 1920 e se estende para as especulações do futuro, aparece em duas exposições no Museu da Imagem e do Som de São Paulo—"Rádio no Brasil", uma retrospectiva da trajetória do meio, e "Padre Landell: O Homem que Inventou o Futuro", sobre o pioneiro nas experiências com o veículo.

"Temos um rádio doméstico de 1925, um dos primeiros a serem comercializados no Brasil", diz Renan Daniel, gerente cultural do MIS, que chama atenção também para um áudio da exposição. "Em 1964, no dia do golpe militar, o editorial do Repórter Esso foi proibido de ser veiculado. Muitos anos depois, o jornalista responsável, em depoimento ao museu, leu o texto preparado para aquela ocasião."

O MIS do Rio promoveu também uma ampla mostra sobre o tema. "Tivemos a história do veículo presente nas fotos de Augusto Malta e um recorte de personagens negros que construíram o rádio brasileiro", afirma Cesar Miranda Ribeiro, presidente do MIS carioca. "Que o rádio dure mais cem anos e que as novas mídias permitam um acesso a todo esse material feito até hoje."

Rádio no Brasil
Museu da Imagem e do Som - av. Europa, 158, São Paulo. De ter. a sex., das 11h às 20h. Sáb. e dom., das 10h às 19h. Até 16 de abril. Livre. Grátis

Caco Barcellos diz que ainda é cedo para avaliar como será governo Lula

Jornalista, que lança nova temporada do Profissão Repórter, afirma ter uma esperança que a desigualdade diminua

Guilherme Luis

SÃO PAULO Caco Barcellos conhece bem o Brasil, mas quer esmiuçar ainda mais o país. Na nova temporada do Profissão Repórter, que estreia nesta terça-feira, ele e sua equipe de jovens repórteres vão rodar o país num motorhome, uma espécie de van superequipada, para investigar como o país pode se tornar mais sustentável, desenvolvido e justo.

Barcellos quer ficar no tête-à-tête com a população, como faz desde que iniciou sua carreira, há 50 anos. "A gente depende dos outros. Se não estabelecermos uma relação de confiança com as pessoas que abrem as portas de suas casas, não conseguimos fazer do jeito que achamos fundamental."

Ele diz que aderir ao motorhome foi um acerto porque a chegada da equipe às cidades agora causa mais estardalhaço do que nunca. Dessa forma, a trupe de jovens jornalistas atrai mais e mais histórias.

"A gente dificilmente prioriza falar com governantes, por exemplo. Ouvimos mais as pessoas que sofrem ou desfrutam das consequências dos atos dos políticos", diz Barcellos.

Esta será a primeira temporada do Profissão Repórter exibida durante o novo governo de Lula, do PT, que derrotou Jair Bolsonaro nas eleições passadas. O jornalista pisa em ovos ao ser questionado sobre suas expectativas para o mandato do petista.

"Espero que a gente mude este cenário de desigualdade gigantesca. Mas vou ficar observando os acontecimentos para orientar o nosso trabalho", afirma. "Estaremos atentos a como qualquer ação se reflete nas famílias brasileiras. Acho que é muito cedo para falar do novo governo."

A desigualdade é um tema que o jornalista acompanha de perto desde que o programa estreou, em 2006, como um quadro do Fantástico. É uma matemática que desafia cada vez mais o Brasil, diz ele.

"A concentração de renda se radicalizou. Fiquei impressionado porque, na pandemia, 20 brasileiros entraram para uma lista de bilionários enquanto os pobres representam quase 30% da população do país. Estamos entre as nações mais injustas do mundo, e é impossível fazer jornalismo ignorando esta realidade."

Outra pauta que Barcellos examina com lupa no Profissão Repórter é a violência. Não à toa, o jornalista já foi hostilizado e até agredido enquanto fazia uma reportagem. Mesmo assim, ele conta que até hoje se impressiona ao ler notícias da crueldade humana.

O jornalista Caco Barcellos, que comanda o programa Profissão Repórter Gabriel Cabral/Folhapress

"São sinais de uma sociedade adoecida", diz o jornalista, sobre os ataques numa escola e numa creche que aconteceram nos últimos dias. "O Estado violento e essa polícia que mata tanto estão dando exemplos. Se as autoridades podem fazer isso, imagina o que um menino vai pensar? Encantamento por arma contamina. Temos que refletir sobre a indústria do armamento."

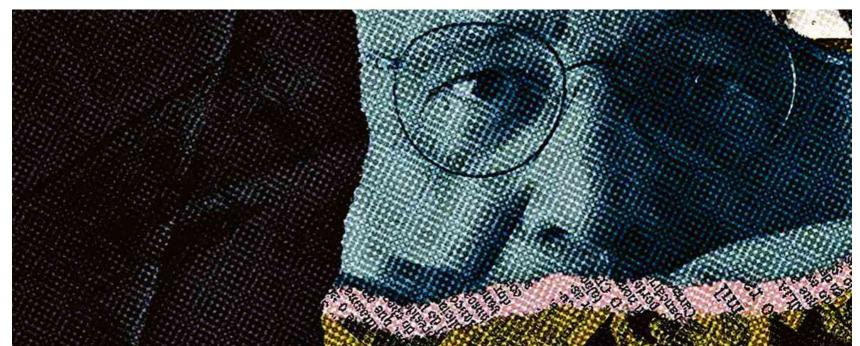
Violência policial é tema de seu livro "Rota 66", que investiga a relação entre uma série de assassinatos cometidos sem explicação por um esquadrão da morte dentro da Polícia Militar de São Paulo. A obra é tida como referência nas faculdades de jornalismo.

No ano passado, o livro virou série pelo Globoplay com Humberto Carrão no papel do jornalista. A produção trata também da vida pessoal de Caco Barcellos, de 73 anos, que às vezes se arrepende de dar atenção demais ao trabalho.

"Gostaria de ter participado muito mais de perto das histórias dos meus filhos. Acabei de chegar de uma passagem de 16 dias na Amazônia, em lugares que não dá para estabelecer contato com facilidade. Isso não é o meu sonho, mas é o preço."

Trata ainda das dificuldades que ele teve em sua vida amorosa, tema que voltou a debater no ano passado, quando viralizou nas redes sociais com um semblante abatido ao contar a Ana Maria Braga, no Mais Você, que tinha rompido com a namorada. Muita gente o perguntou se o namoro tinha sido reatado, ele conta. A torcida deu resultado — os dois estão juntos de novo.

Mas Caco Barcellos garante ser o mesmo de sempre. Diz que, para ele, o bom mesmo é contar as histórias dos outros.

Profissão Repórter - Pra Onde, Brasil
Estreia nesta terça-feira (11), às 23h50, na TV Globo

Retrato do jornalista Jorge Bastos Moreno em colagem para o cartaz do seriado documental 'O Repórter do Poder' Divulgação

Série sobre Jorge Bastos Moreno é ruim e só interessa a amigos

STREAMING
O Repórter do Poder
★★☆☆☆
Brasil, 2023. Direção: Patrícia Guimarães e Letícia Muhana. Livre. Disponível no Globoplay

Mauricio Stycer

Por que o repórter de política e colunista Jorge Bastos Moreno é tema de um documentário no Globoplay? Essa questão essencial fica sem uma resposta adequada ao final do maçante "O Repórter do Poder", uma série dividida em quatro episódios com quase duas horas de depoimentos sobre o jornalista.

Nascido em 1954, em Cuiabá, em Mato Grosso, Moreno atuou profissionalmente entre meados da década de 1970 e 2017, quando morreu, aos 63 anos. A maior parte de sua carreira foi no jornal O Globo, inicialmente em Brasília, depois no Rio de Janeiro.

No Jornal de Brasília, onde começou, ganhou notoriedade ao ouvir da boca do general João Figueiredo que ele seria o sucessor do general Ernesto Geisel na Presidência do Brasil. A informação já era de conhecimento geral nos bastidores, mas ainda não havia sido confirmada publicamente.

Desde cedo, em Brasília, Moreno se notabilizou como um repórter de excelente trânsito entre os políticos e, inclusive, uma figura querida entre os colegas.

Era quase um produtor de eventos, na descrição dos jornalistas e políticos que frequentaram a sua casa. Mas e daí? Qual é o interesse disso?

"O Repórter do Poder" até levanta a bola, mas não vai fundo numa questão presente a todo momento na série. Até que ponto o acesso conquistado com muita camaradagem limita a capacidade do profissional de tratar criticamente as fontes? Quais são os limites éticos da relação do jornalista com a fonte?

Poucos repórteres tinham tanto acesso a Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, por exemplo, no período da redemocratização quanto Moreno.

Ele próprio diz que um dos segredos dessas boas relações era o respeito à privacidade, sugerindo que guardava para si muito do que via e observava. Diz ainda que tinha consciência de que as duas raposas, nas suas palavras, só falavam o que queriam.

Quem melhor enfrenta essas questões é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Se você não tiver a capacidade de lidar com a imprensa, você está perdido no mundo democrático. A imprensa faz uma boa parte do jogo do poder. No bom sentido." "Você só entende o jogo se tiver bons informantes. E você só tem bons informantes se você também os informar", acrescenta.

Sobre Moreno, especificamente, FHC dá a entender que passava recados por meio do jornalista. "Ele tinha acesso a pessoas de difícil acesso. Ele dava informação e usava informação. Parecia que não, mas ele era peça do jogo político."

A palavra promiscuidade é mais de uma vez citada na descrição desse tipo de relação entre políticos e jornalistas, mas sempre em tese, nunca relacionada à atuação de algum profissional específico. Amigos e colegas ressalvam que Moreno não deixava de publicar o que tinha de ser publicado.

Ao avançar sobre detalhes da vida pessoal de Moreno, a série explicita ainda mais o seu desinteresse. Quem está curioso em saber se o jornalista era gay ou não? Ou que ele levava prostitutas para o seu apartamento? Ou que ficou de coração partido quando Monica Waldvogel disse que não queria nada com ele?

Nesses momentos, "O Repórter do Poder" deixa claro que é uma série destinada a um pequeno grupo de conhecidos de Moreno. Esse tom provinciano é evidenciado no último episódio, quando a diretora Leticia Muhana promove um encontro de figuras próximas do jornalista.

Profissionais de diversas gerações e artistas tagarelam amenidades sobre Moreno. São conversas com baixíssimo grau de interesse para a grande maioria dos espectadores, mas que certamente vão alegrar fãs e amigos.

Brian Cox diz que grande surpresa de ‘Succession’ é muito corajosa

Ator, que vive Logan Roy, comenta os eventos explosivos recentes da série e os próximos planos de sua carreira

Austin Considine

THE NEW YORK TIMES Este texto contém spoiler. No final, ele morreu da mesma maneira que viveu abruptamente e sem cerimônia, suspenso entre dois mundos, um pai distante dos filhos rejeitados e desorientados. Logan Roy está morto, depois de cair de joelhos sobre o vaso sanitário de seu jato executivo, no episódio desta semana na temporada final de “Succession”, da HBO.

Foi um evento que qualquer fã de “Succession” sabia que provavelmente aconteceria algum dia —o primeiro esbarrão de Logan com a morte, por derrame, veio no episódio piloto da série— mas, paradoxalmente, talvez não o esperassem tão cedo. O episódio de domingo foi apenas o terceiro de dez nesta temporada.

Brian Cox, que durante mais de três temporadas viveu Logan com ferocidade mercurial, pareceu tão surpreso quanto qualquer espectador ao saber que o seu personagem estava destinado a uma morte tão rápida. Em uma conversa por vídeo, ele descreveu ter recebido a notícia do criador da série, Jesse Armstrong.

“Ele me telefonou, e disse ‘Logan vai morrer’”, contou Cox. “E eu pensei que tudo bem. Imaginava que ele morreria no episódio sete ou oito, mas no episódio três. Parecia um pouco cedo, eu pensei.”

Aos 76 anos, Cox é de fato um titã, embora de um tipo diferente. Nascido no Reino Unido e ator renomado de teatro shakespeariano, ele recebeu prêmios Laurence Olivier e foi nomeado comandante na Ordem do Império Britânico.

E, no entanto, Cox mergulhou de cabeça no que se tornou o papel definidor da carreira, daqueles que levam desconhecidos a implorar que ele faça uma ceninha. Isso quando não se apavoram.

Na conversa, Brian Cox foi mais caloroso e generoso do que o personagem, se bem que igualmente rápido ao dar opiniões fortes acompanhadas de um dilúvio de palavrões.

*

Foi um fim abrupto para um personagem titânico. O que você acha da maneira em que Logan morreu? Bem, eles tiveram de acabar de alguma forma, e a escolha foi de Jesse. Já o disse antes e repito que o problema de boa parte da televisão, especialmente a americana, é que ela ultrapassa a sua data de validade.

O melhor de Jesse e os roteiristas é que eles não pensariam fazer isso. Foi difícil para eles, porque nunca é fácil acabar com algo assim. E acho que Jesse ficou triste. Mas creio que há muitas razões para ter terminado. Aplaudo o fato de ele o ter feito. Foi corajoso porque todos adoram a série. Vá embora da festa quando está no auge, e não quando já estiver perdendo a sua força.

O adeus irlandês é uma tradição na minha família e, assim, posso respeitar essa forma. E é exatamente isso que dá força à série. Basta pensar em “Game of Thrones”, naquele período em eles não sabiam o que estavam fazendo, no final, e tiveram um desfecho que não foi realmente satisfatório. E o público ficou furioso. O público [de “Succession”] podia ficar furioso; podia sentir falta de Logan e dizer “como é que você mata um dos personagens mais interessantes?”. Mas, por mim, tudo bem. Tenho outras coisas. Vou voltar ao teatro. Espero dirigir o meu primeiro filme na minha velhice. Vou fazer “Long Day’s Journey Into Night”, em Londres [no ano que vem].

O que pensa da morte de Logan Roy como um episódio condutor do enredo da série? Muda imediatamente as apostas, certo? Muda, de fato, as apostas. O protagonista principal desaparece. E os filhos têm de lidar com isso, ou não. Penso que vai ser difícil para muitos dos espectadores na próxima semana, porque vão sentir falta de Logan. E não acho que isso seja mau. Acho que é realmente uma coisa muito boa.

Logan estava chegando a um ponto de parada, de qualquer maneira. Ele percebeu que os seus filhos nunca seriam como ele. Há um diálogo fantástico, quando diz “amo vocês, mas vocês não são pessoas sérias”. Penso que isso é fundamental. Toda a premissa é realmente sobre os privilégios dos ricos e o fato de ele ter lavrado aquele sulco específico. E as consequências da lavoura são aquelas crianças e o quanto elas são [ele usa um termo impublicável], não necessariamente por causa dele, e sim por causa da riqueza. Todos sofrem de excesso de privilégio, de muitas maneiras.

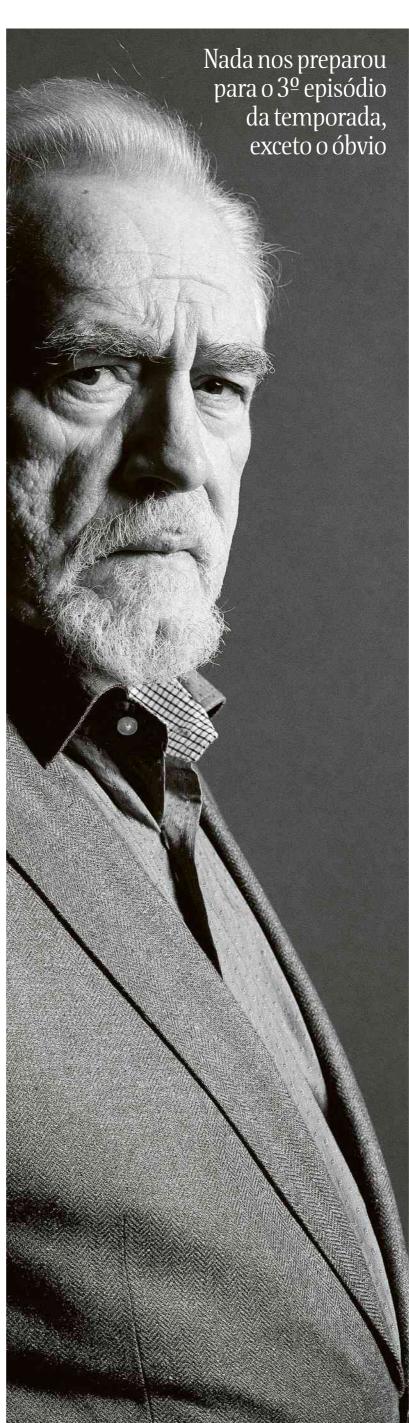
Sente que existe alguma bondade em Logan Roy? Penso que há muita bondade nele. Penso que é muito incompreendido. Acho que tudo correu horrivelmente mal. Temos aqueles pequenos momentos de traição, e eles não são muito mencionados, as cicatrizes nas costas, a história da mãe, da irmã, da relação com o irmão. E é aí que ele se torna ser humano, porque está cheio de fraquezas e de todos os problemas que todos nós temos no dia a dia e de todas as decisões horríveis que tomamos ou não tomamos.

E é isso que nós [como atores] fazemos. Refletimos, mas não somos, aquilo. E penso que muitos atores não compreendem o fato, a responsabilidade dessa posição.

Um problema real da América —e penso que é também disso que trata a nossa série— é que ela só está interessada na busca do individualismo à custa da comunidade. Quando você contempla o teatro europeu, tudo tem a ver com comunidades e grupos que deitaram raízes e continuam a cavar ano depois de ano.

A América não tem feito isso. É o conjunto, a comunidade, que é importante em qualquer projeto em que você esteja trabalhando como ator. É preciso criar a comunidade e se comportar em relação à comunidade; não se trata do seu lado, mas do todo. Não é usar a desculpa que você só pode fazer as coisas de uma maneira. Tenho de fazer isso; mas só posso fazer de uma forma.

Isso me deixa [ele usa um palavrão]. É uma droga em [ele usa outro palavrão] absoluto. Venha conosco. É um jogo.

Tradução de Paulo Migliacci

O ator Brian Cox Vincent Tullo/The New York Times

OPINIÃO

Nada nos preparou para o 3º episódio da temporada, exceto o óbvio

Luciana Coelho

Secretária-assistente de Redação da **Folha** e colunista da Crítica Serial

SÃO PAULO Raros são os personagens recentes que deixam marca tão forte no público quanto a do milionário bocasuja à frente de um conglomerado de mídia interpretado por Brian Cox na saga familiar “Succession”. Após o episódio de domingo, estamos todos órfãos de Logan Roy —desconcertados como Kerry, intrigados e temerosos como Tom, perdidos como Connor.

Ponto para o roteirista Jesse Armstrong, essa memória será incrustada de vez graças aos 40 minutos de angústia que passamos ao lado de Ken (Jeremy Strong), Rome (Kieran Culkin) e Shiv (Sarah Snook) tentando digerir a notícia, entregue sem nenhuma pompa ou possibilidade de ação.

Em uma série que nos apresenta roteiro e atuações de nível incomum, trata-se de uma das sequências mais geniais, esplêndida e vulgar a um tempo: jaz o magnata irascível, que acabara de selar destinos alheios, entre vida e morte após um mal súbito no banheiro minúsculo em pleno ar, sem nada que o ajude, médico, aparelhos, amor, bajulação, poder, conhecimento, nada.

A não ser uma triste massagem cardíaca, inócua, “porque a tripulação é obrigada a seguir o protocolo”. Para uma série cujo pano de fundo é a vida dos ultrarricos à luz de certo exotismo, não deixa de ser uma ruptura e tanto.

Nós, espectadores, somos deixados no mesmo estado de abandono e incredulidade de seus filhos. Estes, mais uma vez, ficam obrigados a parar as próprias vidas sem pista do que fazer para atender ao pai, seu desejo maior.

Como se, sem ele, sem poder conseguir a validação paterna, qualquer gesto para comandar a empresa (ou mesmo a empresa) fosse inútil.

É claro que em uma produção intitulada “Succession” é esperado que o patriarca morra, pois sem isso não há sucessão. “Mas tão cedo?”, perguntam-se fãs e comentaristas que pareciam esperar de Logan uma saída de cena digna de “Rei Lear”: a morte do patriarca, sim, que afinal é pivô da trama, porém precedida pela de toda a prole.

A desordem que se põe em curso parece ser suficiente para segurar os sete episódios restantes, assim como a grandeza de seus coprotagonistas, os filhos. As interpretações de Strong, Culkin e Snook em seu recém-experimentado luto são assombrosas, nada menos que isso.

O desalento, a insegurança e a incapacidade de relevar dos dois mais lógicos (Ken e Shiv) em contraponto à ambivalência do irmão do meio, o único disposto a olhar o cadáver do pai, e talvez o mais maltratado por ele, são filmados com ultrarrealismo pelo diretor Mike Mylod. Ficam palpáveis em cada inspiração ofegante, cada tremer de mãos, cada palavra faltante, a ponto de nos jogarem no limbo familiar que são os Roy sem que haja pausa lógica, “mas essas pessoas não são reais”, porque naquele momento elas são, e eis a grandeza dessas interpretações.

Se daqui por diante “Succession” for essa montanha-russa que foi o último episódio, nos quais os coadjuvantes (Matthew Macfadyen, Nicholas Braun, Alan Ruck e J. Smith-Cameron principalmente) também competem por nossa atenção como competiam pelas graça de Logan, e na qual o roteiro não deixa sobrar uma frase, uma cena, uau, que série teremos visto.

Para isso, era preciso que Logan/Cox saísse de cena, com sua imensidão shakespeariana, com sua sombra que a todo mundo sorve. Os herdeiros (e os espectadores) esperaram 31 episódios por este momento, e ainda assim nada nos preparou para ele. Que roteiro.

Pobres corações infelizes

Bruxa de 'A Pequena Sereia' não mente sobre mulheres deverem se calar

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

A vida não é um conto de fadas. É essa é a moral oculta —e profundamente irônica— de qualquer conto de fadas. Era a intenção inicial, pelo menos.

Acontece que esses contos foram sendo exaustivamente reescritos e empobrecidos simbolicamente. Em parte, por causa do patriarcado, em outra parte, em nome do que chamamos de politicamente correto.

Acabo de ver uma reportagem sobre o lançamento do live-action de "A Pequena Sereia" que ilustra perfeitamente esse processo. Eis que o compositor da trilha original deu entrevista dizendo que alterou a letra de algumas músicas da clássica animação dos anos 1990, que teriam conteúdo sexista.

Uma das canções é a música tema da vilã Úrsula, a Bruxa do Mar, "Pobres Corações Infelizes". Refrescando a memória das leitoras, Ariel está em pé de guerra com o pai autoritário e procura a Bruxa do Mar.

Úrsula promete transformá-la em humana, com uma condição: Ariel precisa perder a a voz se quiser fazer parte do mundo dos homens —e a nomenclatura para designar a sociedade não tem nada de boba.

É a deixa para a controversa canção, cujos trechos mais emblemáticos são: "O homem abomina tagarelas/ garota caladinha ele adora!/ Se a mulher ficar falando o dia inteiro fofocando/ O homem se zanga, diz adeus, e vai embora". "Sabe quem é mais querida? É a garota retraída! E só as bem quietinhas vão casar."

Infelizmente, a bruxa não está mentindo para Ariel. E chegar a essa conclusão não significa que concordamos com ela.

Mas fato é que a nossa sociedade, e os homens, ainda incentivam e enaltecem a submissão do feminino.

Não é acaso que a principal característica de Ariel, heroína da história, é a insubmissão.

É ela que se apresenta como uma inspiração para as meninas que assistem ao filme, e não a vilã. Até porque o trágico final de Úrsula comprova que a história não acaba nada bem para mulheres que pensam como ela. Mais didático que isso, impossível.

Essa música funciona como lição fundamental para Ariel. A sereia realmente acha que vai experimentar liberdade fora do reino do pai que só existe na cabeça dela.

A canção não destrói o sonho de Ariel, mas a prepara para o que está por vir. O mesmo vale para as pequenas espectadoras, que se põem em seu lugar.

É irônico que essa mensagem acabe sendo levada justamente por uma onda feminista.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Série investiga as mortes ao redor do criador de um jogo e sua família

Morte no Vale do Silício

HBO Max e Discovery+, 16 anos

Poucos dias depois da estreia do filme "Tetris" no Apple TV+, chega ao streaming esta minissérie documental em três episódios sobre as mortes brutais do russo Vladimir Pokhiko, cocriador do videogame "Tetris", sua mulher e seu filho. Ocorrido em 1988 nos Estados Unidos, o caso foi considerado um par de assassinatos seguido por um suicídio, mas uma nova descoberta na história sugere outra possibilidade.

Partido Alto

Globoplay, 10 anos

Exibida pela Globo em 1984 e nunca mais reprisada, a novela de Aguinaldo Silva e Gloria Perez chega na íntegra à plataforma. O samba tem papel de destaque na trama estrelada por Betty Faria, Gloria Pires, Raul Cortez, Elizabeth Savala e Susana Vieira.

O Mistério do Samba

Canal Brasil, 19h45, 14 anos

O centenário da escola de samba carioca Portela é marcado pela exibição do documentário dirigido por Lula Buarque e Carolina Jabor. A cantora Marisa Monte, que coproduziu o filme, participa, ao lado de integrantes da Velha Guarda da escola.

Grey's Anatomy

Sony Channel, 21h, 16 anos

A cirurgiã Merdith Grey, interpretada pela atriz Ellen Pompeo, deixa o Grey Sloan Memorial Hospital e a série que leva seu nome, neste episódio inédito da 19ª temporada.

Brian e Charles

Telecine Cult, 22h, 12 anos

Um homem solitário inventa um robô para fazer companhia para ele. Mas o androide cria vida própria e se torna difícil de controlar. Comédia britânica inédita no Brasil.

Provoca

Cultura, 22h, 10 anos

O empresário e ex-banqueiro Eduardo Moreira conta como sua experiência de morar com o MST mudou sua visão sobre a esquerda, e afirma que o ex-ministro Paulo Guedes tratava mal os seus subordinados.

Modigliani e Seus Segredos

Curta!, 22h30, livre

De estilo inconfundível, o pintor e escultor italiano Amedeo Modigliani tem sua vida e obra revisitadas neste documentário com direção do cineasta Jacques Loeuille.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

	8						7	
			7	4	8			5
					9	1		3
				9		6	1	2
1	2	4		5				
8		1	9					
2			1	3	6			
	4						2	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

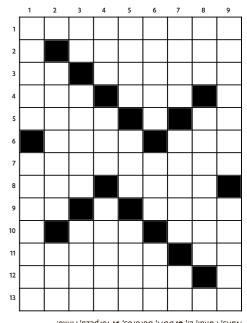
6	8	5	3	1	2	4	7	9
9	1	3	7	4	8	2	6	5
4	7	2	5	6	9	1	8	3
5	3	8	4	9	7	6	1	2
7	6	9	2	8	1	3	5	4
1	2	4	6	5	3	8	9	7
8	5	1	9	2	4	7	3	6
2	9	7	1	3	6	5	4	8
3	4	6	8	7	5	9	2	1

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Pintor e gravador holandês (1606-1669), um dos maiores de todos os tempos **2.** Diz-se de vegetal abundante em medula **3.** Caetano Veloso, músico / Compreender **4.** Jogo (de ferramentas) / Abreviatura de observação **5.** Cidade da Grã-Bretanha, às margens do Ouse / O nome da letra B **6.** O Buñuel (1900-1983), cineasta espanhol / Na do rio Amazonas se localiza a ilha de Marajó **7.** Nova prisão **8.** Sufixo diminutivo masculino / Tubo para água, fios etc. **9.** Naquele lugar / A peça roliça usada para pescar **10.** (-te-vi) Pássaro / Imposto sobre Operações Financeiras **11.** Diz-se de vento que sopra da terra para o mar / A última nota musical **12.** Militar com graduação superior à de aspirante **13.** Que envia para outro ponto.

VERTICAIS

1. Um boxeador do cinema / O encarregado de expor os fatos **2.** Uma das cores do arco-íris / A sexta letra do alfabeto **3.** Abreviatura de meritíssimo / Um jogo de cartas disputado por duas duplas / Tecido grosso e resistente usado em calças, aventais etc. **4.** Apelido para Beatriz / Marca de carros / Obrigado, em francês **5.** Que sofreu estrago / Serviço de Proteção ao Crédito / Com adição de **6.** Uma justificativa para o acusado de um crime / Trem de Alta Velocidade / Precede Vegas, nos EUA **7.** Em uns / Órgão que deve zelar pelos índios / O símbolo do lítio, elemento químico usado em ligas metálicas **8.** Débito Direto Autorizado / Grande tribo do MT **9.** Imoralidade repugnante / Preso, unido.

HORIZONTAIS: 1. Rembrandt, **2.** Mioludo, **3.** CV, Atinar, **4.** Kit, Obs, **5.** York, Bê, **6.** Luis, Foz, **7.** Recaptura, **8.** Eto, Cano, **9.** Lá, Vara, **10.** Bem, IOF, **11.** Terral, Si, **12.** Oficial, **13.** Remissivo. **VERTICAIS: 1.** Rocky, Relator, **2.** Violeta, Efe, **3.** MM, Truco, Brim, **4.** Bia, Kia, Merci, **5.** Roto, SPC, Mais, **6.** Álibi, TAV, Las, **7.** Nuns, Funai, Li, **8.** DDA, Bororós, **9.** Torpeza, Afixo.

Angelo Abu

A esquerda no divã

Segundo Susan Neiman, o movimento 'woke' adotou as ideias da direita

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Há certas palavras do léxico político da esquerda que desapareceram da paisagem.

Povo é uma delas. Classe é outra. Trabalhador idem. E até pobreza e miséria. Onde estão esses conceitos?

Não na esquerda "woke", mais interessada nos dramas da identidade, do racismo estrutural e das questões de gênero.

Ironicamente, o povo só existe na retórica da direita populista. Não admira que muitos dos antigos eleitores de esquerda estejam a migrar para essas águas, pelo menos nos Estados Unidos e na Europa.

Talvez seja por isso que Susan Neiman, ilustre filósofa de esquerda, se viu na necessidade de escrever o ensaio "Left Is Not Woke", publicado pela Polity.

O título é enganador, aviso já. Susan Neiman concede que a esquerda "woke" participa das mesmas emoções da esquerda tradicional. A empatia com os marginalizados, a indignação contra os opressores, a vontade de corrigir erros históricos —tudo isso está lá.

O problema é que a esquerda "woke", para atingir esses objetivos, comete dois pecados capitais. O primeiro é abandonar as ideias tradicionais da esquerda. O segundo é adotar as ideias tradicionais da direita. Essas duas traições estão profundamente interligadas.

O primeiro abandono está na recusa do universalismo e na defesa do tribalismo.

Quando olhamos os últimos 250 anos, foi a direita que marchou contra o universalismo, defendendo concepção moral e política particularista.

Como dizia Joseph de Maistre, inestimável reacionário, existem franceses, italianos, russos e até, graças a Montesquieu, persas. Mas a ideia de que existe "o homem", figura abstrata, é só absurda.

Uma das grandes conquistas da esquerda foi defender uma concepção de humanidade que se situava acima da tradição ou do privilégio. Se todos somos seres humanos, isso significa que todos participamos em pé de igualdade da teia de direitos e deveres que a lei determina.

A esquerda "woke" quebra a pretensão universal, tribalizando discussão e luta políticas.

Mas o abandono continua acontecendo com a substituição de justiça por poder.

Aqui, a influência de Michel Foucault é imensa: se tudo é definido pelas relações de poder que existem na sociedade, falar de justiça não passa de retórica vã e até perversa, destinada a perpetuar a opressão.

A política é uma forma de guerra. E, como acontece na guerra, a distinção fundamental é entre "amigos" e "inimigos". Essa ideia, popularizada por Carl Schmitt, o famoso jurista do Terceiro Reich, reduz a política a uma luta mortal pelo poder, desprezando-se pelo caminho o papel da razão na busca de soluções exequíveis e de reformas necessárias para os problemas sociais.

A esquerda woke foi capturada por esse estranho casamento entre Foucault e Schmitt, abandonando o racionalismo que a define desde o Iluminismo por uma forma de niilismo que era coutada exclusiva da direita mais radical.

Por último, a esquerda "woke" abandonou também a própria ideia de progresso. Isso se explica por um pessimismo antropológico que, uma vez mais, tem a marca da direita.

Se a história é tão só uma lista de barbaridades que continua até o presente, a esquerda "woke" parece cega para os progressos reais, tangíveis, que a esquerda não "woke", apesar de tudo, conseguiu.

Exemplo: por mais problemático que seja o racismo nas sociedades contemporâneas, ele era bem pior cem anos atrás, ou 200 anos atrás, ou 300 anos atrás.

A incapacidade de pensar de forma gradativa, quer em relação ao passado, quer em relação ao futuro, encerra a esquerda woke em um pesadelo permanente do qual é virtualmente impossível de se sair.

Fato: discordo de vários dos argumentos avançados por Susan Neiman. Para começar, creio que a apresentação que ela faz da direita é caricatural e terrivelmente a-histórica.

Por cada reacionário que ela apresenta —Maistre, Schmitt etc.— contra as ideias de universalismo, justiça ou progresso, eu posso contrapor vários pensadores de direita —Disraeli, Churchill etc.— que não teriam problemas em defender cada um desses princípios.

Além do mais, na ambição de apresentar uma única esquerda não "woke", Neiman parece ignorar as várias esquerdas que, herdeiras do Iluminismo, acabaram por ter diferentes destinos —do marxismo-leninismo à social-democracia. Nem todas são recomendáveis.

Seja como for, o seu ensaio é uma contribuição notável para que a esquerda contemporânea faça um pouco de autoanálise e, a partir daí, evite as más companhias.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Ritchie celebra os 40 anos de 'Voo de Coração' com único show em SP

Autor de 'Menina Veneno', o britânico prepara apresentação especial com destaque para o seu disco de estreia

Felipe Maia

RIO DE JANEIRO O abajur é cor de carne. Isso não está aberto a discussão. "Chegou ao ridículo de me falarem que eu estava cantando a música errado", lembra o cantor Ritchie.

Autor de "Menina Veneno", o britânico foi vítima de uma espécie de fake news há alguns anos. Diziam que a cor do tal abajur era carmim. "Musicalmente, carmim nem rola", afirma ele, teorizando sobre métricas do português com um sotaque britânico sutil.

Aos 70, Ritchie celebra neste ano as quatro décadas do lançamento de seu disco de estreia, "Voo de Coração", que o alçou ao topo das paradas brasileiras e será revisitado em maio, em apresentação única em São Paulo, no Cine Joia.

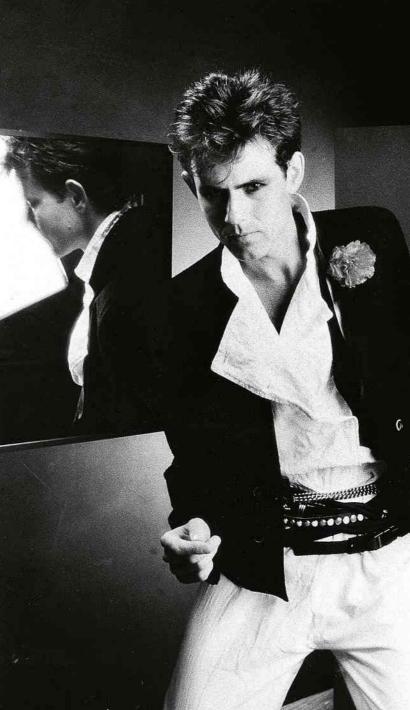
"É a volta de quem não foi, porque sigo fazendo meus shows, mas discretamente", diz. "As pessoas querem ouvir os hits, e estou no palco para servir. Quem sou eu para levar todos para passear num bosque que não conhecem?"

O que Ritchie abre a debate, ao contrário da cor de carne, é a interpretação sobre a tal menina veneno. Há ali um apanhado de referências que vai dos ruídos que sua filha, um bebê à época, fazia ao subir a escada de seu duplex em São Conrado até conceitos da psicologia junguiana e uma placa de caminhão, de onde saiu o título da canção.

"A menina veneno tem um pouco de femme fatale, de Lorelai, de sereia. Queria uma música sobre uma manifestação de sonho", conta ele. "Cor de carne é a carne do Carnaval, a carne de 'A Carne é Fraca', a carne da pele, e o Brasil tem muitas cores", afirma.

A história do disco também é onírica. Em 1983, Ritchie ganhava a vida como professor de inglês e se jogava como músico em projetos esparsos. Frequentava os círculos musicais cariocas e paulistanos, gente que conhecera por intermédio de Rita Lee —amiga des de Londres. Ele chegou a lançar um álbum com a Vímana, banda que integrava ao lado de Lulu Santos e Lobão. "A gente era pretensioso", diz. "Queríamos ser o Yes, o King Crimson."

Outro parceiro era o poeta Bernardo Vilhena, com quem escreveu "Menina Veneno" em apenas 20 minutos. O artista gravou a canção e bateu à porta de gravadoras para vender o projeto. Amargurou negativas. O primeiro contrato veio por um desses acasos da música, quando Fernando Adour, arranjador de Roberto Carlos, ouviu de soslaio a música do jovem, e o diretor da CBS, Toma Muñoz, topou o contrato.

O álbum foi lançado no início de 1983 e chegou ao título de Disco de Ouro em apenas duas semanas depois do lançamento. "Naquele ano, vendi mais que Michael Jackson com 'Billie Jean'", lembra.

O cantor Ritchie em fotografia de 1985 Reprodução

"Voo de Coração" é um disco entre mundos, não só porque ali reside um britânico culto que se apaixonara ainda jovem pelo Brasil, em 1973. O álbum soa tardio para as invencionices do rock que ecoaram nos anos 1970, de Raul Seixas a O Terço, e tem ar antecipado para o synth pop que encharcou o rock nacional de 1980.

"Quando a gente embarcou na ideia do pop, a gente reduziu tudo aquilo", diz Ritchie. "Fomos em ideias mais digeríveis no disco, mas sem perder a coisa progressiva. Meu pop pode ser progressivo."

"Pelo Interfone" é uma balada romântica ritmada por uma batida de bateria eletrônica pré-definida. Já em "A Vida Tem Dessas Coisas", Ritchie acompanha a melodia de teclados que emulam pianos e cravos. Guitarrista da banda de rock progressivo Genesis, Steve Hackett faz parte do disco numa faixa que versa sobre hologramas e solidão.

"Steve Hackett era casado com uma brasileira e eu o conheci em 1980, num Carnaval em Itaipava", lembra Ritchie. "Pegamos uma guitarra emprestada do Lulu Santos para ele gravar 'Voo de Coração'."

O show terá faixas de outros momentos da carreira de Ritchie, como "Transas", da trilha sonora da novela "Roda de Fogo", de 1986, e "Shy Moon", composta com Caetano Veloso.

A apresentação também será uma comemoração do mais longo voo de Ritchie. Em 2022, o britânico completou 50 anos no Brasil e só então conseguiu um visto de residência por tempo indeterminado no país. "Sou um estranho no ninho. Sou um 'Englishman carioca'", afirma, parafraseando a música do conterrâneo Sting, "Englishman in New York".

Ritchie
Cine Joia - pça. Carlos Gomes, 82, São Paulo. Dia 25 de maio, às 20h30. 18 anos. R$ 220 a R$ 400

comida

O chef-churrasqueiro Jeferson Finger no restaurante Barbacoa do Itaim Bibi, região oeste de São Paulo Fotos Gabriel Cabral/Folhapress

Como preparar um churrasco em casa, por Jeferson Finger

- Comece a pensar no churrasco no dia anterior, fazendo a escolha das carnes e, se necessário, o descongelamento adequado, que deve sempre acontecer dentro da geladeira
- Esquematize também quais serão as outras receitas servidas, como acompanhamentos
- Calcule cerca de dois quilos de carvão para cada quilo de carne
- Escolha peças e cortes com bom marmoreio e boa capa de gordura
- Faça cortes de forma a obter fatias altas de carne, o que mantém a suculência e ajuda a controlar o ponto. No caso de picanha, bife de chorizo e ancho, por exemplo, os bifes devem ter em torno de quatro centímetros de altura
- Fique atento à temperatura da grelha. Independentemente da preferência de ponto, é importante manter a suculência da carne
- Tempere o churrasco só com sal, logo antes de grelhar. Deixe molhos e outros temperos à parte para cada convidado temperar a gosto

Conheça Jeferson Finger, que já serviu carne brasileira a xeiques

Chef da rede Barbacoa, paranaense virou embaixador do churrasco nacional

Nathalia Durval

SÃO PAULO O chef-churrasqueiro Jeferson Finger, à frente do restaurante Barbacoa, é do tipo que veste a camisa do trabalho. Até literalmente. Além de gerenciar a rede, especializada em carnes, ele costuma ir todos os dias à matriz, no bairro paulistano do Itaim Bibi, põe o uniforme —uma camisa branca com o símbolo pequeno de um boi—, recepciona os clientes, serve os cortes de carne e limpa as mesas do salão.

Acompanha, ainda, as peças que chegam ao açougue pela manhã, vistoria o churrasco na grelha e treina a equipe de atendentes. Faz uma pausa às 15h, quando a cozinha interrompe o atendimento, e volta às 18h, para um segundo round. Quando não está por lá, é porque está visitando os outros restaurantes espalhados na capital paulista. A folga é apenas aos sábados.

Finger ainda consegue ser visto viajando com frequência para vários cantos do mundo, assando picanha e filé-mignon a xeiques árabes e roqueiros como o guitarrista Slash, da banda Guns N' Roses —a quem convidou pessoalmente para ir à sua churrascaria numa das ocasiões em que o músico tocou em São Paulo.

Muitas das figuras célebres que ele já serviu dão as caras em seu perfil no Instagram, que soma 52 mil seguidores.

O paranaense de 45 anos virou uma espécie de embaixador do churrasco brasileiro.

Além de comandar o Barbacoa, rede de churrascarias que tem unidades no Brasil, no Japão e na Itália, ele é responsável por coordenar degustações e jantares em outros países sob o guarda-chuva da Abiec, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, da qual ele faz parte desde 2001.

O chef diz que já apresentou o corte brasileiro em 27 países, como Emirados Árabes, China, Singapura, Alemanha, Irã e França.

Essas degustações costumam ser feitas em feiras internacionais ou em jantares em hotéis e embaixadas. Em fevereiro, Finger diz que chegou a servir uma tonelada de picanha em Dubai num evento da associação. Um de seus maiores jantares reuniu 7.000 pessoas no Palácio do Eliseu, na França, a residência oficial do presidente daquele país.

Picanha servida no rodízio da churrascaria

Ele costuma cuidar pessoalmente de todo o processo, da seleção da carne à grelha. Segundo diz, o churrasco brasileiro tem boa aceitação do público. "Somos muito bem vistos lá fora e bem recepcionados. As pessoas sabem que quando tem churrasco brasileiro, isso é sinônimo de carne boa", afirma.

Em São Paulo, ele faz questão de estar no salão da unidade do Itaim Bibi de seu restaurante. "Eu comecei assim. Servir o cliente faz toda a diferença, porque eu peço feedbacks, escuto as pessoas. Amo fazer isso, não faço por obrigação. Atender e recepcionar é a minha vida."

Finger nasceu em Sulina, cidade no oeste do Paraná a 430 quilômetros de Curitiba, e vem de uma família de churrasqueiros. A tradição da carne começou com o seu avô, que era o açougueiro da cidade. Os membros da família eram, inclusive, convidados para ser os assadores das festas regionais do município. "Sempre gostei muito de trabalhar com carne, desde o abate até a churrasqueira", diz.

Sua vida em São Paulo começou em 1994. Veio seguindo os passos de amigos do Sul que se mudaram para a o Sudeste para trabalhar em churrascarias entre os anos 1980 e 1990, época em que a capital paulista viu pipocar churrascarias do tipo rodízio, antes restritas a beiras de estrada.

Ele trabalhou em endereços tradicionais na época, como Ponteio, Búfalo Grill e casas do grupo Sérgio. Até que um colega com quem dividia casa e que trabalhava no Barbacoa lhe indicou uma vaga na tradicional casa de carnes.

"Para quem trabalhava em churrascaria existiam dois sonhos: o Barbacoa e o Fogo de Chão", ele diz. O restaurante do Itaim Bibi havia sido inaugurado em 1990, pelo gaúcho Ademar do Carmo, e inovou por trazer carnes especiais em um sistema de rodízio a um bairro nobre —a casa tornou-se, assim, parte de um pequeno grupo de churrascarias que investia em cortes de primeira na cidade.

Finger começou ali como passador de carne, carregando os espetos pelo salão. Subiu de cargo e, um ano após a sua chegada, entrou na Abiec, a partir de uma indicação feita por Ademar do Carmo.

Hoje, ele é gerente-geral da churrascaria, que tem seis unidades no Brasil (além de três em São Paulo, há outras em Campinas, Salvador e Brasília), uma em Milão e nove no Japão, nas cidades de Tóquio e Osaka. Os cortes servidos fora são os mesmos encontrados por aqui, como picanha, alcatra, fraldinha e cupim. Todas funcionam no esquema de rodízio e as adaptações regionais são feitas no bufê.

A matriz, no Itaim Bibi, continua sendo a mais movimentada da rede. Lá são consumidas em média 15 toneladas de carne por mês por um público que gira em torno de 21 mil pessoas. A unidade é a única no país que funciona em sistema de rodízio: nos outros locais, o menu é à la carte.

A expansão do Barbacoa para outros países já havia começado em 1994, antes do ingresso de Finger. Mas ele ajudou a ampliar o negócio. Hoje, o chef-churrasqueiro é o responsável por treinar a equipe enviada a outros países e monitora o padrão dos restaurantes, viajando a esses locais todos os anos.

Finger também está à frente do grupo de sócios do Barbacoa, que inclui ainda bandeiras como a rede Graal, de autopostos rodoviários, e o restaurante Due Cuochi, em São Paulo. Em dezembro, os sócios ainda adquiriram 50% do grupo Adega Santiago, que inclui o restaurante de culinária luso-ibérica de mesmo nome e outros endereços como a Casa Europa. A nova gestão deve abrir um terceiro endereço da Adega Santiago na capital paulista.

Barbacoa Itaim

R. Dr. Renato Paes de Barros, 65, Itaim Bibi, região oeste, tel. (11) 3168-5522. Outros endereços em barbacoa.com.br

RECEITAS DO MARCÃO

Marcos Nogueira
folha.com/receitasdomarcao

Salada de lentilhas com iogurte é sugestão leve para compensar a comilança da Páscoa

Você provavelmente ainda está se recuperando da comilança do feriado da Páscoa. É tanto bacalhau, é tanto chocolate, é uma esbórnia tamanha que fica complicado até pensar em comida na semana que começa.

Por isso, tentei trazer uma receita leve, uma salada inspirada nas mezzés do Oriente Médio, para comer com pão.

Como ingrediente principal, usei lentilhas vermelhas libanesas. Elas são relativamente fáceis de se encontrar em empórios. Se não conseguir achá-las, porém, pode usar qualquer lentilha —talvez até trigo, cevadinha, quinoa ou cuscuz de semolina.

Os outros ingredientes seguem a cartilha da cozinha árabe: azeite, cebola, limão-siciliano, azeitonas, ervas e iogurte. Este você pode omitir, se quiser uma refeição vegana.

Pus também um pouco de melaço de romã. Recomendo bastante seu uso, mas sei que é caro e não tão fácil de se achar. Fica como opcional.

As lentilhas vermelhas são minúsculas e vêm descascadas. Elas cozinham muito rapidamente. Como queremos os grão inteiros e com textura firme, é preciso dar muita atenção ao tempo de preparo.

Você lava as lentilhas e as deixa de molho por uma hora —um tempo suficiente para que elas inchem e dobrem de volume.

Aí você as coloca numa panelinha e cobre com água e uma colher (chá) de sal. Liga o fogo e desliga assim que levantar fervura. Escorre os grãos e espera que eles esfriem.

Se usar outro tipo de lentilha ou outro grão, cozinhe até ficar al dente, ou seja, um pouco resistente à mordida.

Outra substituição possível é trocar o iogurte por ricota ou chancliche. Neste caso, convém aumentar a quantidade de azeite para evitar que a salada fique seca demais.

Prato à base de lentilhas leva tomate, azeitona e ervas Marcos Nogueira/Folhapress

Salada de lentilha e iogurte

Rendimento: 4 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes

- 200 g de lentilhas vermelhas
- ½ cebola-roxa em fatias finas
- 1 tomate maduro picado
- 6 azeitonas pretas grandes (ou 12 pequenas), descaroçadas e picadas
- Ervas frescas (salsinha, manjericão e/ou hortelã) a gosto
- 1 pote de iogurte natural
- 50 ml de azeite extravirgem
- Suco de ½ limão-siciliano
- Sal e pimenta-do-reino a gosto
- 1 colher (sopa) de melaço de romã (opcional)
- Folhas verdes e pão sírio para servir

Modo de fazer

- Cozinhe as lentilhas em água salgada. Escorra e espere esfriar.
- Misture a cebola, o tomate, as azeitonas e as ervas. Junte as lentilhas e misture bem.
- Tempere com iogurte, azeite, suco de limão, sal e pimenta. Misture.
- Sirva regado com um pouco de melaço de romã, com pão e folhas à parte.